



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

**Comunicação Política em Moçambique
(2005-2014)**
**As presidências abertas de Armando Guebuza
como estratégia de comunicação governamental**

Stélia Neta João Mboene

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação

Orientador: Professora Doutora Gisela Gonçalves

Covilhã 2016

Dedicatória

À minha mãe, Maria do Céu Bambo Sumburane Cumbana.

Agradecimentos

Por detrás dos sonhos há sacrifícios que as pessoas não vêem e o maior deles foi, certamente, privar os meus filhos, Kwesi e Igor, da minha presença e, às vezes, também de paciência.

De todo, jamais poderei exprimir em pleno os meus agradecimentos a todas as pessoas e instituições que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste sonho.

A nível institucional, quero expressar o meu reconhecimento e apreço ao Ministério da Economia e Finanças de Moçambique, por me permitir gozar de licença para continuar com os estudos; ao Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, que acompanhou e financiou, enquanto bolsista, todo o meu percurso de ensino superior em Portugal; e à Universidade da Beira Interior, pelo excelente ambiente de estudo e corpo docente qualificado com alguns dos quais partilhei ideias e experiências que enriqueceram a minha tese de doutoramento. Agradeço, em particular, ao Professor Paulo Osório pela discussão esclarecida do capítulo empírico.

A minha gratidão vai especialmente para a Professora Doutora Gisela Gonçalves, docente da Universidade da Beira Interior, por ter aceite orientar esta tese e por, incansavelmente, me ter incentivado e ajudado a percorrer este longo e atribulado percurso académico que agora chega ao fim. Obrigada Professora Gisela, por acreditar mais em mim, do que eu em mim mesma.

Aos entrevistados que deixaram registados os seus saberes e experiências, contribuindo para o meu melhor esclarecimento e reflexão sobre a relação entre a política e a comunicação em Moçambique, o meu mais profundo agradecimento.

À Elisa Langa, minha madrinha de todas as horas, que muito lhe devo pelos seus comentários, conselhos e carinho, o meu reconhecimento.

Aos meus pais, irmãos, cunhados e sobrinhos, pela forte presença, motivação e apoio incondicional, sobretudo nos momentos de desânimo.

Aos meus amigos, colegas de trabalho e de faculdade agradeço pelo estímulo e amizade.

Por último, mas o mais importante de todos, à Deus, meu princípio e fim, pela Sua presença na minha vida, que me acalma e alenta.

A todos, bem-hajam e kanimambo!

Resumo

O objectivo central desta tese de doutoramento é explicitar o papel que a iniciativa das Presidências Abertas e Inclusivas (PAI) do Presidente Armando Guebuza (2005-2014), enquanto estratégia de relações públicas, desempenhou na consolidação da identidade nacional dos moçambicanos. Nesse sentido, constituem questões de investigação as seguintes: (i) Enquanto estratégia de relações públicas, qual o objectivo central das PAI? (ii) De que forma os discursos do Presidente reflectem os propósitos de consolidação da unidade nacional em Moçambique? e (iii) O mosaico social, cultural e linguístico moçambicano condiciona o uso da língua oficial portuguesa na comunicação governamental?

O caminho de investigação percorrido apresenta-se reunido em seis capítulos, divididos em três partes principais. A primeira parte é dedicada à revisão bibliográfica, com incidência na literatura sobre *Government News Management*, *The Permanent Campaign*, *Newsmaking*, *Comunicação Política e Modelo Simétrico de Relações Públicas*. É igualmente aprofundada a reflexão sobre a retórica e a persuasão, explorando-se os mecanismos pelos quais os políticos procuram desenvolver habilidades de linguagem, como forma de garantir o sucesso da sua comunicação. Na segunda parte, são colocadas as balizas da investigação em termos de contextualização da realidade moçambicana, com especial atenção à instauração e desafios do regime democrático em Moçambique e seus efeitos na actuação dos partidos políticos, no exercício da Lei de Imprensa e do Direito à Informação, bem como na criação de estratégias de comunicação do governo, no caso concreto, das Presidências Abertas e Inclusivas (PAI). Na terceira e última parte, referente ao estudo empírico, analisam-se os discursos do Presidente recorrendo à metodologia qualitativa da Análise Crítica do Discurso. A discussão dos dados foi complementada com entrevistas em profundidade a personalidades nacionais, incluindo o próprio Presidente Armando Guebuza. Os resultados obtidos confirmam que o Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza, conseguiu, por meio das presidências abertas, aplicar com sucesso a abordagem estratégica de relações públicas, moldando os seus discursos políticos com o intuito de persuadir o moçambicano no sentido da união e pertença nacional.

A relevância deste trabalho reside no facto de o objecto de estudo se centrar na realidade de Moçambique, pouco estudada, quer no campo das ciências da comunicação, em geral, quer no domínio das relações públicas, em particular.

Palavras-chave

Moçambique; comunicação governamental; estratégia de comunicação; relações públicas; identidade nacional; presidência aberta e inclusiva.

Abstract

The core objective of this doctoral thesis is to explain the role played by the Open and Inclusive Presidency (PAI) of President Armando Guebuza (2005-2014), as a public relations strategy, in consolidating the national identity of Mozambicans. To this end, the research issues are the following: (i) As a public relations strategy, what was the core objective of the PAI? (ii) In what way did the President's speeches reflect the purposes of consolidating national unity in Mozambique? And (iii) Does Mozambique's social, cultural and linguistic mosaic condition the use of the official language, Portuguese, in government communication?

The path taken on this research is presented in six chapters, divided into three main parts. The first part is dedicated to a bibliographic review, focusing on literature on Government News Management, The Permanent Campaign, Newsmaking, Political Communication and Symmetric Public Relations Model. It also reflects more deeply on rhetoric and persuasion, exploring the mechanisms used by politicians to develop language skills, as a means of guaranteeing success in their communication. The second part establishes the research parameters, in terms of contextualizing the Mozambican reality, with special attention being placed on the implementation and challenges of a democratic regime in Mozambique, and its effect on the actions of the political parties, on the exercising of the Press Law and of the Right to Information, as well as the creation of government communication strategies, in this specific case, the Open and Inclusive Presidency (PAI). The third and last part, which relates to the empirical study, analyses the President's speeches, using the qualitative methodology of Critical Discourse Analysis. The discussion of the data was complemented by in-depth interviews with national personalities, including President Armando Guebuza himself. The results obtained confirm that the President of the Republic of Mozambique, Armando Guebuza, was able, through his open presidency, to successfully apply the strategic public relations approach, moulding his political discourse with the intention of persuading Mozambicans toward national union and ownership.

The relevance of this work lies in the fact that the study object is centred on Mozambican reality, with limited studies both in the field of communication sciences in general, and in the area of public relations, in particular.

Keywords

Mozambique; government communication; communication strategy; public relations; national identity; open and inclusive presidency.

Índice

Capítulo I. Introdução	
1.1. Notas introdutórias	1
Capítulo II. Comunicação & política	
2.1. A comunicação ao serviço do poder político	7
2.2. Comunicação política <i>versus</i> comunicação governamental	16
2.3. Relações públicas, o motor!	19
2.3.1. O profissional de relações públicas em acção	23
2.3.2. <i>Modus operandi</i> das relações públicas	25
2.4. Planeamento estratégico, o bastidor da comunicação	29
Capítulo III. Retórica & relações públicas	
3.1. Retórica e persuasão	33
3.2. Perspectivas retóricas das relações públicas	37
3.3. O discurso enquanto estratégia de relações públicas	41
3.3.1. Estilo e composição do discurso	46
3.4. Linguagem e poder	48
Capítulo IV. Comunicação, política & democracia: o caso de Moçambique	
4.1. Contextualização	55
4.2. Liberdade de imprensa e direito à informação	59
4.2.1. Estrutura da comunicação governamental de Moçambique	65
4.2.2. Os media em Moçambique	67
4.3. Partidos políticos e eleições	71
Capítulo V. Moçambique de lés-a-lés: Guebuza em presidência aberta e inclusiva	
5.1. Enquadramento e objectivos	81
5.2. Programação e visitas	86
5.2.1. O comício: encontro marcado com o povo	89
5.2.2. As PAI na construção da identidade nacional	92
5.2.3. A questão das línguas nacionais	96
5.3. O agendamento mediático das PAI	98
Capítulo VI. Estudo Empírico	
6.1. Questões e hipóteses	103

6.2. Metodologia: análise crítica do discurso	103
6.2.1. Limitações da análise crítica do discurso	109
6.3. Recolha de dados	111
6.3.1. Corpus da análise	112
6.3.2. Procedimentos e grelha da análise	113
6.4. Apresentação e interpretação dos dados	115
6.4.1. Por comparação	115
6.4.2. Por cruzamento de dados	119
6.4.2.1. Léxico	119
6.4.2.2. Tema	122
6.4.2.3. Contexto histórico	123
6.4.2.4. Relacionamento com o auditório	124
6.4.2.5. Identidade nacional	126
6.5. Apresentação dos resultados da análise	127
Capítulo VII. Conclusão	
7.1. Considerações finais	135
VIII. Referências bibliográficas	141
XIX. Apêndice	159
XX. Anexos	182

Lista de Figuras

Figura 1 - Processo de relações públicas	31
Figura 2 - Mapa de Moçambique	76
Figura 3 - Estrutura orgânica do Gabinete de Imprensa da Presidência da República	101
Figura 4 - Modelo tridimensional de análise crítica do discurso	107

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Modelos de gestão de informação	13
Tabela 2 - Distribuição de tempo de antena e espaço mediático aos partidos políticos	71
Tabela 3 - Cartografia eleitoral de Moçambique	77
Tabela 4 - Mapa dos comícios onde o Presidente Guebuza proferiu os discursos analisados na investigação	114

Lista de Acrónimos

AD	Análise de Discurso
ACD	Análise Crítica do Discurso
AR	Assembleia da República
CC	Conselho Constitucional
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CRM	Constituição da República de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GABINFO	Gabinete de Informação de Moçambique
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
PAI	Presidências Abertas e Inclusivas
PARPA	Plano Nacional de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PM	Primeiro-ministro
PR	Presidente da República
PQG	Programa Quinquenal do Governo
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RP	Relações Públicas
STAE	Secretariado Técnico de Administração Eleitoral
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação

Capítulo I. Introdução

1.1. Notas introdutórias

Nunca a comunicação foi tão fundamental e decisiva na mediação do espaço público, como o é hoje, nos sistemas democráticos. Contudo, os media por si só não garantem a qualidade do funcionamento do espaço público democrático, o qual pressupõe também valores políticos (Wolton, 1995).

Trata-se, na verdade, de um relacionamento secular que tem suscitado reflexões teóricas por várias academias de pesquisa internacionais, congressos, reuniões, teses de doutoramento e dissertações de mestrado, as quais vêm aprofundando diferentes domínios desta interface (comunicação e política), com a produção científica em áreas como a comunicação eleitoral, marketing político, participação política, gestão da imagem e da informação, comunicação governamental e, mais recentemente, as ligações entre a política e os novos meios de comunicação, nomeadamente, a internet e as redes sociais.

Por muito tempo, as pesquisas sobre a comunicação e a política estiveram centradas na análise de campanhas eleitorais e respectiva cobertura jornalística. Com a extensão dos regimes democráticos para vários países e o aparecimento de novas dinâmicas, particularmente, no que diz respeito ao envolvimento dos cidadãos na vida política, a intensificação do relacionamento entre os jornalistas e os políticos traduziu-se naquilo que é hoje conhecido por “campanha permanente” (Blumenthal (1980). Por um lado, os media, em nome do direito dos cidadãos à informação, pressionam os políticos para explicarem as suas acções governativas. Por seu turno, os políticos adoptam estratégias de comunicação com o intuito de atrair a atenção e apoio do eleitorado, garantindo o aumento dos níveis de popularidade, visibilidade, bem como a legitimação das suas decisões.

Esta situação fez com que as partes institucionalizassem as suas áreas de actuação, tendo cada uma delas (jornalistas e políticos) investido em técnicas de gestão da informação e de habilidade comunicacional. Mas, muito para além de se pretender tirar benefícios de parte a parte, julga-se que a comunicação política nos estados democráticos deve ser percebida como uma plataforma de entendimento e aproximação entre os partidos políticos e os cidadãos, com a mediação dos jornalistas.

Porque as sociedades estão em constante dinâmica, mercê das influências sociopolíticas e económicas, o estudo de qualquer um dos campos de acção, quer seja do lado do Emissor (políticos), como do lado do Receptor (media), relativamente às tácticas que ambos adoptam para ganhar protagonismo no contexto comunicacional, daria, certamente, uma contribuição

científica importante e *sui generis* para melhor entendimento da comunicação como um todo. Contudo, esta investigação propõe-se a centrar as atenções no lado do Emissor, procurando aferir de que forma se estrutura e que objectivos norteiam as estratégias dos políticos na gestão da comunicação.

Cada vez mais os governos vivem numa situação de constante sufrágio e, por isso, procuram mecanismos para instigar os cidadãos, envolvendo-os nas questões de interesse comum de forma mais proactiva e estratégica (Grunig & Hunt, 2003; Kioussis & Strömbäck, 2011), dando destaque, para o efeito, ao trabalho do profissional de relações públicas.

O enquadramento das relações públicas (RP) nesta investigação vem muito a propósito do seu papel, enquanto elo de ligação entre o Governo e os cidadãos, através de estratégias de comunicação, tendo em vista a compreensão mútua e, em última análise, para alavancar o interesse público, em termos de participação do processo político. Na prática, esta tese das RP, decorrente do paradigma simétrico bidireccional, teorizada pelos investigadores americanos James Grunig e Todd Hunt (1984) na obra *Managing Public Relations*, emerge como campo de desenvolvimento e monitoria das estratégias de comunicação dos políticos que os permitam atingir objectivos tais como: modificar as percepções, crenças e opiniões do público para, conseqüentemente, provocar alterações no seu comportamento (Gonçalves, 2010: pp. 21-24). São precisamente estas acções que corporizam a visão estratégica das RP governamentais e, nesse sentido, entende-se as relações públicas como campo de gestão que identifica, estabelece, mantém e/ou melhora as relações mutuamente benéficas entre a organização (política) e os públicos.

É da responsabilidade dos Gabinetes de Imprensa, órgãos especializados na gestão da comunicação do governo, desenvolver as actividades das relações públicas que passam sobretudo pela criação de pseudo-eventos (Boorstin, 1961), com recurso a técnicas retóricas de produção de mensagens, para, enfim, conferir visibilidade às acções governativas. Outra aposta da estratégia das RP para alcançar esse objectivo passa também pela personalização política, investindo-se no carisma e qualidades pessoais das lideranças, através da dramatização de estilos próprios e registo de discursos persuasivos.

No caso de Moçambique, um país com apenas pouco mais de 20 anos de regime democrático, a preocupação de aproximação entre os políticos e os cidadãos ocupa um dos lugares cimeiros da governação política. Um dos principais factores é, inequivocamente, o desafio, sempre latente, de unidade nacional e de estabilidade política, devido às frequentes ameaças de disputas, sobretudo étnicas e culturais que, aliás, assolam a maior parte dos países africanos.

Um outro aspecto que tem preocupado às elites políticas tem a ver com a participação dos moçambicanos nos processos de governação. Em 5 sufrágios eleitorais realizados (1994, 1999, 2004, 2009 e 2014), um número significativo de moçambicanos não compareceu às urnas de voto. Estatísticas oficiais do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) indicam

que a taxa de abstenção subiu de 12,6 por cento, nas primeiras eleições multipartidárias de 1994, para cerca de 52 por cento nas eleições gerais de 2014 (CNE: 2012; CC: 2015). Supõe-se que este desinteresse esteja associado aos altos níveis de pobreza no País que assola sobretudo as zonas rurais, onde vive a maior parte da população (cerca de 60%) e onde essa situação é mais acentuada.

A convivência entre os partidos políticos é também um aspecto que desperta interesse para melhor entendimento da conjuntura governamental de Moçambique. Sobre a matéria, importa referir que o sistema político nacional integra, desde sempre, duas principais forças políticas, nomeadamente, a RENAMO e a FRELIMO, sendo que este último conduz os destinos do país desde a independência em 1975. O terceiro bloco parlamentar (União Democrática) só existiu na primeira legislatura, em 1994, e mesmo só voltou a acontecer nos dois últimos mandatos (2009 e 2014) com o surgimento do Movimento Democrático de Moçambique.

É neste contexto que surge o Presidente Armando Emílio Guebuza, com um percurso político marcado pela militância e participação na guerra contra a colonização portuguesa (1964-1974), vida empresarial, liderança da FRELIMO e conhecido pelo seu carisma organizativo. Armando Guebuza assumiu, sucessivamente, o cargo de Presidente da FRELIMO e depois Presidente da República de Moçambique, a 2 de Fevereiro de 2005. Em 2009 foi entretanto reconduzido para um segundo mandato.

Desde cedo, Guebuza aliou a sua governação às estratégias de comunicação, procurando envolver toda a sociedade moçambicana às causas da unidade nacional e à luta contra a pobreza. Investiu, para tal, numa retórica e acções consideradas populares que visavam, em última instância, uma mudança positiva de Moçambique (AWEPA, 2005: p. 2). Surge assim a iniciativa das Presidências Abertas e Inclusivas (PAI), um pseudo-evento criado justamente para prover um espaço de governação baseado na interacção directa entre a liderança do Estado e a sociedade civil.

As PAI foram seguidas de perto por todos os moçambicanos, por via da cobertura mediática que, por seu turno, centrou quase sempre a sua atenção aos discursos políticos do Presidente Guebuza, proferidos nos comícios realizados em todos os 151 distritos do país, durante os dois mandatos em que vingou a estratégia (2005-2014).

Mas será que as presidências abertas de Armando Guebuza mostraram-se eficazes na reaproximação entre a elite política e a população moçambicana, principalmente nas zonas rurais? De que forma os discursos das PAI contribuíram para a elevação do sentido patriótico dos moçambicanos, através do apelo à unidade nacional? Até que ponto o mosaico social, cultural e linguístico moçambicano condicionou o uso da língua oficial portuguesa na comunicação governamental, tornando-a num dos principais elementos de unidade e consolidação da identidade moçambicana? Estes são os questionamentos que norteiam esta investigação que, indo mais afundo, pretende aferir o papel que as relações públicas,

enquanto ferramentas de comunicação estratégica das PAI, desempenharam na consolidação da unidade e reforço da identidade dos moçambicanos.

Para o efeito, a pesquisa tem por objecto empírico o estudo dos discursos políticos proferidos pelo Presidente Guebuza nos comícios populares, no âmbito das PAI, tendo em vista o esclarecimento das perguntas acima alistadas. Na verdade, o grande questionamento da investigação é explicitar a forma utilizada pelo Presidente Guebuza para aumentar os seus níveis de popularidade, bem como legitimar as suas decisões enquanto chefe do governo moçambicano, privilegiando as zonas rurais, onde vive a maior parte da população.

O interesse desta investigação no estudo das PAI, enquanto estratégia de comunicação governamental, surge pelo facto de se ter constatado que, globalmente, os sistemas democráticos têm sido desafiados a mostrar a sua eficácia como modelos capazes de, em linha com a perspectiva bidireccional de relações públicas, envolver os diferentes quadrantes da sociedade na acção governativa.

O caminho percorrido para elucidar ou pelo menos encontrar algumas justificativas aos questionamentos da investigação passou por reunir nesta tese seis capítulos que se dividem em três blocos, nomeadamente, a parte da fundamentação teórica (capítulos II e III); contextualização sociopolítica e enquadramento das presidências abertas e inclusivas (capítulos IV e V) e, por último, a parte referente ao estudo empírico (capítulo VI).

Assim sendo, a estrutura da tese parte do geral para o particular, ou seja, inicia-se com a abordagem teórica sobre os modelos contemporâneos dedicados à comunicação e às relações públicas, passando-se depois para a análise da singularidade da comunicação governamental moçambicana, senão vejamos:

Na primeira parte, é feito o enquadramento teórico dos pressupostos da investigação, com contribuições do campo das ciências da comunicação, com particular ênfase nas relações entre o media e a política e, observando-se a tendência das partes, principalmente a da política (governo), de dominar o espaço público. É também aprofundado o papel das relações públicas no estabelecimento de estratégias de fomento ao diálogo entre os políticos e os cidadãos e, por conseguinte, avivar o interesse público à causa política. Nessa óptica, a revisão bibliográfica acompanhou as discussões relativas aos paradigmas teóricos sobre *Government News Management*, *The Permanent Campaign*, *Newsmaking*, *Comunicação Política e Modelo Simétrico de Relações Públicas*.

Constituíram, entre outros, referência bibliográfica desta sessão de estudo autores como Boorstin, 1961; Blumenthal, 1980; Wolton, 1995; Pfetsch, 1998; Gurevitch & Blumler, 1998; Traquina, 2000; Serrano, 2002; Grunig & Hunt, 2003; Gonçalves, 2010; Strömbäck & Kioussis, 2011; e Canel & Sanders, 2013.

A reflexão sobre a retórica e a persuasão, que compõe também a I parte da tese, explora os mecanismos pelos quais os políticos procuram desenvolver habilidades de linguagens, como forma de garantir o sucesso da sua comunicação. Nesta perspectiva, o discurso político, entendido como forma de poder, deve procurar organizar os argumentos, de modo que o que é dito seja bem dito e ultrapasse o mero exercício de enunciação de palavras, dando-as significados que, entretanto, vão atrair a atenção do auditório à tese apresentada pelo orador. Por seu turno, ao orador, elemento estratégico de retórica das relações públicas, impõe-se o aprimoramento de capacidades, tanto linguísticas como visuais, que favoreçam a compreensão e o entendimento entre as partes dialogantes no processo comunicativo.

Revelaram-se de grande utilidade e esclarecedores nesta matéria os trabalhos de Barthes, 1989; Heath, 1992; Perelman, 1993; L'Etang, 1996, 1997; Aristóteles, 2005; Perelman & Olbrechtstyecca, 2007; Sousa, 2002; e Fairclough, 2000.

A contextualização sociopolítica e o enquadramento das presidências abertas e inclusivas em Moçambique incorporam a II parte da tese. Aqui é conferida especial atenção à instauração do regime democrático em Moçambique, seus desafios e efeitos na actuação dos partidos políticos, no exercício da Lei de Imprensa e do Direito à Informação, bem como as estratégias de comunicação do governo. É também analisada toda a estrutura das PAI, enquadramento e implementação, dando-se relevância à contribuição desta estratégia de comunicação governamental na construção da identidade moçambicana.

As fontes utilizadas neste capítulo são essencialmente constituídas por documentos do Gabinete de Estudos da Presidência da República (GEPR), legislação oficial e entrevistas a políticos, jornalistas, funcionários e assessores que integraram os Gabinetes e Assessorias no período analisado pela investigação. Foi também conseguida uma entrevista inédita do próprio Presidente da República, Armando Emílio Guebuza. Portanto, no total, são cinco depoimentos de personalidades, transcritos no Apêndice, que ajudaram a perceber melhor os contornos das PAI.

O recurso à entrevista deve-se, sobretudo, ao facto de se ter constatado, na fase da investigação, a falta de bibliografia e pouca diversificação de abordagens sobre o tema, embora ultimamente comece a ser habitual a divulgação de análises dos assuntos correntes. Ademais e fundamentalmente, esta investigação encontra nas entrevistas um método de pesquisa qualitativa que permite alcançar, nos dados revelados pelos entrevistados, expressões e estilos naturais que enriquecem o significado da interpretação.

Para além das fontes acima mencionadas, foram igualmente consultadas obras das áreas de relações públicas e política, entre as quais: Taylor, 2000; Archibugi, 2005; Taylor & Kent, 2006; Macuane, 2009; Chichava & Pohlmann, 2010; Azevedo-Harman, 2012; Mário, 2012; e Chaka, 2014.

A terceira e última parte da investigação é referente ao estudo empírico dos discursos do Presidente Armando Emílio Guebuza nos comícios das PAI. Nessa esteira, o tratamento do material recolhido (Anexo 1) obedeceu à metodologia de Análise Crítica do Discurso (ACD) que, para além do exame textual para explorar como a linguagem é utilizada, examina o processo através do qual os significados são gerados e mantidos. Ou seja, para além dos dados reunidos através da grelha de análise, este método de pesquisa permite fazer inferências que ajudam a perceber melhor o contexto e a dinâmica da estratégia de comunicação das PAI.

Foram determinantes na composição deste capítulo Hodge & Kress, 1979; Burr, 1995; Van Dijk, 1997; Nogueira, 2001; Fairclough, 1989, 2010; e Daymon & Holloway, 2011, etc.

Em suma, a presente tese de doutoramento tem por objectivo contribuir para um melhor discernimento daquilo que deve ser uma comunicação estratégica, com foco nos ditames do modelo simétrico das relações públicas, na aproximação e fomento de um diálogo efectivo entre os governos e os cidadãos, em nome do bem comum.

Como acontece na maioria dos casos, a investigação de doutoramento inscreve razões pessoais subjacentes ao tema escolhido. Há mais de 10 anos a autora da tese desenvolve a sua carreira profissional na área de assessoria de imprensa no sector público nacional, tendo, inclusivamente, acompanhado de perto a formulação e monitoria de estratégias de comunicação e eventos do governo, de grande envergadura.

Capítulo II. Comunicação & Política

Neste primeiro capítulo é feita uma revisão teórica e reflexão da literatura sobre diversas questões que se consideram pertinentes no estudo sobre o relacionamento entre a comunicação e a política. Nunca antes a interdependência dos dois campos despertou interesse e foi tão decisiva a ponto de os governos procurarem, através dela, formas de criar um ambiente favorável à participação política e, por conseguinte, definir a agenda pública.

Nessa óptica, a construção de estratégias de proximidade e contacto com os cidadãos constitui, hoje, uma prática permanente dos sistemas democráticos de tal modo que, segundo Strömbäck (2007), já não faz sentido distinguir os períodos eleitorais dos que não são, uma vez que se vive em contínua campanha política.

A persecução dessa “campanha permanente” (Blumenthal, 1971) é garantida pela institucionalização das duas áreas, tendo cada uma delas (jornalistas e políticos) investido em técnicas de gestão da informação e de habilidade comunicacional. Contudo, destacam-se nesta investigação, as técnicas das relações públicas tidas como uma estratégia de gestão de informação, não propriamente para garantir ganho eleitoral, mas como ferramenta de interacção entre o governo e os cidadãos através, de mecanismos que promovam, por um lado, a reputação do governo e legitimação das suas decisões e, por outro, o estabelecimento de relações de confiança e de entendimento mútuo com os cidadãos, no propósito de aumento dos níveis de popularidade política (Pfetsch, 1999; Grunig & Hunt, 1984; Gonçalves, 2010; Kioussis & Strömbäck, 2011).

Ciente de que não é possível esgotar, de forma detalhada, a vasta e multifacetada questão da relação entre a comunicação e a política, pretende-se aqui estudar o “bastidor” da comunicação, lugar onde se definem os pressupostos estratégicos de comunicação governamental, dando ênfase ao trabalho do profissional de relações públicas, considerado o “motor” de sucesso desta conjuntura comunicacional que é, de seguida, apresentada em quatro secções.

2.1. A comunicação ao serviço do poder político

A emergência, no século XX, dos poderosos e rápidos meios de comunicação de massa (rádio, televisão e mais recentemente a Internet) contribuíram para a intensificação da relação entre a comunicação e política, com o conseqüente maior envolvimento dos cidadãos na vida política e também de um espaço público altamente mediatizado, “onde são debatidos, de forma contraditória, os grandes problemas do momento” (Serrano, 2002: p.21).

Mas a relação entre a comunicação e a política é, há muito tempo, conhecida. Alexis de Tocqueville ([1900] 2001) encontra-se entre os primeiros que sublinharam os efeitos da imprensa na opinião pública, em França e na América. Outros autores, como Gabriel Tarde ([1898] 1992), Walter Lippmann (1922) e Harold Lasswell (1927a), também sublinharam as ligações entre a imprensa e a política. Sumariamente, na acepção destes estudiosos, é comprovado que o poder dos media no controlo da opinião pública e, por conseguinte, da acção humana, foi sempre reconhecido e utilizado, ao longo dos séculos, por todos os governantes (Ribeiro, 2013: p.96).

Só para citar alguns exemplos, na obra *L'Opinion et la Foule* (1901), Gabriel Tarde associou a multidão aos meios de comunicação, equiparando-os às linhas de caminho de ferro. Para Tarde, embora as pessoas possam permanecer dispersas e separadas fisicamente, mantêm sempre uma coesão mental sobre um determinado tema. Lippmann, por seu turno, na obra *Public Opinion* (1922), constatou que o poder não estava na limitação coerciva do cidadão, mas sim na condução de uma opinião pública, apática e conformada, através do controlo dos media. Segundo este autor, a massificação da informação, por meio de palavras ou imagens, entra na mente das pessoas, reproduzindo um “pseudo-ambiente” que, sendo credível é, porém, falacioso na maior parte das vezes, e consegue moldar o seu pensamento e comportamento (Ewen, 1996: p.148).

Já Lasswell, ao estudar a propaganda produzida pelo Governo dos Estados Unidos da América (EUA), chegou ao conceito de *agulha hipodérmica* ou de *balas mágicas*, metáforas para os efeitos que os mass media supostamente produziam directamente nas pessoas, levando-as a reagir de forma semelhante perante os estímulos dos meios de comunicação social. Wolf (2002: p. 30) considera que as premissas avançadas por Lasswell postulam um tipo de comunicação intencional e que tem por objectivo obter determinado efeito, observável e susceptível de ser avaliado, na medida em que gera um comportamento que se pode, de certa forma, associar a esse objectivo.

Na verdade, ao longo do século XX foram, basicamente, três modelos ou paradigmas teóricos desenvolvidos concernentes à influência dos media e dos seus efeitos na opinião pública, bem como nas pessoas, enquanto indivíduos ou como parte de uma estrutura socialmente organizada, nomeadamente:

1. **Modelo dos Efeitos Directos** (de curto prazo), que vigorou durante o período entre as duas guerras mundiais, altura em que, com o surgimento de meios de difusão de massa (rádio, imagens em movimento, e mais tarde, TV), havia a crença do poder dominador dos media no público.

Nesta fase, sobressaía a abordagem meramente propagandística da comunicação, ou seja, acreditava-se que os meios de comunicação podiam influenciar grandes massas, directa e uniformemente, através de mensagens apropriadas destinadas a desencadear uma resposta desejada, tal como fundamenta a teoria hipodérmica, apregoada, entre outros, por Lasswell na obra *Propaganda Technique in the World War* (1927).

2. **Modelo dos Efeitos Limitados**, vigente desde o final da Segunda Guerra Mundial até ao início da década de setenta e caracterizada, sobretudo, por um aumento do descrédito no poder e influência dos efeitos directos de comunicação de massa na opinião pública. Por essas alturas os estudos centravam-se em estudos de casos singulares, sobretudo, campanhas políticas, observando-se, entre outras, a premissa de que os processos comunicativos são episódicos, sendo que o início e o fim da comunicação são limitados no tempo e os episódios comunicativos têm efeito isolável e independente (Schulz, 1982 apud Wolf, 2002: p. 140).

O Modelo dos Efeitos Limitados foi, entretanto, fundamentado por várias teorias, entre as quais se destacam as seguintes:

- **Teoria do *Two-Step Flow of Communication***¹ (Katz & Lazarsfeld, 1955): segundo a qual o fluxo de comunicação a dois níveis é determinado pela mediação que os líderes de opinião exercem entre os meios de comunicação e os outros indivíduos do grupo. Ou seja, é dentro das relações sociais que a tendência para gerar atitudes partilhadas entre os vários componentes do grupo realça a existência dos líderes de opinião e de sua função mediadora entre os meios de comunicação e os indivíduos menos interessados ou participativos na discussão dos assuntos públicos (Wolf, 2002: p. 53).
- **Teoria do Reforço** (Joseph Klapper, 1960): à luz desta teoria, mais do que modificar ou manipular, a capacidade de influência da comunicação de massa nas pessoas limita-se, sobretudo, ao reforço dos seus valores, comportamentos e atitudes. Os públicos são activos e sofrem influências de outras instituições sociais importantes (p. ex. família, escola, religião). Além disso, filtram a experiência no que concerne à sua exposição às mensagens mediáticas e a certos elementos dessas mensagens, à forma como interpretam a mensagem e ao que retêm ou aprendem com os media.

¹ Fluxo de comunicação a dois níveis.

- **Teoria dos Usos e Gratificações** (Denis McQuail, 2000; Blumler, 1979): advoga que as pessoas fazem escolhas no uso dos media e do seu conteúdo para satisfazer as suas necessidades sociais e psicológicas (e.g. diversão, informação, educação, relacionamento pessoal). Os media podem influenciar na aquisição de conhecimento, na construção de uma realidade social em consonância com os conteúdos mediáticos e no reforço da identidade pessoal.

3. Modelo dos Efeitos Cumulativos: desde a década de setenta do século XX regista-se o uso generalizado da televisão e conseqüente exposição consistente e repetitiva de temas e mensagens que vão moldando a realidade social. Neste modelo, realça-se o carácter processual da comunicação com conseqüências a longo prazo. Por outro lado, o conceito de acumulação está ligado à capacidade de os mass media criarem e manterem a relevância de um tema. Entre muitas teorias, destacam-se as seguintes:

- **Agenda-Setting** (McCombs & Shaw, 1972): o pressuposto fundamental desta teoria é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social é lhes fornecida pelos mass media. Nesse diapasão, de acordo com Cohen (1963), a imprensa pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, no entanto, tem uma capacidade espantosa para dizer aos seus leitores sobre que temas devem pensar.
- **Espiral do Silêncio** (Noell-Neumann, 1993 [1973]): As pessoas, por temerem o isolamento, procuram a integração social através da repetição das opiniões dominantes nos órgãos de comunicação social. Por sua vez, estes órgãos reproduzem só as mensagens da maioria e tendem a radicar e a isolar as opiniões minoritárias e marginais.

Segundo Elihu Katz (1987: s/p), estes três modelos ou paradigmas teóricos da comunicação podem ser arrumadas sequencialmente, primeiro, *o que as pessoas pensam* (modelos que defendem um efeito limitado dos media); segundo, *o que não devem pensar* (os que descrevem efeitos directos e/ou poderosos); e, terceiro, *como devem pensar* (teorias que sugerem raciocínios e apontam ‘caminhos’).

Partindo do último modelo de comunicação acima exposto, que realça a relação directa entre a agenda dos media e a agenda do público (McCombs & Shaw, 1972), vários estudiosos contemporâneos do campo da comunicação política se aperceberam do interesse dos governos

em manter uma “campanha permanente²” para garantir que a agenda jornalística estivesse refém da actividade política (Pfetsch, 1999: p. 20). Com efeito, as elites políticas passaram a recorrer a estratégias de comunicação política de criação de eventos com o objectivo de captar a atenção dos jornalistas. Não surpreende, por isso, que cerca de metade da informação que passa pela imprensa seja de cariz político.

Para Strömbäck (2007) não faz sentido, actualmente, distinguir os períodos eleitorais dos que não são, uma vez que estamos em campanha política contínua, que se estende desde a manhã seguinte a uma eleição até à celebração das seguintes:

A campanha política profissionalizada caracteriza-se por ser permanente, embora com diferente intensidade; pelo facto de a sede central de campanha ser capaz de coordenar as mensagens e a gestão da campanha; e por utilizar perícia na análise e contacto com membros, grupos alvos e intervenientes, na análise dos pontos fracos e fortes, tanto próprios como dos concorrentes, e utilizar esse conhecimento, bem como na gestão de notícias (Strömbäck, 2007: p. 54).

A propósito da campanha permanente, Blumenthal (1980: p. 7) refere que os governos viabilizam as suas campanhas através da criação de uma imagem projectada mediante um “cálculo estratégico”, com actuação privilegiada nos meios de comunicação social, a fim de garantir a popularidade dos políticos através da promoção de mensagens em resposta às demandas da media contemporânea.

Em todo o caso, o protagonismo da comunicação é, na óptica de Wolton (1995), devido à centralidade que os *media* adquiriram com a evolução do sistema democrático, sendo que a actuação das elites políticas confere aos meios de comunicação social um papel fulcral ao nível da informação, quer seja no domínio da sua produção, quer no da difusão. A pesquisadora portuguesa Estrela Serrano, também defensora desta doutrina, constata que “os media dominam, cada vez mais, o espaço público, na medida em que o acesso aos acontecimentos fora do campo da experiência pessoal depende, essencialmente, da mediação jornalística (2002: p. 23).

De acordo com esta perspectiva, a comunicação é muito importante enquanto forma de conferir visibilidade e, no âmbito da estratégia política, é fundamental um atendimento mais célere das necessidades do sistema democrático. Ou seja, a comunicação política nos estados democráticos constitui-se como plataforma de entendimento e aproximação entre os partidos políticos e os cidadãos que constituem o eleitorado (Correia, Ferreira & Espírito Santo, 2010: p. 81).

² Conceito aprofundado e vulgarizado na obra “The Permanent Campaign” (1971 [1980]), de Sidney Blumenthal, aludindo a uma situação em que a influência dos media e o peso das sondagens transformam a mensagem política numa performance continua sujeita a uma avaliação permanente.

A centralidade dos meios de comunicação no jogo político é também justificada pelo facto de, para além de cumprir com a sua função de informar, os *media* serem activos no estímulo à troca de ideias públicas, com o mérito de envolver grande parte da sociedade, e, desse modo, influenciar as decisões do governo (Habermas, 1994: pp. 438-439). Contudo, advoga Gomes (2008: p. 200), deve-se, nesse contexto, conferir importância à liberdade de imprensa, à qualidade e à regularidade da informação ou, ainda, à preservação da diversidade de perspectivas políticas e culturais no ambiente mediático, com vista ao esclarecimento dos cidadãos e à formação da opinião pública. “Tais exigências normativas ainda se fazem presentes na maioria dos estudos que tratam da interface entre o jornalismo [entenda-se comunicação] e a participação democrática [política] ” (*Ibid*). Até porque, cada vez mais a relação entre os dois campos tende a ser permanente e interdependente e até mesmo “faces da mesma moeda ... que cooperam mutuamente, embora conservem autonomia orgânica”, tal como defende Melo (2003: p. 14).

A intensificação deste relacionamento determinou, em cada uma das partes, uma crescente preocupação pela institucionalização das suas áreas de actuação, tendo cada uma delas (jornalistas e políticos) investido em técnicas de gestão da informação e de habilidade comunicacional. Por um lado, passamos a ter jornalistas que procuram a melhor notícia e, por outro, os políticos que procuram maior notoriedade.

Sanders, Canel e Holtz-Bacha (2011: p. 526) anotam que essa institucionalização foi também resultado do surgimento de eleitores imprevisíveis, onde os laços entre os partidos políticos e seus eleitores foram enfraquecendo, numa altura em que também se assiste a uma forte comercialização no campo dos *media*. Por conseguinte, sublinham aqueles autores, o sistema político foi forçado a adoptar novas estratégias para comunicar com os cidadãos e, por seu turno, os jornalistas passaram a empreender mais esforços para ganhar a atenção dos públicos.

Jürgen Habermas (1994), aludido por Gomes (2008: p. 77), defende a institucionalização de meios e instrumentos que encaixem o poder político na comunicação, argumentando que o sucesso do sistema político “depende não de uma acção colectiva da cidadania, mas da institucionalização dos procedimentos e das condições correspondentes da comunicação, assim como da interconexão de processos de deliberação institucionalizados com opiniões públicas desenvolvidas informalmente”.

Não muito longe dessa ideia, a autora alemã Barbara Pfetsch (1999), que fez um estudo aprofundado sobre o *Government News Management*, refere que, se por um lado os pressupostos da já referenciada “campanha permanente” dos políticos obedece a critérios gerais da comunicação estratégica pouco variável entre governos e países, os procedimentos

de gestão de informação (entenda-se institucionalização), por seu turno, podem ser diferentes e dependentes de uma série de factores contextuais, nomeadamente, do sistema político (presidencial ou semipresidencial/parlamentar), da composição e papel do executivo (governo de partido único ou multipartidário) e do sistema e cultura dos media. Em jeito de demonstração dessas diferenças, Pfetsch efectuou um estudo comparativo de gestão de informação de diferentes sistemas políticos (presidencial e parlamentar) e apurou dois tipos:

- a. O **modelo centrado nos media**, praticado essencialmente em países de sistema presidencialista, em que as mensagens são focadas na personalização, dramatização e liderança política, pretendendo-se chamar maior atenção à audiência. Aqui, a estratégia de comunicação visa a criação de pseudo-acontecimentos³ (Boorstin, 1961) para dar maior visibilidade ao principal actor: o político.
- b. O **modelo centrado na política**, em que a gestão da informação privilegia a produção de mensagens para informar o público e legitimar as decisões do governo. Neste modelo, praticado em países de governo parlamentar, os políticos enquadram as mensagens, minimizando a adaptação dos media, recorrendo com frequência a aspectos negativos para atacar partidos opositores.

Atrás desta concepção de modelos de gestão de informação propostos por Barbara Pfetsch está um estudo comparativo em três democracias ocidentais, nomeadamente, nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha:

Tipos de Mensagem	Estratégia de Orientação de informação	
	Centrada nos Media (EUA)	Centrada na Política (Reino Unido e Alemanha)
Pessoa	Orientação da Imagem Visualização	Ataques Políticos Negativismo
Assunto	Pseudo-acontecimentos [pseudo-evento] Drama e acção	Esvaziamento Enquadramento e Manipulação

Tabela 1: Modelos de gestão de informação. Fonte: Serrano (2002: p.31).

Na verdade, em termos práticos, é claramente difícil distinguir quando se está perante um pseudo-evento (modelo centrado nos media) ou uma acção manipulatória (modelo centrado na política) se em ambos os casos os especialistas de comunicação criam os cenários, recorrendo a técnicas retóricas e simbólicas muito similares na produção das mensagens. As aparições públicas, por exemplo, do Presidente ou de um líder partidário podem ser percebidas como uma preocupação dos políticos em relação aos problemas da sociedade, chamando atenção para a cobertura jornalística (Pfetsch, 1999; Serrano, 2002).

³ Os pseudo-eventos, termo criado por Daniel Boorstin (1961), são acontecimentos artificialmente criados apenas para serem notícia.

Em todo o caso, para além das dimensões psicoafectivas e socioculturais com o seu eleitorado, quer seja um Presidente da República, como Primeiro-Ministro, têm sempre valor-notícia⁴. Ou seja, são lhes conferidos critérios⁵ de selecção jornalística que garantem a sua selecção privilegiada na produção de matérias de imprensa, simplesmente porque tanto o cargo do Presidente, como o do Primeiro-Ministro, são de elevado grau de importância na vida da sociedade.

Independentemente do sistema político, os governos buscam sempre aliança com os meios de comunicação social para, em primeiro lugar, influenciar a opinião pública - aproveitando-se do poder e alcance de audiência conseguido pelos media. Em segundo lugar, têm em vista a criação de um ambiente favorável à participação política através da construção de uma realidade política de proximidade e contacto com os cidadãos e, por último, definir a agenda pública. Neste contexto, fundamenta Pfetsch (1999: p. 6):

Podemos conceptualizar a gestão de notícias como uma variante estratégica de informação pública na qual os actores políticos gerem a comunicação por forma a influenciar a opinião pública através do controlo da agenda dos meios de comunicação social. É um processo de comunicação do topo para a base, no qual os meios de comunicação social são os meios e alvos, enquanto as estratégias são determinadas por objectivos políticos do actor específico.

Na óptica de Pfetsch (1999), este relacionamento entre o governo, através dos seus sectores especializados de comunicação, e a imprensa visa tão-somente informar o público sobre as políticas e legitimar as suas decisões governamentais, garantindo a produção de consentimento popular e, por via disso, manter ou aumentar os níveis de popularidade política. Para garantir a sua intenção de hegemonia da agenda mediática os governos aproveitam-se dos défices orçamentais dos meios de comunicação social para controla-los através de apoios financeiros em acréscimo a outros instrumentos legislativos como, por exemplo, a Lei do Direito à Informação, que podem limitar o exercício jornalístico.

Mais recentemente, Sanders e Canel (2013: p. 12) realizaram um estudo sobre a institucionalização da comunicação governamental em quinze países: oito com práticas e instituições democráticas bem estabelecidas, quatro com uma tradição política autoritária e três países com democracias recentes. De entre os países elencados encontram-se dois países

⁴ Os valores/notícia são usados de duas maneiras. Primeiro, são critérios usados numa redacção para seleccionar, entre o material disponível, os elementos dignos de serem incluídos no produto final. Em segundo lugar, eles funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na elaboração das notícias a serem apresentadas ao público.

⁵ Galtung e Ruge (1965) reconhecem doze valores-notícia: frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo.

africanos, nomeadamente, África do Sul e Zimbabwe⁶. O contexto dos sistemas políticos, a estrutura da comunicação governamental e a liberdade de imprensa serviram de indicadores para a referida avaliação comparativa.

Neste estudo comparativo, mais abrangente que o de Pfetsch (1999) acima referenciado, discute-se igualmente a milenar relação: política - comunicação - cidadãos (opinião pública). O estudo avalia a forma como os sectores de comunicação dos governos organizam, estrategicamente, as suas acções com vista a estabelecer uma “comunicação eficaz” entre os políticos e os seus públicos. Tal como realçado pelo estudo anterior, a intenção dos políticos continua a mesma, a de controlar o fluxo informativo. Porém, Sanders e Canel (2013) propõem um novo modelo de gestão de informação: centrado no cidadão. Um modelo que incorpora perspectivas de relações públicas na comunicação do governo, visando fundamentalmente informar e comunicar de uma forma que incentive o diálogo público:

Sugerimos aqui que a comunicação que sirva os cidadãos e não os interesses de partidos políticos seja caracterizada por elementos que a tornem mais, e não menos, transparente, ofereça mecanismos participativos e estabeleça regras para garantir a sua não partidarização. Evidentemente, a comunicação do governo tem sempre um cariz político de alguma forma. Contudo, nós defendemos que pode ser estabelecida uma distinção conceptual entre uma comunicação partidária do governo, que se aproveita dessa prerrogativa para fazer campanha a favor dos objectivos do partido, e a comunicação do governo que é necessariamente política, colocando, ainda assim, ênfase na explicação para atingir o entendimento do público (Sanders & Canel, 2013: p. 280).

A alusão aos países africanos no estudo de Sanders e Canel (2013) não parece ter sido por acaso. O apuramento de questões sobre a comunicação em países com sistemas democráticos recentes tem sido escasso, como, aliás, sempre foi. Tal como Moçambique, a maioria dos países africanos alcançou a independência há menos de 50 anos, para não falar da instauração de sistemas democráticos que tem sido ainda um verdadeiro ensaio para muitos países africanos até aos dias que correm.

Se as democracias ocidentais, com sistemas democráticos seculares, têm tido inúmeros desafios em termos de participação política, por exemplo, interessa saber de que forma as democracias mais recentes fazem a gestão da comunicação entre a classe política e o seu povo, sabendo-se que no actual contexto de globalização, a centralidade da comunicação nos sistemas políticos é, efectivamente, um cenário generalizado.

Por essa razão, constata Negrine (2007), os governos procuram, permanentemente, encontrar as melhores maneiras de obter atenção da media e colocando suas mensagens na agenda do público, aquilo que Wernick (1994) chamou de “a lógica de eleitoralismo”, ou seja, “o

⁶ No primeiro caso trata-se de um país com um regime democrático recente (1994) saído de regime de segregação racial - o Apartheid, enquanto que o Zimbabwe vive num sistema muito fechado e com restrições à liberdade de imprensa).

processo pelo qual os partidos políticos, entre outros, empregam uma gama de habilidades para atender seus objectivos de ganhar e sustentar o poder” (Negrine, Mancini, Holtz-Bacha & Papathanassopoulos, 2007: p. 11). Este argumento, associado à tese que se tem vindo a desenvolver, relativamente a institucionalização da comunicação (Sanders & Canel, 2013; Pfetsch, 1999; Serrano, 2002), atesta a cada vez mais sincronizada e até indissociável relação entre a política e a comunicação.

2.2. Comunicação política *versus* comunicação governamental

Para um melhor entendimento sobre a relação entre a política e a comunicação, julga-se pertinente trazer a esta discussão a acepção sobre comunicação política, que é, invariavelmente, analisada por diferentes áreas entre as quais a psicologia, ciência política ou a sociologia.

Em termos gerais, a comunicação política está ligada a conceitos como: espaço público, poder político, agenda pública, participação política, meios de comunicação social, sondagens de opinião, cidadania, opinião pública, etc. Ora, a pluralidade de conjugação destes elementos dificulta a tarefa de identificar uma definição precisa sobre a comunicação política, até porque, no fundo, são comuns. Mesquita (1995) entende a comunicação política como um objecto vasto e multiforme que “abrange, não só as formas de expressão emanadas directamente das instituições políticas, mas também aquelas que são mediadas pelo jornalismo, pela programação televisiva e radiofónica, pela publicidade ou pelas relações públicas” (*Ibid*: p. 385).

A questão da mediatização do espaço público e político, subentendida na definição de Mesquita, é aprofundada na definição de Espírito Santo (2010) segundo a qual a “comunicação política assenta na implementação de estratégias de aproximação entre os diversos intervenientes do processo político, tendo como enfoque central a relação entre os partidos e os seus líderes, relação esta mediada pelos meios de comunicação social” (Espírito Santo & Figueiras, 2010: p. 81).

Já Xifra (2010) acrescenta um dado à definição da comunicação política ao afirmar que é a classe política que domina a relação (comunicação *versus* política), sendo ela a protagonista da agenda mediática. Para este autor espanhol do campo da comunicação estratégica, o jornalismo pode mesmo ser visto como “uma profissão institucionalmente delegada pelos políticos” (*Ibid*: p. 171).

Na óptica de Brian McNair (2003: pp. 16-17), a comunicação política é, na verdade, uma acepção difícil de definir com precisão uma vez que remete para dois termos, nomeadamente, “comunicação” e “política”, ambos conceitos abertos a uma variedade de definições mais ou menos vastas. No entanto, existe, na óptica da autora portuguesa Silveirinha (s/d)⁷, algo em comum entre ambos que tem a ver com a preocupação relativa a temas da vida em comum, da comunidade humana, do poder, do conflito e da mudança. Ou seja, a comunicação política assenta numa base interdisciplinar (jornalismo, história, retórica, sociologia, ciência política), cujo objectivo primordial é influenciar a opinião pública, em geral, ou um eleitorado, em particular.

Nessa perspectiva, a autonomia dos dois conceitos pode suscitar a secundarização de um relativamente ao outro. Ou seja, comunicação como instrumento da actividade política no seu pressuposto de persuadir o eleitorado. Todavia, nem a política, nem a comunicação podem ser entendidas fora do que as une, nomeadamente, no que concerne à “implementação de estratégias de aproximação entre os diversos intervenientes do processo político, tendo como enfoque central a relação entre os partidos e os seus líderes e os públicos que constituem o eleitorado, relação esta mediada pelos meios de comunicação social” (Espírito Santo & Figueiras, 2010: p. 81), tendo como palco de acção o sistema democrático.

A esse propósito, Dornells (2002: s/p) lembra que nos sistemas democráticos, a comunicação política não deve ser “património dos governantes”, mas antes pelo contrário, deve ser alargada, envolvendo cidadãos, políticos e grupos de interesse. Nesse contexto de convivência de “igual para igual” entre políticos, jornalistas e cidadãos abre-se espaço para uma situação em que cada um dos elementos procura especializar-se com vista a ter maior grau de influência no fluxo comunicativo.

Tal como qualquer campo de estudo, actualmente, a comunicação política profissionalizou-se, centrando as suas análises no cruzamento das actividades jornalísticas e políticas, onde McNair (1995) identifica diferentes abordagens, com destaque para a gestão dos media, gestão da imagem, marketing político e gestão da informação.

Ora, contrariamente à abordagem ampla e abrangente a vários domínios da comunicação política, a comunicação governamental, por sua vez, é entendida como específica da gestão e monitorização da comunicação por parte de quem exerce o poder político. Portanto, como descreve Sanders e Canel (2010), a comunicação governamental refere-se apenas à gestão de comunicação dos gabinetes dos presidentes, primeiros-ministros e governos locais ou regionais:

⁷ Consultado na internet a 15 de Junho de 2016 [url] <http://ifilnova.pt/file/uploads/3b577510d120a9ad7a88d3df2ff06f72.pdf>

Comunicação de Governo refere-se à comunicação dos altos cargos e suas instituições superiores (Comunicação da Casa Branca; Porta-voz da 10 *Downing Street* ou Comunicação da Moncloa [Espanha]); Em termos operacionais, (...) entendemos por comunicação do governo a comunicação que implica o desenvolvimento e actuação de uma instituição política com função executiva. Isso vai desde a comunicação de um presidente, um primeiro-ministro ou um ministério à comunicação de um presidente de câmara, de um conselho municipal ou de um governo regional (Sanders & Canel, 2010: p. 12).

Contudo, numa outra abordagem Sanders e Canel (2010) reconhecem existir uma clara tendência para que os estudos da comunicação do governo se referirem, unicamente, ao executivo de nível superior, em termos de gestão da informação mediática e da retórica dos seus discursos, quando deveria ser mais abrangente a todo o circuito governamental, incluindo os ministérios e outras instituições de sua tutela. No mesmo diapasão, as duas autoras identificam alguns aspectos específicos do estudo da comunicação governamental, nomeadamente: (i) os contextos políticos (presidencialistas ou parlamentares); (ii) os prazos dos mandatos (enquanto uma empresa pode projectar sua identidade corporativa por um longo prazo, um governo dura quatro ou cinco anos, e, portanto, o seu plano de comunicação não pode ir além desse prazo); (iii) o facto de a comunicação governamental ocorrer sob alto escrutínio público (ao contrário da comunicação organizacional que tem uma audiência muito segmentada) e, finalmente (iv) o facto de chefes de comunicação nos ministérios governamentais poderem ser nomeados com base na cor partidária, em vez de se seguir o critério profissional (*Ibid*: pp. 13-14).

Independentemente da área de actuação do executivo, seja a nível ministerial, parlamentar ou presidencial, é ponto assente que a comunicação é, para qualquer governo, um factor decisivo de intermediação com os públicos. Porém, secundando Habermas (1996) e Guttman e Thompson (2004), a abertura e troca de argumentos dos cidadãos com o objectivo de alcançar o bem comum é somente possível em sociedades democráticas, onde “o debate público é essencial para esclarecer reciprocamente os interlocutores e a discussão encoraja os indivíduos e os grupos a articularem bons argumentos de modo que possam ser aceites pelos demais participantes da sociedade” (Correia, Ferreira & Espírito Santo, 2010: p. 59). Caso contrário, o campo político torna-se “deficitário em legitimidade e pode se anular” porque não sobrevive se desconectado do poder comunicativamente gerado na esfera pública (Gomes, 2008: p. 105).

Sendo assim, os meios de comunicação social devem fazer a mediação entre os políticos e os jornalistas mas de uma forma organizada, num ambiente em que as acções são planeadas, a implementação é monitorizada, os resultados são analisados e a acção governativa é ajustada, e assim sucessivamente.

Mas, mais do que nunca e no actual contexto de massificação das tecnologias e da internet, em que é também crescente o processamento de informação e comunicação dirigida, governar exige, invariavelmente e com maior intensidade, o intercâmbio de informações sobre as políticas, ideias e decisões entre governantes e governados. Daí não ser por acaso o forte investimento, na “profissionalização da comunicação do governo”, bem como o interesse em estudos sobre a comunicação do governo e conceitos afins, tais como relações públicas políticas, relações públicas governamentais e marketing político (veja-se, a título de exemplo, as publicações de Lee, 2008; Strömbäck, Mitrook & Kioussis, 2010; Strömbäck & Kioussis, 2011; Liu, Horsley & Levenshus, 2010; Horsley, Liu & Levenshus, 2010; Jackson, 2010; Seltzer & Zhang, 2011; Canel & Sanders, 2013)

Numa outra abordagem, Canel e Sanders (2013: p. 3) defendem que a comunicação do governo deve ser entendida em termos de relações públicas do governo cujo objectivo é, estrategicamente, estabelecer, construir e manter relações oficiais benéficas, entre governantes e cidadãos, e a sua reputação nas diferentes camadas sociais. Esta perspectiva baseia-se claramente na definição avançada por Strömbäck e Kioussis (2011: p. 8) segundo a qual as relações públicas políticas é o processo de gestão pelo qual uma organização ou actor singular, por razões políticas, através de uma comunicação e acção intencional, tenta influenciar e estabelecer, construir e manter relações e reputações benéficas com os seus principais públicos de modo a ajudar a apoiar a sua missão e atingir os seus objectivos.

Nesta linha de raciocínio, a comunicação do governo ou, se quiser, as relações públicas políticas não devem ser vistas como uma mera estratégia de gestão da opinião pública para ganho eleitoral. Pelo contrário, deverá ser percebida como ferramenta que procura instigar os cidadãos, envolvendo-os nas questões de interesse comum de forma mais proactiva e estratégica (Grunig & Hunt, 2003; Kioussis & Strömbäck, 2011).

Por outras palavras, a perspectiva teórica de relações públicas introduz no estudo da comunicação governamental a noção de “construção de relacionamentos” (Ledingham, 2011: p. 235), implicando, primeiro, a exploração de outros campos de interacção pública que conferem reputação e, segundo, a concepção de uma estratégia que delinieie toda a acção comunicativa orientada para o sucesso de qualquer estratégia governamental.

2.3. Relações públicas, o motor!

A discussão sobre a necessidade dos governos utilizarem uma estratégia de comunicação que os aproxime dos públicos é antiga e não pára de ganhar terreno. Aliás, os sistemas democráticos assim o exigem porque a administração pública não pode funcionar sem que

haja participação popular nas actividades governamentais. Para que funcione, a democracia precisa de cidadãos informados.

Nessa perspectiva, o recurso a um planeamento estratégico da comunicação deverá ser visto como uma ferramenta de diferenciação, agregando valor à promoção da boa imagem e credibilidade dos governos. A este propósito, Kunsch (1997) identifica o profissional de relações públicas como sendo o elemento mais indicado para exercer essa tarefa, uma vez que o seu campo de acção está direccionado para a análise dos planos da organização, neste caso, o governo, identificando problemas e oportunidades. Muitos outros autores, como por ex., Grunig e Hunt (1984), Lampreia (1999), Torquato (1985) e Gonçalves (2010), também consideram o especialista em relações públicas como sendo o profissional com perfil indicado para esse exercício.

Do ponto de vista teórico, apesar de existirem inúmeros estudos sobre a matéria (Harlow, 1976; Simon, 1984; Wilcox, Ault & Agee, 1992; Gordon, 1997; Cutlip, Center & Broom: 2001) é consensual a definição das relações públicas enquanto campo de gestão estratégica que identifica, estabelece, mantém e/ou melhora as relações mutuamente benéficas entre a organização e os públicos. Essas estratégias, indicadas para solucionar problemas previamente identificados ou para actuar em oportunidades que alavanquem as perspectivas organizacionais, visam sobretudo atingir objectivos tais como: modificar as percepções, crenças e opiniões do público para, conseqüentemente, provocar alterações no seu comportamento (Gonçalves, 2010: pp. 21-24).

Foi com a obra americana de James E. Grunig e Todd Hunt, *Managing Public Relations* (1984), que a visão do papel de gestor das relações públicas é alargada para uma perspectiva de comunicação simétrica bidireccional, que conduz a uma compreensão mútua entre a organização (emissor) e o público (receptor).

Oposto ao modelo simétrico bidireccional, os dois actores norte-americanos identificam o modelo de relações públicas assimétrico, de natureza unidireccional, que vigorou entre os anos 20-60 do século passado. Neste modelo, fundamentado por Ivy Ledbetter Lee (1877-1934)⁸ e Edward L. Bernays⁹ (1891-1995), sobressai a propaganda, a intuição e a experiência.

⁸ Ivy Ledbetter Lee (1877-1934): iniciou a sua carreira como jornalista de negócios mas depois firmou-se como agente de imprensa ao serviço de várias empresas. Considerado “pai das relações públicas” entendia que a promoção favorável a um cliente está dependente não só do bom trabalho de promoção mas também do posicionamento moral com que se desenvolve as actividades das RP. Lee inovou a actividade das RP da época introduzindo, por exemplo, a “política de portas abertas”, convidando os jornalistas a locais antes completamente interditos, como fábricas ou zonas de acidentes. Outra inovação foi também a preocupação em anexar a todas as informações produzidas para os jornalistas um documento que, para além de anunciar a sua intenção de comunicar com os jornalistas, realçava os valores subjacentes a essa mesma intenção: sinceridade, integridade e credibilidade.

⁹ Edward L. Bernays (1891 - 1995): teórico das RP apontado como precursor na procura de uma fundamentação científica das relações públicas. De entre vários livros publicados destaca-se a *Propaganda* (1928) que provocou muita discussão sobre o papel das RP nas sociedades democráticas. Segundo Bernays, o “conselheiro de relações públicas” deve desempenhar, de forma contínua e

Aqui a participação do receptor no processo de comunicação é nula. Já o modelo simétrico bidireccional, apregoado por Grunig e Hunt, em prática desde os anos 60, “caracteriza-se pelo uso da pesquisa para melhorar o conhecimento sobre os destinatários e assim configurar a mensagem mais adequada à estratégia a implementar” (Gonçalves, 2010: p. 28), favorecendo reciprocidade no acto comunicativo entre as partes.

Esta perspectiva é reforçada por Torquato (1985: p. 44) quando refere que:

A comunicação governamental é uma necessidade social, mais que uma infra-estrutura de sustentação do poder. Por sua rede, os segmentos sociais tomam conhecimento do que se passa nos diversos sectores do governo e, por seu intermédio, transmitem aos governantes suas expectativas e desejos. Deve ser entendida, pois, como via de duas mãos.

Ou seja, os governos procuram compreender e aplicar o conceito de comunicação em sentido lato, no sentido de troca e de partilha. Assim, para além de informar, de tornar pública a sua actividade, os governos apostam na criação de canais de comunicação permissíveis à manifestação de opinião por parte da sociedade, apresentando dúvidas ou sugestões de melhorias do sistema em prol do bem-comum.

A função das relações públicas, enquanto função de gestão nas organizações, foi aprofundada por Grunig na obra *Excellence in Public Relations and Communication Management* (1992). Na sua perspectiva, as relações públicas não podem ser pensadas senão enquanto “projecto de excelência”, como uma função de gestão fundamental para a eficácia global da organização (Gonçalves, 2010: pp. 41-42).

A teoria da excelência pressupõe que a consolidação da actividade das relações públicas depende essencialmente de uma maior abertura das organizações que permita a participação dos profissionais das relações públicas nos processos de planeamento estratégico. O modelo de relações públicas excelentes pressupõe igualmente um exercício fundado no fomento de compreensão mútua entre a organização e os públicos (interno ou externo) e no diálogo em caso de conflitos. A competência e iniciativa profissional são também de extrema importância no paradigma da excelência, uma vez que o profissional das relações públicas deve ser aquele que viabilize a convivência permanente entre a inovação e a rotina, a evolução e o retrocesso, a estabilidade e a instabilidade, a regeneração e a inércia (Gonçalves, 2013: pp. 65-66).

Os profissionais das RP devem, por isso, investir em reciclagem permanente das suas actividades, na medida em que o seu êxito dependerá da capacidade de movimentação, num

sistemática, a tarefa de controlar as massas na sociedade democrática. Com efeito, pressupõe-se que o profissional investigue as motivações das pessoas para identificar as mensagens com maior probabilidade de produzir os comportamentos desejados pelo emissor, através de mensagens persuasivas proferidas por líderes de opinião, especialistas ou figuras públicas favoráveis à empresa (emissor).

ambiente normalmente complexo, apostando na criação de estratégias para a solução de problemas práticos através da integração inteligente e criativa do conhecimento e da prática (Pérez Gómez 1992, apud Moreira & Pons, 2008: p. 169).

É relevante que o profissional das relações públicas seja capaz de inserir a comunicação governamental num processo produtivo, com a implementação de programas inovadores e eficazes de comunicação, tendo em vista um entendimento cordial entre a classe política e os públicos-alvo. Assim sendo, considera-se que as relações públicas são o motor de toda a máquina comunicacional pois as suas práticas imprimem dinamismo institucional, funcionando como principal indicador do posicionamento que qualquer organização deve ter em termos de imagem e de ideologia, numa altura em que as disputas políticas pelo poder são cada vez mais acirradas.

Portanto, a visão estratégica das relações públicas e sua função de mediação compreende a conquista e manutenção da credibilidade junto dos públicos, através dos meios de comunicação social. Esta aproximação requer, no entanto, que o profissional de relações públicas tenha um papel mais activo enquanto assessor de imprensa, na sincronização de interesses entre a organização e o ambiente envolvente (político, social, económico).

A revisão bibliográfica usada neste trabalho não clarifica os limites entre os campos da assessoria de imprensa e das relações públicas, daí considerar-se que são duas faces da mesma moeda, complementares, chegando a confundir-se um campo do outro:

O ofício das relações públicas abrange buscar a compreensão entre a instituição e os seus públicos, conciliar interesses, estabelecer interligação e diálogo. Dentro desse escopo, estão embutidas as actividades de assessoria de imprensa, que se dirigem especificamente a interlocução com a media noticiosa, mediadora, por sua vez, do relacionamento entre a organização e seus públicos mais amplos (Mafei, 2008, apud Mauad, s/d: p. 4).

Lampreia (1999: p. 69), defende que é o técnico das relações públicas o principal responsável pelo serviço de imprensa, sobretudo quando este é pensado como forma de responder a duas funções principais: comunicar e controlar. Na primeira, compete ao técnico fornecer toda a informação aos órgãos de comunicação social através dos meios de que dispõe (contactos pessoais, comunicados, conferências de imprensa, etc.), bem como prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados. Na segunda função, a sua responsabilidade está associada ao controlo e análise da informação veiculada pelos órgãos de comunicação social e à organização do respectivo arquivo.

À luz da teoria da excelência, acima referida, o exercício técnico das relações públicas circunscreve-se nas funcionalidades da assessoria de imprensa. Nestes termos, pode-se considerar a assessoria de imprensa uma especialização na área das relações públicas,

responsável por estabelecer comunicação entre a empresa e os seus públicos, através dos media, e a subsequente análise dos resultados e impactos dessa comunicação.

Saliente-se ainda que o trabalho dos assessores de imprensa se desenvolve em estreita ligação com as estruturas hierárquicas e que o seu vínculo é transitório, uma vez que “possuem, geralmente, uma ligação pessoal (amizade, afinidade política, etc.) com a pessoa com quem trabalham” (Deschepper, 1992: p. 27). Os profissionais que ocupam estes cargos são também, muitas vezes, ex-jornalistas ou tiveram formação em jornalismo que, para além da experiência profissional e do conhecimento do meio, detém uma agenda de contactos apreciável. Urge também lembrar que Canel e Sanders (2013: p. 3) chamam atenção para o facto de os assessores de imprensa poderem ser nomeados com base na cor partidária.

2.3.1. O profissional de relações públicas em acção

O protagonismo assumido pelos meios de comunicação social nos sistemas democráticos permite, de algum modo, que os cidadãos tenham conhecimento apenas de determinados temas de interesse dos mentores dos fluxos de informação, designadamente dos líderes de opinião, os prescritores ou, de um modo particular, dos assessores de imprensa.

Lendo este procedimento, no âmbito da sociologia do jornalismo, dentro da teoria sobre o *newsmaking*, pode afirmar-se que a assessoria de imprensa sabe tirar proveito da “capacidade espantosa [que a imprensa detém] para dizer aos seus leitores sobre o que pensar” (Cohen, 1963, citado por Traquina, 2000, p. 17). Apesar de se ter consciência deste facto, julga-se que a acção do profissional de assessoria deve, no entanto, seguir um determinado plano, que permita uma acção adequada a cada situação e, sobretudo, em momentos de crise.

Um trabalho continuado de assessoria de imprensa permite que o governo, bem como o seu presidente ou líder, crie um vínculo de confiança com os meios de comunicação e sedimentar a sua imagem de forma positiva no espaço público. Lloyd e Lloyd (1995: p. 45) alertam para a necessidade de o profissional de relações públicas ter sempre presente a importância da opinião pública no seu plano de comunicação, o qual deve procurar estabelecer um equilíbrio entre o governo e os cidadãos.

Contudo, a pressão sofrida pelo deste profissional que, a todo o custo, procura “moldar a opinião pública”, ocupando os espaços noticiosos com artigos favoráveis sobre os governantes, deu lugar a um exponencial aumento das mensagens negativas sobre os protagonistas políticos (Blumler, 1990: p. 104). Desse modo e em resposta a este desgaste e desinteresse público relativamente às elites políticas, com impacto directo nos níveis de participação política do cidadão, os profissionais de Relações Públicas devem apostar na gestão de informação no sentido de reverter a situação a bem de uma perspectiva de diálogo social, conforme sugere o paradigma grunigiano já aflorada nesta tese (Grunig & Hunt, 1984; Gonçalves, 2010).

Julga-se pertinente fazer referência, nesta discussão, a algumas condicionantes à acção do profissional de relações públicas levantadas por um conjunto de estudos (Liu & Horsley, 2007; Horsley, Liu, & Levenshus, 2010; Liu, Horsley & Levenshus, 2010), segundo os quais há diferenças de actuação entre os que operavam nos governos e nas empresas, no que diz respeito: (i) aos orçamentos (os governos apresentam limitações orçamentais para a área da comunicação); (ii) a capacidade de influência pública; (iii) no volume de trabalho (na política a assessoria de imprensa é ininterrupta); (iv) na atenção/pressão pública; (v) na interacção com outras organizações; (vi) na pressão dos jornalistas; (vii) na cobertura crítica e de avaliação de cobertura; e (viii) no impacto legal das acções de comunicação.

Apesar destes desafios, entende-se que o norte da acção do profissional deve basear-se no interesse mútuo e no bom senso, directriz que é, aliás, reforçada pela obra *Political Public Relations* (2011), editada por Jesper Strömbäck e Spiro Kioussis. Estes autores sugerem uma relação entre a assessoria de imprensa e o jornalista caracterizada pela compreensão, confiança e respeito, bem como a pertinência de criação de eventos, visando a reputação dos órgãos políticos e estabelecimento de ambiente de entendimento mútuo entre as partes envolvidas no diálogo político.

Assim sendo, a relação de confiança entre o assessor de imprensa e os jornalistas deve pautar-se por um contacto permanente, não se limitando apenas aos momentos em que se tenciona promover determinada informação. Esta prática irá, certamente, potenciar maior apetência ou disponibilidade de o jornalista divulgar as acções de promoção dos eventos criados pelo assessor de imprensa no seu pressuposto de conferir boa imagem e reputação à sua organização, neste caso o governo.

Por causa da selecção de materiais favoráveis ao interesse do emissor e pela supressão das informações desfavoráveis, induzindo a cobertura noticiosa de determinado evento a partir de textos previamente redigidos (ex. comunicados de imprensa; discursos), não poucas vezes o trabalho do assessor de imprensa é equiparado a actividade de propagandística (Boorstin, 1961; Herman & Chomsky, 1988; Michie, 1998; Miller & Dinan, 2008; e Littlewood, 2002).

No entanto, Ribeiro (2013: p. 201) faz referência ao facto dos regimes democráticos limitarem a referida “propaganda” através de instrumentos éticos e legais, tendo sido criados para o efeito, pelo menos no Ocidente, organismos públicos para controlar e limitar a acção da assessoria de imprensa das relações públicas, da publicidade e, mais recentemente, das redes sociais. Em todo o caso, entende-se que um bom relacionamento entre o assessor de imprensa e o jornalista potencia resultados favoráveis aos objectivos comunicacionais do governo pois, entre outros, ajuda a avaliar e monitorar de que forma o jornalista gosta de receber as informações, bem como os temas que interessam às redacções, em determinado momento.

Para tal, o assessor de imprensa recorre a técnicas de relações públicas que, como abaixo se discrimina, visam, acima de tudo, promover as políticas governamentais, fazendo circular mensagens em que se ressaltam aspectos positivos e se minimizam os negativos, através de acções como:

Fornecer informações parciais pelo uso de citações citáveis; utilizar a redundância para limitar a discussão pública sobre um determinado assunto; editar *press releases* com os factos principais e citações apresentadas como factuais; ou produzir vídeos para jornalistas de televisão e gravações para os de rádio, de forma a condicionar a elaboração das notícias (Ericson, Baranek, & Chan, 1989: p. 383).

2.3.2. *Modus operandi* das relações públicas

A institucionalização da comunicação nos órgãos governamentais que Gurevitch e Blumler (1990) designaram de “processo moderno de publicidade política”, foi efectivada com a inauguração de Gabinetes de Imprensa (ou de relações públicas).

Os primeiros gabinetes de imprensa surgiram na arena política no início do século XX (anos 20 e 30), primeiro nos Estados Unidos e depois na Europa, em resposta à necessidade de se ter alguém, um “*gate-keeper*”, entenda-se “porteiro”, montado pelo governo para intermediar, mas sobretudo controlar, o fluxo informativo sobre a sua acção. Aliás, por essa altura despontavam nas sociedades ocidentais fortes contestações contra o liberalismo económico e o monopólio industrial nas mãos de um grupo restrito de empresários. Com o desenvolvimento das telecomunicações e expansão da imprensa, a opinião pública passou a ter acesso a informações sobre escândalos políticos e esquemas obscuros no sector empresarial e industrial. De modo que:

As pressões do meio envolvente obrigaram as grandes empresas a abandonar a sua postura de secretismo nos negócios e a contratar os chamados “agentes de imprensa” - a sua função seria disseminar informação (*publicity*) que combatesse as acusações nos jornais. Estavam, assim, criadas as condições para o surgimento de empresas de *publicity*, precursoras das actuais agências [Gabinetes] de relações públicas, e onde Ivy Lee - que é considerado o pioneiro das relações públicas - dá os seus primeiros passos profissionais (Gonçalves, 2010: p. 29).

Diz-se que a fase inicial das Relações Públicas é essencialmente propagandística, em que tudo se fazia para promover personalidades, produtos ou ideias recorrendo a pseudo-eventos e a mensagens que podiam não condizer com a realidade. Esta acepção foi confirmada no estudo de Pfetsch (1999), segundo o qual o protagonista do processo comunicativo é apenas o Emissor (Políticos).

A consciencialização das elites do poder de que não podiam mais ignorar o impacto das mudanças sociopolíticas em curso, em meados do século XX, precisamente a partir dos anos 60, reconfigurou o perfil dos Gabinetes especializados com contacto com os públicos, através

da comunicação, abandonando as mensagens persuasivas com a adopção de um modelo fomentador de partilha de informação. Ainda assim, apesar do novo paradigma de partilha, de comunicação no verdadeiro sentido da palavra (tornar comum), urge sublinhar que o fim último destes sectores é o de passar uma boa imagem e reputação da sua instituição, pelo que é ainda encoberta a intensão das elites influenciarem o contexto comunicativo a seu favor. Por isso, enquadra-se neste trabalho a definição de Serrano (2002) sobre os Gabinetes de Imprensa como sendo “fontes de Informação activas, organizadas e, habitualmente estáveis, que cobrem as necessidades de informação, quer internas, quer externas, de organizações e pessoas que desejem transmitir uma imagem positiva para influenciarem, a seu favor, a opinião pública” (*Ibid*: p. 36).

Por seu turno, Torquato (1985: pp. 51-52) sublinha que a importância destes gabinetes de imprensa reside na sua função de levar ao governo as expectativas da sociedade e, ao mesmo tempo, ajustar os seus programas. Para o autor, se surgirem diferentes versões sobre um mesmo caso na imprensa/sociedade, pode-se repartir a imagem governamental e daí a necessidade dos Gabinetes de Imprensa harmonizarem toda a sua comunicação.

Face à intensa competição política e crescente volatilidade das sociedades, a legitimação e manutenção do poder político deu aos Gabinetes de Imprensa maior importância e responsabilidade até porque a sua actividade é um processo com muitos riscos e incertezas. Por isso, a gestão de contingências deve pautar-se por um mapeamento das acções que permitam dar um resposta adequada a cada situação que ocorra, sobretudo em momentos de crise.

Em termos gerais, compete a estes sectores especializados do Governo desenvolver um quadro de análise da comunicação através de planeamento estratégico e gestão da qualidade, observando três aspectos básicos, nomeadamente, estrutura, processos e resultados. Neste caso, a estrutura refere-se ao conjunto de condições em que uma actividade tem lugar; os processos são o conjunto ordenado das acções voltadas para um resultado específico; e os resultados são os resultados ou consequências de processos (Sanders, Canel & Holtz-Bacha, 2011: p. 527).

De entre as várias actividades correntes dos profissionais de relações públicas destacam-se as seguintes:

a) Envio de comunicados de imprensa (*press release*) e confirmação de sua recepção (*follow up*): a tónica do comunicado que se envia à imprensa é a informação. Nunca se deve pretender ver nele a notícia acabada, mas apenas matéria-prima que o jornalista trabalhará e aprofundará (Kunsch, 2003: p. 193). Nos dias que correm, as novas tecnologias assumem um papel muito importante também na produção desta informação, nomeadamente no que diz

respeito às questões gráficas e de imagem. Neste contexto, uma fotografia pode fazer toda a diferença, podendo mesmo assegurar “uma melhor posição na página de um jornal ou de uma revista ou encorajando um editor a fixar um espaço extra para a história” (Costa, s/d, p. 76). Ademais, o envio de comunicados de imprensa está hoje facilitado pelo uso do correio electrónico.

Em síntese, o *press release*, querendo assumir-se como um “quasi-news article” (Catenaccio, 2008: p. 17), deve, obrigatoriamente, reunir os critérios de veracidade, interesse público, novidade, disponibilidade de fontes, adequação e, em alguns casos, exclusividade (Duarte, 2004: p. 287). Ribeiro (2013: p. 216) sugere que a composição do *press realese* não ultrapasse as 400 palavras e os seis parágrafos:

Ou seja, agrupando módulos informativos estanques e delimitados no conteúdo. Deste modo, permite-se que as redacções mudem e reorganizem facilmente o texto. Há também arranjos gráficos, como os espaços entre os parágrafos e o destaque do título, que são desenvolvidos deliberadamente para tornar o texto mais próximo da notícia final ou mais modelável pelo *gatekeeper*.

Na perspectiva deste autor, o *press realese* é uma ferramenta altamente eficiente, de baixo custo, difundida em tempo real, de profusão global, que possibilita um rápido feedback, capitalizando os seguintes: (i) anunciar um evento; (ii) promover uma ideia pessoal ou corporativa; (iii) conter uma crise; (iv) fornecer informação ao consumidor/eleitor; (v) lançar um novo produto ou serviço; (vi) lembrar um produto existente; (vii) cessar o fornecimento de um serviço já existente; (viii) anunciar eventos próximos; (ix) consubstanciar relatórios sobre eventos passados; (x) acolher novos membros da equipa; e, por último, (xi) divulgar prémios e méritos (Ribeiro, 2013: pp. 215-216).

O sucesso desta actividade depende do trabalho de “*follow up*”, que permite confirmar se a mensagem enviada (por email, correio ou em mão) realmente chegou ao destinatário correcto (Mauad, s/d, p.8).

b) Manter um bom relacionamento com os media e uma *mailing list* organizada e actualizada:

É importante que o assessor de imprensa mantenha a sua lista com os contactos dos jornalistas organizada, mas também que a actualize periodicamente. Um bom relacionamento com a imprensa pode ajudar sobretudo em momentos de crise. É comum, nesses períodos, que matérias negativas sobre a instituição visada sejam amplamente divulgadas pelos media. Se o assessor inspirar confiança e credibilidade junto dos jornalistas, os efeitos dessa crise podem ser minimizados ou ultrapassados, sem que a imagem da organização seja demasiadamente afectada. Kunsch (2003) aconselha aos assessores de imprensa contactos

peçoais com os jornalistas, visitas às redacções (e vice-versa) e a organização de eventos que podem ajudar no estabelecimento de uma melhor relação entre as partes.

c) Acompanhar as publicações sobre a sua instituição na imprensa: *clipping*

Todo o material que é publicado, na televisão, nos jornais, nas revistas, nas rádios e na Internet, deve ser recolhido e prontamente arquivado. O *clipping* é muito importante não só porque permite a criação deste arquivo de informação, mas também porque permite avaliar o trabalho do assessor. O *clipping* pode ainda ter uma função estratégica, por exemplo, em momentos de crise. Tendo todas as matérias organizadas, facilmente se pode recorrer a elas para confirmar dados e refutar ou fundamentar determinada informação a favor da organização.

d) Preparar entrevistas e conferências de imprensa

As entrevistas e conferências de imprensa são frequentemente promovidas para potenciar efeitos de divulgação (Mafei, 2008 apud Mauad, s/d, p. 9). Por um lado, a entrevista aprofunda temas e, como tal, garante espaço na publicação e, subsequentemente, maior visibilidade. Por outro, as conferências de imprensa podem suscitar interesse jornalístico para outras matérias de investigação. Em última análise, tanto uma como outra podem ser consideradas como acontecimentos de autopromoção planeados para serem cobertos pelos media.

Nestas ocasiões, pode ser importante a distribuição de *press-kits* com informações de auxílio para o jornalista na produção das peças. No entanto, o recurso a este material é mais frequente em situações específicas, como na divulgação de informações financeiras ou médicas.

Por forma a evitar episódios de desgaste público dos governantes é salutar o político furtar-se do confronto das questões livres dos jornalistas, promovendo as entrevistas previamente preparadas e, se possível, combinadas e delimitadas quanto ao conteúdo (Ornstein & Mann, 2000: p. 220).

e) Produção de materiais de divulgação

Este procedimento é mais virado para a comunicação interna e visa, essencialmente, estimular o diálogo entre hierarquias e trabalhadores. Pode também servir de fonte de informação exterior quando determinada informação, ainda que tratada para o consumo interno, suscite interesse público.

Estas actividades não podem ser desenvolvidas aleatoriamente. Com vista a atingir os resultados pretendidos pelas elites do poder político, uma boa comunicação governamental deve guiar-se por um planeamento estratégico das actividades em sintonia com o ambiente envolvente. O planeamento das actividades deve ser encarado como um mecanismo fulcral, quer do ponto de vista normativo (porque estabelece prazos e metas por cumprir), quer numa perspectiva de orientação (porque estabelece o foco e rumo a seguir), tal como se explica no ponto que se segue.

Urge referir que, este conjunto de actividades de assessoria de imprensa que visa, em última instância, gerar informação noticiável nos meios de comunicação social e, quiçá, conferir destaque dos temas políticos, é actualmente confiado aos *spin doctors*¹⁰ tidos como “comunicadores especializados na arte de influenciar a cobertura dos media noticiosos” (Traquina, 1993: p. 14).

2.4. Planeamento estratégico: o bastidor da comunicação

Desde os primeiros estudos realizados nos EUA (Lasswell, anos 20, Lazarsfeld, anos 40-50, Klapper e McCombs e Shaw, anos 60 e 70), que a concepção de comunicação estratégica tem estado associada a uma visão processual. Quer isto dizer que para alcançar os objectivos estipulados, toda a comunicação deve obedecer a um plano. Embora se reconheça a existência de pequenas variantes na definição, opta-se aqui por uma das primeiras acepções de comunicação estratégica defendida por Lazarsfeld enquanto:

Conjunto de acções comunicativas intencionais que são alvo de uma planificação, envolvem a utilização de media diversos, ocorrem num tempo mais ou menos limitado e visam, através da mudança dos indivíduos (das suas crenças, atitudes, comportamentos), realizar objectivos institucionais ou organizacionais (Lazarsfeld, 1948 apud Coelho, 2005: p. 8).

Mais de meio século depois, mesmo com a evolução e sofisticação da área, a essência estratégica da comunicação se mantém, assim como o seu propósito de construção de uma imagem e identidade fortes e positivas das organizações. Na prática, a noção de estratégia

¹⁰ Tida como a profissionalização da comunicação política mas com algumas nuances associadas a manipulador, conspirador, propagandista, o “*spin doctoring* é a forma mais comum das relações públicas políticas e eleitorais, assim como de gestão de relacionamento dos políticos, partidos e governos com o eleitorado” (Moloney, 2000: p. 104). O *spin doctoring* assegura a eficácia da mensagem política ao torna-la mediatizável, em função do interesses dos políticos. No âmbito desta tese importa realçar que, apesar de imprimir algum dinamismo na comunicação entre os políticos e os cidadãos, o *spin doctoring* pode ser visto como contrário ao modelo de relações públicas de Grunig e Hunt (1984), que prevê uma relação simétrica bidireccional entre os comunicadores e os receptores. Lembre-se que modelo gruniguiano é assente no interesse mútuo, na moral e bom senso e não em estratégias para captar o interesse público pela causa política.

implica, antes de mais, “a ideia de gestão criteriosa de recursos para alcançar um alvo” pelo que demarca-se de “mera resolução pontual, precisamente por se incorporar num discurso de acção... seguindo um guião e uma narrativa” (Rei, 2002: pp. 18 - 23). Quer isto dizer que a comunicação estratégica funde-se num plano onde se encontram agregadas as principais linhas de acção com vista à promoção e visibilidade positiva de determinada entidade.

Assim, a partir de uma estrutura baseada em princípios¹¹ como os de *eficiência* (em que os objectivos são atingidos com o mínimo de problemas), *eficácia* (em que os resultados se ajustam às escolhas e tomadas de decisão) e de *efectividade* (que garante um ambiente estável para a obtenção dos objectivos), o planeamento estratégico das actividades deve processar-se de forma contínua e em sintonia com o ambiente envolvente, de modo que a tomada de decisões no presente traga resultados eficazes no futuro (Kunsch, 2003: p. 214).

Para além de Kunsch (2003), Xifra (2005) e Caetano e Rasquilha (2007) são unânimes na perspectiva processual e de cumprimento disciplinado (monitoramento) das tarefas do plano comunicacional das organizações. Só dessa forma, de acordo com estes autores, é que se poderão alcançar benefícios e minimizar custos.

Compete ao Gabinete de Imprensa ou de Relações Públicas operacionalizar todo o aparelho estratégico de comunicação governamental, visando o intercâmbio entre o Governo e os públicos. Seu objectivo primordial é levar à opinião factos de significação ocorridos na esfera governamental (Torquato, 1985: p. 44). Este exercício de assessoria mediática deve, para além de criar fluxos de informação através dos pseudo-eventos, procurar dar unicidade aos programas, evitando a fragmentação da obra governamental. É igualmente desejável que enverede por procedimentos susceptíveis à criação de bases e condições que permitam ao Governo um sólido e eficaz relacionamento com a sociedade.

Com efeito, são inúmeros os manuais que sugerem etapas que o processo de planificação e gestão da comunicação estratégica deve obedecer. Gonçalves (2013) sugere que, tendo em vista a elaboração de estratégias de comunicação que vão ao encontro do interesse público, nas suas variadas facetas (comunicação com os media, comunicação com a comunidade, comunicação financeira, etc.), qualquer organização deve desenvolver a sua comunicação numa perspectiva de gestão ou de assessoria a gestão. Nessa lógica, o processo de planificação da comunicação estratégica, sob o escopo das relações públicas, segue as seguintes fases (*Ibid*: pp. 37- 40):

1. *Análise do meio envolvente e definição do problema*: a empresa reúne e interpreta a informação sobre si e o meio onde se insere de forma a identificar problemas de relações públicas;

¹¹ A autora Margarida Kunsch (2003) estabelece, secundando actores como Koontz e O'Donnell (1982) e Oliveira (2002), quatro princípios gerais do planeamento: a contribuição para os objectivos, as funções de precedência, abrangência e eficiência. Porém, a autora define como fundamentais a este processo, para além do princípio da eficiência, os da eficácia e da efectividade (Kunsch, 2003: pp. 204-205)

2. *Determinação de objectivos e estratégias*: com base nas informações retiradas da primeira fase, são definidas as estratégias mais indicadas para solucionar os problemas identificados;
3. *Implementação das estratégias de comunicação*: aqui são desenvolvidas, continuamente, as estratégias de comunicação, previamente delineadas, com os públicos interno e externo. Destacam-se neste patamar, entre outros, actividades como assessoria de imprensa, comunicação interna, assessoria à direcção da organização;
4. *Avaliação dos efeitos dos programas de comunicação*: onde é feita a análise dos efeitos que as mensagens da organização provocaram no meio envolvente. Consoante os resultados obtidos, o processo recomeça, quer com reajustes, quer seja através da identificação de um novo problema. Com efeito, este processo de planificação das relações públicas rege-se pelo princípio de circularidade, tal como o esquema abaixo demonstra:

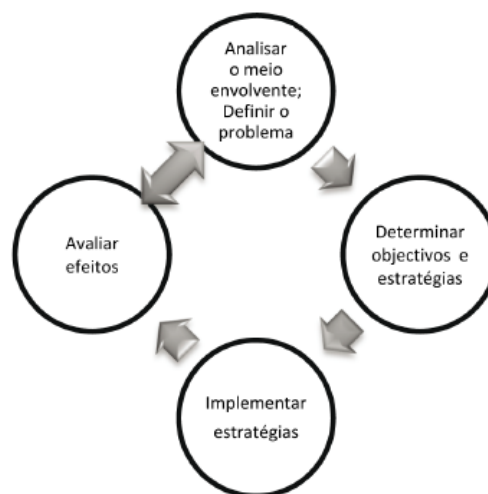


Figura 1: Processo de relações públicas. Fonte: Gonçalves (2013: p. 40).

Este trabalho de bastidores é de suma importância para que qualquer actividade alcance o sucesso desejado. No campo da comunicação política é costume definir este quadro processual como “plano de marketing estratégico” (Lampreia & Caetano, 2009: p. 31). Conscientes do alto nível de exigência e de atenção públicas relativamente à administração pública, é fundamental que qualquer plano estratégico governamental considere os cidadãos como elementos activos no processo de comunicação. Isso implica que se crie um espaço de

diálogo, onde se promova uma comunicação “nos dois sentidos”, portanto bidireccional, através de um canal comunicativo interactivo, com um forte estímulo à participação e debate em torno dos assuntos da actualidade. Um contexto comunicativo, enfim, propício a “um clima de entendimento mútuo e de confiança” (Gonçalves, 2010: p. 59).

Os pontos estratégicos acima descritos são indicados para solucionar problemas previamente identificados, visando sobretudo atingir objectivos, tais como: modificar as percepções, crenças e opiniões do público para, conseqüentemente, provocar alterações no seu comportamento (Gonçalves, 2010: p. 41).

Nestes termos, é quase certo que a conjugação da estratégia de comunicação irá garantir uma maior visibilidade à comunicação governamental, fomentar o interesse de participação pública nos debates públicos, bem como influenciar e até controlar os fluxos da informação a favor do executivo.

A iniciativa das Presidências Abertas de Armando Guebuza, o objecto de estudo desta tese, é um exemplo de um pseudo-evento planeado para ocupar grandes espaços na cobertura mediática. Terá sido no âmbito deste conceito que a comunicação governamental de Moçambique traçou a referida estratégia para dar maior visibilidade ao Presidente da República, influenciando, por um lado, os fluxos de comunicação, sobretudo nacionais, e, por outro, convocando a atenção pública para a causa política.

Capítulo III. Retórica & relações públicas

A atenção deste capítulo centrou-se nas contribuições teóricas sobre a preocupação dos políticos obterem resultados, em termos de projecção da boa imagem política, por meio dos argumentos persuasivos inscritos nos seus discursos públicos (Aristóteles, 2005; Perelman & Olbrechtstytceca, 2007; Fairclough, 2000).

Nessa óptica, a revisão bibliográfica desta temática sustenta que não bastará que o orador leve o auditório a concordar com a sua tese, é igualmente imprescindível que se certifique que a adesão obtida configura a acção pretendida ou, no mínimo, a predisposição de a realizar. Tal feito, argumenta-se, é condicionada pelo carisma da comunicação, no caso concreto o Presidente da República, Armando Guebuza. Quanto melhor o comunicador (*ethos*) persuadir, maior é a possibilidade de granjear apoios à sua tese.

Nesse contexto, os pressupostos teóricos aqui expostos permitiram compreender de que forma as elites políticas procuram, através de uma arquitectura textual e estilo próprios, estabelecer mecanismos com o intuito de atrair a atenção dos cidadãos. Ademais, no conjunto das partes que compõem este capítulo, sobressai também a ideia de que todo o discurso é um dispositivo de poder, na medida em que se traduz como uma prática política e de acção governativa, com duas formas diferentes de implementação: uso promocional e uso dialógico.

3.1. Retórica e persuasão

Tal como sugere Gomes (2008: p. 346), para que os sistemas democráticos funcionem com eficiência e vitalidade precisam-se de pessoas educadas, da prática de conversação e da discussão entre os próprios cidadãos. Nesse sentido, e já na óptica de Sousa (2002: p. 11), o interesse pela eloquência e oratória tem registado um crescimento explosivo nos últimos tempos, não só na arena política mas na sociedade em geral, sendo que “de nada servem as demonstrações puramente científicas, sendo imprescindível recorrer à retórica para obter o entendimento” (*Ibid*: p. 16).

Parte-se do princípio que a comunicação política é persuasiva por natureza e, como tal, não deve ser confundida com a comunicação de carácter informativo e nem tão pouco de natureza científica. Na verdade, a comunicação, tal como argumenta Habermas (1994: p. 436), não é especializada em nada e, através dela, os políticos procuram captar a atenção e interesse dos públicos para a discussão de vários temas, influenciando-os nas suas decisões colectivas. Com efeito, o acto de persuadir da comunicação política pressupõe que os públicos compreendam e saibam avaliar os argumentos apresentados (Sousa, 2002: p. 146).

Todavia, a coexistência pacífica das sociedades, baseada na constante interpretação, avaliação e alteração de comportamento, é somente possível em sociedades democráticas onde há espaço para a comunicação e é, efectivamente, possível a resolução de discórdias através do uso de palavras. É através das palavras que a acção ganha o seu significado e, nesse sentido, entende-se a comunicação como sendo constitutiva da política, porque sem ela os actos não ganham significado, nem revelam a intenção de o fazer. Se noutras actividades humanas o discurso [palavras] pode ter um papel secundário, apenas demonstrativo ou informativo, na política o discurso faz parte do agir porque é revelador do sujeito, não sendo apenas a descrição de feito qualquer, mas um feito em si mesmo (Jorge, 2014: 92).

Quer isto dizer que a política não deve ser reduzida a uma mera actividade discursiva, uma vez que, ela mesma exerce um papel fundamental para o desencadeamento de uma acção. Com efeito, torna-se imperiosamente necessário que o sujeito (personalidade política) invista numa estrutura argumentativa persuasiva «que leve à anuência da vontade e correspondente acção» (Sousa, 2002: p. 7).

Sendo a política uma luta pelo poder através do discurso e da comunicação, ela incorpora em si a essência da retórica, por meio da qual se procuram criar sentidos e influenciar o próximo nas decisões colectivas.

A acção que ele [discurso] inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o acto possa ser percebido na sua manifestação física e bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada, na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer (Arendt, 2001: p. 227).

Embora não haja consenso na definição sobre a retórica, é unânime, desde as contribuições de Górgias (427 a.C.), dos sofistas, da academia de Platão, passando pela Retórica de Aristóteles (2005) e também pelo tratado de Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006), entre outros autores, o pressuposto de que o seu campo de estudo explora as técnicas da comunicação com fins persuasivos. É verdade que este campo de estudo tem raiz na fundamentação de Aristóteles que define a retórica como sendo a “capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (Aristóteles, Retórica,1355b).

Apesar da existência de variantes da retórica, designadamente sofista e platónica, é a retórica aristotélica que mais se destacou ao longo da história. A contribuição de Aristóteles no desenvolvimento da argumentação é, até hoje, objecto de estudo de vários autores.

Considera-se que a grande inovação de Aristóteles foi dar lugar ao argumento lógico como elemento central na arte da persuasão, “na medida em que se trata de uma retórica de prova, do raciocínio, do silogismo retórico, isto é, de uma teoria de argumentos persuasivos” (Júnior, 2005: p. 34). Um outro aspecto de realce tem a ver com o facto de a retórica aristotélica se apresentar como uma técnica aplicável a qualquer assunto pois proporciona,

simultaneamente, um método de trabalho e um sistema crítico de análise utilizáveis não só na construção de um discurso mas também na sua interpretação.

Mas é no *Tratado da Argumentação* (2006) de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, que o conceito de retórica ganha um novo ímpeto com o surgimento da Nova Retórica, embora os dois actores assumam parte significativa das contribuições aristotélicas. Portanto, enquanto Aristóteles define a retórica como técnicas persuasivas usadas pelo orador “dirigindo-se a uma turba reunida na praça pública, a qual não possui nenhum saber especializado e que é incapaz de seguir um raciocínio um pouco mais elaborado” (Perelman, 1993: p.24), na nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, os discursos são dirigidos a diferentes auditórios, quer se trate de reuniões públicas, de um grupo fechado, de um único indivíduo ou até de nós mesmos. Ou seja, “a teoria da argumentação concebida como uma nova retórica cobre todo o campo discursivo que visa convencer ou persuadir seja qual for o auditório a que se dirige e a matéria a que se refere” (*Ibid*).

Actualmente, em sociedades que vivem sob um intenso fluxo de informação e comunicação, sem com isso significar um conhecimento pleno dos conteúdos em circulação, a construção dos argumentos discursivos deverá ter em conta a predisposição dos auditórios, investindo-se, sobretudo, em estratégias que reforcem a adesão dos mesmos às teses do orador. Desse modo, a persuasão surge associada à retórica, de tal modo que com ela se confunde. Porém, o que verdadeiramente persuade é a argumentação, pois são as razões nela invocadas que levam à adesão do auditório.

É também verdade que, com o advento dos sistemas democráticos em quase todo o mundo, o interesse pela eloquência e boa argumentação tem registado um crescimento exponencial, não só na classe política mas também junto dos cidadãos, de um modo geral. Contudo, nem toda a gente é capaz de falar em público com brilho e eficácia ou de escrever de forma convincente.

Em todo o caso, a argumentação supõe uma língua comum, que permite que os indivíduos se compreendam. Mas isso não esgota, de modo algum, tudo o que pode ser referido relativamente à linguagem e a sua utilização. Ademais, na argumentação é indispensável que se dedique atenção ao receptor, “o outro”, e o seu estado de espírito, não podendo simplesmente presumir-se que o que é dito é uma palavra de ordem, pois o interlocutor/auditório tem sempre a possibilidade de não aderir aos argumentos apresentados. Portanto, não se pode reduzir a argumentação a uma simples enunciação de palavras supostamente verdades com o intuito de captar a atenção daqueles que lhe são expostos. Ou seja, a argumentação cria significados e não os demonstra, visando cativar a atenção do público ou intensificar a adesão já existente:

Uma argumentação eficaz é aquela que consegue aumentar essa intensidade de adesão de forma a desencadear nos ouvintes a acção que se tem em vista (acção positiva ou abstenção), ou pelo menos criar neles uma disposição para a acção,

que se manifestará no momento oportuno” (Perelman & Olbrechtstyecca, 2006: p. 54).

Entende-se, portanto, que a argumentação implica estímulo à acção, pressupondo uma escolha sobre decisões futuras. Por isso, não é por acaso que a argumentação, própria da retórica, diz Perelman (1993), procura estabelecer, pela persuasão, não o que é evidente mas o que é apenas verosímil. A racionalidade retórica do verosímil assenta fundamentalmente na regra dita do melhor argumento, segundo a qual o auditório aceita como verosímil tudo aquilo que resulta de um argumento conscientemente persuasivo (Serra, 2015: p. 159).

Não se confunda, no entanto, que persuasão (do latim *persuadere*) denote a intenção de iludir ou prejudicar, nem tão pouco a de desvalorizar a aptidão cognitiva e accional do persuadido. Antes pelo contrário, a persuasão deve significar o confronto de argumentos ou razões invocadas que podem merecer acolhimento ou serem liminarmente refutados. Porém, sublinhe-se, como em tantas situações comunicacionais, a manipulação pode, eventualmente, instalar-se nos discursos persuasivos (Sousa, 2002: pp. 146-147).

Aliás, segundo Fawkes (2006), existem, na contemporaneidade, cinco conceitos-chave que determinam a eficácia da persuasão, nomeadamente (i) A *intenção* que desencadeia o acto e que “se possível deve ser positivo e bem-intencionado”; (ii) o *livre arbítrio* “sem constrangimentos”; (iii) a *verdade* que deve ser uma norma fundamental porque o oposto traz sempre prejuízo; (iv) a *autonomia das audiências* porque o diálogo favorece a persuasão; e (v) a *ética comunicacional* porque aumenta a credibilidade da fonte (*Ibid*: pp. 271 e 272).

Visando construir um significado em si mesmo pelo acto persuasivo “seja qual for o auditório a que se dirige e a matéria a que se refere”, para Perelman (1993: p. 24), o discurso político configura-se como um pendor estratégico a partir do qual se decide a melhor maneira de o orador ser interpretado pelo seu auditório. Isso deve-se ao facto de a persuasão ser natural em comunicação e relevante para a actividade democrática, já que a escolha de palavras consistentes tem um valor interpretativo, que altera a compreensão do público sobre um determinado assunto (Martinelli, 2011).

Contrariamente à concepção clássica da demonstração, que se limita ao exame dos meios de prova através da lógica formal que lhes são inerentes e que por isso também não dependem de qualquer aceitação do auditório, é com a argumentação que o discurso político ganha maior vigor. Ou seja, na argumentação a discussão é sempre presente e, com ela pretende-se provocar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que lhe são apresentadas.

Por essa razão, considera-se que a comunicação na arena política não pode restringir-se a uma simples demonstração mecânica dos factos. Antes pelo contrário, deve ser um espaço de debate e congregação de argumentos onde todos participam em pé de igualdade intelectual:

da mesma forma que ouvir os argumentos do outro é aceitar essa mesma igualdade, de que não se está diante de palavras de ordem, e mesmo que não se concorde inicialmente, mostrar-se disposto a admitir que o outro ponto de vista pode eventualmente ser válido. Assim, ao serem envolvidos, os públicos tornam-se elementos importantes da opinião pública: não só partilham conteúdos como defendem ou atacam pontos de vista, influenciam e são influenciados pelos argumentos que trocam entre si (Earl & Waddington, 2012).

É, efectivamente, neste jogo de argumentos públicos que se forma a opinião pública e, com pretensões de fazer vincar as suas teses, a classe política procura desenvolver estratégias e linguagens para influenciar e até mesmo determinar a agenda temática da discussão pública: o que se deve e como pensar os assuntos da sociedade.

Na verdade, é imprescindível que haja uma conjugação de esforços no que concerne à credibilidade e características do orador, bem como as técnicas e construção de mensagens para que se atinjam os efeitos desejados que, tal como se secundou, deve ser nada mais que o incitamento à acção do auditório. Até porque a comunicação de cariz político insere-se no mundo social e visa legitimar uma determinada tese e, por isso é argumentativa/persuasiva em si mesma.

3.2. Perspectivas retóricas das relações públicas

No campo das relações públicas, a retórica tem dado o mote a vários estudos. A crescente preocupação do campo político em granjear votos e simpatias do eleitorado traduz-se na procura de estratégias persuasivas para aumentar, ou pelo menos manter, a sua popularidade na sociedade. Cada vez mais os políticos estão preocupados em falar bem, mas falar bem com eficácia, ou seja, obter resultados em termos de votos e projecção política, fortemente condicionada pelos seus argumentos persuasivos.

Sabe-se que a aproximação das relações públicas à estratégia persuasiva e argumentativa é herdada da retórica da Grécia Antiga, sendo que a maioria dos estudos incide nos discursos públicos das organizações e nos mecanismos simbólicos, tanto linguísticos como visuais, trabalhados para influenciar a opinião colectiva sobre determinada organização.

Foi sobretudo na obra *Rhetorical and Critical Approaches to Public Relations* (1992), editada por Robert L. Heath e Elizabeth Toth, que emergiu, verdadeiramente, a perspectiva retórica das relações públicas, na qual a organização é tida como orador ou “persona corporativa” (Cheney, 1992: p. 165) que detém a capacidade para criar opiniões que vão, por sua vez, influenciar a forma como as pessoas pensam e vivem: “Os profissionais de Relações Públicas ajudam a estabelecer palavras-chave - especialmente, *slogans*, axiomas e metáforas - através das quais as pessoas pensam sobre a sociedade e as organizações” (Heath, 1992: p. 19).

Para Heath (1992), a estratégia retórica das relações públicas concentra-se sobretudo no *ethos* do orador¹², pois se souber comunicar bem, facilmente irá granjear adeptos à causa defendida. Contudo, de acordo com esta perspectiva, o processo comunicativo deve dar espaço às duas partes (emissor e receptor) a fim de que se instaure um ambiente dialógico, fazendo-se uma clara apologia da visão simétrica das relações públicas (Grunig & Hunt, 1984). Já para L'Etang (1996, 1997), a retórica nas relações públicas deve ser percebida enquanto responsável pelos processos persuasivos das organizações uma vez que, para a autora, a produção de mensagens reflecte os interesses dos detentores do poder governamental e económico.

Globalmente, a investigação relativa à ligação entre a retórica e as relações públicas funda-se na capacidade de o orador, através de mecanismos, tanto linguísticos como visuais, influenciar a opinião pública sobre assuntos de seu interesse. Nestes termos, segundo Gonçalves, “a visão retórica das RP reconhece que tudo o que a organização faz ou diz se torna significativo devido às interpretações e à construção de sentido desenvolvido pelos públicos. Assim, tudo o que a organização faz ou diz (ou o que não faz nem diz) pode influenciar percepções” (Gonçalves, 2015: p. 73). Com efeito, a função do profissional das relações públicas passará, no âmbito da visão simétrica, por procurar defender não apenas os objectivos da organização, mas também as preocupações e pontos de vista dos públicos, instaurando um intercâmbio de informações que conduza ao equilíbrio de ambos os interesses.

Na verdade a discussão sobre a perspectiva retórica das relações públicas é um campo ainda muito recente, com registo de fortes discussões (Heath, 1992; L'Etang, 1996, 1997; Toth, 2010), tendo como objecto de estudo a relação entre o poder retórico das organizações e o papel da prática das relações públicas na sociedade¹³.

Há um aspecto importante no processo de influenciar os públicos que não pode passar ao lado desta discussão e que tem a ver, precisamente, com a eficácia da comunicação persuasiva.

¹² Em *Retórica*, Aristóteles apresenta três tipos de meios de persuasão: o *Ethos*, o *Pathos*, e o *Logos*. O primeiro diz respeito a qualidade que é atribuída ao orador pois uma pessoa íntegra ganha mais facilmente a confiança do auditório, despertando nele maior predisposição para ser persuadido. O *Pathos*, por outro lado, refere-se ao estado emocional que um determinado argumento provoca, podendo ser determinante na decisão do auditório aderir ou não à causa defendida. Por fim, o *Logos*, é o esquema lógico que é usado para construir o argumento, recorrendo ao raciocínio e ao recurso a elementos objectivos, como números estatísticos ou exemplos de episódios decorridos.

¹³ Este é também o ponto de partida da “Escola Crítica de Relações Públicas” segundo a qual as relações públicas existem para servir aqueles que têm poder de pagar os serviços, seja do mundo empresarial ou governamental (Gonçalves, 2015: pp. 74-5). A possibilidade de as relações públicas influenciarem os jornalistas para obterem media favorável para os seus clientes é um dos argumentos mais salientados nesta perspectiva, sendo que alguns actores (Stauber e Rampton, 2004; Moloney, 2000) encontram na escassez de recursos humanos da máquina informativa uma das principais explicações para a crescente dependência dos jornalistas às fontes de informação profissionais (relações públicas ou assessores de imprensa).

Muitas vezes pode-se perguntar “O público aderiu ou não a determinada campanha de comunicação?” Se, no caso concreto da presente investigação: “O povo moçambicano aderiu ou não aos pressupostos de consolidação da unidade da nação apregoados nos discursos das presidências abertas do Presidente Guebuza?”. Ora, Perelman é peremptório na resposta ao fazer referência ao duplo efeito da retórica: “a argumentação não tem unicamente como finalidade a adesão puramente intelectual. Ela visa, muito frequentemente, incitar à acção. É essencial que a disposição assim criada seja suficientemente forte para superar os eventuais obstáculos (Perelman, 1993: p. 31).

Por outras palavras, não bastará que o orador leve o auditório a concordar com a sua tese, é igualmente imprescindível que se certifique que a adesão obtida configura a acção pretendida ou, no mínimo a predisposição de a realizar. Para que tal aconteça é vital que a comunicação se estabeleça numa linguagem que permita a compreensão e entendimento entre as partes dialogantes no processo comunicativo, ou seja um espaço de partilha comum que institua uma comunicação efectiva entre o orador e o auditório.

Contudo, importa salientar que a adesão não é estável, na medida em que é passível de ser reforçada ou enfraquecida no processo argumentativo. Por isso, para além de saber argumentar bem, o orador deverá deter outras habilidades que garantam o sucesso da sua comunicação, que tem a ver com o carácter/perfil do orador (*ethos*), a forma como organiza os argumentos/discurso (*logos*) para provocar impacto no auditório (*pathos*). Nessa óptica, importa ressaltar a técnica retórica de Aristóteles segundo a qual o orador se vale de alguns recursos persuasivos para, por meio do discurso, convencer o auditório.

Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé (...) Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimentos de tristeza ou alegria, amor ou ódio (...) Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade (Aristóteles, Retórica,1356a).

De entre estas três provas persuasivas no discurso argumentativo, o *logos* é tido, segundo a perspectiva aristotélica, como o mais importante na oratória, porque é nele que se aplicam as principais regras da técnica retórica recorrendo-se fundamentalmente a entimemas e exemplos¹⁴.

Os estudos de retórica no campo das RP têm sido acompanhados pelo aumento do estudo das questões ligadas ao poder, comportamento e linguagem. Importa fazer referência neste capítulo às recentes investigações das relações públicas que estudam questões ligadas ao

¹⁴ O *entimema* é o tipo de dedução próprio da oratória e parte de premissas apenas verosímeis. Já o *exemplo* é o tipo de indução característico da oratória e consiste em citar oportunamente um caso particular.

poder, comportamento e linguagem (Ihlen & Verhoeven, 2009). Trata-se, portanto, de análises discursivas e de construção de sentido: por um lado, na questão do poder, a análise recai tanto no poder que os profissionais de relações públicas têm nas suas organizações, como em relação ao poder simbólico das próprias organizações na sociedade; A questão do comportamento está relacionada à questão da responsabilidade (daí a crescente importância da temática da responsabilidade social empresarial e da ética das relações públicas); Já a linguagem prende-se com a capacidade do seu uso retórico mas também com os processos de produção de sentido e conseqüente construção de sentidos e realidade, podendo essa construção decorrer de duas formas: com uma comunicação bidireccional, através da qual as organizações interpretam e negociam os sentidos produzidos no processo comunicacional ou com uma comunicação unidireccional (ou propaganda), reforçando uma determinada verdade ou poder (Gonçalves, 2015: pp. 78-79).

Ainda segundo Gonçalves (2015), é nesta perspectiva que emergem investigações de âmbito sociológico, cultural e interpretativo das relações públicas com desenvolvimento de temas como: relações públicas e identidade nacional; relações públicas como prática social (turismo, desporto, religião); activismo e campanhas; e relações internacionais, diplomacia e comunicação intercultural (*Ibid*: p. 79).

Muito concretamente sobre a investigação relacionada com as relações públicas e identidade nacional, que aliás tem enquadramento nesta tese, urge fazer referência ao estudo de Mpho Chaka (2013), que explora o emprego de estratégias de relações públicas na República Sul Africana¹⁵, durante o período de 1994 a 2009, para acomodar diferentes perspectivas sobre a sociedade, reduzir conflitos e construir uma nação *pós-apartheid*¹⁶. Segundo Chaka, depois da instauração do sistema democrático, em 1994, os três presidentes que se sucederam, designadamente, Nelson Mandela, Thabo Mbeki e Jacob Zuma, usaram os seus discursos políticos para fortalecer a sua incipiente democracia e edificar uma identidade nacional na nova África do Sul que era, até há bem pouco tempo, um país económica, política e socialmente dividido (*Ibid*: p. 352).

Este exemplo não é referido aqui por acaso. A presente investigação centra-se em Moçambique, um país que também tem uma democracia muito recente e que enfrenta o desafio, que é também muito recorrente, da salvaguarda da unidade nacional. É nesse sentido que, mais adiante, no quadro do estudo empírico, efectuar-se-á uma análise crítica do discurso aos pronunciamentos do Presidente Armando Guebuza, observando, para além dos limites de uma frase ou expressão vocal/escrita, intuito do estadista moçambicano (2005-2014) de persuadir a nação a se unir, promovendo a identidade nacional e, conseqüentemente, a melhoria da relação entre o seu governo e a população moçambicana.

¹⁵ País vizinho, a sul, de Moçambique;

¹⁶ Do africâner *apartáid*, significando "separação", foi um regime político baseado na segregação racial, vigente de 1948 a 1994, dirigido pelos sucessivos governos do Partido Nacional na África do Sul, (in <https://pt.wikipedia.org/wiki/Apartheid>, consultado a 15 de Janeiro de 2016).

3.3. O discurso enquanto estratégia de relações públicas

O enquadramento que se faz da retórica, em que o orador pretende, através do seu discurso, influenciar o seu auditório, é o mesmo que se pode fazer das relações públicas porque também através do discurso se estabelece a ligação entre as organizações e os públicos, com o propósito de, influenciar, criar ou fomentar relações de confiança entre os intervenientes.

Interessa pois, antes de mais, definir o conceito de discurso que, segundo Fairclough (2001) refere-se a uma acção social capaz de realizar mudanças sociais. Para este autor, como prática política, o discurso tanto pode manter as relações de poder existentes entre as entidades, quanto transformá-las; e, como prática ideológica, pode sustentar ou romper visões de mundo ou perspectivas atribuídas a quem ocupa alguma posição nas relações de poder (*Ibid*: pp. 92-93).

Numa outra abordagem, o discurso é entendido por Teun Van Dijk (2001: 98) no seu sentido mais lato, abrangendo, não só o registo de interacção verbal, ou texto escrito, mas também gestos, *layout* tipográfico, imagens e muitas outras dimensões multimédia de significação semiótica.

Sendo assim, o discurso não se limita a palavra dita ou escrita até porque, segundo Tito Cardoso e Cunha, “a linguagem - incluindo a enunciação persuasiva - é constituída também pelo seu próprio inconsciente, não necessariamente enunciável, tal como aliás ela é constituída pelo silêncio que aparentemente a contraria mas sem o qual toda a linguagem seria impossível. Também o silêncio não apenas é uma condição *sine qua non* da linguagem como está embutido até no seu âmago. Sem se calar não se pode falar. O silêncio intersticial faz parte da própria linguagem» (Cardoso e Cunha, 2015 apud Serra, 2015: p. 161).

Assim sendo, por meio do discurso, os políticos procuram impor as suas ideias, os seus valores e projectos, recorrendo à força persuasiva da palavra e instaurando um processo de sedução, através de recursos estéticos (ex. metáforas, jogos linguísticos, silêncios; etc).

Mudando de abordagem, já no ângulo de estudo das relações públicas, o discurso político é entendido como um discurso de acção, pois exerce influência sobre as opiniões e comportamento dos públicos, age sobre a realidade social e legitima a acção dos políticos. Nesse caso, a ideia de legitimação da acção das organizações na sociedade é inerente à génese das principais teorizações sobre as relações públicas, como é o caso da teoria simétrica/excelente de Grunig e Hunt (1984). A autora portuguesa Gonçalves (2013) tem também esse entendimento ao defender que “a comunicação simétrica das RP contribui para a intercompreensão das organizações com os seus diferentes públicos e, assim, permite legitimar a acção das organizações no mundo da vida”. (*Ibid*: p. 219)

Quer-se com isso dizer que, segundo a mesma autora, ao contrário de uma perspectiva egoísta em que os públicos são instrumentalizados para facilmente identificarem as mensagens com maior poder persuasivo do interesse das organizações, o modelo simétrico das relações públicas fomenta uma comunicação dialógica tendo em vista a co-produção de significados e o consenso.

Desse modo, constitui desafio do discurso político agregar os objectivos que pretende alcançar com argumentos persuasivos e de sedução, aprimorando, antes de mais, a qualidade da relação entre a classe política e os cidadãos. O discurso político assume assim um papel preponderante no estabelecimento do contacto com o auditório, contribuindo para o fomento e garantia da unicidade do Estado. Este posicionamento encontra espaço na teorização de Grunig e Hunt (1984) sobre as relações públicas em que o emissor/orador (político) recorre a técnicas persuasivas com o intuito de influenciar as crenças e comportamentos dos seus receptores/auditório (eleitorado), inspirando a acção destes, ainda que, sublinhe-se, o fim último do processo comunicativo seja o estabelecimento de um clima de confiança entre as partes.

Ora, no campo das relações públicas é possível distinguir três tipos de discursos, de acordo com os objectivos que o orador pretende alcançar, designadamente, informativos, persuasivos e os de celebração (Markay, 1995).

São na verdade três categorias de discursos que não se encerram em si, podendo ser possível que um mesmo discurso seja resultante de combinação de dois. Ou seja, “dificilmente pode-se determinar que um discurso seja apenas persuasivo, ou apenas informativo ou que seja apropriado para ocasiões especiais” (Markay, 1995: p. 32). O que se deve reter é que, segundo este autor, o objectivo do discurso é obter uma resposta por parte do público e, essa resposta será mais concreta quanto melhor estiver definido o seu objectivo específico. Contudo, convém fazer-se uma breve apresentação desta tipologia de discursos em relações públicas.

a) Discurso Informativo

O discurso informativo visa transmitir novos conhecimentos e informações mais detalhadas sobre determinado assunto em discussão pública sendo, por isso, importante que as informações sejam claras, significativas e que facilmente fiquem na memória do auditório (Markay, 1995).

Nesse contexto, primeiro, a informação deve ser verdadeira e, segundo, a temática apresentada deve ser do interesse ou, no mínimo, constituir necessidade do auditório. Por outras palavras, com o discurso informativo o orador pretende esclarecer o público, garantindo a compreensão e o aumento do conhecimento sobre determinada matéria.

b) Discurso Persuasivo

Neste tipo de discurso o orador objectiva convencer o público a aderir à sua tese, alterando as atitudes e crenças dos indivíduos ou até levar à concretização de uma acção específica. Todavia, O'Connor (1997: p. 106) lembra que é mais fácil informar do que persuadir um auditório pelo que, é fundamental que o orador conheça os interesses do público, conquiste o seu próprio prestígio e construa argumentos lógicos que permitam persuadir o auditório. O autor aconselha ao orador do discurso persuasivo o recurso a factos, exemplos ou dados estatísticos próximos à realidade do auditório, apostando igualmente em táticas de abertura dialógica para que os seus interlocutores se sintam mais familiarizados e interactivos.

Importa lembrar aqui que, de acordo com a retórica aristotélica, qualquer persuasão não será bem sucedida se o orador (*ethos*) não for respeitado pelo auditório. Ele tem o desafio de vencer a inércia do interlocutor, captando a sua atenção e interesse pela discussão, sob pena da própria interacção ficar comprometida (Sousa, 2002: p. 144). Por outro lado, dá-se igual importância ao *logos*, “a parte mais importante da oratória, aquela a que se aplicam as principais regras e princípios da técnica da retórica” (*Ibid*: p. 17).

c) Discurso de Celebração

Estes discursos são proferidos por ocasião de eventos especiais como, agradecimentos públicos, elogios fúnebres e ou cerimónias de homenagem. Mas mais do que isso, servem “para inspirar, desafiar, honrar, entreter, em suma, para nos fazer sentir bem e também aos que nos rodeiam” (O'Connor, 1997: p. 120).

É possível que as técnicas usadas nos discursos informativos e persuasivos se reflectam no discurso de celebração porque este possibilita, acima de tudo, “elevar o auditório a um estado emocional que permite reforçar o espaço de partilha pré-existente. Torna-se, assim, um tipo de discurso essencial ao contexto político na medida em que permite reforçar a identidade do grupo a que o orador se dirige” (Ferreira, 2011: p. 19).

Na esteira da retórica aristotélica, o discurso de celebração manifesta-se no género epidíctico¹⁷ que concentra-se no aumento da intensidade da adesão aos valores que se exaltam, encintando no auditório a predisposição para uma acção.

¹⁷ Na retórica de **Aristóteles** é possível identificar três géneros de discursivos, nomeadamente, o deliberativo, o judicial e o epidíctico, cujo teor varia de acordo com o objectivo que se pretende alcançar. Segundo Sousa (2002), cada um destes géneros de oratória tem uma relação especial com o tempo, conforme o efeito da persuasão se manifeste no passado, presente ou futuro: “na oratória deliberativa, por exemplo, está em causa o futuro, pois os membros da assembleia são chamados a deliberar sobre o modo como as coisas irão decorrer. A oratória forense [judicial], remete-nos para o passado pois os juízes ou jurados do tribunal decidem sobre actos que já decorreram. Por último, na oratória de exibição (ou epidíctica) é o presente que se assume como dimensão temporal, pois aí os

Com forte teor celebrativo e altamente argumentativo, este género discursivo, no seu propósito de aumentar a adesão do auditório aos valores comuns apresentados pelo orador, recorre a estilos literários como, por exemplo, a poesia, apostando na estética ou beleza discursiva. Ou seja, os discursos epidícticos são elementos que fomentam a ligação entre o orador e o seu auditório. Por um lado, procuram aumentar a intensidade de adesão a certos valores mas também, por outro lado, organizar e hierarquizar esses valores na consciência do auditório, contribuindo para o reforço da predisposição deste na tomada de decisão e, logo a seguir, para a acção. Há, portanto, espaço de intercâmbio entre as partes envolvidas no processo, quando o orador, por meio do discurso epidíctico, agrega os argumentos da comunidade e reforça os seus laços, promovendo os *valores* que são objecto de comunhão (Perelman & Olbrechtstyecca, 2006: pp. 63-64).

De entre os géneros de discursos acima descritos, destaca-se, no âmbito desta tese, o da celebração/epidíctico, através do qual o Presidente da República, Armando Guebuza, procurou fomentar uma pré-disposição, junto do auditório, para agir a favor da unidade nacional dos moçambicanos. Mas, tal como já se referiu, o discurso epidíctico não se encerra em si, pelo que se podem encontrar nos discursos de Guebuza fragmentos tanto do discurso informativo, como do discurso persuasivo.

Importa explicar que o Presidente Guebuza proferia o seu discurso em comícios, eventos que, à partida, têm um formato celebrativo e que o orador apresenta argumentos que visam, sobretudo, reforçar os valores que legitimam o seu papel de representante dos interesses da maioria.

Contrariamente a um debate, onde os oradores se confrontam directamente com os seus adversários, e colocam os seus argumentos em confronto, num comício, o orador detém a oportunidade de falar, sem estar exposto aos argumentos da sua oposição política. Expõe os seus argumentos, aponta para a decisão futura, do voto, e intensifica o presente, através do reforço dos valores que compõem a comunidade. Deve conceber-se a argumentação do comício, não como uma alteração do sentido de aceitação para uma determinada tese, ou uma alteração do sentido de voto, mas como um reforço do sentido já existente, tendo o seu efeito pós-comício na defesa dos argumentos apresentados, na motivação para participar na luta partidária ou na motivação para concretizar a intenção de voto. É neste sentido que o discurso de um comício é argumentativo (Jorge, 2014: p. 109).

ouvintes analisam e julgam a habilidade do orador manifesta no preciso momento em que usa da palavra” (Sousa, 2002:18-19).

Entende-se, com efeito, que o comício é um instrumento das relações públicas que se enquadra na categoria de eventos especiais, caracterizados essencialmente pelo espírito festivo, unicidade, autenticidade, tradição e simbolismo, que são usados pela classe política para descrever rituais específicos, apresentações ou celebrações que são planeadas de forma consciente e que pretendem criar uma marca especial numa determinada ocasião ou atingir um determinado objectivo social ou organizacional (*Ibid*: p. 175).

Actualmente, os comícios são concebidos como verdadeiros espectáculos mediáticos. A cenografia é concebida de forma pormenorizada: a concepção e colocação do palco; a iluminação; a colocação dos materiais de campanha; o posicionamento das câmaras para melhor filmar a audiência, de forma a evitar espaços vazios; as músicas de entrada e de saída do líder; o púlpito, etc.; Qualquer um destes elementos é determinante para o resultado final do comício.

Na pesquisa desenvolvida por Nuno Jorge sobre “O Comício Enquanto Evento: Relações Públicas na Política” (2014) descreve-se o comício como um espaço de união onde se anulam as diferenças, trazendo consigo a noção de colectivo. “O comício é também descrito como um espaço afectivo, um momento especial e de empatia, que decorre não só entre os membros da multidão, mas também entre a multidão e o líder. É também um evento de proximidade, onde as pessoas se sentem próximas do líder” (*Ibid*: p. 264).

É precisamente nesse ambiente que o orador potencia a emoção do seu auditório (*pathos*), com argumentos que contribuem para a tomada de decisão, adesão e posterior acção do auditório. Vale aqui lembrar a visão aristotélica, segundo a qual o orador persuade também pela “disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio de discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (Aristóteles, *Retórica*, 1356a).

Mais uma vez realça-se também aqui a preponderância do *ethos* que, através do seu discurso, favorece a comunhão do auditório e enaltece valores aceites pela comunidade. Ou seja, no comício o reconhecimento dos valores apresentados pelos políticos (*ethos*) permite o aumento da adesão por parte da sua comunidade, através de apelos emotivos (*pathos*), sendo que o discurso epidíctico desempenha um papel importante na persuasão política de igual modo que fomenta, numa visão de relações públicas, uma melhor articulação e comunhão entre as partes.

Essa comunhão não é somente fomentada pelo discurso, mas também por um conjunto de elementos que permitem ampliar e valorizar os argumentos apresentados, como por exemplo a celebração de um acto simbólico, como é o caso das presidências abertas, em que comunidades moçambicanas inteiras viram, pela primeira vez, a presença do alto magistrado

da nação na sua terra. Portanto, por um lado temos os argumentos apresentados pelo discurso e, por outro, toda a envolvimento e aparato da organização do comício, que reforçam as ligações, os itens de partilha e ampliam o que se pretende enaltecer com a estratégia, a consolidação da unidade nacional.

3.3.1. Estilo e composição do discurso

Nos capítulos I a XII do Livro III da *Retórica*, Aristóteles¹⁸ dedica atenção à elocução, definindo-a como a expressão do pensamento em palavras. Nessa óptica, Aristóteles sugere que o discurso do orador tenha em conta o auditório a que se dirige uma vez que, na maioria dos casos, costuma ser gente vulgar e sem grande preparação intelectual.

Contrariamente à prosa científica, que recorre a expressões directas, sem adornos, o discurso retórico “tem pretensões literárias, pois brilhar, surpreender e até divertir pode contribuir decisivamente para persuadir o auditório” (Sousa, 2001: p. 31). Mas, sem que isso, segundo Aristóteles, signifique o recurso a um estilo poético e pesado, antes pelo contrário “o uso de um estilo sereno, claro e natural é mais adequado quando se pretende ser convincente” (*Ibid*).

Na óptica de Aristóteles, não é suficiente que se saiba o que se deve dizer, é também forçoso saber-se como se deve dizer, pois isso contribui em grande medida para que o discurso possua uma determinada qualidade, e acrescenta: “na verdade, há discursos escritos que obtêm muito mais efeito pelo enunciado do que pelas ideias” (Aristóteles, *Retórica*, 1404a). Nesse contexto, pressupõe-se que a técnica retórica incorpore também a actuação do orador, em termos de gesticulação, intensidade, ritmo e o tom da voz que se emprega na enunciação dos discursos. Ainda assim, para que o discurso seja convincente, nunca deve provocar a impressão de que se fala de modo artificial, pois o falar naturalmente é muito mais persuasivo do que as situações em que o auditório fica com a ideia de estar a ser enganado. Para Aristóteles, a clareza deve ser uma virtude do discurso retórico.

Um outro aspecto importante na composição dos discursos tem a ver com a utilização, quanto menos melhor, de palavras raras, termos compostos e neologismos. O recurso mais importante na oratória persuasiva é a metáfora, devendo ser empregue de forma adequada às situações, sem que sejam complicadas nem triviais. De acordo com a visão aristotélica, a

¹⁸ Segundo a arte retórica de Aristóteles, a elaboração do discurso e sua exposição perante um público requer a atenção a vários aspectos que se complementam. Assim, a estrutura linguística do discurso é composta por *inventio* (invenção: em que o orador recolhe e selecciona os argumentos adequados para a exposição e defesa da sua causa); *dispositivo* (disposição dos argumentos: que se refere a organização dos argumentos das partes do discurso); e *elocutio* (elocução: que se refere à composição linguística do discurso). Do lado da expressão oral o discurso é trabalhado através da *memória* e do *actio* (apresentação do discurso).

metáfora consiste em transportar para uma coisa o nome de outra, ou do género para a espécie, ou da espécie para o género, ou da espécie de uma para a espécie de outra, o que explicado por Coimbra (1999: p. 4) significa:

Dados os termos A está para B tal como C está para D, podemos substituir A por C e vice-versa. Também podemos criar um elo [...] entre A e D ou entre C e B. Por exemplo, se a velhice está para a vida como o entardecer para o dia, podemos falar metaforicamente da velhice do dia e do entardecer da vida.

Embora haja uma tendência em traduzir esta definição de Aristóteles em simples comparação entre termos e coisas, Paul Ricoeur (2005: pp. 47 - 48) esclarece que, mesmo havendo essa aproximação (metáfora e comparação), a linguagem que é feita de metáforas resulta num enigma e a essência desse enigma permite falar de coisas reais, aproximando termos inconciliáveis, o que não seria possível com a simples combinação de palavras, apenas sim com o recurso à metáfora. Contudo, reconhece-se que a função da metáfora nos discursos é meramente “decorativa” e ornamento da linguagem, dando, segundo Ricoeur (2005: p. 81), “cor ao discurso [e] uma vestimenta à expressão nua do pensamento”.

Norman Fairclough, na obra *New Labour, new language?* (2000), advoga que o estilo comunicativo dos líderes políticos é hoje, mais do que nunca, reconhecido como um factor crucial no sucesso ou fracasso político. Tendo como principal mote de estudo a governação inglesa de Tony Blair, que adoptou um estilo político baseado na combinação de formalidade e informalidade, Fairclough enfatiza o estilo retórico dos políticos referindo-se, concretamente, às diferentes estruturas de superfície do discurso, tais como a lexicalização específica, a estrutura sintáctica, os elementos de som, as imagens e os recursos retóricos.

Nessa perspectiva, refere o autor, o estilo retórico não é uma forma invariável de usar a língua, mas sim uma mistura de diferentes formas de utilização de linguagem: Tony Blair “nem sempre fala da mesma maneira, ele tem um repertório distinto de formas de falar... Por exemplo, um discurso político numa conferência do Partido Trabalhista ou no Parlamento implica a utilização de linguagem diferente da de um programa e interacção radiofónica ou entrevista na televisão” (*Ibid*: p. 96). Ou seja, fundamenta Fairclough, o estilo retórico é, acima de tudo, uma mistura de diferentes formas de utilização de linguagem.

Numa altura em que a política contemporânea está cada vez mais centrada nos meios de comunicação social, a proeminência dos líderes no processo político tem igualmente registado um acentuado aumento, sendo recorrente a aposta num estilo singular de acção, em termos de discurso, identidade e personalidade envolvendo, centralmente, a linguagem.

O estilo comunicativo é uma questão de linguagem, no sentido mais amplo - a linguagem é certamente verbal (palavras), mas também todos os outros aspectos da performance corporal complexa que constitui o estilo político (gestos,

expressões faciais, como as pessoas se movimentam, a indumentária, o penteado e assim por diante). O estilo comunicativo de um líder bem-sucedido não se baseia simplesmente no que ele faz ou no que desperta atração dos eleitores, mas nos valores que transmite e que certamente melhoram, poderosamente, a "mensagem" política (Fairclough, 2000: p. 4).

Portanto, assim como a elocução, o *actio* (apresentação do discurso) reveste-se, igualmente, de muita importância para que qualquer discurso político consiga alcançar os objectivos pretendidos.

3.4. Linguagem e poder

Nesta abordagem, parte-se do princípio de que todo o discurso é um discurso de poder, na medida em que se configura como um mecanismo de exercer influência sobre um tema específico ou de uma área de saber. Aliás, em sede dos estudos linguísticos, o poder sempre ocupou um lugar de destaque na reflexão sobre o discurso (Barthes, 1989; Foucault, 1995; Bakhtin, 1997).

Antes de avançar com a reflexão sobre interconexão entre os conceitos linguagem - poder - discurso, importa referir que foi com a obra *Curso de Linguística Geral* (1916), de Ferdinand Saussure, que se estabeleceram as bases científicas da linguagem, passando esta a ser objecto de análise. Não é por acaso que todo o pensamento contemporâneo sobre a linguagem se refere, de uma forma ou de outra, à obra de Saussure.

Mas foi com os estudos de Roland Barthes, que as questões do poder e do discurso passam a ser objecto de estudo na linguística. Com as contribuições de Bakhtin e de Foucault, chegou-se à perspectiva semiológica que procura desvendar as práticas discursivas e os poderes que as permeiam, ou melhor, as relações de poder que se instalam pela prática discursiva. Nessa perspectiva, percebe-se o discurso como uma forma de poder, “isso porque o poder não é uma força estranha ao discurso que, em determinado momento, dele se apodera. O poder mora no interior do próprio discurso. Faz parte da sua arquitectura textual. Todo o dispositivo de enunciação é um dispositivo de poder” (Ribeiro, 2004: p. 88).

Entretanto, esclarece Barthes, esse poder não tem centro, ele circula entre os indivíduos pois está ligado a todos os aspectos da vida humana e não somente ao Estado e às classes dominantes. Ou seja, o poder é um elemento constitutivo da linguagem:

O poder está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social: não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas nas modas, nas opiniões correntes, nos espectáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas (...) Esse objecto que se increve o poder, desde toda a eternidade humana é a linguagem - ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua (Barthes, 1978: pp. 11-12 apud Ribeiro, 2004: p. 89). Para depois acrescentar que a “língua e discurso são indivisíveis, pois eles

deslizam segundo um mesmo eixo de poder (...) a língua flui no discurso, o discurso reflui na língua, eles persistem um sob o outro (*Ibid*).

Nesse contexto, entende-se que a linguagem, mais do que circunscrever-se na função de informar, de transmitir de forma neutra mensagens de um emissor a um receptor, «ela comunica também a posição que o falante ocupa, e, portanto, se constitui numa arena de jogos onde se travam disputas ideológicas, onde se exercem formas de poder (Giordani, s/d: p. 2).

Todavia, é preciso anotar que, secundando Pierre Bourdieu (1996), o poder das palavras não está propriamente nas palavras, mas na legitimidade que lhes é conferida pelos que falam e pelos que escutam. Nessa perspectiva, atribui-se ao poder da palavra o poder simbólico¹⁹ de construção da realidade, que tende a estabelecer uma ordem de conhecimento e apreensão e, desse modo, uma visão de mundo.

Segundo Fairclough (2000: p. 124) a linguagem tem-se tornado, nos últimos tempos, num elemento cada vez mais importante das práticas de política e da acção governativa, referindo-se a duas formas diferentes de a empregar: uso promocional e uso dialógico. Ou seja, por meio do discurso os políticos procuram promover a sua boa imagem e instituir formas que viabilizem a interacção com os públicos, no sentido de uma comunicação simétrica protagonizada pelas relações públicas²⁰. Contudo, realça o autor, apesar do discurso retórico do governo pretender ser um processo político dialógico, a linguagem governamental é, de facto, predominantemente promocional.

Quer-se com isto dizer que o fim último dos governantes é acima de tudo marcar a mente do seu eleitorado com uma linguagem que, no mínimo, tal como é a imagem definida por Boorstin (1961: pp. 188-189), procure ser: (i) *planeada e sintética*: para servir um propósito e para criar uma certa impressão; (ii) *credível*: tem de fazer sentido e deve se encaixar nos padrões definidos na mente das pessoas e das instituições; (iii) *intensa*: com as características necessárias para chamar atenção; (iv) *simplificada*: de modo que seja facilmente recordada e domine a memória das pessoas com a máxima simplicidade e eficácia; mas também (v) *ambígua*: que leve as pessoas a flutuar algures entre a imaginação e os sentidos, entre a expectativa e a realidade e, como tal, sirva de incentivo à acção.

¹⁹ “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (Bourdieu, 1989: p. 14).

²⁰ “No modelo simétrico, o diálogo é desenvolvido tendo em vista a co-criação de significados, o consenso e o compromisso sobre as decisões mais correctas a adoptar por parte da empresa” [entenda-se classe política] (Gonçalves, 2013: p. 219).

Ora, o processo de transição das palavras à acção não deve ser entendido como algo mecânico e os políticos estarão cientes disso. Não é por acaso que esta classe dedica especial atenção e preponderância à escolha das palavras do discurso/linguagem. Todo o processo argumentativo deve ser concebido no sentido de incitar, primeiro, a adesão à tese apresentada e, logo a seguir, à acção, tal como já se explicitou nas páginas anteriores.

A intensidade da adesão, visando a acção eficaz, não pode ser medida pelo grau de probabilidade concedido à tese aceite, mas antes pelos obstáculos que a acção supera, os sacrifícios e escolhas que implica e que a adesão permite justificar. A existência de um intervalo de tempo, mais ou menos grande, entre o momento da adesão e o momento da acção que ela devia suscitar, explica suficientemente a intervenção no debate, anteriormente considerado como fechado (Perelman & Olbrechtstyecca, 2006: p. 58).

É incontestável a tendência de cada vez maior abertura, por parte dos governos, através de espaços de diálogo nos quais os cidadãos têm a oportunidade de interagir sobre questões políticas. São exemplo disso os *websites* governamentais que apresentam “janelas *on-line*” destinadas ao diálogo directo com os políticos. Até porque o impulso democrático precisa de ser reforçado com a identificação de formas que permitem aos cidadãos participarem no debate público sobre as grandes decisões que afectam a vida das pessoas. Convém anotar que essa predisposição de abertura para como a sociedade é condicionada pelos estágios de desenvolvimento económico e contextualização dos sistemas políticos (presidencial ou parlamentar/primeiro-ministro). Em Moçambique, por exemplo, onde a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é quase insignificante e circunscrita, também com défice, nas áreas urbanas, a aposta em *websites*, embora ganhe atenção governamental, não consegue impulsionar a interacção entre os políticos e os cidadãos.

Paradoxalmente, em sociedades com democracias mais antigas e com as TIC bastante desenvolvidas, como Portugal, os índices de interacção *online* entre as elites políticas e os cidadãos são também considerados baixos. Um estudo de Gonçalves e Serra (2015) sobre a participação digital na esfera política portuguesa²¹ constatou que a interactividade entre os políticos e os cidadãos é quase inexistente. Dos cinco sites de partidos políticos estudados, por exemplo, todos com a opção de contacto via *e-mail*, apenas dois responderam à solicitação enviada pelos pesquisadores (*Ibid*: pp. 18-19).

Voltando à abordagem sobre a linguagem, com base nas considerações de Bourdieu (1996), importa referir, antes de fechar este capítulo, que, efectivamente, a linguagem exerce um poder e se constitui como instrumento que age sobre o mundo, transformando, continuamente, a sociedade. Com efeito, postula Giordani (s/d: 3), “a força das palavras se exerce então na sua acção comunicativa, elas veiculam valores, significados, ideologias que

²¹ Consultado a 30 de Agosto de 2016 [url] https://www.researchgate.net/publication/278585816_Online_relationship_management_and_digital_participation_in_the_political_sphere_a_communicative_myth

se confrontam no quotidiano dos agentes sociais, e desse modo se configuram formas de dominação e exercício de poder”. Ou seja, por via da linguagem, o falante, no caso concreto o político, veicula o seu poder e dominação por meio de estratégias, actores e dispositivos (*Ibid*: p. 6).

No que concerne a estratégias, destaca-se o sistemático recurso aos media. Tal como já se referiu no capítulo anterior, o campo mediático é um lugar de formação da opinião pública, daí que os detentores do poder procuram estabelecer parcerias com os jornalistas que não só medeiam como também influenciam consensos e decisões na sociedade.

Relativamente aos actores, explora-se, ao máximo, o carisma do orador. Na verdade, esta acepção remete a uma incontornável ponte à visão sobre o poder de Max Weber (2007) que defende a existência de três tipos de poder: o tradicional, o legal e o carismático²².

Portanto, para este autor, o poder centra-se sobretudo no chefe pelas suas qualidades pessoais e não pela posição estatutária ou dignidade tradicional, até porque o “carisma é exclusivamente pessoal do líder” (Weber, 2007: p. 9). Assim sendo, só um orador carismático terá maior possibilidade e capacidade de envolver o auditório para que se gere o fortalecimento dos laços de união e integração de todos.

Aliás, nos dias que correm se tem vindo a assistir a uma crescente tendência de personalização na política (Poguntke & Webb, 2005; Bauman, 2001; e Karvonen, 2010), fortemente condicionadas pela natureza dos meios de comunicação social, particularmente a televisão. Nesse sentido, “as campanhas eleitorais e a cobertura mediática tornaram-se mais personalizadas, com os líderes a evidenciarem-se como a face visível dos partidos, permitindo uma abordagem mais individualizada (traços pessoais) dos conteúdos informativos em entidades concretas - líderes - e não abstractas - partidos (Silva, 2014: p. 474).

Este fenómeno é descrito também como sendo populista²³, em que os líderes são vistos visionários, com a capacidade de, com o seu carisma, atrair a motivação dos liderados:

²² Resumidamente, o poder tradicional é marcado por um forte respeito aos usos e costumes perpetuados num dado grupo social, um tipo de governo comum em monarquias. Já o burocrático é legitimado pelo que está prescrito no papel - a lei. O poder carismático centra-se no chefe. Segundo Weber, um líder carismático é dotado de uma extraordinária capacidade de fazer com que terceiros o obedeçam.

²³ O populismo é um mecanismo de aproximação com os eleitores e governados via demagogia [democracias parlamentares] ou como estratégia que busque apoiar-se explicitamente no poder popular [via plebiscitos e referendos] para garantir a implementação de certas agendas. o populismo é caracterizado por cinco elementos: 1) estilo personalista de liderança política; 2) uma coalização política heterogénea focalizada em grupos marginalizados; 3) processo de mobilização política ascendente [pela via eleitoral]; 4) uma ideologia política focada na divisão povo x elite; e 4) projectos económicos redistributivos ou clientelistas (Sell, 2013: pp. 34-39).

O grupo passa a trabalhar por valores e ideais que lhe dão um novo sentido e a relação se torna carismática quando o próprio líder encarna este novo modo de ser e agir [aspecto biográfico]. De qualquer forma, aqui o elemento “visão” [discurso] é fundamental e actua como elo entre liderança e liderados. O que conta, para o líder, é sua capacidade de comunicação exercida, acima de tudo, na esfera pública (Sell, 2013: p. 33).

Importa referir que conforme o contexto político de cada país, os traços associados à *performance* dos líderes varia. Assim sendo, embora sumariamente se tenha estipulado, como características relevantes a se ter em conta nos líderes, a capacidade de liderança, confiança, credibilidade e empatia, na Suécia a credibilidade é uma característica particularmente importante; nos EUA a liderança e a empatia são mais valorizadas e na Austrália todas assumem um peso similar. Países há também que, por sua vez, valorizam a aparência convincente, vida familiar e atractividade física dos líderes (Silva, 2014: p. 478).

Em todo o caso, o uso da linguagem surge como um ditame universal mediante o qual o líder inscreve-se como sujeito de seu próprio discurso, no qual é possível observar que, dentre os elementos constitutivos do texto, estão determinados traços linguísticos que contribuem para a análise do comportamento semântico dos enunciados.

Diz-se que a linguagem institui-se também como forma de poder por meio de dispositivos, mais precisamente do próprio discurso, o qual estabelece as relações de poder entre os media e a sociedade. Vale aqui referenciar a abordagem de Fairclough (2001), já aludida neste trabalho, segundo a qual o discurso é um mecanismo de acção social capaz de realizar mudanças na sociedade.

Sendo Armando Guebuza, Presidente da República de Moçambique, a quem lhe é conferido, por lei²⁴, a prerrogativa de representar todos os moçambicanos e de ser o símbolo da unidade nacional, é natural que a sua figura seja mentora dos valores de unidade, fazendo valer a especial atenção que lhe igualmente é dirigida. Aliás, é precisamente neste aspecto que reside uma das principais características do discurso político: é um discurso do sujeito/ personalização política por excelência. Ou seja, toda a construção discursiva gira, sobretudo, em torno de quem a profere, contrariamente ao que acontece com as outras formas de discursos²⁵.

²⁴Constituição da República, Lei nr. 146, p. 37

²⁵ Apesar de existirem inúmeras formas de discursos (científico, religioso, político, amoroso, jornalístico), cada um com características próprias, são comumente reconhecidos como os principais tipos de discurso o científico, o jornalístico e o político. O discurso científico constrói-se e legitima-se através da negação do sujeito, reivindicando para si a objectividade. Já o discurso jornalístico apresenta duas características básicas: a busca pela verdade e a objectividade. Essa busca pela verdade trilha os mesmos contornos do discurso científico, isto é da investigação. Por outro lado, a sua objectividade não visa, necessariamente, apagar o sujeito, mas, pelo contrário, presume a presença de sujeitos com posições opostas. O discurso político caracteriza-se, fundamentalmente, pela “imposição” da verdade

O discurso político se destaca de todos neste particular, porque enquanto os outros tendem a deslocar seus desejos de poder, tornando-os opacos, o discurso político explicita sua luta pelo poder (...) é um discurso de visões de mundo. É um discurso que tem como princípio básico a polémica, ou seja, ele vive através da polémica, vive através da desconstrução do outro. Essa é uma questão fundamental para entendê-lo, porque o que ele faz é desconstruir o outro, para se construir. Porque, se ele não desconstruir o outro, ele não tem condições de construir a si próprio (Pinto, 2009: p. 92).

Reforçando esta linha de pensamento, o pesquisador francês Damon Mayaffre refere que o discurso político é, acima de tudo, uma questão de identidade ou uma estratégia identitária:

O desafio supremo do discurso político não é, como se poderia pensar, transmitir uma mensagem, difundir uma ideologia, incitar a acção, mas sim para afirmar a identidade de um orador e promover a identificação de uma audiência (...) Por outras palavras, o objectivo de um discurso político é a construção de um espaço linguístico dentro do qual o grupo poderá constituir-se, reconhecer-se e existir (Mayaffre, 2003, apud Chichava, 2009, p. 7).

Como se tem vindo a defender, a ênfase do sujeito no discurso político é ponto assente. De qualquer modo, julga-se que o grande desafio da linguagem é de estabelecer contacto, nos dois sentidos, entre o discurso político e a acção. Como se pode avaliar a relação entre palavras e acção? De que forma a linguagem traduz-se na acção?

Em resposta a estes questionamentos, Deleuze e Guattari (1995) defendem que a linguagem é a palavra de ordem: o objectivo do falante é ser obedecido. A ordem não seria, portanto, apenas um traço ilocucionário mas a própria essência que marca a linguagem: “A unidade elementar da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem. Mais do que o senso comum, faculdade que centralizaria as informações, é preciso definir uma faculdade abominável que consiste em emitir, receber e transmitir as palavras de ordem. A linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer” (Deleuze & Guattari, 1995: p. 7).

No mesmo diapasão, Canetti, em *Massa e Poder* (1995), uma obra que influenciou directamente os dois autores supra citados, traça algumas características da palavra de ordem, designadamente: desencadeia uma acção; não admite resistência; a acção executada sob uma ordem é percebida como algo alheio para aquele que a recebe; é reconhecida como mais forte; faz crescer o poder daquele que dá a ordem:

Toda a ordem compõe-se de um *impulso* e de um *aguilhão*. O impulso obriga o receptor ao seu cumprimento, e, aliás, da forma como convém ao conteúdo da ordem. O aguilhão, por sua vez, permanece naquele que a executa [...] é importante saber que a ordem jamais se perde; ela nunca se esgota realmente em seu cumprimento, mas permanece armazenada para sempre (Canetti, 1995: pp. 305-306).

de um para muitos, mesmo que ameaçado de não conseguir. Ou seja, o sujeito constrói-se pela desconstrução do outro.

Nesse sentido, a palavra de ordem torna a ligação do enunciado e o acto como redundante: o acto se realiza no enunciado e um não existe sem o outro. Aliás, Foucault (2009) defende que o discurso tem efeito constitutivo sobre a realidade. Isso significa entender o discurso como objecto construtor da sociedade e, por essa via, constitui os objectos de conhecimento, os sujeitos e as estruturas conceituais. Com efeito, o discurso interfere na sociedade, seja para manter ou reestruturar relações de poder.

Do mesmo modo que se iniciou, encerra-se este capítulo. Passando por Aristóteles (2005), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006), Fairclough (2001), Van Dijk (2001), entre outros, é unânime a aceção de que, em política, as palavras, através do discurso persuasivo, sublinhe-se, exercem um papel fundamental para o desencadeamento de uma acção. As palavras são, portanto, agentes de mudança na sociedade de tal modo que a sua composição deva merecer especial atenção e dedicação.

Ainda assim, urge mencionar, conforme se tem estado a defender, que a força do discurso político na sociedade é, em grande medida, condicionada pelos meios de comunicação social que têm o poder de amplificar a sua divulgação e persuasão na sociedade, recorrendo-se aos pseudo-eventos, que não têm outra funcionalidade que não seja a de dar visibilidade às mensagens e práticas dos políticos.

Adiante, mais precisamente no capítulo do estudo empírico, far-se-á análise a estratégia discursiva de Armando Guebuza, averiguando o estilo e identidade por si imprimidos na acção governativa, no propósito de consolidação da nação moçambicana, uma vez que mesmo antes dele, os seus antecessores, nomeadamente, Samora Machel e Joaquim Chissano, todos do mesmo partido político (FRELIMO), sempre agendaram a questão de unidade nacional na sua acção governativa.

Mas antes, vamos dispensar a atenção, no enquadramento teórico seguinte, à contextualização do sistema político e social sem o qual seria quase impossível entender o impacto dos discursos políticos, nem tão pouco as motivações e desafios que nortearam a retórica do Presidente Guebuza.

Capítulo IV. Política, comunicação e democracia: o caso de Moçambique

A contextualização é um elemento importante para colocar balizas à investigação e, no caso concreto, perceber melhor a implementação, em Moçambique, de uma estratégia de comunicação política já conhecida noutras partes do mundo²⁶. Portanto, com a contextualização que se segue, exploraram-se as peculiaridades e o ambiente envolvente do objecto de estudo, atestando a singularidade que se pretende em qualquer que seja a investigação.

Com esse propósito procura-se sistematizar os contributos teóricos sobre a dinâmica político-social de Moçambique (Macuane, 2009; Chichava & Pohlmann, 2010; Azevedo-Harman, 2012; Mário, 2012, entre outros).

Assim sendo, este capítulo encontra-se estruturado em três partes, sendo que a primeira faz uma retrospectiva histórica do panorama sociopolítico do país, com a descrição da evolução dos principais acontecimentos ocorridos, sobretudo, depois da instauração do sistema democrático em 1990. A segunda parte incide na sistematização das perspectivas mais relevantes sobre a comunicação governamental e o exercício da actividade dos media. A terceira parte assenta na abordagem relativa à participação política dos moçambicanos e convivência dos partidos políticos nacionais.

4.1. Contextualização

A instauração da Democracia em Moçambique, com a promulgação da Constituição pluralista e liberal de 1990²⁷ e a subsequente realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994, inaugurou uma nova era, contrária ao regime de partido único que vigorava desde a proclamação da independência nacional do colonialismo português, a 25 de Junho de 1975.

Os dezasseis anos que sucederam à independência nacional foram caracterizados por uma sangrenta guerra civil que opunha o regime monopartidário e aliado à União Soviética (FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique) a um grupo de guerrilha (RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana), apoiado pela então Rodésia (actual Zimbabwe) e a África

²⁶ O caso mais próximo serão as Presidências Abertas de Mário Soares em Portugal (Serrano, 2002).

²⁷ A Constituição de 1990 foi elaborada no contexto das negociações de paz que culminaram com a assinatura do Acordo Geral de Paz, entre a FRELIMO e a RENAMO e introduziu o Estado de Direito Democrático, alicerçado na separação e interdependência dos poderes (legislativo, executivo e judiciário) e no pluralismo de expressão, organização partidária e no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

do Sul. Este confronto militar, com maior impacto nas zonas rurais, fez milhares de mortos, outros milhões de deslocados de guerra, a nível interno e nos países vizinhos, bem como um rastro de destruição da rede de infra-estruturas, principalmente de estradas, pontes, escolas e centros de saúde.

Depois de vários anos de negociações de paz, as partes então em conflito assinaram, a 4 de Outubro de 1992, em Roma, o acordo de cessar-fogo, abrindo espaço à realização, dois anos depois, das primeiras eleições democráticas e multipartidárias, entretanto acompanhadas por um processo mais amplo de liberalização política e económica, incluindo as reformas económicas dirigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial.

Num contexto de extrema dependência da ajuda estrangeira, o processo de transição democrática e de reconstrução nacional centrou-se, basicamente, em políticas de incentivo ao crescimento económico, tendo como principal enfoque a redução da pobreza. Foi nesse âmbito que, ainda no início da década de 80 do século passado, Moçambique adoptou o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), com o objectivo, primeiro, de estabilizar a economia, e através do qual ganhou forma o Plano Nacional de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)²⁸, entretanto implementado em duas fases, de 2001 a 2005, e o PARPA II (aprovado em Maio de 2006), cobrindo o período de 2006 a 2009 (Waterhouse, & Lauriciano, s/d: p. 22).

Nessa altura, a incidência da pobreza no país abrangia, em média, cerca de 70% da população, sendo notáveis os desequilíbrios entre as zonas urbanas e rurais, onde vive a maior parte da população e a situação era mais acentuada.

Dados sobre as avaliações de desempenho do Governo no combate contra a pobreza (Primeira Avaliação Nacional da Pobreza, em 1996-97; Segunda em 2002-03; e a última em 2008/09) revelam uma considerável redução do índice nacional de pobreza no país, ou seja o número de pessoas que vivem com menos de 1.00 USD por dia decresceu:

Apesar da pobreza de consumo ter diminuído substancialmente a partir de 1996/97, entre 2002/03 e 2008/09 manteve-se estável. Um pouco menos de 55% dos moçambicanos continuam pobres, de acordo com este indicador. As

²⁸ O Governo estabeleceu, em 2001, que o objectivo central do PARPA era o de redução substancial dos níveis de pobreza absoluta em Moçambique, através de medidas para melhorar as capacidades e as oportunidades para todos os moçambicanos, e em particular para os pobres. Pretendia-se, como este instrumento, reduzir a pobreza nacional dos 70 por cento em 1997, para menos de 60 por cento em 2005, e menos de 50 por cento até finais da primeira década de 2000. Constam como prioridades deste instrumento as seguintes “áreas de acção: (i) educação, (ii) saúde; (iii) agricultura e desenvolvimento rural; (iv) infra-estrutura básica; (v) boa governação; e (vi) gestão macroeconómica e financeira. (Governo de Moçambique, PARPA, Consultado a 20 de Outubro de 2015 [url] file:///C:/Users/user/Downloads/PARPA%20%20(2).pdf)

tendências foram positivas de 2002/03 a 2008/09 no Norte, que registou avanços importantes no combate à pobreza, e o mesmo aplica-se ao Sul num grau menor. Por outro lado, o Centro evidenciou subidas na pobreza de consumo (GdM - MPD, 2010: p. 86).

Neste mesmo período, combinadas as condições de estabilidade política e adopção de reformas e políticas favoráveis, Moçambique registou um desenvolvimento económico igualmente assinalável. Na última década o Produto Interno Bruto (PIB) do país tem estado a crescer a uma média anual acima de 7 a 8%, uma taxa superior à média global de crescimento do PIB para os países da África Subsaariana; a inflação situa-se abaixo de 10%, com tendência de se manter em um dígito; e, em termos monetários, Moçambique possui um dos regimes cambiais mais liberalizados de África²⁹. Este crescimento tem sido estimulado pela descoberta de recursos minerais, gás natural e das reservas de mineração de carvão na província de Tete, isso sem fazer menção aos depósitos, que o país detém, de areias pesadas, ouro, cobre, titânio, fosfato, mármore, bauxite, granito, calcário, níquel, urânio, fluorite, várias pedras semi-preciosas e outros minerais (Pereira & Nhanale, 2014: p. 4).

A par destas transformações económicas, o campo político também sofreu profundas mudanças. Em termos práticos, o Acordo Geral de Paz de Roma, entre a FRELIMO e a RENAMO, propiciou um ambiente favorável para a acção das diferentes forças políticas, mas também para a participação activa dos cidadãos na esfera pública da nação, nomeadamente através dos mecanismos formais da democracia, como as eleições livres. Foi nesse contexto que em Outubro de 1994 se realizaram as primeiras eleições gerais multipartidárias (Mazula, 2002, p. 22).

O processo de transição para a democracia em Moçambique teve também como instituição chave a Assembleia da República (AR). Reunida pela primeira vez em 1977, tinha funcionado durante 17 anos sob o regime monopartidário. Só a partir de 1994 acolheu, pela primeira vez, 250 deputados dos dois partidos (FRELIMO e RENAMO), até então beligerantes, incluindo deputados da terceira força parlamentar minoritária, a União Democrática.

Segundo a pesquisadora portuguesa Azevedo-Harman (2012), que desenvolveu um estudo sobre o parlamento moçambicano e seus deputados, passada a fase de transição e já na da consolidação³⁰, a Assembleia da República reveste-se de capital importância, uma vez que “é palco institucional da interacção política no país e caberá ao parlamento várias funções vitais à consolidação da democracia, salientando-se a função de representação e a função de

²⁹ Bolsa de Valores de Moçambique, Consultado a 20 de Janeiro de 2015 [url] <http://www.bolsadevalores.co.mz/index.php/informacao-sobre-mocambique?start=1>

³⁰ A Assembleia da República de Moçambique, no contexto do multipartidarismo, tem 22 anos e já vai no seu quinto mandato (1994; 1999; 2005; 2009 e 2014).

fiscalização do executivo e da governação, além de deverem ser os primeiros guardiões das regras do jogo democrático” (*Ibid*: p. 13).

Ainda assim, ressalva Azevedo-Harman (2012: pp. 37-38), a AR enfrenta vários desafios decorrentes das limitações dos poderes de legislatura que lhe são conferidos relativamente à acção do executivo. São exemplos, primeiro, o facto de o Presidente da República não prestar contas a qualquer instituição do Estado, sendo que existe apenas o momento de informação anual (Informe do Estado da Nação), no qual o Presidente dirige-se à plenária sem que a sua apresentação seja sujeita a debate. Por outro lado, a AR pode convidar os membros do Governo a responder aos seus questionamentos (em plenário ou nas comissões de trabalho), mas não tem o poder de demitir o Governo, nem a qualquer membro do executivo, limitando-se à repreensão verbal.

Um segundo aspecto levantado por Azevedo-Harman tem a ver com o facto de o partido no poder deter a maioria dos assentos parlamentares, o que configura-se como um bloco sólido de protecção ao executivo. Além disso, “o sistema eleitoral, que é um sistema proporcional e de listas fechadas, força os deputados a obedecerem ao seu partido político, acima de tudo” e, por isso, raramente as actividades parlamentares são feitas individualmente (*Ibid*: pp. 33-34).

Importa referir que este país africano conhece já de perto muitos dos problemas que afectam as democracias do Ocidente, particularmente no que concerne à participação política dos cidadãos. O usufruto dos direitos de cidadania, tais como o direito de ser eleito e de poder eger para cargos políticos do Estado, através do sufrágio universal, aparece muitas vezes em segundo plano, o que ajuda a explicar os níveis de abstenção que se têm registado.

Na última vez que foram chamados às urnas, isto é, no quinto sufrágio (1994, 1999, 2004, 2009 e 2014), um número significativo de moçambicanos não compareceu. Estatísticas oficiais do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) indicam que a taxa de abstenção subiu de 12,6 por cento, nas primeiras eleições multipartidárias de 1994, para cerca de 52 por cento nas eleições gerais de 2014 (CNE: 2012; CC: 2015). Este fenómeno tem lugar num país em que o sistema político integra, deste o sempre, duas principais forças políticas, a RENAMO e a FRELIMO, sendo que este último conduz os destinos do país desde a independência, em 1975. O terceiro bloco parlamentar só existiu na primeira legislatura (União Democrática) e nas duas últimas (Movimento Democrático de Moçambique), mas sempre com poucos assentos.

Com efeito, contrapondo este fenómeno global de défice de participação pública nos pleitos eleitorais, é secular a intenção dos políticos de determinar padrões de comportamento dos eleitores, um feito de difícil concretização, nos dias que correm, diga-se. Porém, em meio

das desconfianças e antipatias de ambas as partes, surge um terceiro elemento que, se bem usado, pode trazer benefícios de aproximação: a imprensa. Esta matéria já foi, aliás, aprofundada nos capítulos anteriores.

Longe vai o tempo em que a ideologia política era, por excelência, a via de fidelização do cidadão. Hoje, as mensagens dirigidas aos públicos têm que ser estruturadas e só assim será possível alcançar o interesse e a valorização da mensagem política e o contexto moçambicano não foge a essa regra, também sustentada por Correia, Ferreira e Espírito Santo (2010: p. 1) quando refere que a “questão da legitimidade é cada vez mais uma questão comunicacional que se joga num espaço público altamente mediatizado. Nunca as questões relativas às interfaces entre media e sistema político despertaram tanto interesse nem foram tão decisivas”.

De resto, a participação dos cidadãos no processo político, a sua capacidade de influenciar a formulação das políticas públicas, a abertura do governo às demandas da população e a transparência com que o governo trata dos assuntos públicos são indicadores da qualidade da democracia (AfriMAP, 2009: p. 14).

Em Moçambique, o quadro legal instituído pela Constituição da República de Moçambique (CRM) prevê os direitos do cidadão “de Informar”, “de ser Informado” e o “de se informar”, garantindo a protecção e promoção da liberdade de expressão e de imprensa e, conseqüentemente, o envolvimento da sociedade nos processos de participação política (CRM, 2014: p. 17). Contudo, o exercício e consolidação desses direitos continuam a ser um desafio em termos de, por um lado, a informação pública pautar-se por critérios de rigor, investigação e competência indispensáveis à informação isenta e de qualidade. Por outro lado, torna-se igualmente indispensável e até inadiável que a administração pública aprimore os mecanismos de abertura, transparência e envolvimento da sociedade na gestão da coisa pública. Apesar da aprovação da Lei do Direito à Informação (Lei n.º 34/2014, de 31 de Dezembro) e da sua massiva disseminação, são recorrentes os casos de “crises de imprensa” a nível do governo e de queixas de alegado incumprimento de alguns direitos, com destaque para os artigos 15 e 16 daquela Lei, referentes ao acesso à informação e prazo para disponibilização da informação.

4.2. Liberdade de imprensa e direito à informação

Desde a época colonial, Moçambique teve sempre várias publicações³¹ porém, a liberdade de escrita e expressão eram exercidas com limitações através da censura. Depois da

³¹ São exemplos as seguintes publicações: Brado Africano, A Voz de Moçambique e Tribuna.

proclamação da independência, em 1975, este procedimento continuou a vigorar, e de forma mais acentuada, na medida em que o regime monopartidário da FRELIMO tinha alienado a si mesmo o domínio de todas as esferas do Estado, reconhecendo, de forma particular, a força da comunicação para legitimar o seu sistema.

Para o sistema instituído, a imprensa em Moçambique tinha como finalidade Informar, Educar, Mobilizar e Organizar o Povo, um *slogan* reiteradamente proferido no I Seminário Nacional de Informação, que teve lugar em 1977 (...) Samora Machel, então Presidente da República, apontou para a necessidade de criação de uma informação de classe profundamente ligada às massas trabalhadoras, dum informação intransigentemente empenhada na Revolução e que exprima os interesses da aliança operário-camponesa (Coelho, 2004: p. 53).

Para que este tipo de informação fosse efectivamente possível, com as limitações às liberdades de expressão asseguradas, o primeiro Governo da então República Popular de Moçambique, constituído em 1975 por Samora Machel³², integrava um Ministério da Informação, dirigido por Jorge Rebelo³³, cujo mandato era controlar a informação. De acordo com a entrevista realizada no dia 2 de Junho de 2015, Rebelo revelou que:

“O colonialismo tinha sido derrotado mas havia muitas forças dentro do País que não se identificavam com a causa da independência e que procuravam sabotá-la por todos os meios. Uma das áreas onde isso se verificava, com bastante força, era precisamente na área da comunicação... Então, o que podíamos e devíamos fazer era controlá-la porque estávamos conscientes de que através da informação era possível que esses, que considerávamos inimigos, criassem agitação a ponto de tornar o País ingovernável. A informação tem essa força, estávamos conscientes disso” (Rebelo, Entrevista: 02/06/2015).

A instrumentalização dos meios de comunicação social pelo Estado era então percebida como um mecanismo de protecção do sistema. As interferências e pressões à imprensa, através da censura, limitavam a criatividade dos jornalistas, omitindo factos e tornando a informação num mecanismo de reprodução das posições e declarações políticas e os jornalistas como porta-vozes dos órgãos governamentais do Governo (Magaia, 1994: pp. 137-138). Caso contrário, entrava em cena o Ministério da Informação que tinha em seu poder a administração dos órgãos de comunicação social: imprensa escrita, radiofónica e televisiva, todos nacionalizados.

³² Primeiro Presidente de Moçambique independente. Morreu a 19 de Outubro de 1986, vítima de um acidente aéreo quando o avião que o transportava, de regresso a Maputo, se despenhou na zona montanhosa de Mbuzine, no território sul-africano.

³³ Em Moçambique, a publicação de livros sobre a sua história é muito incipiente, embora ultimamente começa a ser habitual a divulgação de análises sobre as conjunturas política, social, económica e áreas afins. Neste caso, a opção pela entrevista com Jorge Rebelo, político e um dos fundadores da FRELIMO, permitiu, sobretudo, ter um contacto tácito com a história de Moçambique contada por alguns dos seus principais actores. No total, foram cinco as entrevistas com personalidades moçambicanas, transcritas no Anexo 1 desta tese.

Julga-se pertinente anotar que esta acção do Ministério da Informação pode ser enquadrada no primeiro modelo de relações públicas, de natureza unidireccional proposto por Grunig e Hunt (2003) - o modelo de agente de imprensa. Havia uma participação activa do emissor (Governo) que, não medindo esforços, procura aumentar a sua notoriedade, recorrendo, sempre que necessário, a técnicas de desinformação, incluindo a censura. Nesta vertente comunicacional o que importa é disseminar a informação, mesmo que de forma propagandística, com a criação de eventos, tal como aconteceu na governação de Samora Machel, com a concepção e operacionalização da “viagem triunfal”, em 1974, do Rovuma ao Maputo (do extremo norte ao extremo sul de Moçambique).

Nessa primeira incursão pelo território nacional, carregada de forte simbolismo patriótico, o então Presidente da República, Samora Machel, “privilegiava o contacto directo com o seu povo, uma marca distintiva da sua governação. Era um contacto feito através de comícios, visitas a empreendimentos e reuniões com órgãos, entre outras formas de interacção e de acompanhamento, no terreno, da realidade e do evoluir dos processos de governação” (CEDIMO, 2013: p. 30). A comunicação do seu Governo potenciou a temática da unidade nacional, como elemento unificador do povo moçambicano, plurilinguístico e culturalmente diversificado, mas unido na dor deixada pela opressão colonial. Machel fomentava, naquele contexto de recém-independência nacional, mensagens de esperança, anunciando a construção de uma nação unida, alicerçada na paz e produção massiva, tudo o que o povo queria ouvir, conforme relato de Jorge Rebelo:

“Samora dizia que a informação é extremamente importante. Ou seja, uma notícia moralizadora, colocada no lugar certo e no momento certo, tem muito mais efeito do que mil balas ou mil bombas. Ele estava muito consciente da importância da informação. Por isso, na estrutura da Frelimo, logo que foi criada, foi estabelecido um Secretariado da Informação e o objectivo era divulgar aquilo que a Frelimo fazia (...) Apesar de ele ter os discursos escritos, preparados antecipadamente, ele quase sempre abandonava os papéis. Samora Machel tinha uma impressionante capacidade de comunicar com as pessoas que não arredavam o pé até em comícios de muitas horas terminarem, embora se tenha registado, na fase final, alguma apatia popular aos discursos de Samora” (Rebelo, Entrevista: 02/06/2015).

Segundo o entrevistado, o resfriamento que se sentia na comunicação de Samora Machel é explicada, em parte, pela informação cinzenta, sem espaço para a criatividade jornalística, em que os media limitavam-se a reproduzir, integralmente, os discursos do Presidente, sem fazer o devido apuramento dos factos, nem mesmo a análise dos fenómenos sociais.

Foi com a aprovação da primeira Constituição moçambicana, de 1990, que liberdades e garantias individuais do Estado de Direito foram consagradas, entretanto alargadas e

consolidadas pela Constituição de 2004³⁴. No 48 artigo, desta última versão, a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa são definidas como direito de todos os cidadãos, realçando-se a distinção entre ambas: a liberdade de expressão: “faculdade de divulgar o próprio pensamento por todos os meios legais”; e a liberdade de imprensa que compreende, nomeadamente, “a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso às fontes de informação, a protecção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais e outras publicações” (CRM, 2014: p. 17).

Em 1991, foi entretanto aprovada a lei de imprensa, a Lei nº 18/91, de 10 de Agosto, um dispositivo legal que veio essencialmente regular os direitos e liberdades que já tinham sido consagrados na Lei Mãe de 1990. Importa salientar que este instrumento legislativo da prática jornalística (direitos e deveres destes profissionais) tem o mérito, primeiro, de ter absorvido, na fase de anteprojecto, as contribuições da classe jornalística e da sociedade civil e, segundo, de estar “alinhado com os principais instrumentos internacionais que estabelecem padrões de políticas e de legislação neste domínio, com particular destaque para a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta dos Direitos Humanos e dos Povos” (Mário, 2012: p. 16).

O quadro de abertura democrática deu também lugar à substituição do Ministério da Informação, marcado pela extrema censura ao jornalismo, pelo Gabinete de Imprensa de Moçambique (GABINFO), criado por Decreto Presidencial em Outubro de 1995. Entre outras, tinha as competências de facilitar a articulação entre o Governo e os meios de comunicação social e exercer a tutela do Estado sobre as instituições estatais e órgãos de comunicação do sector público. Portanto, é deixada para atrás a fase do controlo governamental no exercício jornalístico para dar lugar à articulação ou de mediação entre o Governo e os media. A funcionalidade deste órgão será, entretanto, aprofundada mais adiante.

Por enquanto, importa aludir que, na prática, a liberdade de informação e de imprensa em Moçambique têm sido reforçadas pelo Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS), ao qual compete, entre outras funções, assegurar a independência dos meios de comunicação social, no exercício dos direitos à informação, à liberdade de imprensa, bem como aos direitos de antena e de resposta³⁵. Contudo, este órgão é muitas vezes acusado de nada

³⁴ A revisão constitucional de 2004 trouxe, entre outros, alguma organização ao sector da justiça por forma a enquadrá-lo em algumas das realidades sociais vividas pelos cidadãos. Introduziram se algumas mudanças importantes, incluindo o reconhecimento do pluralismo jurídico, o reconhecimento da coexistência de diferentes sistemas normativos e de resolução de conflitos em Moçambique. A Constituição de 2004 aperfeiçoou e clarificou diversas disposições relacionadas com a protecção dos direitos humanos e também reconheceu alguns novos direitos, como por exemplo, maior protecção para os advogados no exercício das suas funções (art. 63); novas disposições relativas à utilização da informática (art.71); o direito de acção popular (art. 81); etc.

³⁵ Nº 1 do artigo 50 (CRM, 2014: p. 18).

fazer de relevante dentro do sector da comunicação. Mário³⁶ (2012: pp. 38-39) denota que, pelo facto de os 11 membros deste órgão serem indicados por confiança política e apenas três serem provenientes da imprensa, o CSCS sofre um forte controlo político, dependente do Presidente da República e do partido maioritário no parlamento. Com efeito, acrescenta o autor, o CSCS, limita-se a dar pareceres sobre reclamações do público em relação ao desempenho dos órgãos de informação e cumprimento dos princípios deontológicos dos jornalistas.

A esta crítica associa-se a alegada tentativa governamental de controlar a informação através de barreiras impostas ao acesso às fontes de informação. Mesmo que a Lei de Imprensa estipule o acesso às fontes de informação, o mesmo instrumento contém algumas “rasteiras” consideradas, pelos jornalistas, como sendo uma limitação premeditada do poder à liberdade de expressão e de imprensa. Ou seja, o Governo alega, por imposição legal, segredo de Estado ou confidencialidade em relação a documentos que, eventualmente, sejam de domínio público (Coelho, 2004: p. 56).

Neste parâmetro, a classe jornalística fundamenta um desajustamento da lei nº 18/91, de 10 de Agosto, com a actualidade nacional na medida em que limita a sua actividade de informar devido aos alegados segredos de justiça, militares e do Estado. Por outras palavras, entende-se que o jornalista não pode exercer a sua função de recolher, relatar e comentar os acontecimentos da actualidade se não tiver acesso fácil e livre às fontes de informação.

Em resposta a estas críticas e às pressões que foram sendo exercidas pela media nacional, a Assembleia da República de Moçambique aprovou, por aclamação, a Lei do Direito à Informação - Lei n.º 34/2014, de 31 de Dezembro. A nova lei determina, por exemplo, no seu artigo nº 16, que as “autoridades administrativas competentes devem facultar a consulta de documentos ou processos e passar certidões solicitadas no prazo máximo de até vinte e um (21) dias, a contar da data da entrada do pedido”. Outro aspecto sublinhado é o facto de este dispositivo trazer uma definição sobre o segredo do Estado, delimitando claramente as “balizas” a serem respeitadas.

Assim, Moçambique passou a figurar no leque de um restrito grupo de países africanos³⁷ que já possuem uma Lei de Direito à Informação, instrumento relevante na promoção da

³⁶ Coincidentemente, na altura de elaboração desta tese, Tomás Vieira Mário, profissional de comunicação e investigador social, com passagem por vários serviços de comunicação públicos, privados, incluindo internacionais, desempenhava as funções de Presidente do Conselho Superior de Comunicação Social desde Fevereiro de 2015.

³⁷ Até 2014, apenas 14 países africanos tinha adoptado a lei sobre a liberdade de informação (Freedom of Information, FOI), nomeadamente, a Serra Leoa, Níger, Tunísia, Angola, Costa do Marfim, Etiópia, Guiné, Libéria, Nigéria, Ruanda, África do Sul, Uganda, Zimbabwe e Moçambique. Consultado a 20 de Outubro de 2015 [url] <http://www.redeangola.info/especiais/o-progresso-da-liberdade-de-informacao-em-africa/>

transparência governativa e da participação efectiva dos cidadãos na gestão do erário público. Ademais, no contexto dos países da África Austral, a *Human Rights Watch*³⁸, uma entidade que analisa práticas de direitos humanos, coloca Moçambique no patamar de países como Botsuana, Ilhas Maurícias, Namíbia, que registam melhorias significativas de liberdade de imprensa.

Em 2015, o índice de liberdade de imprensa no país subiu de 2 para 2.23³⁹, mercê da aprovação, em 2014, da Lei de Direito à Informação supracitada. Com este registo, a classificação de Moçambique da Liberdade de Imprensa foi de 44 pontos, sendo que, de acordo com o *Press Freedom Index*⁴⁰, 0 é igual a Bom e 100 equivale a Mau. Contudo isso não significa que não houve reclamações por jornalistas sobre a interferência do governo nos meios de comunicação (Chichava & Pohlmann, 2010: pp. 132-133).

Porém, em contraposição, a governação tem sido afectada por níveis significativos de corrupção. De acordo com o Relatório da Transparência Internacional (2014), Moçambique ocupa a posição 112, com 31 pontos, numa escala de 0 (considerado o mais corrupto) a 100 (considerado o menos corrupto). Efectivamente, têm sido cada vez mais comuns os casos em que figuras do executivo⁴¹ (normalmente os que terminaram o mandato) são acusadas de envolvimento em esquemas de corrupção e falta de transparência na gestão pública.

Em todo o caso, a crescente consciência da necessidade de participação dos cidadãos na vida política, onde as ideias e opiniões alternativas traduzem a actividade da sociedade civil como uma acção colectiva, foi proporcional ao aparecimento de media cada vez mais actantes, assumindo um papel de mediadores da opinião pública. O aparecimento de televisões, rádios e, sobretudo, jornais, com cobertura nacional, são exemplo inequívoco desse facto. A este propósito, Mário (2012: p. 14) considera que o papel dos media em sistemas democráticos relaciona-se, de forma umbilical, com a sustentabilidade da própria democracia, onde os cidadãos devem ser informados sobre os factos e acontecimentos que ocorrem à sua volta e que determinam o curso das suas vidas, enquanto indivíduos dotados de direitos individuais.

³⁸ Human Rights Watch, Consultado a 20 de Outubro de 2015 [url] <https://www.hrw.org/pt/news/2015/01/29/266559>

³⁹ Rádio ONU, Consultado a 20 de Outubro de 2015 [url] http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/05/relatorio-mostra-avancos-na-liberdade-de-imprensa-em-mocambique/#.V31TX_l97IU

⁴⁰ Mais informações sobre os índices de Freedom House em [url] <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2015/mozambique>, Consultado a 20 de Outubro de 2015.

⁴¹ Em 2010 um tribunal de primeira instância condenou um ex-Ministro dos Transportes e Comunicações, António Munguambe, a 20 anos de prisão maior e o ex-Presidente do Conselho de Administração da Empresa Aeroportos de Moçambique, Diodino Cambaza, a 22 anos de prisão maior, ambos acusados de desvio de fundos e bens do Estado avaliados em USD 1.740.000.

Tal como acontece em quase todo o mundo, a comunicação em Moçambique é hoje uma ferramenta decisiva no planeamento da actividade política, pois que, através dela, os políticos implementam estratégias de aproximação aos públicos que constituem o eleitorado, num processo sempre mediado pelos meios de comunicação social. As organizações políticas procuram, desta forma, legitimar o seu sistema com acções que visam gerar e manter a crença social da validade das instituições. Já os públicos, com base nas informações que lhes são transmitidas, formam a sua opinião para, posteriormente, se orientarem nas suas escolhas eleitorais.

O ideal democrático advoga, justamente, o esclarecimento do cidadão para uma escolha eleitoral o mais racional possível. Todavia, sabe-se que há muitos outros factores determinantes do voto, nomeadamente a fidelidade partidária, avaliações subjectivas do líder partidário, as predisposições do eleitorado em função das políticas públicas, etc. Ainda assim, julga-se que o processo de escolha democrática não acontece, pelo menos, numa perspectiva responsável, se não existir informação sobre as candidaturas e seus candidatos.

Chegados a este ponto, importa fazer o apuramento, para além do relacionamento da imprensa com o poder político, sobre o papel dos órgãos de informação e comunicação, bem como a gestão de informação por parte do Governo, no fomento da participação política dos moçambicanos, matéria desenvolvida já de seguida.

4.2.1. Estrutura da comunicação governamental de Moçambique

Em Moçambique, a comunicação governamental é da responsabilidade do Gabinete de Informação de Moçambique (GABINFO). Subordinado ao Gabinete do Primeiro-Ministro, esta entidade, com tutela sobre todos os organismos estatais e órgãos de comunicação públicos⁴², presta assessoria ao executivo em questões específicas da área da comunicação, promovendo, entre outros, a divulgação e acesso à informação sobre as actividades governamentais. Compete igualmente ao GABINFO o registo e licenciamento dos meios de comunicação social (Diploma nº 2/2005, de 29 de Agosto).

Dirigido por um Director, nomeado pelo Primeiro-Ministro, o GABINFO veio substituir o Ministério da Informação, extinto com a adopção do sistema multipartidário devido ao histórico de censura que lhe era intrinsecamente veiculado. A sua actual estrutura orgânica integra as direcções de Informação e Comunicação, Direcção de Estudo, Planificação e os Departamentos de Recursos Humanos; de Administração e Finanças; e Jurídico.

⁴² Integram o sector público a “radiodifusão nacional, a televisão nacional, a agência noticiosa nacional e as demais empresas e instituições criadas para servir o interesse público nesse domínio” (Lei de Imprensa, art. 11).

Nos últimos tempos, o trabalho de assessoria ao Governo tem sido mais expressivo mercê da institucionalização da comunicação governamental nos organigramas dos órgãos estatais, quer a nível central (Ministérios), quer a nível provincial (Governos Provinciais). Embora não esteja ainda harmonizada a definição de funções, os adidos de imprensa e assessores de imprensa, aos quais o GABINFO designa de Comunicadores de Governo, zelam pela imagem do governo, sectorialmente, mas mantendo um vínculo directo e permanente com o Gabinete de Informação.

Com vista à harmonização de procedimentos da comunicação governamental, foi lançada uma Estratégia de Comunicação e Marketing do Governo (2015 - 2019) para, entre outros, imprimir nova dinâmica ao cenário caracterizado, até então, de fraca intervenção do sector de comunicação nos ministérios, inexistência de orçamento específico para as actividades de comunicação e falta de um discurso unificado no seio do Governo. Com efeito, a referida Estratégia pressupõe a institucionalização dos Gabinetes de Comunicação e Assessoria de Imprensa nos órgãos governamentais, com capacidade efectiva de formulação de promoção e divulgação das actividades dos ministérios e governos provinciais, sendo que, para tal, lhe seja imperioso a disponibilização de equipamento apropriado para captação, tratamento, edição, produção e registo da informação (ECMG, 2015: pp. 8-9 e 22).

Um aspecto de realce do GABINFO, no fomento do debate público, tem a ver, em parte, com o facto de observar procedimentos administrativos simples no concernente ao registo de imprensa, ainda que com algumas exigências burocráticas que visam, unicamente, a recolha e arquivo de dados.

A pedido de qualquer pessoa singular ou colectiva, com comprovativos de idoneidade para o efeito, em poucos dias o GABINFO atribui a licença a um órgão de informação, sem que o requerente pague qualquer custo. Essa licença só é retirada se a actividade não for explorada no primeiro ano após o registo. Só podem ser proprietários dos órgãos de informação e das empresas jornalísticas as entidades e associações moçambicanas residentes no país. O investimento estrangeiro ou posse de acções nas empresas de media nacional estão limitados ao máximo de 20 por cento do capital social.

Apesar dessas facilidades, são recorrentes as suspeitas de que os meios de comunicação social sofrem fortes limitações no seu trabalho editorial, especialmente devido a restrições legais e pressão política. Por conseguinte, alega-se, igualmente, a existência de uma dualidade no exercício dos media em Moçambique em que, por um lado, os meios de comunicação de propriedade pública apresentam uma tendência de relatar as conquistas do governo, promovendo a sua imagem positiva; enquanto, por outro, existem meios de comunicação, muitos deles de propriedade privada, que denunciam escândalos de corrupção, dando mais

espaço para os partidos de oposição e activistas de organizações da sociedade civil (AfriMAP, 2014: p. 11).

4.2.2. Os media em Moçambique

Na sequência da proclamação da independência nacional, o Estado moçambicano nacionalizou os órgãos de comunicação social do período colonial (Rádio Clube de Moçambique passou a ser Rádio Moçambique) e criou outros (Agência de Informação de Moçambique e o Gabinete de Comunicação Social - actual Instituto de Comunicação Social). Nesse período, como já se fez referência, a restrição à liberdade de expressão e de imprensa era efectuada através de uma censura muito severa aos artigos dos jornalistas, instituída pelo então Ministério da Informação.

“A informação que era produzida e divulgada pelos jornalistas nos jornais e na rádio era completamente controlada, simultaneamente, pelo Partido (FRELIMO) - Departamento de Trabalho Ideológico - e pelo Ministério da Informação. Toda a informação que era publicada era censurada e, muitas vezes, passagens inteiras de artigos eram cortadas, não se autorizava a sua publicação” (Rebelo, Entrevista: 02/06/2015).

Para fazer passar a sua mensagem e reforçar o controlo sobre a informação, o Governo inaugurou um ciclo de seminários, orientados pelo Departamento de Trabalho Ideológico da FRELIMO e pelo próprio Presidente Samora Machel, nos quais a principal mensagem era que a informação deveria desenvolver um papel fundamental na criação do “Homem Novo”, o socialista. Para tal, a imprensa deveria inspirar-se no trabalho do povo. Num desses seminários, Machel deixou vincado que:

A informação deve desempenhar um papel fundamental na criação do Homem Novo e só pode fazê-lo se os trabalhadores da informação se engajarem na sua própria transformação, assumindo ao nível das ideias, do trabalho, da vida e do comportamento, os valores novos, os valores do homem socialista. Isto significa também que o Partido deve dar uma atenção particular ao enquadramento político dos jornalistas. Neste sentido, intensificaremos a implantação das estruturas do Partido nos órgãos de informação. (...) Além disso, é necessário efectuar o enquadramento político dos jornalistas no seu conjunto, através duma estrutura própria. Uma estrutura que promova a unidade de pensamento e de acção dos jornalistas (Machel, 1977 apud Chichava & Pohlmann, 2010: p. 128).

Contudo, esse controlo e intimidação não impediu que os jornalistas, muitas vezes perseguidos e presos, manifestassem o seu descontentamento a ponto de um grupo de profissionais de informação desencadear um “abaixo-assinado” exigindo que os seus direitos e deveres estivessem legislados. Queriam os jornalistas, onde se destacam nomes como o de Albino Magaia, Leite Vasconcelos, Carlos Cardoso, Fernando Lima, Salomão Moyana, Machado da Graça e outros tantos, que a imprensa passasse a ter uma lei que regulasse a sua

actividade. O abaixo-assinado caiu como uma bomba, provocando ondas de choque entre os jornalistas e o poder (Ribeiro & Sopa, 1996: p. 188).

Com o processo de transição democrática e asseguradas as liberdades e garantias individuais pela Lei de Imprensa (Lei nº 18/91) começaram a surgir novos órgãos de informação que, de uma forma geral, apresentavam-se como independentes. São exemplos o jornais MediaFax, Demos, Imparcial e Savana e também a Rádio Televisão Klint.

A abertura política permitiu a emergência de muitos jornais, rádios e televisões independentes que, embora concentrados em Maputo, vão se estabelecendo como verdadeiros focos de um debate público mais aberto e construtivo, com versões alternativas sobre um mesmo facto, ao contrário do que acontecia durante o regime monopartidário. Realce-se o facto de que, contrariamente ao que acontece em quase todo o mundo, relativamente à concentração da propriedade dos media em grandes grupos económicos, em Moçambique “todas as empresas jornalísticas são economicamente fracas e apenas a SOICO (Sociedade Independente de Comunicação) detém um número de diferentes órgãos de informação (televisão STV, Rádio SFM e diário O País)” (Mário, 2012: pp. 35-36).

A agenda mediática nacional, no âmbito da imprensa escrita, é diariamente actualizada por três jornais de referência, designadamente, *Notícias*, *Diário de Moçambique* e *O País*. Entretanto, os semanários como *Zambeze*; *Magazine Independente*, *Canal de Moçambique*, *Savana*, *Dossiers e Factos*, *Público* e *A Verdade*, geralmente caracterizados por uma linha editorial contestante à actuação governamental, ocupam muitas vezes as principais discussões dos cidadãos. Por seu turno, os jornais públicos (diário *Notícias* e semanário *Domingo*) concentram os seus fluxos informativos em matérias relacionadas com as realizações governamentais. Menção deve-se fazer também aos jornais escritos de distribuição electrónica, todos de periodicidade diária (*Media Fax*, *Expresso da Tarde*, *Correio da Manhã*, *Diário do País*, etc.), que têm também atraído a atenção dos leitores, mas apenas os que têm acesso à internet. Na prática, o acesso aos jornais electrónicos é maioritariamente efectuado por trabalhadores e/ou funcionários das instituições públicas e privadas. Até porque a Internet é sobretudo acessível à população urbana mas com tendência de aumento gradual, alcançando, segundo a Internet Society, 5.4 por cento dos cidadãos moçambicanos⁴³.

Em suma, parte significativa das publicações escritas circunscrevem-se aos perímetros urbanos, sobretudo na capital Maputo. Este comportamento da cobertura de imprensa escrita é fortemente condicionada pelos altos níveis de analfabetismo e de pobreza no país. A

⁴³ Global internet report 2014, Internet Society consultado a 20 de Maio de 2016 [url] https://www.internetsociety.org/sites/default/files/Global_Internet_Report_2014.pdf

maioria da população moçambicana vive em zonas rurais e nunca comprou e não lê jornais, sendo a rádio o único canal a chegar a parte significativa da população.

A propósito da radiodifusão, para além da Rádio Moçambique (RM), a única estação pública e com cobertura nacional, existem várias estações de rádio privadas, maioritariamente sediadas também em Maputo e com raio de cobertura bastante reduzido. Portanto, a RM, Antena Nacional, tem capacidade de cobertura de 100% em todo o país e, para além da língua portuguesa, transmite em 19 línguas nacionais, emitindo igualmente um serviço na língua inglesa.

Saliente-se a existência de emissoras de rádio de cariz político, designadamente, a Rádio Índico da FRELIMO e a Rádio Terra Verde da RENAMO, entretanto cedida, em 2008, a uma empresa privada, a Nova Difusão.

Nos últimos anos têm surgido várias rádios comunitárias voltadas para as zonas rurais, as quais veiculam informação em línguas locais. A maior parte destas rádios contou com forte apoio inicial (1998-2006) da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sendo que outras foram criadas pelo Governo através do Instituto de Comunicação Social (Chichava & Pohlmann, 2010: p. 130).

No que tange aos serviços televisivos, importa, antes de mais, anotar que segundo um estudo de audiências realizado pelo grupo *Growth for Knowledge* (GfK) durante o último semestre de 2013, a televisão moçambicana é a maior fonte de informação no país, comparada com a rádio e jornais (MOE-EU, 2014: p. 36). Existem no país sete estações de televisão com sinal aberto, entre as quais duas públicas (Televisão de Moçambique - TVM, com dois canais: 1 & 2; e a Rádio e Televisão de Portugal para África - RTP-África), sendo as restantes privadas (STV, pertencente à Sociedade Independente de Comunicação - SOICO; Televisão Independente de Moçambique - TIM e TV Miramar). Há também canais televisivos⁴⁴ com acesso codificado que vão ganhando espaço na agenda mediática nacional, mas sem grande impacto social.

Em todo o caso, a crescente multiplicação e diversificação dos veículos de comunicação nacional contribuem para um melhor esclarecimento dos cidadãos e à formação reflectida da opinião pública, como lembra Pippa Norris:

⁴⁴ A (i) SIRT-TV, criada em 2002 e com sede na cidade de Tete (a única com sede fora da capital do país); (ii) KTV, descendente da antiga Rádio e Televisão Klint (RTK), a primeira estação televisiva privada criada em Moçambique; (iii) TV Maná, com sede em Maputo, propriedade da Associação Maná Igreja Cristã; (iv) Top TV, criada em 2011 e com uma programação essencialmente musical; (v) Gungu TV, aberto em 2012, com forte programação teatral; (vi) CTV Moçambique, iniciada em 2012, com uma programação voltada essencialmente para filmes e seriados; (vii) Eco TV; e (viii) TV Sucesso.

Um ambiente informativo rico, com múltiplas fontes de jornalismo regular sobre a política, disponível a partir de diferentes *outlets*, é o caminho propício para promover comunicações governamentais efectivas, gerar múltiplas possibilidades para o debate público e reduzir os custos de informar-se sobre as questões públicas (Norris, 2000 apud Gomes, 2008: p. 200)

Porém, há ainda um longo caminho a percorrer em termos de um jornalismo menos especulativo/sensacionalista para dar lugar a um trabalho mais investigativo. Certamente não será um percurso fácil de singrar pelos episódios de intimidação e morte de jornalistas que têm ocorrido. Neste aspecto, é incontornável fazer-se alusão ao jornalista de investigação Carlos Cardoso⁴⁵, brutalmente assassinado a 22 de Novembro de 2000, numa altura em que investigava casos de corrupção no aparelho do Estado. Ainda assim, apesar de este facto ter, de certa forma, amedrontado alguns jornalistas, a imprensa nacional é cada vez mais interventiva em assuntos da administração da “coisa pública”. Mais recentemente, em 2015⁴⁶, os editores do diário moçambicano *Mediafax*, Fernando Banze, do semanário Canal de Moçambique, Fernando Banze, e o académico Carlos Nuno Castel-Branco foram julgados pelos crimes contra a segurança do Estado e abuso de liberdade de imprensa, relacionados com uma opinião sobre, precisamente, o Presidente da República, Armando Emílio Guebuza. Entretanto, foram todos absolvidos das acusações.

Contudo, o debate sobre questões políticas tem, progressivamente, sido aberto, se comparado ao histórico do país de há pouco mais de 20 anos. Os artigos sobre os temas mais polémicos da vida política são igualmente comuns, embora se possa considerar que os meios de comunicação social públicos continuam ainda mergulhados em práticas de auto-censura, as quais restringem o debate sobre aspectos sensíveis, sendo menos abertos a determinados pontos de vista (AfriMAP, 2009: p. 62).

Outro aspecto digno de realce tem a ver com a tendência de os meios de comunicação social pautarem-se por alguma parcialidade e até inclinações partidárias, principalmente em

⁴⁵ Carlos Cardoso era, na altura da sua morte, proprietário do Jornal O Metical, de distribuição electrónica. Cardoso foi morto a tiros, na via pública, a mando do crime organizado, devido a uma série de peças jornalísticas que vinha publicando no seu jornal, expondo uma monumental fraude financeira de cerca de USD 14 milhões sacados do Banco Comercial de Moçambique, entretanto extinto (Mário: 2012, p. 11).

⁴⁶Em causa estava uma opinião expressa numa carta escrita pelo economista Nuno Castel-Branco a Armando Guebuza, divulgada em Novembro de 2013 na rede social *Facebook*, quando Guebuza era Presidente da República, e posteriormente reproduzida na imprensa moçambicana. Assim, Castel-Branco foi acusado pelo crime contra a segurança do Estado e Fernando Veloso, director editorial do semanário Canal de Moçambique, e Fernando Banze, editor do diário electrónico *Mediafax*, respondiam pelo crime de abuso de liberdade de imprensa, porque reproduziram a carta nos respectivos órgãos de comunicação. O caso foi movido pela Procuradoria-Geral da República, que entendeu que se estava na presença de crimes públicos. Na referida carta Carlos Nuno Castel-Branco acusava Armando Guebuza de estar “fora do controlo” e de ter empurrado o país novamente para a guerra, em alusão aos confrontos entre as Forças de Defesa e Segurança moçambicanas e o braço armado da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), principal partido de oposição. Consultado a 20 de Novembro de 2015 em <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/19515100.html> e http://www.rtp.pt/noticias/mundo/academico-e-jornalistas-sao-hoje-julgados-em-maputo-por-delito-de-opinioao_n855037

períodos eleitorais (Chichava & Pohlmann, 2010: p. 133). Não poucas vezes, a imprensa pública é acusada de favorecer o partido no poder, a FRELIMO. A este respeito, os relatórios da Missão de observadores da União Europeia relatam que, por exemplo, em 2004, meios de comunicação públicos foram favoráveis ao partido Frelimo: o Jornal *Notícias* deu 57% da sua cobertura ao governo e à Frelimo, 19% à Renamo e apenas 10% ao Partido de Democracia e Desenvolvimento (Ibid). Em 2009, o cenário se manteve uma vez que “ao analisar a cobertura dos candidatos presidenciais, detectaram-se nos meios RM (Rádio Moçambique), Notícias e Domingo claros desequilíbrios quantitativos favoráveis a Armando Guebuza (FRELIMO) ”, (MOE-EU, 2009: p. 26) tal como comprovam as percentagens de cobertura jornalística abaixo.

Partidos	Rádio	Televisão	Jornais
FRELIMO	43.4%	43.9%	40.6%
RENAMO	22.2%	21.7%	25.1%
MDM	13.6%	18.8%	19.6%
PDD	5%	4.9%	4.1%
PLD	1.2%	0.8%	0.8%
OUTROS	14.6%	9.9%	9.8%

Tabela 2: Distribuição de tempo de antena e espaço mediático aos partidos políticos. Fonte: (MOE-EU, 2009: p. 26).

Em síntese, pode-se afirmar que, com base no que se relatou aqui sobre a dinâmica dos media em Moçambique, a comunicação é, de facto, um elemento-chave para a manutenção de uma cultura de participação política, na qual os debates políticos produzidos nas instâncias informais de deliberação originam consequências na acção das instituições políticas (Correia, Ferreira e Espírito Santo, 2010: p. 3).

Ainda assim, o relacionamento entre a política e a comunicação tem vindo a conhecer momentos de melhor interacção, graças à modernização e profissionalização de ambos os campos, com impacto na redução do controlo governamental na imprensa, assim como na emergência de uma «Sociedade da Informação» moçambicana.

4.3. Partidos políticos e eleições

Em Moçambique, um dos principais mecanismos de participação política consiste no direito e dever pessoal que todos os maiores de 18 anos de idade têm na consolidação do processo democrático, através do voto.

De cinco em cinco anos, os moçambicanos são chamados às urnas para escolher os seus governantes, em processos que têm “sido marcados por acusações de fraude, alto nível de desconfiança entre os partidos políticos e alguns incidentes graves, o que sinaliza para a

fragilidade das instituições democráticas no país” (AfriMAP, 2009: p. 8). Contudo, entre avanços e retrocessos, pode-se considerar que a democracia moçambicana vai sendo consolidada.

O quadro constitucional, aprovado em 2004, é harmonizado com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, consagrando a igualdade jurídica de todos os cidadãos, proibindo quaisquer formas de discriminação e garantindo formas de participação política e de exercício da cidadania (eleições, educação, saúde, etc.). Porém, persistem algumas barreiras ao exercício da cidadania no país que têm a ver, sobretudo, com as desigualdades de oportunidades em termos de género, acesso à riqueza, devido ao analfabetismo, à pobreza e à própria instabilidade político-militar, principalmente nas regiões centro e norte do país, onde ocorreram confrontos militares desde 2012 entre forças militares governamentais e da RENAMO⁴⁷.

Em termos de organização política, o país é regido por um sistema político presidencialista, sendo o poder político subdividido em dois campos: o executivo e o legislativo. No executivo, o Presidente da República exerce os cargos de Chefe de Estado e chefe de Governo⁴⁸, sendo que, como Chefe de Estado é o Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança e preside o Conselho de Estado. Nas funções de Chefe de Governo, o Presidente da República preside o Conselho de Ministros, que é, nos termos da lei, responsável por assegurar a administração do país através de, entre outros, elaboração, implementação e monitorização dos instrumentos de gestão macroeconómica do país, designadamente, o Plano Económico e Social e o Orçamento do Estado (CRM, 2014: pp. 50 e 53). Já o poder legislativo é representado pelos deputados eleitos e reunidos na Assembleia da República.

Tanto o Presidente da República assim como os deputados da Assembleia da República são eleitos simultaneamente (eleições gerais) por sufrágio universal, directo, igual, secreto, pessoal e periódico, para um mandato de cinco anos.⁴⁹

O facto de a Constituição moçambicana prever (art.º 201 e 205) a existência de um Primeiro-Ministro nomeado pelo Presidente para exercer as funções de coordenador do Governo, dita,

⁴⁷ Momentos de instabilidade política em Moçambique: a 8 de Março de 2012, um polícia foi morto em confrontos com ex-combatentes da RENAMO, instalados há três meses na sede do partido da oposição na cidade de Nampula, no norte do país. No mesmo ano, Dhlakama instala uma base militar na região da Gorongosa, no centro de Moçambique, e começa a treinar antigos veteranos, exigindo uma nova ordem política. De lá até à data (2016) vários ataques, de ambas partes, são reportados nas zonas centro e norte do país. Esta situação já, inclusivamente, provocou a movimentação (fuga) de moçambicanos para países vizinhos, com destaque para no Malawi. Consultado a 24 de Maio de 2016 [url] <http://www.dw.com/pt/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568>

⁴⁸ Constituição da República, 2004, artigos 146, nrs. 1-3; e 201, nº1.

⁴⁹ Constituição da República, 2004, artigos nrs. 135, 147 e 170.

de acordo com um estudo sobre os modelos dos executivos nos países lusófonos, que Moçambique seja enquadrado na categoria de regime Presidencial-parlamentar. Neste regime, “o governo depende da confiança política do presidente e este último nomeia, sem constrangimentos, o executivo” (Lobo & Neto, 2009: p. 271). No entanto, o politólogo moçambicano José Jaime Macuane vai mais longe, ao considerar que o sistema de governo moçambicano é semi-presidencialista, apesar de, na prática, funcionar como um executivo presidencialista. Ou seja, o Estado moçambicano é administrado por “um semipresidencialismo altamente presidencial/personalizado” (Macuane, 2009 apud Lobo & Neto, 2009: p. 177).

Isso acontece porque, segundo ainda Macuane, o sistema moçambicano dá espaço ao Presidente para esvaziar o poder do Primeiro-Ministro (PM) e controlar mais efectivamente o executivo, “isso tudo favorecido pela pouca clareza ou pelos poderes limitados que constitucionalmente o PM tem, daí que, conclui, “o primeiro-ministro moçambicano é um actor político cuja acção gira em torno de competências delegadas pelo PR” (Ibid: pp. 190-191). Neste contexto, na prestação de contas do Governo à Assembleia da República, por exemplo, o executivo é representado pelo primeiro-ministro, o que pode ser visto, alega Macuane, como uma válvula de escape para questões operacionais, evitando o desgaste do Presidente da República (Ibid: p. 195).

Mas, na prática, quando o assunto é ter maior alcance aos 784,090 km² da superfície moçambicana, mais precisamente nas zonas rurais, tem-se assistido a um esforço do executivo de alargamento e devolução da autoridade política ao escalão governamental local. Recorde-se que no período a seguir à independência nacional as autoridades tradicionais locais foram abolidas por terem sido, na óptica do governo de então, uma estrutura feudal herdada do poder colonial. Num documento do Conselho de Ministros de 1975, declara-se, que a “destruição das estruturas do passado não é uma tarefa secundária, nem um luxo ideológico. É uma condição para o triunfo da Revolução” (FRELIMO, 1976).

As elites locais e as estruturas de poder associadas à administração colonial foram fortemente estigmatizadas e as múltiplas práticas que se afirmavam como tradicionais banidas da esfera pública, a exemplo do que tinha acontecido nalguns países vizinhos. Para substituir o vácuo de poder criado pela abolição da condição de autoridade tradicional, e a partir das propostas avançadas pela Frelimo durante a luta armada, constituíram-se, ainda durante o período de transição, grupos dinamizadores (Meneses, 2009: p. 25).

O processo de reconhecimento das autoridades comunitárias tem vindo, gradualmente, a abrir campo para o empoderamento das comunidades locais, alargando as possibilidades de actuação na busca de soluções para os seus problemas. A esse respeito, a Constituição da República de 2004, que reconhece as estruturas tradicionais em Moçambique (art.º 118),

prevê que no âmbito da sua função administrativa e de desenvolvimento territorial, os órgãos locais de Estado se devem articular com as comunidades do país.

Uma das formas que o executivo encontrou para dinamizar as autoridades locais, particularmente as zonas rurais, foi a introdução do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL)⁵⁰, popularmente conhecido por “7 Milhões”, cerca de 300 000 dólares, com o propósito de, através do financiamento a projectos de iniciativa individual ou colectiva, incentivar a produção de comida e de geração de emprego e de renda, contribuindo para a redução da pobreza no país. Segundo o assessor do Presidente Armando Guebuza, Renato⁵¹ Matusse:

“O fundo dos 7 milhões dinamizou a sociedade civil local na medida em que os Conselhos Consultivos passaram a decidir sobre as suas prioridades. Doutro modo, também aumentou a pressão sobre o administrador e sua equipa porque todos passaram a estar vigilantes na gestão daquele fundo público. A própria comunidade passou também a ter responsabilidade na escolha dos mutuários que era feita em colectivo. Portanto, os 7 milhões impulsionam a formação de uma consciência de cidadania muito maior do que havia antes. É também verdade que isso criou problemas para as Organizações-Não Governamentais (ONG) que perderam a liderança no processo de desenvolvimento local. Devido aos 7 milhões nasceu um tecido empresarial mais sofisticado nas localidades com abertura de pensões, lojas, etc. e, com efeito, mais emprego e isso elevou a auto-estima de muitos moçambicanos” (Matusse, Entrevista: 27/01/2016).

Envolta em polémica, relativamente à sua metodologia de distribuição, implementação e resultados, a iniciativa dos “7 Milhões” ocupou parte significativa da acção e do discurso político durante os mandatos de Armando Guebuza (2005-2014), como ir-se-á demonstrar na parte empírica desta dissertação.

Voltando à discussão sobre o exercício do poder político a nível central, importa referir que o país é caracterizado por uma bipartidarização entre a RENAMO e a FRELIMO, cuja coexistência é sistematicamente marcada por certa apreensão e animosidade. Contudo, a Constituição⁵² prevê a criação de formações políticas desde que, no estabelecimento dos seus objectivos, os

⁵⁰ O OILL foi criado pela Lei nº 12/2005, de 23 de Dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano 2006. Esta lei fixa um limite orçamental de investimento público de iniciativa privada cuja responsabilidade de execução era delegada aos governos distritais. Esses projectos deviam obedecer a um princípio que era o da produção de comida e geração de renda e com impacto junto às populações locais. Já o nome “/ Milhões” deve-se ao facto de, inicialmente, independentemente das características económicas, demográficas e territoriais, fosse alocado a cada distrito rural o valor de 7 Milhões de Meticais. Ao longo do tempo, os montantes monetários foram alterados significativamente mas o nome vincou.

⁵¹ Renato Matusse, é também um dos entrevistados para elaboração desta tese. Assessor do Presidente da República, Armando Guebuza, nos dois mandatos, Matusse participou no desenho e execução das presidências abertas e integrava a equipa de Conselheiros do Presidente que tinha a missão de fazer o seguimento dos casos apresentados pelos populares.

⁵² Constituição da República, 2004, artigo 75, nº 2.

partidos políticos respeitem as seguintes exigências: (i) ter âmbito nacional; (ii) defender os interesses nacionais; (iii) contribuir para a formação da opinião pública, em particular sobre as grandes questões nacionais; e (iv) reforçar o espírito patriótico dos cidadãos e a consolidação da Nação moçambicana. A Lei dos Partidos (Lei nº 14/1992), que regula a criação e registo dos partidos políticos é também complementada pela Lei Eleitoral (que integra disposições que definem as regras a que devem obedecer os partidos durante os processos eleitorais), pela Lei da Imprensa (que rege o acesso dos partidos políticos aos meios de comunicação social públicos, e pela Lei Anti-Corrupção (a qual estabelece regras de conduta para o partido no poder).

Um outro aspecto que se ressalva na criação dos partidos políticos, estabelecido pelo Protocolo II do Acordo Geral de Paz, dita que os partidos devem visar a prossecução de “fins políticos não regionalistas, tribalistas, separatistas, raciais, étnicos ou religiosos” e, como tal, é completamente vedada a utilização de “nomes, siglas ou símbolos [dos partidos] que possam ser considerados ofensivos para a população ou os que incentivem a violência e os que se prestem a conotações divisionistas com base na raça, região, tribo, sexo ou religião”, não se devendo, igualmente, “pôr em causa a integridade nacional e a unidade nacional”⁵³.

No que à representatividade dos partidos na Assembleia da República diz respeito, a legislação em vigor estabelece a existência de 250 mandatos, em que cada lugar é acedido se determinado partido ultrapassar a barreira de 5% de votos. Designado d’Hondt, este método de cálculo de atribuição dos mandatos para a obtenção de representação parlamentar pode ser visto como limitador pelo facto de criar dificuldades de acesso dos pequenos partidos à Assembleia da República, acabando por reforçar a sua fraqueza e reduzir a possibilidade da sua consolidação. No actual contexto económico do país, é bastante difícil para os pequenos partidos obterem fundos, e, não tendo representação parlamentar, eles ficam excluídos do acesso ao financiamento público (AfriMAP, 2009: p. 110).

Desde a abertura do sistema multipartidário, as eleições gerais e presidenciais são, basicamente, disputadas pelos dois maiores partidos, portanto a FRELIMO e a RENAMO, sendo que a vitória eleitoral foi sempre do primeiro partido. Historicamente, os dois partidos têm um suporte eleitoral com diferentes concentrações geográficas: a FRELIMO, com hegemonia nas três províncias do Sul (Maputo, Gaza e Inhambane) e nalgumas zonas de Tete, Niassa e Cabo Delgado (Centro e Norte); e a RENAMO com hegemonia principalmente em zonas das províncias de Manica, Sofala, Zambézia e Nampula⁵⁴ (Centro e Norte). Facto que, de certo modo, pode traduzir uma intrínseca ligação entre a escolha eleitoral e as questões étnicas.

⁵³ Lei 13/92, de 14 de Outubro - Acordo Geral de Paz, n.º 4, alíneas a) e b).

⁵⁴ Com base na Cartografia Eleitoral da CNE, Consultado a 24 de Maio de 2016 [url] <http://www.stae.org.mz/index.php/en/>



Figura 2: Mapa de Moçambique. (Fonte: Google imagens)

Norris e Mattes (2003: p. 1) sustentam que as sociedades com um elevado índice de analfabetismo são marcadas por uma democracia “inconsciente”, no sentido de os potenciais eleitores não possuírem o discernimento necessário para avaliar os partidos e os seus candidatos com base nos seus manifestos eleitorais e programas de governação. Nestas sociedades, sublinham os autores, o apelo identitário cria um maior vínculo dos indivíduos aos partidos do que os planos e objectivos de governação que são apresentados.

Com efeito, os dados cartográficos das eleições moçambicanas indicam que o voto em Moçambique é historicamente regional, como se pode observar na tabela abaixo. Ou seja, a variação do número de votantes nos diferentes pleitos eleitorais, embora possa apresentar alguma diferença, não altera a tendência geral de cada província eleger o mesmo partido político. Todavia, ao fim de cinco pleitos eleitorais, esta tendência tem estado a mudar, com maior acentuação nos dois mandatos de Armando Guebuza, portanto em 2004 e 2009 (Nuvunga, 2013: p. 41), em que a RENAMO chegou a perder a maioria no círculo eleitoral de Sofala, onde costumava ser dominante (AfriMAP, 2014: p. 6).

Eleições		Círculos Eleitorais										
		Nissa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Maputo Cidade
1	Eleitores	281292	551716	1286002	1170 564	378 051	322 672	493 613	461 725	405 448	334 802	334 802
9	Frelimo	97 169	250 436	300 933	278 559	83 838	63 620	53 667	192 659	259 868	198 429	293 511
9	Renamo	68 531	98 180	472 638	463 844	131 444	134 176	284 495	42 018	8 513	17 749	33 436
4	Outros	84 497	170 749	389 565	254 459	99 839	72 766	92 226	168 330	96 433	76 474	72 560
1	Eleitores	356 693	618 451	1 434 764	1 384 626	503 422	421 266	593 877	495 981	465 151	369 234	455 640
9	Frelimo	83 231	240 097	284 954	187 066	105 198	83 828	57 672	162 660	288 916	216 446	275 193
9	Renamo	95 885	104 001	319 587	427 186	139 806	149 275	208 984	53 797	11 443	24 412	45 111
9	Outros	61 021	127 919	283 590	245 953	95 254	73 781	72 107	87 811	76 837	34 713	29 660
2	Eleitores	502 410	845 962	1 972 927	1 874 601	636 961	582 957	851 710	654 976	695 665	569 904	678 252
0	Frelimo	92 035	204 159	208 957	148 186	248 400	86 462	71 102	128 012	290 485	163 018	208 476
0	Renamo	37 450	46 759	173 014	215 155	70 671	85 429	180 327	16 394	5 279	16 729	34 566
4	Outros	23 343	61 366	110 893	113 590	50 110	35 763	55 800	37 029	33 639	23 472	19 242
2	Eleitores	544 770	888 197	1 801 249	1 770 910	796 257	648 969	772 630	641 387	639 658	616 208	695 354
0	Frelimo	151 906	271 432	379 060	264 990	348 062	181 778	163 501	221 776	367 135	242 257	271 755
0	Renamo	24 467	49 828	163 590	200 666	40 594	63 800	74 208	18 099	5 269	21 250	19 107
9	Outros	33 148	75 737	145 376	647	47 166	47 434	125 600	60 342	28 555	32 232	78 486

Tabela 3. Cartografia eleitoral de Moçambique. Fonte: (Nuvunga, 2013: p. 40).

Nas últimas eleições, realizadas a 15 de Outubro de 2014, segundo dados da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, a cartografia de voto voltou a sofrer alteração: a FRELIMO não conseguiu manter os elevados níveis de apoio registados anteriormente; a RENAMO reconquistou votos; e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) alargou a sua base de apoio. Assim, dos “250 assentos da Assembleia Nacional, onde a FRELIMO tinha tido controlo total e uma actual maioria qualificada de 191 assentos [em 2009], viu a sua representação cair para 144 mandatos apesar de ainda controlar a legislatura. A RENAMO, agora com 89 assentos (51 em 2009) e o MDM⁵⁵ juntando nove mandatos aos seus actuais oito” (MOE-EU, 2014: p. 11).

Depreende-se, com esta distribuição dos assentos no cenário político moçambicano, que a participação de outros partidos é inexpressiva. De um modo geral, os partidos extraparlamentares são bastante instáveis na sua organização e mobilização, possuindo muito baixa penetração social e capacidade de mobilização. E isto sem se fazer referência aos programas políticos que muitos nunca chegaram a apresentar.

Apesar da regularidade na realização das eleições, o cenário político é sistematicamente assolado pela tendência decrescente da participação dos eleitores. A abstenção nas mesas de

⁵⁵ Criado por Daviz Simango, expulso da RENAMO após discordar da liderança do partido e decidir candidatar-se como independente nas eleições municipais na cidade da Beira em 2008.

voto registou, consecutivamente, 12% em 1994, 30% em 1999, 63% em 2004 e 56% em 2009 (STAE)⁵⁶. Para o analista político Luís Brito, a evolução da abstenção em Moçambique coloca um evidente problema de legitimidade aos dois principais partidos, cuja votação conjunta representava 72% do eleitorado em 1994, tendo descido para 50% em 1999 e atingido apenas 30% em 2004. Aliás, sublinha o autor, a vitória da FRELIMO e Armando Guebuza em 2004, no seu primeiro mandato, aconteceu num contexto de grande abstenção, tendo este sido eleito com menos votos que o seu antecessor, Joaquim Chissano, em 1999 (Brito, 2008: p.10).

Várias são as razões apontadas para esta ocorrência. Brito entende que, do lado da RENAMO, surgem sinais de acomodação relativamente à conjuntura instalada (de a Renamo perder em todos os sufrágios), enquanto que, do lado da FRELIMO, depreende-se certa frustração em relação às promessas e expectativas criadas nas eleições anteriores e que não se verificaram, isso sem referir à questão da predominância de uma “política do ventre”, ou seja o voto regional (*Ibid*: p. 11). Macuane (2009 apud, Lobo & Neto, 2009: p. 176) descreve como razões da fraca participação eleitoral, entre outros: (i) a baixa credibilidade dos processos eleitorais devido à partidarização dos órgãos de administração eleitoral; (ii) a ideia de que os indivíduos tendem a priorizar a sua sobrevivência à participação em processos políticos e, desta feita, tendem a aproveitar os feriados concedidos nos dias das eleições para se dedicarem aos seus afazeres; (iii) as dificuldades que os eleitores enfrentam para se recensearem ou mesmo votarem, devendo, por vezes, percorrer longas distâncias para o efeito. Aliás, algumas destas razões são também confirmadas pelo antigo Presidente da Comissão Nacional de Eleições, Brazão Mazula, quando descreve, num estudo sobre a abstenção em 2004, que as três principais razões para não votar apontadas pelos inquiridos foram: a distância em relação às mesas de voto, a troca dos registos de eleitores nas mesas e a preferência por actividades de trabalho (Mazula, 2006: p. 14).

Em todo o caso, o domínio do partido FRELIMO é justificado pela implementação de campanhas de comunicação desenvolvidas pelo seu governo, sobretudo com a eleição de Guebuza em 2004, com um discurso político marcadamente nacionalista (Brito, 2008: p. 8), com o intuito de aprofundar laços de unidade entre os moçambicanos ameaçada pelas fortes clivagens políticas entre as duas principais forças políticas sentidas, sobretudo, nas principais zonas de influência de cada um no país.

Seguindo esta lógica e circunscrevendo a acção política ao âmbito deste estudo, importa referir que desde que foi eleito, com 64.73% dos votos, Armando Guebuza reforçou a estrutura interna da FRELIMO e o seu apoio de base. Por outro lado, este Presidente potenciou a comunicação directa com o eleitorado para divulgar e promover os feitos do Governo, através de visitas regulares designadas de “Presidência Aberta” (MOE-EU, 2009: p.

⁵⁶ Consultado a 24 de Maio de 2016 [url] <http://www.stae.org.mz/index.php/en/>

11). Este fenómeno terá pesado para que a sua reeleição fosse de esmagadora maioria, com 75.01% dos votos, acompanhado por uma ligeira subida do nível de votação de cerca de 36.42 % em 2004 para mais ou menos 44% votantes em 2009.

Assume-se que a direcção do Presidente Guebuza não teria esse impacto se a mesma aposta não tivesse sido feita na área da comunicação que é, na óptica deste estudo, o elemento-chave para a manutenção de uma cultura política. Por outro lado, entende-se, como já se referiu anteriormente, que o campo dos media é incontornável para a prática política pois é, nesse espaço, onde são ocorre a legitimação das decisões governativas.

Nessa perspectiva e alinhando aos pressupostos de uma democracia mais abrangente e dialogante que se pretende que seja a moçambicana, advoga-se que o êxito da participação política dependerá da institucionalização dos procedimentos e condições de comunicação que fomentem a troca de argumentos entre os políticos e os cidadãos, como foi a implementação das PAI.

No próximo capítulo, o ângulo de abordagem será, precisamente, as formas encontradas pelo governo moçambicano para estabelecer um processo em que todos os cidadãos participem para além dos seus interesses pessoais, com o objectivo de alcançar o bem comum que, no caso concreto, passa por firmar os pressupostos da unidade nacional, sistematicamente postos à prova pelas vicissitudes próprias de democracias recentes e de desafios impostos pela conjuntura socioeconómica.

Capítulo V. Moçambique de lés-a -lés: Guebuza em presidência aberta e inclusiva

Neste capítulo é aprofundada a implementação da estratégia das Presidências Abertas e Inclusivas (PAI) no terreno, em termos de enquadramento, factos e circunstâncias, elementos que, no fim, se traduzem em tácticas comunicacionais que o Presidente Armando Guebuza potenciou para se aproximar dos moçambicanos e, em última instância, conferir maior visibilidade à sua própria imagem.

A opção pela mediatização deste processo não terá sido casual. “Os políticos perceberam que sem a comunicação não podiam fazer-se compreender. Por seu turno, os media pressionam os políticos para que se expliquem e justifiquem em nome do direito dos cidadãos à informação” (Serrano, 2002: p. 23). Por outras palavras, a comunicação é cada vez mais parte integrante e indissociável da actividade política. Nessa óptica, aproveitando-se da capacidade de divulgação dos meios de comunicação social, o governo de Guebuza criou o pseudo-evento das PAI e dotou-a de elementos (comícios, visitas presidenciais, etc) que o configuraram como uma acção política espectacular, de modo que captasse a atenção do público, mas sobretudo dos jornalistas (conferências de imprensa).

Para um melhor entendimento desta estratégia, são também aqui aprofundados, entre outros, alguns aspectos singulares das presidências abertas de Guebuza, como é o caso do uso das línguas nacionais, bem como a exploração, a fundo, das entrevistas⁵⁷ efectuadas que permitiram ter uma visão mais próxima das PAI, na perspectiva de personalidades nacionais dos campos: político, jornalístico, de assessoria da Presidência da República, bem como do próprio Presidente Armando Emílio Guebuza.

5.1. Enquadramento e objectivos

Quando Armando Emílio Guebuza foi empossado Presidente da República de Moçambique, no dia 2 de Fevereiro de 2005, assumiu, no discurso inaugural, que o seu mandato seria norteado pela missão central de combate contra a pobreza mas com várias frentes de acção, com destaque para o desenvolvimento rural integrado, combate ao crime, à corrupção, ao burocratismo e ao espírito de “deixa-andar”.

Na verdade, Guebuza iniciou o seu mandato com uma retórica e acções consideradas populares que visavam uma mudança positiva de Moçambique, tendo-se delineado, como

⁵⁷ As transcrições das entrevistas podem ser consultadas no Anexo 1.

alvos iniciais: (i) fazer com que as pessoas acreditassem que a mudança seria possível, e que o governo poderia dar uma contribuição nesse sentido; (ii) impor moralidade e disciplina no governo, atacando a corrupção, os abusos de poder e impondo respeito à hora de início da actividade laboral; (iii) politizar o governo e fazer com que os funcionários públicos se sentissem motivados, dando-lhes objectivos e um sentido de propósito; (iv) conferir a mais alta prioridade ao combate à pobreza e ao desenvolvimento rural, retirando o foco de Maputo e de uns poucos grandes projectos (AWEPA, 2005: p. 2).

Armando Guebuza entendia que o alcance dessas metas só seria possível com o envolvimento de toda a sociedade moçambicana. Como foi repetindo no decurso do seu mandato, a questão da pobreza não era só dos moçambicanos do norte ou do centro, mas sim de todos, independentemente da região, etnia, bem como dos que vivem no campo ou na cidade. Com efeito, as temáticas sobre o combate contra a pobreza e a unidade nacional passariam a ser os pilares de sua governação que, aliás, também ela reconfigurada com uma nova administração política do país que, passou a adoptar uma liderança com foco especial na interacção directa entre o Presidente e as populações, através das Presidências Abertas e Inclusivas (PAI).

Importa referir que o antecessor de Armando Guebuza, Joaquim Alberto Chissano, primeiro Presidente de Moçambique democrático (1994 - 2004), tinha desenvolvido nos seus dois mandatos uma governação caracterizada por uma forte diplomacia internacional. Naquele período, estavam em curso os processos de reconstrução nacional (após os 16 anos de guerra e de ocorrência cíclica de calamidades naturais) e de transição democrática, o que terá condicionado o governo de Chissano a centrar a sua acção no incentivo ao crescimento económico. Para tal, optou por uma política “fora de portas”, a fim de granjear apoios internacionais para a nova fase de mercado liberal. Nessa fase, também as questões do combate à pobreza e de fomento da unidade nacional encontravam-se no topo da agenda política.

Antes de Joaquim Chissano, Samora Machel, que governou o país numa altura em que as diferenças tribais e étnicas eram muito acentuadas, associadas à carência de bens e serviços essenciais e aos baixíssimos níveis de alfabetismo, tinha como grandes desafios políticos, precisamente, a unidade nacional e o combate à pobreza. Portanto, os três presidentes da nação moçambicana até 2014, manifestaram, cada um contextualizado no seu tempo, mensagens de que a pobreza era o “inimigo” de Moçambique e de que o tribalismo e regionalismo eram os principais obstáculos ao desenvolvimento da unidade nacional.

Ou seja, as temáticas sobre o combate à pobreza e a unidade nacional não constituem novidade para os moçambicanos, mas nunca foram tão exploradas como o Presidente Armando Emílio Guebuza que, favorecido pelo clima de paz e estabilidade económica, teve a oportunidade de ir ao encontro dos moçambicanos, maioritariamente residente nas zonas

rurais⁵⁸. Como fundamenta o próprio Presidente, importava interagir directamente com as pessoas:

“levar à população, onde quer que estivesse e sem ter em conta o seu estatuto social, a possibilidade de transmissão directa dos seus problemas, da sua ansiedade, da sua perspectiva ao Presidente da República, de modo que as pessoas ficassem a saber que este é o nosso Presidente, que este país é um único país e que as pessoas podem falar com o seu Presidente. Depois de o Presidente sair, vinham os governadores e faziam a mesma coisa, seguiam-se os ministros, os administradores também, etc, etc... Ou seja, a PAI é um processo, um método que permite a aceleração da consolidação da unidade nacional e de reforço da nossa moçambicanidade, permitindo, em primeiro lugar, que os moçambicanos dissessem, por exemplo, que “não temos escola aqui, que não temos universidade ou a nossa universidade ainda não tem curso A, B ou C, ou que no nosso hospital, nós ainda não temos cirurgia” e por aí adiante. Como eu me poderia sentir realizado, se uns moçambicanos têm banco e outros não têm banco? A PAI permitiu trazer tudo isso à superfície” (Guebuza, Entrevista: 29/01/2016).

O Presidente Guebuza, com um percurso político marcado pela militância e participação na guerra contra a colonização portuguesa (1964-1974), vida empresarial, liderança da FRELIMO e conhecido pelo seu carisma organizativo. Armando Guebuza assumiu, sucessivamente, o cargo de Presidente da FRELIMO e depois Presidente da República de Moçambique, numa altura em que o cenário político sugeria uma ameaça de perda da posição dominante da FRELIMO⁵⁹.

Armando Guebuza dedicou-se à revitalização do aparelho partidário em todo o país, desde o topo até à base, mas também ao controle do aparelho estatal (...) Em paralelo com o intenso trabalho organizativo, Armando Guebuza desenvolveu um discurso político marcadamente nacionalista, voluntarista e de ruptura com a liderança anterior, onde se destacam elementos como a luta contra a pobreza e o “deixa-andar” (Brito, 2008: p. 8).

Com efeito, para pôr em prática as directrizes do seu mandato, Guebuza potenciou, com as Presidências Abertas e Inclusivas (PAI), uma governação baseada na “interacção directa da liderança do Estado com os diferentes representantes da organização administrativa do Estado e da estrutura social (Conselhos Consultivos Locais), representantes do poder do Estado, políticos, empresários, trabalhadores, líderes comunitários e comunidades em geral, e na verificação e avaliação, no terreno, da execução dos Programas do Governo” (GEPR, 2009: p. 8). Em última instância, este tipo de governação visava impulsionar a participação dos cidadãos no processo democrático em Moçambique. Como explica Renato Matusse, assessor do presidente:

⁵⁸ Segundo o Instituto Nacional de Moçambique (2012) 70% da população moçambicana vive nas zonas rurais, tendo como principal fonte de rendimento a agricultura de subsistência.

⁵⁹ De acordo com os resultados oficiais das eleições de 1999, Joaquim Chissano obteve 52,3% dos votos e Afonso Dhlakama 47,7%, portanto, venceu com uma margem reduzida.

“A presidência aberta foi um mecanismo que o Presidente Guebuza usou para a sua constante legitimação como Presidente da Nação, para a legitimação das decisões que tomava mas, acima de tudo, um mecanismo que ele usou para ser apropriado pelas comunidades. Quer dizer, ele ser visto como um de nós, alguém que sofre como nós, interessa-se por nós, vive os nossos problemas, etc”. (Matusse, Entrevista: 27/01/2016).

Na prática, as PAI constituíram um importante instrumento de prestação de contas e de monitorização do executivo nos 151 distritos⁶⁰, na medida em que se destinava a garantir a coerência e a implementação do Programa Quinquenal do Governo (PQG), a responsabilização na prestação dos serviços públicos e a presença do Estado nas zonas rurais (Leininger et al, 2012: p. 2). Mas, sem com isso deixar de dedicar atenção às cidades onde se registava uma tendência no aumento de problemas complexos, com destaque para a criminalidade e a pobreza urbana.

Portanto, as presidências abertas procuraram estabelecer uma plataforma de participação no processo de governação democrática, com o objectivo de impulsionar o interesse sobre temas políticos e reduzir a distância entre governantes e governados.

Entre os objectivos delineados para a governação aberta de Guebuza, destacam-se os seguintes: (i) Transmitir e clarificar pensamento político estratégico de desenvolvimento que toma o distrito como pólo de desenvolvimento e no balanço de poder entre o topo e a base e o papel das estruturas intermédias, com particular realce para os Conselhos Consultivos Locais; (ii) Garantir maior presença do Estado no território através do alargamento e aperfeiçoamento dos seus serviços junto dos cidadãos; (iii) Avaliar a harmonização (coerência) dos diferentes níveis e sectores na implementação do Programa Quinquenal do Governo; (iv) Melhor prestação de serviços ao público e desenvolvimento de uma cultura de prestação de contas; e (v) Imprimir maior dinamismo à governação (GEPR, 2009: p. 8). Desta forma, pretendia-se que o “contacto regular com as comunidades, constituídas por potenciais eleitores, criasse uma oportunidade para estas se tornarem nos verdadeiros agentes no processo de exercício do poder e de se apropriarem dos instrumentos de desenvolvimento” (Leininger et al, 2012: p. 7).

Embora fosse sentida em todos os quadrantes da sociedade, a presidência aberta tinha como principal foco de implementação o Distrito, designado pólo de desenvolvimento, onde Guebuza pretendia dinamizar as estruturas locais através do estabelecimento de infra-estruturas económicas e sociais básicas, dotar o meio rural de melhores condições de vida e torna-lo mais produtivo e ainda, atender à formação profissional, promovendo o auto emprego local (Siteo, 2014: p. 121).

⁶⁰ Em Moçambique, o Distrito é a unidade territorial principal de organização e funcionamento da administração local do Estado e base de planeamento do desenvolvimento económico, social e cultural. O Distrito está subdividido em Postos Administrativos e estes em Localidades, o nível hierárquico mais baixo da administração local do Estado. No primeiro mandato de Armando Guebuza existiam no país 128 mas com a promulgação da Lei 26/2013, de 18 de Dezembro, Moçambique passou a ter 151 distritos.

Num estudo desenvolvido por investigadores alemães, as PAI são consideradas um “instrumento de supervisão política e uma instituição de monitorização vertical, definida pelo governo central, com o propósito de controlar o funcionamento dos governos locais” ao mesmo tempo que criava “um espaço participativo para interacções adicionais entre o governo nacional e os cidadãos” (Leininger et al, 2012: p. 217). Para estes autores, por não estar consagrada na lei moçambicana, a iniciativa das PAI devem ser percebidas como uma instituição informal que, no entanto, exerceu forte influência na tomada de decisões políticas, bem como no processo de descentralização do poder.

De entre várias, existem pelo menos três críticas que se evidenciaram no debate público e de imprensa durante a vigência das PAI. A primeira a que ver com a alegada partidarização desta forma de governação que deveria, supostamente, ser isenta de influências partidárias. Tal como refere Azevedo-Harman (2012), Moçambique é, sumariamente, caracterizado por um “Estado em que o partido no poder domina todas as suas estruturas” (Ibid: p. 34). Sobre esta aceção, Armando Guebuza faz o seguinte comentário:

“Quem faz eleger o governo? É o partido! O partido é que aprova o manifesto que vai à discussão com a população a partir do qual é estruturado o Programa do Governo. Se esse partido foi capaz de eleger na base de um manifesto, então esse partido está, mais do que ninguém, interessado em garantir que o seu manifesto seja cumprido” (Guebuza, Entrevista: 29/01/2016).

A segunda crítica é referente às acusações das PAI terem sido muito despesistas, conforme exemplifica Jorge Rebelo, quando questiona: “quando se alugam 6 helicópteros na África do Sul para levar o Presidente, o Grupo que o acompanha e toda aquela logística? Esse aparato tornou as presidências abertas contraproducentes” (Rebelo, Entrevista: 02/06/2015). Mas o jornalista Emílio Manhique rebate a crítica com outro questionamento: “os benefícios da Presidência Aberta são superiores... a unidade nacional não tem preço! A paz não tem preço! Guebuza esforçou-se em passar uma forte mensagem de auto-estima (...) de os moçambicanos se orgulharem de pertencerem a um espaço que se chama Moçambique. Afinal, quanto custa a unidade nacional? (Manhique, Entrevista: 10/09/2015).

Por último, as PAI foram também muito contestadas pelo facto de terem sido um suposto instrumento de promoção da imagem do Presidente, ofuscando o trabalho dos administradores locais.

“Existe, sim, essa crítica de que o Presidente procurou substituir os administradores e governadores porque depois de as pessoas se queixarem ao Presidente, que autoridade teria o administrador perante as populações? Mas, de todas as maneiras, acho que é legítimo que o Presidente vá ao terreno para ver o que está a acontecer. Se os governadores estivessem a fazer um bom trabalho não haveria nada a esconder” (Manhique, Entrevista: 10/09/2015).

De qualquer modo, segundo Macuane (2009 apud Lobo & Neto, 2009: p. 194), as PAI serviram para “auscultar a voz das populações, monitorar o desempenho do governo e corrigir algumas políticas a serem implementadas”, uma prerrogativa a que o Presidente recorreu para comunicar com o eleitorado e, em simultâneo, promover as realizações do seu governo.

5.2. Programação e visitas

Quando foi lançada a estratégia das Presidências Abertas e Inclusivas, no decurso do primeiro mandato, planeou-se a visita presidencial a todos 128 distritos moçambicanos (actualmente 151). Portanto, nesse período (2005-2009), Armando Guebuza deslocou-se às sedes distritais, sendo que no segundo quinquénio (2009-2014) expandiu a sua acção governativa aos postos e localidades, chegando, portanto, ao nível mais baixo de representação do Estado Central e, com efeito, aos lugares mais recônditos de Moçambique.

Dados recolhidos na Presidência da República de Moçambique indicam que as PAI eram preparadas com um ano de antecedência, num trabalho de coordenação entre a Presidência da República, Ministério da Administração Estatal e os Governos Provinciais. Por norma, aquela prática ocorria durante o primeiro semestre de cada ano, altura em que o Presidente da República visitava, por quatro dias, igual número de Distritos por Província, excepto as Províncias de Nampula e Zambézia, as maiores do país, onde permanecia mais um dia, perfazendo cinco dias por igual número de distritos.

Os pesquisadores alemães, Leininger et al (2012) identificaram três etapas nas presidências abertas, nomeadamente, a **preparação, o desempenho e o seguimento**, sobre as quais ir-se-á debruçar seguidamente.

I. Preparação

A fase de preparação inclui a selecção das províncias, dos distritos e aspectos organizacionais das visitas, bem como o arrolamento de recomendações e termos de referência para adequar os lugares ao padrão mais elevado do Estado, até porque durante a estadia presidencial o Distrito alvo passava a ser a Presidência da República. Esse facto não passava despercebido nem à população local, nem mesmo na agenda política do momento. Por essas ocasiões, eram normais declarações populares, como a de um agente económico do Posto Administrativo de Mocumbura⁶¹, que dizia: “a Ponta Vermelha está aqui. A Nação está aqui. Hoje Mocumbura é a capital de Moçambique” (Matusse, 2009: p. 22).

Os locais para visitas eram propostos pelo Governo Provincial que após apreciação do Ministério da Administração Estatal eram submetidos para aprovação da Presidência da

⁶¹ Localizado no Distrito de Mágoe, Província de Tete, no centro do País.

República. Nesta fase, ainda muito preliminar, uma equipa reduzida de preparação da Presidência da República, denominada de **pré-avanço**, integrando membros do Gabinete do Presidente, Protocolo do Estado, Casa Militar e Administração do Palácio da Ponta Vermelha, com o acompanhamento de membros do Governo Provincial, partia para os locais identificados com o propósito de averiguar as condições do local e deixar as primeiras recomendações sobre a logística necessária à visita presidencial, bem como o ajustamento do programa também preliminar. Saliente-se que, até 2005, muitos locais de Moçambique nunca tinham recebido uma visita presidencial, nem sequer tinham as estruturas mínimas (habitações, água potável, energia, hotéis ou residências, rede de telecomunicações, etc.) que pudessem albergar uma comitiva presidencial que era composta por membros do governo, corpo diplomático, jornalistas, convidados e pessoal de apoio.

Depois, durante o mês de Fevereiro e princípios de Março, o **grupo de avanço**, o mesmo que o do pré-avanço mas mais alargado a outros sectores da Presidência, entre os quais o Gabinete de Imprensa, e outros sectores do Governo a nível central e provincial, seguia para o terreno onde ficavam em permanência na província seleccionada para a visita, mais ou menos três semanas antes das PAI acontecerem. Durante este tempo efectuava-se o *check-list* das recomendações deixadas na fase preliminar, que incluíam os preparativos em termos de segurança, acomodação da delegação, os locais de encontros com a população e reuniões mais restritas com o empresariado local, quadros do partido Frelimo, entre outros, tal como comprova o estudo de Leininger et al (2012):

Ao nível distrital, a administração prepara um relatório sobre o desenvolvimento do distrito e os avanços na implementação dos planos de desenvolvimento. Além disso, as preparações incluem arranjos nos distritos, por exemplo, reparação de estradas, pintura e renovação de casas. Adicionalmente, as populações são mobilizadas para participarem na visita presidencial, especialmente pelo ramo local da Frelimo (*Ibid*: p. 222).

II. Desempenho

Nesta fase, referente às presidências abertas propriamente ditas, decorriam as reuniões, primeiro com o Governo Provincial e depois com os administradores e empresários locais. Eram também efectuadas as visitas às infra-estruturas e projectos sociais, sendo que em cada dia de visita era feito um diário resumido, mas com minúcia, dessas actividades. É nesta fase que tinha lugar o ponto mais alto da PAI: o comício popular, onde as pessoas (entre 5 e 15) interagem directamente com o Presidente, apresentando questões e comentários sobre temas diferentes. “Às questões mais simples, ele [o Presidente] procurava dar a resposta logo ali e às questões mais complexas ele mandava os seus colaboradores tomarem notas para depois estudarem o assunto e procurarem tomar as decisões em conformidade com aquilo que as pessoas expunham” (Manhique, Entrevista: 10/09/2015).

O outro momento igualmente importante nesta fase de desempenho era, sem dúvida, a conferência de imprensa, realizada no fim de cada visita presidencial. Portanto, a

interlocução com o povo era expandida, através da imprensa, para os outros moçambicanos. Neste encontro com os jornalistas, o Presidente fazia o balanço das actividades de cada distrito e, ciente dos efeitos da ampliação que os media conferem às suas mensagens, potenciava as principais mensagens políticas do momento que, segundo Leininger et al (2012: p. 221), de 2005 a 2010 eram centradas na clarificação dos procedimentos de atribuição e gestão do Fundo de Investimento Local, vulgo 7 milhões. A partir de 2010, os tópicos das PAI estenderem-se para questões de desenvolvimento rural, em geral.

Importa referir que a temática sobre os 7 milhões constituiu-se “como objecto enfático da Presidência Aberta e Inclusiva, sobretudo entre 2005 e 2010, no decurso das interacções que Armando Guebuza estabeleceu com a população, Órgãos Locais do Estado e grupos da Sociedade Civil” (Siteo, 2014: p. 138). Com este mecanismo de financiamento, referenciado como um exemplo por muitos países do Continente Africano, o Presidente pretendia garantir que as suas promessas eleitorais e o programa do Governo fossem cumpridos, em resposta às estratégias de combate à pobreza, de desenvolvimento local e de redistribuição, partilha de recursos entre o governo central e local, pela afirmação e empoderamento dos pobres nos distritos rurais (*Ibid*: pp. 138-139).

III. Seguimento

A terceira fase, definida pela pesquisa alemã, é a de **Seguimento**, onde as questões apresentadas pelos populares eram incorporadas em matrizes para posterior monitorização do desempenho da administração local. Neste sentido, o Chefe do Estado instituiu mecanismos de controlo das acções de seguimento através de seus conselheiros e brigadas de membros do Conselho de Ministros que se deslocavam, periodicamente, aos distritos para fazer acompanhamento da acção governativa dos órgãos locais e verificar o grau de cumprimento das decisões tomadas pelo Presidente da República durante as PAI. Assim, as matrizes passavam a ser o documento prioritário implementado pelas administrações distritais e suas equipas técnicas.

A propósito, o assessor do Presidente, Renato Matusse, lembra-se de alguns casos de seguimento:

“Lembro-me de um caso, em Gaza, Phafure, na zona de fronteira com o Zimbabwe e África do Sul, que um indivíduo queixou-se de lhe terem arrancado a viatura e o Presidente mandou averiguar a situação. No ano seguinte a PAI era em Mabalane, a 300 km de Phafure, e apareceu aquele Senhor com 100 meticais para o Presidente comprar uma camisa como forma de agradecimento. Esta atitude é muito simbólica. Portanto, há muitos exemplos desse género. Neste momento, conheço jovens que estão a fazer o ensino superior, cá e no estrangeiro, na sequência do seguimento dado aos casos reportados durante as presidências abertas” (Matusse, Entrevista: 27/01/2016).

Há também relatos de administradores que, mercê do trabalho de seguimento das denúncias apresentadas pelos populares ao Presidente, foram, entretanto, responsabilizados e sancionados. Por isso, os administradores procuravam controlar os tópicos apresentados durante o comício (Leininger et al, 2012: p. 223).

Passa-se, de seguida, ao escrutínio dos dois principais momentos das PAI na óptica da presente tese, coincidentemente ambos com a fase de Desempenho: o comício e a conferência de imprensa. Consideram-se, na verdade, dois elementos de comunicação e de relações públicas porque permitiram, no espaço do comício, a interacção efectiva e presencial entre as partes (Emissor e Receptor), como também a massificação das principais mensagens políticas, através dos meios de comunicação social presentes na conferência de imprensa.

5.2.1. O Comício - Encontro Marcado com o povo

Do latim *comitium*⁶², o comício é percebido como um acto público onde um político ou candidato a um cargo político expõe suas ideias ao público (assuntos de interesse público). O pesquisador Nuno Jorge vai mais longe ao definir o comício como “um tipo de evento político, que tem uma função festiva e de reforço da moral entre os apoiantes da campanha, sendo propício o exagero entre os seus constituintes” (Jorge, 2014: p. 82).

Numa altura em que a disputa política converteu-se, em grande medida, numa competição por maior visibilidade nos media, pela imposição da imagem pública dos actores políticos e de seus interesses, o comício surge como o espaço ideal para a promoção da interacção presencial entre os políticos e o seu eleitorado. Nessa perspectiva, com elevado pendor de mobilização para a participação, o comício é normalmente composto por um conjunto de elementos cénicos, tais como, um palco, a decoração, a música, ou a declaração de apoios e cânticos celebrativos, que não são nada mais que amplificadores dos objectivos políticos. Nesse contexto, para alcançar os seus intentos, o comício deve ser preparado ao pormenor: escolha do dia, do local, a cenografia, a indumentária do político, a disposição do auditório, etc.

Por outro lado, tendo em conta que, de um modo geral, os «eleitores já não votam de acordo com os programas eleitorais do candidato, até porque raramente os lêem» (Serra, 2015: p. 59) os políticos usam o comício como um “palco” ou um mecanismo, com forte carga de espectáculo, para demonstração de sua força popular e reforço da identidade partidária, ou seja, encaram “o comício enquanto acção de comunicação é motivador por excelência, criando o ambiente de uma festa propício para expressar aquilo que mais há de fundador numa determinada comunidade política: os seus valores e identidade” (Jorge, 2014: p. 85).

⁶² Que significa “assembleia popular”.

Visto neste ângulo, pode-se considerar o momento do comício como sendo central a toda a estratégia das presidências abertas. Ao proferir o seu discurso, Armando Guebuza objectivava, tal como sugere Fairclough (2001), edificar a sua hegemonia nas relações de poder, reconfigurando, no caso concreto, o senso comum sobre a unidade nacional e o combate à pobreza, através de um ambiente festivo que ajudasse a reforçar esses mesmos valores. Como se tem estado a afirmar, estas duas temáticas não são de todo desconhecidas do povo moçambicano. Porém, cada governante explora-as de acordo com o contexto temporal, ainda que se mantenha o principal desafio de governação em Moçambique - a questão das divisões tribais e étnicas.

Definido pelo Protocolo de Estado moçambicano como sendo um encontro especial entre dirigentes e a população, o comício tem a vantagem de atrair multidões com o objectivo de influenciar a opinião pública (Magaia, 2013: p. 92). No contexto das PAI, a adida de imprensa do Presidente Guebuza, enquadra os comícios no âmbito da comunicação dirigida onde o “Chefe de Estado promove a interacção real com o seu povo (...) a elocução de um tem repercussão no outro, ajuda a pensar e, eventualmente, melhorar (*Ibid*: p. 97). Abrindo espaço para um *feedback* instantâneo entre as partes, pensa-se que o diálogo entre o Presidente e o seu povo “induz uma apropriação colectiva dos ganhos e partilhas dos desafios e perspectivas em presença” (Matusse, 2009: p. 38).

Esta perspectiva é reforçada por Siteo (2014) ao afirmar que

Por analogia, os comícios [das Presidências Abertas e Inclusivas] se transformaram em espaços de pedagogia de governação através da liberdade de expressão que se traduz num processo de participação, de ensinamentos, socialização política e aprendizagem sobre práticas de transparência, prestação de contas e de responsabilização no exercício da autoridade política e administrativa, gerando, deste modo, maior aproximação entre os governados e os governantes (*Ibid*: p. 146).

Ora, o Presidente Guebuza já ia aos comícios preparado, com as recomendações do trabalho das equipas de avanço, de modo que, tinha sempre a noção dos principais tópicos a desenvolver em cada local. Por outro lado, consciente da eficiência do discurso político nestes contextos, em termos de conferir notoriedade e promoção da sua imagem, o Presidente investiu recursos e tempo com racionalidade, sabendo, exactamente, qual seria o retorno deste investimento. “Sabe que uma mensagem transmitida de forma personalizada é mais persuasiva e, por isso, lhe garante credibilidade e popularidade acrescida para prossecução dos seus anseios» (Magaia, 2013: p. 98).

Contudo, não poucas vezes, os comícios das presidências abertas levantaram suspeitas de encenação do processo de interlocução entre os populares e o Presidente. A pesquisa dos estudiosos alemães que se tem vindo a mencionar, alega, por exemplo, que os

administradores distritais seleccionavam previamente os intervenientes no comício, pelo que, a oportunidade de as populações apresentarem as suas preocupações não era acessível para todos (ex. membros da oposição e representantes de organizações da sociedade civil para impedir críticas demasiado contundentes à administração). Ainda assim, os pesquisadores reconhecem, por parte da Presidência e Ministérios, ter sempre havido o interesse de se saber, de facto, sobre os desafios ao nível distrital (Leininger et al, 2012: p. 224). Mas o Presidente Guebuza explica-se:

“Nós não queríamos que houvesse encenação. Então, há-de notar que houve um momento que dizia assim: “Cinco pessoas que queiram falar venham para aqui.” E na vez seguinte, quando chegássemos lá, já encontrávamos as 5 pessoas manipuladas... e quando tinha essa informação, porque nós monitorávamos toda a acção, eu dizia, “desta vez serão oito pessoas” e terminámos em 10. Não quer isto dizer que aconteceu isto sempre mas estávamos perfeitamente claros da possibilidade de manipulação. Mas onde não há manipulação? Quem é que escreve nos jornais? Quem faz os grandes debates nas televisões? São pessoas escolhidas, não são outras. Mas esse não foi o elemento que impediu que as pessoas não pudessem falar, não. Aliás, nos últimos dois anos, o que nós fazíamos? Dizíamos que queremos 10 pessoas e depois, no fim da reunião vinham mais 15 pessoas que falavam com o grupo dos meus conselheiros e ministros que me acompanhavam. Mas só conseguimos chegar a esse método 8 anos depois” (Guebuza, 29/01/2016).

Pode-se inferir que esta tentativa de manipular os intervenientes na interacção com Presidente, por parte das administrações locais, tinha a ver com o receio destes sofrerem sanções e penalizações por parte do Governo central, como chegou a acontecer nalguns casos.

No entanto, o défice de transparência na selecção dos intervenientes populares nos comícios das PAI é, segundo o politólogo Henrik Maihack, um facto que não deve ser generalizado, tal como ele mesmo teve a oportunidade de verificar a tendência e vontade de mudança a todos os níveis da administração do Estado. Nesse sentido, sublinha Maihack, “em Moçambique existem muitas dinâmicas interessantes. A percepção entre os doadores e os países europeus é que Moçambique é um país muito controlado, muito centralizado. Mas nos 18 anos desde que terminou a guerra, o governo conseguiu implementar algumas políticas importantes. Tem problemas, mas tem alguns sucessos também”⁶³.

Mudando de abordagem, importa referir dois denominadores comuns nos comícios das PAI, designadamente: a construção da identidade nacional e o uso das línguas nacionais. Se, por um lado, as linhas de força do discurso de Guebuza centravam-se na elevação do sentido de pertença, de orgulho de todo o povo e do combate contra a pobreza, adaptando-o sempre ao

⁶³ Uma avaliação crítica da Presidência Aberta e Inclusiva em Moçambique, consultado na internet no dia 5 de Dezembro de 2015, [url] <http://www.dw.com/pt/uma-avalia%C3%A7%C3%A3o-cr%C3%ADtica-da-presid%C3%A2ncia-aberta-e-inclusiva-em-mo%C3%A7ambique/a-6534772>

contexto de cada distrito, por outro, potenciou o uso das línguas locais, tendo em vista uma maior compreensão, quiçá apropriação, da sua comunicação por parte das populações.

5.2.2. As PAI na construção da identidade nacional

Considera-se que a divulgação da deslocação às zonas rurais e das abordagens discursivas do Presidente tenham sido um mecanismo de consolidação identidade nacional, com a transmissão de mensagens e atitudes que dão ênfase ao sentimento de pertença colectiva (memória).

É sabido que, de um modo geral, o contexto africano é caracterizado por diferentes e marcantes traços linguísticos e étnicos, facto que constitui um enorme desafio para qualquer governo, pelo que, para ter sucesso na sua actuação, deverá pensar na questão da identidade nacional, em termos de unidade na diversidade. A este respeito, Armando Guebuza argumenta que:

“A unidade nacional, vista como unidade de diferentes, diferentes na língua, diferentes na religião, diferentes nos costumes... constitui a base da nossa força, da nossa energia. Visto desse ângulo, não há ninguém que tem motivo para estar fora. Pelo contrário, nós queremos que todos estejam dentro, resultante desse intercâmbio de diferentes. Quando falo de diferentes, não estou a falar de direitos, estou a falar de pessoas, cada um com a sua postura assim como numa casa as pessoas são diferentes, a mãe, o pai as crianças são diferentes. Eu penso que nós estamos unidos, não tenho dúvidas disso, mas nós precisamos de consolidar e reforçar essa unidade. Mesmos nos países que se tornaram independentes muito antes de nós, a questão que se coloca em permanência é sempre a unidade nacional” (Guebuza, Entrevista: 29/01/2016).

A questão da construção identidade da nacional tem suscitado amplos debates de difícil consenso. No entanto, a maior parte dos estudos realçam o sentimento de “pertença” colectiva. Ou seja, quando se refere à questão da identidade nacional, segundo Jenkins (1994), pressupõe-se a auto-identificação, similitude - “Nós” - e constatação da diferença - os “Outros”. Auto-identificação e percepção da diferença inscrever-se-ão de modo distinto na duração temporal.

Entretanto, julga-se pertinente ressaltar dois aspectos peculiares sobre a identidade nacional: ela se mantém no tempo, adequando-se a novas realidades históricas, que supostamente a faria desaparecer (no caso das nações: a globalização, a hibridação cultural, a perda de poder soberano dos estados, a integração em unidades mais amplas, como a União Africana). Por outro lado, é possível manter uma identidade comum, mesmo quando existem grandes diferenças sociais (ricos, pobres, católicos, protestantes, literatos, analfabetos). Contudo, há elementos específicos comumente ligados à identidade nacional,

nomeadamente: território, memória, língua, hábitos, símbolos, sendo que muitos actores ressaltam a memória nacional (Smith, 2004; Gillis, 1994; Candau, 1998).

“Poderíamos quase dizer: sem memória não há identidade; sem identidade, não há nação” (Smith, 2004: p. 75). A propósito da nação, importa desde já clarificar um aspecto que tem sido recorrente: confundir o Estado com a Nação. Enquanto o Estado se refere ao aparelho político (instituições governamentais e funcionalismo público) que governa um dado território, cuja autoridade assenta na lei e na capacidade para usar a força, a Nação é “um grupo formado a partir de um ou vários grupos étnicos, e normalmente identificado por uma literatura própria [que] possui ou reivindica o direito à identidade e à autonomia políticas enquanto povo, bem como o controlo de um dado território...” (Hastings, 1997 apud Sobral, 2006: p. 9).

Após esta breve contextualização sobre a unidade nacional e voltando as atenções para Moçambique, importa dizer que este país é uma nação nova, de apenas 40 anos⁶⁴. Fazendo-se uma breve resenha histórica do incipiente fenómeno de identidade nacional distinguem-se três fases, do surgimento, em 1975, à actualidade. A primeira dessas fases reporta-se aos anos 50 e 60 do séc. XX quando, à semelhança da maioria dos países africanos, o sentimento de identidade nacional de Moçambique emergiu da luta pela independência do colonialismo europeu (Ki-Zerbo, 2007).

Numa segunda fase, na qual foram definidos os principais símbolos da identidade nacional (ex. bandeira, hino, emblema), tinha-se no cerne da nação a unidade nacional, conforme defendeu Samora Machel no seu discurso de tomada de posse ao definir “[...] o racismo, o regionalismo e o tribalismo como inimigos que deveriam ser combatidos ao mesmo título que o colonialismo”⁶⁵ (Machel, 1975 apud Muiwane, 2009: p. 478), tendo reafirmado este ideal por diversas ocasiões e de diferentes formas, como quando disse num dos seus discursos: “entramos em Nashingweya como Macondes, Macuas, Nianjas, Manicas, Shanganas, Ajauas, Rongas, Senas; saímos moçambicanos. Entramos como negros, brancos, mistos, indianos; saímos moçambicanos” (Machel, 1981 apud Paredes, 2014: p. 150).

A língua portuguesa, herdada do colonialismo, desempenhou um papel muito importante neste período. Estima-se a existência de 43 línguas nacionais no país, que embora a maioria seja de origem bantu, são completamente distintas uma da outra. Terá sido por isso que a solução encontrada foi adoptar, logo na primeira Constituição (1975), a língua portuguesa como língua nacional, por ela estar mais espalhada pelo país, contrariamente às línguas nativas, circunscritas às localidades.

⁶⁴ 10 Após a luta armada de libertação nacional conduzida, pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) contra o colonialismo português (25 de Setembro de 1964 a 8 de Setembro de 1974), a independência de Moçambique foi proclamada a 25 de Junho de 1975, por Samora Machel, passando a designar-se República Popular de Moçambique.

⁶⁵ Existe uma grande heterogeneidade étnica e linguística na população moçambicana. Só para citar um exemplo, a região sul é patrilinear e no norte matrilinear, sendo a região centro uma mistura de ambos.

A terceira fase seria a que inaugura a democracia em Moçambique, estendendo-se até aos dias de hoje. Os 16 anos de guerrilha sangrenta entre os moçambicanos (FRELIMO e RENAMO) nos anos 70 e 80 do século passado, reabriram algumas fissuras político-sociais já conhecidas, nomeadamente, o regionalismo e o tribalismo. De modo que era preciso resgatar e reforçar os elementos de unidade da nação. Aliás, de acordo com Ngoenha (1998: p. 31) a existência da nação moçambicana dependerá da capacidade do projecto político resolver as rivalidades e os conflitos entre grupos sociais, religiosos, regionais ou étnicos, segundo regras reconhecidas como legítimas.

Nesse contexto, anota-se o facto de, desde o ciclo presidencialista de Joaquim Chissano, terem sido postas em marcha os desígnios de diálogo, de promoção da paz e de reconciliação entre moçambicanos, principalmente na arena política. A devastação da guerra dos 16 anos desencadeou nos moçambicanos um forte desejo de paz e era chegado o momento para transpor os abismos da divisão tribal ou regional, abrindo uma nova era de um povo unido para a reconciliação nacional, para a consolidação da nação. Armando Guebuza, com as PAI, veio reforçar aqueles desígnios, mas de forma mais directa e acentuada, através da interacção directa com o povo, na medida em que “os moçambicanos, individualmente e organizados, podem [...] transmitir o seu sentimento, aconselhando o Presidente Guebuza e, assim, dar contributo na governação (Magaia, 2013: p. 97).

A construção de uma identidade nacional obedece em grande medida à actuação do poder estatal (Sobral, 2006: p. 23). Com efeito, o pressuposto da consolidação da nação moçambicana advém precisamente do sentimento generalizado, iniciado em 1975, de se resgatar os elementos de unidade que reduzam as assimetrias políticas, sociais e económicas entre os cidadãos. Nesses termos, a base de partida seria prover um ambiente de paz e qualidade de vida aos moçambicanos, a todos os níveis, mas com primazia para as zonas rurais onde vive a maioria e mais vulnerável camada social, através do acesso à educação, saúde e emprego, tal como sugerem os objectivos da Presidência Aberta e Inclusiva de Armando Guebuza.

No que concerne ao combate contra a pobreza, era entendimento de Guebuza incutir nos moçambicanos o desejo pelo desenvolvimento, porque a pobreza, conforme repetiu muitas vezes, estava na mente dos moçambicanos e era preciso que todos se libertassem dela com o trabalho, a partir de uma forte aposta em capacidades e iniciativas de incentivo à produção, explorando-se as potencialidades de cada distrito, o pólo de desenvolvimento da nação:

Nestas visitas pelo Moçambique adentro, também reiterámos que a descentralização e desconcentração de competências e recursos dos governos locais fazem parte de um conjunto de compromissos que assumimos e constituem indicadores para que o distrito desempenhe o seu papel de pólo de desenvolvimento. Pretendemos assim conferir confiança e gerar capacidades locais para a exploração dos recursos disponíveis. Este processo induz a

sustentabilidade na planificação, execução e controlo das actividades (Guebuza, apud CEDIMO, 2008: p. 398).

Nestes termos, pode se afirmar que as PAI, enquanto estratégia de comunicação governamental, desempenharam um papel importante no esforço para construir a identidade nacional. A aproximação da elite política aos cidadãos demonstrou o desejo de embarcar numa relação de confiança: um objectivo clássico das relações públicas.

De acordo com a visão de relações públicas de Taylor e Kent (2006) e Taylor (2000): “a comunicação enquanto ferramenta de construção da identidade nacional deve ser entendida como aquela que cria e mantém relações, e não simplesmente como um canal ou um médium para os esforços de comunicação governamental” (Taylor, 2000: p. 357).

Taylor (2000) segue uma aproximação integracionista ao papel da comunicação na construção da nação (Deutsch, 1966a; Deutsch, 1966b), que olha para a nação como uma entidade construída comunicativamente. Contrariando os estudos de Van Leuven e Pratt (1996), que mostraram que os países do 3º mundo tendem a aderir a modelos unidireccionais de comunicação (agente de imprensa, informação pública), Taylor defende a adopção de um modelo simétrico bidireccional de comunicação (Grunig & Grunig, 1992), a fim de promover a relação entre a organização e os seus públicos com base na negociação, confiança e respeito mútuo.

Para Taylor (2000), as relações desempenham um papel central no processo de construção nacional. No seu ensaio, a autora discute cuidadosamente a importância de relações públicas centradas no relacionamento, especialmente em democracias propensas a conflitos étnicos e violência e sugere que o processo de construção da identidade nacional será mais efectivo se adoptar uma abordagem de relações públicas centrada na criação e gestão de relacionamentos, no aumento da participação e incentivo à cooperação entre o governo e o seu povo.

Portanto, entende-se que as principais temáticas das PAI, nomeadamente, o combate contra a pobreza e a unidade nacional, desempenharam um importante papel de aproximação dos moçambicanos, pois que alavancou o sentimento de pertença da nação como um todo. Com esta campanha política, os moçambicanos, do norte, centro ou sul, poder-se-ão ter apercebido de que tinham os mesmos problemas, embora a solução fosse resolve-los de forma contextualizada, dadas as diferenças étnica e social das populações.

5.2.3. A questão das línguas nacionais

Os comícios das PAI foram também caracterizados pelo uso das línguas nacionais de modo que se efectivasse a assimilação da mensagem presidencial por parte das populações. Os altos níveis de analfabetismo e de pobreza no país eram, de todo, condicionantes importantes a ter em conta em toda a estratégia de comunicação das PAI.

A língua oficial de Moçambique, a principal usada pelo Presidente durante as PAI, é a portuguesa. Porém, a heterogeneidade étnica e linguística da população moçambicana, com mais de quatro dezenas de línguas nacionais diferentes, fez com que se adoptasse o mecanismo de tradução, em simultâneo, das mensagens do Presidente em cada local.

Antes de se avançar, urge explicar que a adopção da língua portuguesa no país, no contexto do processo de independência nacional em 1975, configurava-se como um elo unificador da nação. Segundo relata Firmino (2008: p. 6), ao adoptar a língua portuguesa, o primeiro governo da FRELIMO pretendeu assegurar a unidade entre os moçambicanos de diferentes origens envolvidos na própria FRELIMO. Portanto, a língua portuguesa era de “consenso” que poderia ajudar não só a manter a unidade, mas também a nivelar as diferenças no interior daquele partido.

Desde então, a língua portuguesa passou a ser o meio de comunicação não apenas em ambientes institucionais, mas também em ambientes não formais, como os mercados e as ruas. Porém, dados estatísticos do último Recenseamento Geral da População e Habitação (2007) indicam que, numa população de cinco anos de idade ou mais, os que sabem falar português nas zonas urbanas equivalem a uma percentagem de 72.4% e, nas zonas rurais, de 25.4%. Já os que têm o português como língua materna, equivalem a 17% nas zonas urbanas e apenas 2% nas zonas rurais. Apesar de se reconhecer que com o passar dos anos o cenário tenha mudado, acredita-se que a variação dos números não é, hoje, muito significativa.

De um modo geral, os países do Continente Africano, independentemente da dimensão geográfica e da densidade demográfica, são plurilíngues e multiculturais, situação que decorre de factores históricos e sociais particulares a cada país. A situação linguística de Moçambique não foge à regra e coexistem, no país, várias línguas com forte influência nas variações da língua portuguesa, incluindo aspectos fonético-fonológicos, morfo-sintácticos, semântico-pragmáticos e retóricos. Exemplo disso é a variação de sotaque da língua portuguesa que, muitas vezes, surge em conexão com uma transferência de propriedades das línguas maternas moçambicanas. Com efeito, a população moçambicana é, sumariamente, bilíngue no contexto das línguas bantu moçambicanas, havendo falantes de duas ou mais línguas dentro do mesmo grupo linguístico (Menezes, 2013: p. 36).

Mais do que nunca, actualmente, a dimensão linguística dos povos tem ganhado relevância, na medida em que, por um lado, as esferas de influência fora do Estado têm aumentado e,

por outro, porque a problemática da participação política, transparência e responsabilidade da opinião pública é percebida como sendo cada vez mais importante.

Portanto, a língua não pode ser vista como um entrave para a participação política, antes pelo contrário, o multilinguismo pode até reforçar e aprofundar a reflexão e participação política, com o envolvimento de o maior número de cidadãos no processo de tomada de decisão: “a diversidade faz bem para a democracia” (Pandy, 2012: p. 7).

Aliás, para que as pessoas participem racionalmente na discussão pública é necessário que tenham conhecimento do assunto em debate, sendo que qualquer cidadão sente-se mais à vontade quando discute questões políticas na sua própria língua.

A comunicação política tem uma forte componente ritual e essas formas rituais de comunicação são característica de uma língua. Mesmo que uma pessoa entenda uma língua estrangeira [ou outra língua nacional] no sentido técnico, pode ser incapaz de entender debates políticos se não tiver conhecimento desses elementos rituais (Kymlicka, 2001 apud Archibugi, 2005: p. 542).

Assim sendo, complementa Archibugi, é da responsabilidade dos indivíduos e dos governos removerem as barreiras linguísticas que possam dificultar a comunicação, propondo o recurso a técnicas de tradução e interpretação.

Não terá sido por acaso que os comícios das PAI adoptaram a estratégia da tradução simultânea: enquanto o Presidente falava na língua oficial, havia sempre um tradutor, escolhido na povoação, que traduzia o seu discurso na língua local.

“Nós íamos à população e tínhamos um intérprete que, entretanto, era afastado porque diziam “ele não está a traduzir bem”, mas mantivemos sempre um intérprete, isso era fundamental. As reuniões com os órgãos nos distritos ou postos administrativos também era bilingues, portanto os participantes falavam ou em português ou na língua local. Aconteceu, muitas vezes, dirigentes que me acompanhavam falarem nas suas próprias línguas nos locais que visitávamos. Havia professores que também preferiam falar nas línguas locais em vez de falar em português e então diziam “eu sou professor mas...” e começavam a falar nas suas línguas locais. As pessoas preferiam manifestar-se e articular as suas ideias na sua língua local, na sua língua tribal. Isso foi muito bom, as pessoas sentiam-se valorizadas” (Guebuza, Entrevista: 29/01/2016).

Mais do que fomentar a participação política dos cidadãos, despertando-lhes interesse sobre as temáticas das PAI, esta postura de envolvimento pode ser vista como uma forma de alargamento das dimensões democráticas, visto que a exposição dos argumentos nas várias línguas na esfera pública serviu os interesses de comunicação das pessoas e aumentou acessibilidade para os cidadãos que não têm fluência da língua oficial portuguesa.

5.3. O agendamento mediático das PAI

Consciente da importância da comunicação, o Presidente Guebuza aliou a sua iniciativa à comunicação social, tendo agendado as presidências abertas de forma sistemática e com grande visibilidade na imprensa nacional. Desse modo, as Presidências Abertas e Inclusivas são então percebidas como um pseudo-evento, ou seja, é uma iniciativa criada com base na produção de mensagens focadas nos objectivos políticos do governo, pela ênfase política da figura do Presidente, pela dramatização dos acontecimentos, limitando, sempre que possível, o trabalho de desconstrução da mensagem por parte dos jornalistas (Serrano, 2002: pp. 31-33).

Numa aceção crítica, pode presumir-se que as presidências abertas, enquanto pseudo-evento, assumem um carácter instrumental, ou seja, é uma acção muito forte do ponto de vista simbólico - um governo ligado ao povo - mas que no fundo não pretende mais do que alcançar o principal objectivo político: o voto popular. Trata-se, portanto, de uma estratégia centrada nos *media* e na qual o Gabinetes de Imprensa funcionam como fontes de informação credível, mantendo uma relação de grande proximidade com as redacções (Xifra, 2008: p. 394).

A importância mediática das PAI explica-se facilmente através da teoria do *newsmaking*, a qual sugere que a selecção dos acontecimentos não é aleatória. Existe “um conjunto de critérios de relevância que definem a noticiabilidade (*newsworthiness*) de cada acontecimento, isto é, a sua «aptidão» para ser transformado em notícia” (*Ibid*: p. 189).

Pelo seu grau hierárquico e importância do cargo, o Presidente da República, de um modo geral, possui um valor-notícia elevado pelo qual qualquer jornalista está disposto a pagar. Os *media* noticiosos aceitam entrevistas, conferências de imprensa e comunicados do Presidente, mas o mesmo pode não ocorrer com outros agentes políticos. Por outro lado, o Presidente precisa dos *media* para passar a sua imagem e políticas.

Ainda sobre os valores-notícia do Presidente Guebuza há igualmente a ter em conta questão, estratégica, de proximidade, bem como as dimensões psico-afetivas e socioculturais entre o chefe do Governo e o seu povo. Este conjunto de critérios propiciaram, de facto, a selecção de actos presidenciais para ocuparem os espaços de destaque na imprensa nacional.

Ademais, o Presidente Guebuza sempre privilegiou encontros e contactos com os jornalistas, desde a organização de seminários realizados na Presidência da República e não só, “ao longo do seu mandato foram inúmeros almoços que ele manteve com os jornalistas, em que se discutia abertamente sobre a governação dele. Ele ouvia os argumentos e foi com base nesses encontros que ele fez a primeira remodelação governamental (Manhique, Entrevista: 10/09/2015).

Sabe-se que também Guebuza estabeleceu uma boa relação com os jornalistas, tendo cultivado amizades com alguns deles e, inclusivamente, relações pessoais. Os jornalistas que acompanhavam as suas deslocações vivenciaram momentos de muita proximidade com o Presidente que sempre mostrou preocupação quanto à sua acomodação e condições de trabalho. Como já se referenciou, muitos lugares visitados pelo Presidente da República, no contexto das PAI, eram muito humildes e sem condições de grandes confortos: desde a escassez de água, energia, hotéis, rede de telefone, internet, etc, o que condicionava o trabalho desta classe profissional. Por isso, no processo de preparação das presidências abertas as equipas de avanço integravam sempre um elemento do Gabinete de Imprensa para garantir toda a logística para a imprensa. Por exemplo, a Sala de Imprensa onde decorriam as conferências de imprensa com o Presidente, no fim das PAI, era improvisada e montada de acordo com as condições de cada local:

“Nós não íamos montar o nosso esforço por cima da província. Era o contrário, para que a Província crescesse connosco e, conseguimos isso! Eu tinha um grupo de pré-avanço que visitava as províncias e deixava os termos de referência para, por exemplo, a montagem do pódio (...) Na montagem da tribuna há aspectos muito importantes a ter em conta para a boa comunicação” (Magaia, Entrevista: 10/09/2015).

A intensa convivência entre jornalistas e o Gabinete de Imprensa da Presidência poderá ter influenciado favoravelmente as publicações sobre as PAI até porque, na conjuntura mediática, devido às pressões do tempo e à própria natureza, o trabalho jornalístico sujeita-se a situações de verdadeira dependência dos jornalistas relativamente às fontes. Essa situação agrava-se quando são os serviços dos partidos políticos que muitas vezes financiam as salas de imprensa, o transporte e a alimentação dos jornalistas para que estes façam a cobertura das acções, como aconteceu nas presidências abertas.

A este propósito, um estudo desenvolvido por Jordi Xifra (2008) nos Gabinetes de Imprensa e Relações Públicas Políticas na Cataluña concluiu que, efectivamente, os profissionais das relações públicas políticas concordam que os seus gabinetes se limitam a transmitir a informação, ou seja, obedecem a regras unidireccionais (modelo de informação pública) ao invés de mediar (modelo simétrico bidireccional) as relações entre os públicos e os seus partidos, como seria desejável segundo o paradigma de Grunig e Hunt (1984).⁶⁶

⁶⁶ Grunig e Hunt (1984) teorizaram quatro modelos de relações públicas: agente de imprensa, informação pública, assimétrico bidireccional e simétrico bidireccional. Os dois primeiros, caracterizam-se por uma comunicação de natureza unidireccional, onde não há uma participação activa do receptor. Sendo assim, o modelo de informação pública a que se refere Xifra preocupa-se apenas em informar, observando os princípios de objectividade e verdade jornalística. Os dois últimos modelos, bidireccionais, são sistemas abertos e fundam-se essencialmente na pesquisa de públicos para planificar a comunicação de forma mais efectiva. Todavia, para os nossos dias, Grunig e Hunt sugerem a implementação do modelo simétrico bidireccional, por ser um canal interactivo com um forte estímulo à participação e debate conducentes à compreensão mútua (Gonçalves, 2010, pp. 26-29).

A grande ilação que se pode tirar aqui é que os partidos preocupam-se em preencher a todo o custo, e de forma mais regular possível, a agenda mediática das sociedades democráticas. Nessa lógica, cria-se um ciclo em que os gabinetes de imprensa e relações públicas criam eventos, inundando o caudal informativo das redacções com peças produzidas a propósito. Ditam-se assim os temas sobre os quais a sociedade deve pensar e promove-se a troca de ideias/discussões sobre os temas que os políticos inscrevem na sociedade.

Por norma, as acções do governo podem ser mais interessantes do que as de outros actores políticos, uma vez que definem as prioridades nacionais e internacionais, tomam decisões colectivamente vinculativas, para além de terem disponibilidade de recursos e instituições estatais para disseminação de informação pública. Ainda assim, anote-se que, apesar da suposta influência dos gabinetes de imprensa governamentais no processo de produção de notícias, esse controle não é total porque lhes escapa a edição de textos, os "cortes" e as "montagens" que são da exclusiva responsabilidade dos profissionais jornalistas (Serrano, 2002: p.41).

Em Moçambique, como já se referiu, a comunicação governamental é gerida pelo Gabinete de Informação (GABINFO), contudo a comunicação da Ponta Vermelha é da responsabilidade do Gabinete de Imprensa da Presidência da República, órgão dirigido por um Adido de Imprensa, que reporta as suas actividades directamente ao Presidente.

Note-se que a função de adido de imprensa é regularmente ocupada por pessoas com passagem pelo jornalismo. Joaquim Chissano, primeiro Presidente de Moçambique democrático, trabalhou com Atanásio Dimas, António Matonse e Bento Baloi. Armando Guebuza teve como adida de imprensa, nos seus dois mandatos, Marlene Magaia.

Estruturalmente, o Gabinete do Adido de Imprensa é subordinado ao próprio Presidente e trabalha em estreita colaboração com os outros gabinetes de assessoria ao mais alto magistrado da nação moçambicana. Nos mandatos de Armando Guebuza, integravam o Gabinete do Adido de Imprensa sete funcionários colocados da seguinte forma:

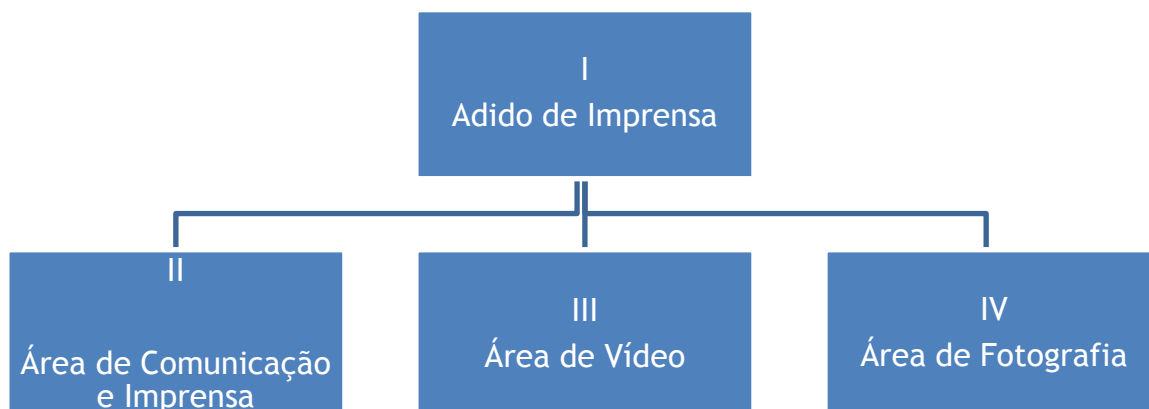


Figura 3: Estrutura orgânica do Gabinete de Imprensa da Presidência da República. Fonte (Esquema elaborada pela autora da tese⁶⁷).

Legenda:

I - Responsável pelo Sector;

II - Área de Comunicação e Imprensa (3 funcionários): responsáveis, entre outros, em dotar os eventos e cerimoniais de padrões para a presença do Presidente da República.

III - Área de vídeo - (3 funcionários): um editor e dois operadores de câmaras;

IV - Área de fotografia: Fotógrafos da Agência de Informação de Moçambique e do Centro de Formação Fotográfica (estes profissionais não fazem parte do quadro pessoal da Presidência da República mas trabalham em estreita colaboração com o Gabinete do Adido de Imprensa).

O trabalho da Adida de Imprensa da Presidente da República ganhou mais visibilidade com as Presidências Abertas e Inclusivas (PAI). A agenda massiva do Presidente Guebuza obrigou, de certa forma, mais cuidados na estratégia de comunicação. Até então, o Gabinete de Imprensa do Presidente centrava o seu trabalho, basicamente, na manutenção da ponte com os jornalistas e no monitoramento da agenda mediática.

Durante as PAI, a Adida de Imprensa e sua equipa tinham a missão de garantir o melhor cenário para o encontro entre o Presidente e o povo, portanto, no comício. O som, a disposição da tribuna, a colocação dos microfones, a organização da sala para a conferência

⁶⁷Com base nos dados recolhidos no terreno.

de imprensa, a organização dos jornalistas, entre outros, compunham a lista de tarefas daquela equipa.

“Na montagem da tribuna, há aspectos muito importantes a ter em conta para a boa comunicação. A posição do sol é fundamental. Quantas vezes tive tribunas montadas, forradas com as cores da bandeira, em que punham paliçadas e o fundo vermelho atrás. Tinha dois inconvenientes: o primeiro é que o Presidente falava num cenário em que, à primeira vista, parecia estar a falar a partir de um espaço do partido, porque a cor da FRELIMO é vermelha. Então, nós pretendíamos que não se notasse que não era a cor do partido, mas a cor da bandeira nacional. O segundo inconveniente é que o vermelho não é boa cor para a imagem. Na definição da imagem de televisão tem que se escolher os cenários correctos... o fundo tem de ser correcto para a incidência e temperatura da luz serem favoráveis. Nós tínhamos que ter estes cuidados. O número de microfones para fazer um bom espectáculo” (Magaia, Entrevista: 10/09/2015).

“A sala de imprensa era adaptada às condições do terreno. Se fosse necessário o Presidente da República dar uma Conferência de Imprensa de baixo de uma árvore, era nesse lugar que acontecia... Se fosse de baixo de nada, era de baixo de nada... A minha preocupação era ver o cenário positivo, a cadeira do Presidente e o nível dos microfones correctos para favorecer a boa captação de som e para que a voz do Presidente saísse limpa” (*Ibid*).

À interacção do Presidente com os cidadãos foi também explorada nas redes sociais. Guebuza tinha páginas no *facebook*, *blog* e *twitter* onde, mantinha diálogo com internautas. Aliás, nos últimos anos do seu segundo mandato as PAI eram também transmitidas, em tempo real, através dessas plataformas de comunicação e interacção instantâneas.

Nestes termos, percebe-se que no decurso das PAI, o Gabinete de Imprensa do Presidente esteve empenhado em estratégias de fomento de temas e eventos para promover a presença permanente e em destaque daquela actividade na imprensa e, por conseguinte, nas principais arenas de debate público. A preocupação por estabelecer mecanismos interactivos, de estímulo ao diálogo, é também perceptível na estratégia de comunicação das PAI com o estabelecimento de plataformas de interacção pública, tendo como objectivo principal marcar a memória dos moçambicanos com a imagem de um Presidente mais próximo do seu povo e também gravar no subconsciente de todos as mensagens políticas de fomento de identidade nacional, que é, afinal, um dos principais e latentes desafios da consolidação da democracia moçambicana.

Com efeito, já no próximo capítulo, far-se-á, com base nos discursos proferidos pelo Presidente Armando Guebuza nos seus dois mandatos (2005-2014), a análise interpretativa da composição dos textos, tendo como ferramenta os pressupostos da análise crítica do discurso (Parker, 1992; Van Dijk, 1997; Fairclough, 1989; Fairclough & Fairclough, 2012).

Capítulo VI. Investigação empírica

6.1. Questões e hipóteses

Com esta investigação pretende-se reflectir acerca do discurso político do Presidente Armando Emílio Guebuza nas Presidências Abertas e Inclusivas (PAI), como promotor da consolidação da nação moçambicana. Face ao enquadramento teórico antes apresentado, parte-se do princípio que a comunicação eficiente na área governamental dependerá, em grande medida, de um plano estratégico que aprimore acções que promovam a boa imagem do executivo, bem como relações de confiança com os cidadãos, através de um canal comunicativo bidireccional que estimule o debate em torno dos assuntos da actualidade.

Com este pressuposto, 3 questões guiaram a recolha e interpretação dos dados:

1. Enquanto estratégia de relações públicas, qual o objectivo central das PAI?
2. De que forma os discursos do Presidente reflectem os propósitos de consolidação da unidade nacional em Moçambique?
3. O mosaico social, cultural e linguístico moçambicano condiciona o uso da língua oficial portuguesa na comunicação governamental?

Com a análise dos resultados, as principais hipóteses que pretendemos verificar são as seguintes:

H1. O objectivo principal das presidências abertas de Armando Guebuza reside no esforço de reaproximação da elite política à população moçambicana, principalmente nas zonas rurais.

H2. Os discursos de Armando Guebuza centram-se no apelo à unidade nacional através de temas de interesse patriótico.

H3. O uso da língua oficial portuguesa na comunicação governamental é um dos principais elementos de unidade e consolidação da identidade moçambicana.

6.2. Metodologia: análise crítica do discurso

Apresentadas as perguntas de investigação e as respectivas hipóteses, explicam-se, de seguida, as diferentes etapas que permitiram o registo e posterior tratamento do material recolhido. Antes, porém, urge lembrar que “Os resultados das pesquisas, mesmo as mais localizadas, exigem geralmente a situação dos acontecimentos num conjunto global, inscritos em tendências a longo prazo, permitindo assim uma melhor compreensão dos contextos (Guerra, 2006: p. 8).

Este entendimento da pesquisa como parte de um processo, e portanto como algo que não pode ser percebido isoladamente, é muito importante. É nesse contexto que, aliás, o presente estudo se insere, uma vez que procura compreender os significados da estratégia de comunicação do governo de Moçambique a partir de uma instituição particular - as Presidências Abertas e Inclusivas do Presidente Armando Emílio Guebuza.

Os discursos do Presidente Guebuza foram estudados com recurso à Análise do Discurso (AD), uma técnica de investigação que se funda no estudo das diversas formas de produção, verbais e não-verbais, desde que esse material produza sentidos para a interpretação (Caegnato & Mutti, 2006: p. 680). Ou seja, este método de estudo permite analisar aspectos além do texto.

Nenhum texto tem um significado único e fixo: todos os textos são passíveis de interpretações pluralistas e portanto distintas, os significados não são sempre imediatamente evidentes, sendo que, muitas vezes, o que não está no texto pode ter mais significado do que aquilo que está lá expresso (Burr, 1995 apud Nogueira, 2001: p. 21)

No processo de produção de sentidos, a função da linguagem é central porque, enquanto discurso, não constitui apenas um sistema de signos utilizados para a comunicação ou pensamento, ela é interacção, um modo de produção social. Portanto, a linguagem não emerge num vazio social. Ela estrutura-se num espaço socio-histórico e representa um conjunto de práticas de produção de significados. Daí o interesse desta metodologia por vários campos de estudo como a psicologia, a sociologia, a linguística, a antropologia, os estudos literários, filosóficos, de comunicação social, tendo cada uma, evidentemente, a sua perspectiva. Por essa razão, é difícil ter uma definição de Análise do Discurso que possa abarcar toda a variedade de teorias e práticas que lhe são inerentes. Em todo o caso, sumariamente, a AD implica os modos conceptuais de pensar o discurso e de tratar os dados do discurso, sendo que o seu foco principal está na produção, através da linguagem, de uma visão particular da realidade social (Daymon & Holloway, 2011: p. 166)

Neste sentido, a pesquisa da análise de discurso propõe-se a investigar o que está implícito e explícito nos diálogos (linguagem) em contextos sociais, com aplicação para textos visuais (ex. televisão, cinema, banda desenhada) e também em textos físicos (ex, cidades, jardins). Contudo, o estudo da AD é mais praticado em textos escritos, tais como: relatórios, entrevistas, discursos, entrevistas, artigos de jornais, etc.

Um outro aspecto de realce na pesquisa de AD tem a ver com o pressuposto epistemológico (Burr, 1995; Willig, 2008), o qual sugere que o conhecimento obtido é parcial e situado, isto é, a AD é específica às situações particulares e a períodos particulares, não sendo, como tal universalmente aplicáveis.

O cariz multi e interdisciplinar da AD, com diferentes abordagens, dimensões e também de metodologias deu lugar ao surgimento de duas linhas teóricas: uma produzida na França, fundamentada por, entre outros, Michel Foucault, 1972; e Michel Pêcheux, 1993; e a outra de vertente anglo-saxónica, a Análise Crítica do Discurso (ACD), com uma forte influência dos estudos de pesquisadores como Hodge & Kress, 1979; Norman Fairclough, 1989; Teun Van Dijk, 1997.

Os trabalhos da análise de discurso francesa têm em consideração as relações entre o poder e o saber. Foucault (1979) rejeita a ideia do poder associado essencialmente à força repressiva, concebendo-a como mais produtiva quando produz saber. Assim, o poder não é entendido como propriedade de uma pessoa ou grupo, mas antes como algo que qualquer pessoa pode exercer através do discurso, influenciando a mudança social das pessoas.

Para os analistas desta abordagem, as práticas discursivas são práticas sociais, produzidas através das relações de poder concretas, numa época determinada. Essas relações apontam para certos efeitos que regulam e controlam a ordem social (Llombart 1995). Deste modo, a AD francesa considera os discursos como sendo meios fluídos em mudança, nos quais os significados são criados e contestados.

Com efeito, os discursos são entendidos, na óptica de Foucault, como comunicações imbuídas de ideologias que afectam e influenciam a vida social, incluindo o reforço das desigualdades sociais. Portanto, a corrente foucaultiana não estava preocupada com a micro-análise da interacção individual, mas sim por estudos de maior amplitude, com o objectivo de promover a mudança e expor as relações de poder na sociedade.

Já na linha anglo-saxónica da ACD, seleccionada como ferramenta metodológica da presente investigação, o discurso é visto como um modo de acção, como uma prática que altera o mundo e altera os outros indivíduos no mundo. Ou seja, esta corrente centra-se na micro-análise dos textos, observando o seu impacto na sociedade. O analista presta atenção à forma como os discursos particulares usam, estrategicamente, a linguagem, para legitimar as suas posições e acções, a fim de influenciar a mudança social. O interesse aqui é, então, investigar como e por que alguns significados tornam-se linguagem comum e por que os outros tornam-se marginalizados.

Para os defensores desta abordagem da análise crítica do discurso, cada discurso/texto é desenhado com algum propósito de influenciar significados e, por conseguinte, para moldar conhecimento. Pensa-se que, ao examinar cuidadosamente as palavras escolhidas num discurso e observar as metáforas introduzidas, é muito provável que se identifiquem pressupostos que suportam e justificam interesses e posições muitas vezes não reconhecidos. Desse modo, os discursos não se limitam a reflectir ou espelhar eventos e categorias pré-

existentes no mundo social e natural, pelo contrário, constroem uma versão das coisas, contando com as implicações sociais e políticas. Neste contexto, Daymon & Holloway (2011) defendem que o recurso a metáforas na linguagem discursiva é um procedimento estratégico porque elas representam algo mais e ajudam a orientar e revelar o nosso pensamento.

No âmbito desta análise do discurso, a linguagem ou discurso não são meros dispositivos de produção e transmissão de significados. Trata-se de uma estratégia que as pessoas usam para criar, intencionalmente, determinados efeitos (Daymon & Holloway, 2011: p. 167).

A conexão entre a linguagem e o seu contexto é estruturante nesta metodologia de análise do discurso. Os investigadores que seguem esta abordagem estão preocupados com a ideia de que o discurso ocorre dentro de um contexto social que tanto influencia, como é influenciado pelo discurso. A análise crítica do discurso vai, portanto, para além de exame textual para explorar como a linguagem é utilizada, ela examina o processo através do qual os significados são gerados e mantidos.

O principal proponente da ACD anglo-saxónica, o investigador britânico e professor emérito de linguística na Universidade de Lancaster, Norman Fairclough (2010), por exemplo, centraliza o seu trabalho na linguagem como um instrumento de comunicação na vida social, olhando principalmente para questões tais como mudança social, globalização e política (especialmente, em discursos políticos).

Quando em 1985 Norman Fairclough publicou no *Journal of Pragmatics*, um texto intitulado *Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis*, demarcando-se da análise do discurso tradicional francesa (segundo a qual as práticas discursivas são ligadas a questões de dominação e de manutenção do poder, com efeitos ideológicos), inaugurou um formato de pesquisa em que se analisam as “interacções verbais como fenómenos dialecticamente associados às estruturas sociais, no sentido em que por estas são fortemente determinados, ao mesmo tempo que sobre elas actua (...), é ainda tarefa da análise relacionar o micro-evento (discursivo) com a macro-estrutura (social)” (Gouveia, s/d: p. 32).

Com efeito, Fairclough (2001: p. 100) sugere uma análise tridimensional dos textos, sustentando que qualquer discurso pode ser considerado, simultaneamente, um texto (análise linguística), um exemplo de prática discursiva (análise da produção e interpretação textual) e um exemplo de prática social (análise das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo).

Segundo este modelo tridimensional existem três perspectivas analíticas: *a multidimensional* - para avaliar as relações entre mudança discursiva e social e, também, para relacionar as propriedades particularizadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos; *a multifuncional* - para averiguar as mudanças nas práticas discursivas que contribuem para

mudar o conhecimento, as relações e identidades sociais; e a *histórica* - para discutir a “estruturação ou os processos ‘articulatórios’ na construção de textos e na constituição, em longo prazo, de ‘ordens de discurso’” (Fairclough, 2001: p. 27).

Neste prisma, a análise de discurso foca-se nos processos tanto de produção e de distribuição como de consumo textual. Por conseguinte, esses processos sociais impelem que a análise faça referência aos ambientes económicos, políticos e institucionais particulares, nos quais o discurso é gerado.

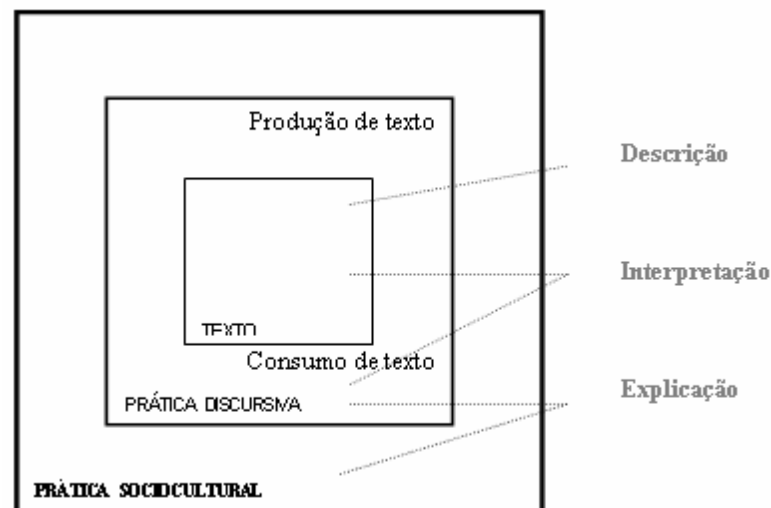


Figura 4: Modelo tridimensional de análise crítica do discurso. Fonte: (Fairclough, 1995: p. 98).

Indo mais a fundo no entendimento do modelo tridimensional de Fairclough (2001), sugere-se, de seguida, a explicação das categorias de análise discursiva:

1. **Análise textual e linguística**, também denominada de “descrição”. Esta dimensão envolve quatro itens, nomeadamente: vocabulário (lexicalização); gramática, coesão e estrutura textual, sendo que o vocabulário presta atenção às palavras isoladas; a gramática trata das palavras organizadas em orações e frases; a coesão, da ligação entre orações e frases; e a estrutura textual, de todas as características organizacionais dos textos.

Na análise textual e linguística as metáforas devem ser tidas como elementos estruturantes do estudo, pois elas transportam implicações políticas e ideológicas, aspectos muito importantes para qualquer estudo.

2. A **prática discursiva**, também denominada de análise “interpretativa”, trabalha com a natureza da produção e interpretação textual, envolvendo as três dimensões da

prática discursiva: a produção do texto (interdiscursividade e intertextualidade), a distribuição do texto (cadeias intertextuais); e consumo do texto (coerência). A prática discursiva tem como finalidade apresentar aspectos sociais e institucionais que envolvem produção e consumo de textos.

Importa salientar aqui a importância da intertextualidade que pressupõe a inclusão da história em um texto e, portanto, desse texto na história. Ou seja, os textos absorvem e são construídos de textos do passado, assimilando-os, respondendo-os, acentuando-os e/ou retrabalhando-os. Assim, cada texto ajuda a fazer história, contribuindo para que ocorram processos de mudança mais amplos, já que também antecipa e molda textos subsequentes. A este respeito, Bakhtin (2000) destaca a falta que faz a perspectiva de um estudo sobre como os textos “respondem” a textos anteriores e, por sua vez, antecipam textos posteriores.

3. **A prática social.** Esta dimensão verifica as questões de interesse na análise social, ou seja, as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e de que maneira elas moldam a natureza da prática discursiva.

Fairclough (2001) destaca o tratamento do tema/tópico dos textos porque, segundo o autor, o discurso, como prática social, tem por objectivo edificar uma ideologia ou hegemonia, colaborando para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de poder.

Neste sentido, para Fairclough, o discurso é entendido como uma prática política e ideológica, ou seja: primeiro, uma prática política, uma vez que estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades colectivas e, segundo, é também uma prática ideológica porque constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.

Ou seja, de um modo geral, embora as abordagens da AD, francesa e anglo-saxónica, relacionem discurso com ideologia, um dos principais aspectos que as distancia reside justamente nesse ponto. A perspectiva francesa de Foucault e Pêcheux, tende a diminuir ou desconsiderar o poder do indivíduo como um agente capaz de propor modificações nas relações sociais. Aliás, a esse respeito Fairclough (2001) sublinha, pela negativa, a visão unilateral e impositiva de ideologia (dominação) da linha francesa, limitando ou subestimando a capacidade dos sujeitos agirem, individual ou colectivamente, em prol da modificação da ideologia vigente. Em contraposição, a proposta da ACD privilegia uma postura emancipatória do discurso, pois para além de possibilitar a compreensão da ordem vigente, contribui para dissolver e reconfigurar o senso comum, de igual modo que constrói conhecimentos específicos, ou, no mínimo, reduzidos ao contexto no qual determinado discurso é proferido.

Outro estudioso importante e incontornável nos estudos da ACD é o holandês Teun Van Dijk que destaca a vertente sociocognitiva nos estudos discursivos, articulando três aspectos, nomeadamente: *discurso-cognição-sociedade*. Na composição de Van Dijk (2001: p. 98) o conceito de *discurso* é entendido como um estudo abrangente, não só do registo de interacção verbal ou texto escrito, mas também de gestos, cenários, imagens ou outra dimensão de multimédia. Já a *cognição* implica que a investigação dedique atenção à envolvente psicológica mobilizada durante a interacção discursiva, enquanto que a *sociedade* diz respeito, tanto às microestruturas sociais locais, como a grupos, instituições e organizações, sistemas políticos e/ou às formas de cultura considerados um nível mais global.

Importa realçar que, nesta estrutura, Van Dijk destaca a correlação directa entre discurso e sociedade, decorrendo daí uma das abordagens mais significativas no âmbito da ACD, a qual explora os contornos da ideologia como um complexo de crenças (de índole social, cognitiva e sociocognitiva), partilhado pelos membros de um grupo e passível de ser identificado em situações de interacção social que assumem a natureza de conflito, luta de classes, de sexo, de etnia, etc (Van Dijk, 1997: p. 107).

Nesta linha de pensamento, Teun Van Dijk defende que a importância da análise das questões ligadas à ideologia advém do facto de a prática discursiva não consistir apenas numa enunciação descontextualizada de palavras, orações, frases ou proposições isoladas. Pelo contrário, o discurso veicula modos de falar, veicula a voz de grupos e de categorias sociais, responsável pela transmissão de valores sociais e institucionais. Ou seja, o discurso transmite um conjunto de representações mentais que formam a cognição social - conjunto de crenças e de atitudes que são comuns aos membros de um grupo, servem de referência à identidade social e determinam, tanto as atitudes a tomar individual ou colectivamente, o modo de interpretar todas as questões de carácter social que são relevantes no seio do grupo (*Ibid*,1997: p.29).

6.2.1. Limitações da análise crítica do discurso

Tal como foi fundamentado anteriormente, no âmbito da pesquisa em análise crítica do discurso, os textos são muito mais do que o que está escrito. Para uma melhor compreensão dos padrões da linguagem é salutar a validação de dados complementares, como seja o recurso a imagens/fotografias ou entrevistas. As entrevistas foram centrais no decorrer desta investigação, pois proporcionaram informação, em primeira mão, através de depoimentos de personalidades próximas de Armando Guebuza e das suas PAI.

Um outro aspecto igualmente relevante na opção pelas entrevistas tem a ver com flexibilidade de adaptação ao desenrolar da conversa, dando ao entrevistado a possibilidade

de desenvolver os tópicos da forma que entender. Na óptica de Daymon e Holloway, (2010) o grande valor das entrevistas é que são muito flexíveis e as respostas dadas pelos entrevistados formam a evolução da conversa. Enquanto o investigador tem a liberdade de solicitar mais informação de algo interessante ou novo que surja, porque não está restringido a um planeamento ou lista rígida de questões, tal como acontece com o uso do método quantitativo do questionário, o entrevistado tem a possibilidade de desenvolver os seus pensamentos de forma mais aprofundada ou exercer um maior controlo sobre o entrevistado se assim preferir (*Ibid*: p. 221).

Nesta investigação foram preponderantes as contribuições de cinco entrevistados, designadamente: (i) Jorge Rebelo, antigo dirigente da Frelimo e Ex- Ministro da Informação de Moçambique (1975 - 1980); (ii) Marlene Magaia, adida de imprensa do Presidente Armando Emílio Guebuza nos dois mandatos (2005-2014); (iii) Emílio Manhique, jornalista sénior da Rádio Moçambique que acompanhou diversas vezes a comitiva de imprensa na cobertura das PAI; (iv) Renato Matusse, assessor do Presidente e, (V) o próprio Presidente Armando Emílio Guebuza. Foram também consultados outros quadros intimamente ligados à organização desta estratégia de comunicação governamental que, entretanto, pediram anonimato. As entrevistas decorreram entre 2 de Junho de 2015 e 29 de Janeiro de 2016, foram todas presenciais e gravadas para posterior transcrição e análise.⁶⁸ Em média, cada entrevista teve a duração de 40 minutos.

Esta complementaridade de métodos de recolha de dados, que é muitas vezes necessária nos estudos da análise crítica do discurso, pode ser vista como um aspecto negativo pois postula-se que a amostra escolhida do discurso (geralmente muito limitada) é suficiente em si mesma. De qualquer modo, o recurso às entrevistas permitiu ter uma perspectiva alternativa sobre o mesmo tópico e, desse modo, melhorar a interpretação dos dados, o seu contexto e também, a relevância da investigação.

Outra das limitações apontadas à ACD reside na indeterminação da grelha de análise e conseqüente ambigüidade dos resultados, potenciando assim versões interpretativas em detrimento de outras. É neste contexto que Nogueira (2001) considera que, tendo como base as assunções epistemológicas da análise de discurso em geral (específico às situações particulares e a períodos particulares), os pesquisadores desta metodologia não assumem neutralidade nos seus estudos, recorrendo a “temas próximos dos seus interesses ou suas crenças políticas” (*Ibid*: p. 36).

Ao invés da metodologia quantitativa que analisa a materialidade linguística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para a sua interpretação e, portanto, fixando-se apenas no conteúdo do texto sem fazer relações além deste (Caregnato & Mutti,

⁶⁸ A transcrição das entrevistas está disponível no Apêndice.

2006: pp. 683-4), a opção pela metodologia qualitativa nesta investigação justifica-se pelo facto de, através dela, procurar-se perceber os sentidos que o sujeito manifesta através do seu discurso. Em concreto, pretende-se interpretar para além de exame textual dos discursos proferidos no decurso das PAI, explorando os significados por si gerados para os propósitos de unidade nacional e reforço da identidade dos moçambicanos.

6.3. Recolha de dados

Os discursos do Presidente Guebuza são o objecto central deste estudo. As suas transcrições foram disponibilizadas pelo Gabinete de Estudos da Presidência da República de Moçambique (GEPR), uma fonte oficial. No total, estão transcritos naquela obra do GEPR 65 discursos, proferidos pelo Presidente durante as primeiras presidências abertas (2005-2009). Optou-se por analisar uma amostra de seis discursos, enunciados em comícios realizados em sedes de seis distritos moçambicanos. Importa realçar que a referida amostra não se preocupou com o tamanho dos textos, nem tão pouco com a questão de representatividade, no sentido tradicional, uma vez que isso não assume um papel de relevo na AD (Nogueira, 2001: p. 38). O epicentro do estudo residiu na variabilidade discursiva, elegendo comícios em que, apesar de o orador ser sempre o Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, os receptores da mensagem são completamente diferentes em termos de cultura, de hábitos e costumes. Pensa-se que esta heterogeneidade das populações irá permitir identificar as peculiaridades discursivas durante os comícios.

Urge igualmente anotar que, tal como é usual neste tipo de metodologia, não houve muita preocupação por uma amostra longa porque a ACD se interessa mais pela linguagem e o seu uso, ao invés dos indivíduos que geram as várias formas de comunicação. Por conseguinte, o sucesso de qualquer estudo não depende do tamanho da amostra, até porque apenas alguns documentos ou transcrições são susceptíveis de revelar um grande número de padrões linguísticos. Este pressuposto é também sublinhado por Wood & Kroeger (2000) para os quais basta que a amostra partilhe entre si determinadas características consideradas fundamentais para o estudo.

Embora não exista uma grelha de análise estruturada e passos claramente definidos sobre como fazer análise de discurso, nesta investigação optou-se por dedicar atenção a segmentos da linguagem, identificando repertórios interpretativos, através dos quais percebe-se de que forma os argumentos são construídos tendo em conta o contexto social.

Os teóricos dos reportórios interpretativos defendem que falar é agir e que a linguagem deve ser encarada como uma acção. Inspirados no conceito de «*felicity conditions*» (condição que uma frase deve ter para ter força como acto linguístico), defendem que a linguagem tem múltiplas funções e que aquilo que as pessoas fazem na fala depende do contexto em que essa fala é

produzida e das pessoas envolvidas na fala (Wood & Kroeger, 2000 apud Nogueira, 2001: pp. 25-26)

Por outras palavras, segundo Burr (1995), os reportórios interpretativos podem ser encarados como um tipo de ferramenta que os indivíduos utilizam para os seus próprios fins, justificando versões particulares de acontecimentos, promovendo determinados comportamentos e mantendo uma posição credível numa interacção.

Na mesma perspectiva, Willig (2008: p. 165) afirma que a análise do discurso parte do princípio de interacção com o texto: o investigador deve se concentrar na forma como o texto é construído e na sua finalidade (ou seja, a sua "função"), prestando atenção ao estilo, às temáticas e às figuras de linguagem. Sitz (2008), por seu turno, explica que, ao examinar as transcrições e outros textos, os pesquisadores são capazes de detectar padrões dentro da linguagem. Tais descobertas levarão à compreensão das causas desses padrões, com a indicação do pensamento e valores por detrás do que se diz nos discursos, através dos argumentos.

Com base no exposto e inspirada nas leituras sobre a aplicação da análise crítica do discurso, com destaque para a proposta de Parker (1992) e Fairclough e Fairclough (2012), a investigação irá adaptar uma grelha, que embora os seus critérios não sejam rígidos, apresenta passos e indicadores importantes para análise:

1. Efectuar uma leitura atenta de grandes blocos de textos (comparando e contrastando);
2. Especificar sujeitos: pessoas, gramática, léxico e temas;
3. Explorar os reportórios interpretativos (metáforas e associação livre);
4. Relacionar maneiras de falar para as diferentes audiências;
5. Prestar atenção à forma como os discursos emergem (ligações com a história);
6. Identificar instituições reforçadas ou atacadas pelos discursos.

O exercício de pôr em prática os procedimentos acima elencados implicou, evidentemente, a releitura das transcrições dos discursos do Presidente Armando Guebuza nas presidências abertas. Esta prática permitiu anotar características e aspectos de interesse para encontrar os padrões comuns que visam a consolidação da unidade nacional em Moçambique.

6.3.1. *Corpus* da Análise

O *corpus* da análise é composto por (6) seis transcrições integrais dos discursos em comícios populares proferidos pelo Presidente Guebuza durante a Presidência Aberta e Inclusiva

realizada nos meses de Abril e Maio de 2007, terceiro ano do seu primeiro mandato, abarcando duas províncias⁶⁹ em cada região:

Região norte:

Província de Niassa - Distrito de Mandimba - 22 de Abril de 2007

Província de Nampula - Distrito de Mogincual - 4 de Maio de 2007

Região centro:

Província de Tete: Distrito de Changara - 18 de Abril de 2007

Província de Sofala: Distrito do Búzi - 20 de Maio de 2007

Região sul:

Província de Inhambane: Distrito de Morrumbene - 30 de Maio de 2007

Cidade de Maputo⁷⁰: Distrito de Catembe - 10 de Abril de 2007

Sublinhe-se o facto de três das províncias da amostra terem sido estrategicamente escolhidas pelas seguintes razões: (1) Niassa foi por muito tempo considerada a mais pobre e esquecida; (2) Sofala - por ser o centro político dos partidos da oposição⁷¹; e a Cidade de Maputo, o hipercentro governamental. Já a selecção dos restantes distritos por província, nomeadamente, Nampula, Tete e Inhambane, foi aleatória.

Para uma pesquisa mais aprofundada, pretendia-se que o *corpus* incluísse discursos também do segundo mandato (2009-2014) mas esta intenção ficou condicionada pela falta de material disponível para o efeito.

6.3.2. Procedimentos e grelha da análise

Conforme já se referiu anteriormente, o material para esta investigação proveio de transcrições dos comícios populares, no âmbito da Presidência Aberta e Inclusiva realizada nos meses de Abril e Maio de 2007, compilados numa obra da autoria do Gabinete de Estudos da Presidência da República de Moçambique.

⁶⁹ Vide o mapa de Moçambique no Anexo 2 e os mapas dos distritos por província no Anexo 3.

⁷⁰ A cidade de Maputo é a capital da República de Moçambique e tem estatuto de Província. Resolução da Comissão Permanente da Assembleia Popular (CP AP) n.º 5/80, de 26/06/1980, publicada no BR n.º 025, I Série, 2.º Supl. de 26 de Junho de 1980, pág. 82-(1) a 82-(2).

⁷¹ Nas legislativas, a tendência de voto do círculo eleitoral de Sofala é habitualmente da oposição (Partido RENAMO). O Município da Beira, capital de Sofala, é inclusivamente gerido pela terceira força política do país, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) sob a liderança de Daviz Mbepo Simango.

Na análise propriamente dita, procurou-se, nos textos, temas repetitivos e frases que procurassem representar situações de forma mais ou menos coerente e de significado similar. Dedicou-se igualmente atenção às metáforas com implicações, ou mesmo palavras com significados particulares. Este exercício exigiu uma leitura e releitura atentas, sublinhando as frases, as palavras, e agregando-as numa grelha, de forma a facilitar a organização do texto da fase posterior, ou seja a análise.

Para facilitar a interpretação da grelha, os discursos dos comícios foram codificados de acordo com as datas de realização de cada evento, tendo-se estruturado o seguinte:

Designação	Local	Data
Comício 1	Distrito da Catembe Cidade de Maputo	10 de Abril de 2007
Comício 2	Distrito de Changara Província de Tete	18 de Abril de 2007
Comício 3	Distrito de Mandimba Província de Niassa	22 de Abril de 2007
Comício 4	Distrito de Mogincual Província de Nampula	4 de Maio de 2007
Comício 5	Distrito de Búzi Província de Sofala	20 de Maio de 2007
Comício 6	Distrito de Morrumbene Província de Inhambane	30 de Maio de 2007

Tabela 4: Mapa dos comícios onde o Presidente Guebuza proferiu os discursos analisados na investigação. Fonte (GEPR, 2009).

Este procedimento ajudou a encontrar semelhanças e diferenças da linguagem discursiva do Presidente, aferindo os significados neles implicados, bem como confirmando ou infirmando os sentidos das hipóteses estabelecidas na investigação. Para o efeito, a análise interpretativa compreendeu, na sua grelha, cinco dimensões a saber:

- a. O léxico (inclui vocabulário e gramática);
- b. Os temas;
- c. O contexto histórico;
- d. O relacionamento com o público; e
- e. A identidade nacional.

A opção de apresentar os resultados da análise em peças de texto é justificada pelo facto de os próprios extractos textuais representarem a informação do que caracteriza os discursos do

Presidente Armando Guebuza. Nos casos dos extractos em que aparecem palavras ou frases em *negrito*, pretende-se reforçar ou orientar mais facilmente a leitura para a respectiva interpretação.

6.4. Apresentação e interpretação dos dados

6.4.1. Por comparação

Após o escrutínio de um evento discursivo das PAI, através do método comparativo, nos aspectos de produção do texto, de prática discursiva e de prática sociocultural denotou-se que, no geral, nos seis discursos de um total de 40 páginas, proferidos, cada um, em cerca de uma hora ou hora e meia, a retórica do Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, funda-se na estratégia política de persuadir a nação moçambicana a se unir, com vista a superar os desafios impostos à sociedade, neste caso em concreto, ao combate à pobreza.

A unidade nacional é o elemento central e transversal no discurso presidencial. Fortemente carregado de simbologia, o termo unidade liga o texto do princípio ao fim. O Presidente usa-o como catalisador da sua mensagem e fá-lo de forma muito simples capaz de ser percebida pelas suas audiências, maioritariamente analfabetos⁷², recorrendo a exemplos rotineiros e de fácil compreensão.

{...} Eu posso dar o exemplo de uma bola. **Um grupo de 11 jogadores.** Um dos jogadores é guarda-redes. Agarra a bola com as mãos. Os outros jogadores utilizam o pé esquerdo para rematar. Outros utilizam o pé direito. (Comício: 3)

{...} Se nós queremos ouvir uma boa música; se nós queremos ouvir **um bom coro**, havemos de ver muitas diferenças e quando se juntam sai bonito: havemos de ver homens, havemos de ver mulheres no mesmo grupo. Uns a cantar de uma certa maneira e outros a cantar de outra maneira (...) então, de facto, o ouvido fica agradado. Podemos ver também **nas orquestras**: uns a tocar guitarra, outros a tocar tambor. (Comício: 6)

O Presidente recorre também a metáforas:

{...} estamos **todos no mesmo barco** e nós todos temos que estar motivados, para fazer **chegar o nosso barco a bom porto**". (Comício: 5)

⁷² A taxa de analfabetismo em Moçambique continua entre as mais altas do mundo, principalmente entre as mulheres, cuja taxa de analfabetismo é superior (64,2%) em relação aos homens (34,6%), e mais alta nas áreas rurais (81,2%) do que nas urbanas (46,1%). Dados recentes (2014) indicam que 48,1 por cento dos moçambicanos é analfabeta, muito abaixo 93 por cento registado em 1975, quando Moçambique se tornou independente. (www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/22684-ate-2015-pais-mantem-aposta-de-vencer-analfabetismo, consultado a 25 de Outubro de 2015).

{...} **Todos os moçambicanos, do Rovuma ao Maputo, marchamos** todos até chegarmos ao dia em que vamos empurrar a pobreza. (Comício: 6)

O combate contra a pobreza é um assunto relevante na mensagem do Presidente. Aliás, a unidade nacional enfatizada na narrativa discursiva do Presidente é tão-somente para sustentar a sua tese de que o principal desígnio do seu primeiro mandato (2005-2009), o a redução da pobreza, portanto, só terá resultados se os moçambicanos se unirem. Percebe-se, na globalidade do *corpus* em análise, a acentuação dos dois elementos (unidade nacional e combate à pobreza), sugerindo que a estratégia do Presidente Guebuza é prolongar a atenção do auditório para as duas premissas e, simultaneamente, aumentar a presença delas na memória dos moçambicanos ali no comício e depois na sociedade em geral, através da divulgação mediática, por meio dos jornalistas que fazem cobertura ao evento. Subentende-se, igualmente, que a referida massiva repetição dos dois termos pelo orador visa captar a atenção popular e, por conseguinte, receber cada vez mais adesão à tese que expõe: unidade nacional na luta contra a pobreza.

Outro aspecto transversal nos discursos de Armando Guebuza tem a ver com o encadeamento das ideias. Excluindo o discurso proferido no distrito e Changara (comício 2), em que se aborda logo de início a temática sobre as eleições provinciais, todos os textos apresentam a mesma sequência de tópicos, iniciando pela unidade nacional, seguindo-se a luta contra a pobreza e depois a interacção com a população local. Ou seja, o Presidente começa a sua retórica com assuntos de interesse e abrangência macro, ou seja, da unidade nacional de todos os moçambicanos, passando pelo combate à pobreza (centralizado no distrito) e termina com a discussão de aspectos micro, de interesse estritamente local.

É precisamente neste espaço do discurso presidencial em que são debatidos os assuntos locais, que cada texto se torna específico. Apesar de haver temáticas de cariz universal para a realidade moçambicana, Guebuza alude, em cada distrito, aos exemplos de sucesso dos projectos sociais e/ou aspectos com fortes ligações históricas locais, num sentido de incentivo ao trabalho, sobretudo dos jovens, angariando adeptos para a directriz de combate à pobreza.

A alusão ao Partido FRELIMO é também uma constante nos discursos de Armando Guebuza, ao qual é aliado o cariz organizador e mentor da unidade nacional com a justificativa de que foi a FRELIMO que uniu o povo moçambicano para “expulsar” o colonialismo; é a FRELIMO que dinamizou a reconciliação entre os moçambicanos no decurso da Guerra dos 16 anos; e é a FRELIMO que está na dianteira da consolidação da unidade dos moçambicanos no objectivo comum: o combate contra a pobreza.

{...} A **FRELIMO** dirigiu o povo e disse: vamos trabalhar para tirar o estrangeiro... E ganhamos. Depois disso surgiu um outro **problema comum de todos os moçambicanos, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Indico** (...) era o problema da

guerra (...) Vencemos! (...) Agora há um **problema comum** que ainda continua (...) é a pobreza (...) Queremos remover. (Comício: 2)

Aliás, segundo Brito (2008), mesmo antes de ser eleito Presidente, Armando Guebuza dedicou-se à revitalização do aparelho partidário em todo o país, desde o topo até à base. “Uma atenção particular foi dada às células da Frelimo ao nível da base e aos administradores distritais, que constituíam historicamente um elo fundamental no controle do território e da população“ (*Ibid*, 2008: p. 8).

Numa outra abordagem, constata-se que a mensagem do Presidente vinca também a ideia de que todos os processos dos desafios por si lançados ocorreriam de forma gradual. As pessoas não deixariam de ser pobres de uma hora para outra. Era preciso que todos se empenhassem para o efeito e fossem conquistando a sua autonomia progressivamente. Pensa-se, portanto, que este cuidado poderá significar uma forma de gerir as expectativas dos cidadãos e, dessa forma, garantir que a exigência popular posterior à passagem do Presidente por determinado distrito fosse feita de forma moderada.

{...} Já vimos sinais de que podemos acabar com a pobreza, mas **ainda temos um caminho muito longo a percorrer**. (Comício: 1).

A **marcha é difícil**. As dificuldades aparecem: o cansaço, o sol, a chuva, o vento, até os animais... Mas nós temos que vencer. **Temos que persistir. Temos que ter certeza que vamos chegar lá, andando, marchando**. (Comício: 2)

{...} A **pobreza não acaba num dia**. Assim como a escola não acaba num dia: estudamos primeira classe, depois segunda classe, terceira... até... são muitos anos (...) cada ano deve ser diferente (...) Então vamos todos nós trabalhar para ir **alcançando, pouco a pouco** aquilo que queremos! (Comício: 3)

{...} Quem planta uma árvore tem a certeza que a árvore vai crescer. É por isso que **depois de plantar ou de semear, rega** (...) **Nós também estamos a plantar. Estamos a plantar a ideia e a convicção de que a pobreza** nesta República, a pobreza de Moçambique vai acabar. (Comício: 6)

Com o objectivo de alargar o campo de proximidade pública, o Presidente evoca, repetidamente, em todos os seus textos, *clichés políticos* como “Moçambique Hoje”; “Pátria

Amada”, “Maravilhoso Povo Moçambicano”, “Irmãos Moçambicanos”, “Povo Unido do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico”.⁷³

O último aspecto seleccionado e de realce neste estudo dos discursos de Guebuza tem a ver com a preocupação de o orador mencionar a religião em parte das suas intervenções, logo na parte introdutória e antes de avançar com qualquer pressuposto. É verdade que a laicidade do Estado não quer dizer que o mesmo seja considerado ateu, ou agnóstico, mas é suposto que os governos, pela salvaguarda do princípio da separação de poderes, tomassem uma postura igualmente distante dos preceitos religiosos. A sistemática inferência de “Deus” ou da “igreja” no *corpus* da análise revela a importância que o Governo dá aos aspectos religiosos. Até porque de acordo com o artigo 12º da Constituição da República de Moçambique, “o Estado reconhece e valoriza as actividades das confissões religiosas, visando promover um clima de entendimento, tolerância, paz e reforço da unidade nacional, o bem-estar espiritual e material dos cidadãos e o desenvolvimento económico e social (2014: p. 10).

Há aqui uma forma clara de se procurar legitimar o poder político através da religião com frases como:

{...} **Precisamos de ser iluminados (...)** e o caminho ficar mais claro. A **oração ajuda-nos exactamente a ver mais claro**, porque nós sabemos que não há marcha fácil quando queremos chegar à felicidade. (Comício: 2)

{...} Quero, em particular, agradecer a **oração feita pelo padre da igreja católica e também pelo sheshe da religião muçulmana** que procuram, através disso, **iluminar o nosso caminho**. Procuram **mostrar-nos o caminho verdadeiro** para podermos continuar a trabalhar para este maravilhoso povo. (Comício: 3).

À partida, esta postura discursiva remete este estudo à lendária discussão sobre Religião e a Política de Maquiavel (1469-1527) na sua obra “O Príncipe”, segundo a qual a religião é tida como instrumento de poder. O postulado da teoria de Maquiavel entende que a religião constitui um “meio de persuasão privilegiado do qual os governantes podem dispor para fazer com que o povo admita um bem do qual a razão, tão-somente, não bastaria para convencê-lo. É um fenómeno irracional, mais poderoso sobre o espírito do povo do que a própria razão, fenómeno este cuja utilização prudente torna-se a garantia mais segura do êxito do Estado” (Ames, 2006: p. 57).

Ora, importa realçar o facto de, à luz da teoria de Maquiavel, o fenómeno religioso ser entendido de forma diferenciada pelos príncipes (governantes) e pelo povo. Por um lado, na óptica do príncipe, a religião é um instrumento político que submete os súbditos, enquanto para o povo, a religião resume-se no «temor a Deus» e esse temor leva-o a respeitar as leis ao identificá-las com os mandamentos divinos. “O apelo à força irracional da religião converte-se

⁷³ Entende-se por Cliché (palavra proveniente do francês “clichê”, termo remete à tipografia) como sendo palavra com sentido figurado; uma ideia muito repetida que acaba por se tornar totalmente previsível dentro de um determinado contexto.

num meio eficiente para o príncipe convencer o povo da legitimidade de suas ações e da pureza de suas intenções” (*Ibid*).

Sublinhe-se, no entanto, que não se vislumbra, no âmbito dos discursos das PAI, qualquer tipo de manipulação popular, até porque a menção à divindade é feita pontualmente no início dos discursos em jeito de saudação. Acredita-se que este procedimento tem antes a ver com o costume dos moçambicanos, de saudar a Deus e/ou aos ancestrais⁷⁴ antes de se iniciar qualquer diálogo, como é o das presidências abertas, onde estão também convidados líderes tradicionais e locais.

6.4.2. Por Cruzamento de Dados

Já na alçada da análise crítica do discurso, com o foco na interpretação, a pesquisa também examinou as estratégias de ambos os discursos políticos utilizando as cinco dimensões, já referidas anteriormente (léxico - inclui vocabulário e gramática); temas; contexto histórico; relacionamento com a audiência; e identidade nacional).

6.4.2.1. Léxico

Averiguou-se que os discursos recorrem a palavras como, entre outras, nós, nosso, somos, juntos, estamos, povo, e Moçambique. Ora, a predominância do pronome pessoal *Nós* transpira a intenção de inclusão de toda a sociedade moçambicana para o preceito da unidade, tido como necessário ao sucesso da campanha de luta contra a pobreza.

O Presidente usa, estrategicamente, os três tempos verbais sendo que o *Presente* (usado principalmente na parte inicial do discurso - exemplos: Quero saudar; quero agradecer; Tenho duas mensagens). O *Passado* é geralmente utilizado para evidenciar exemplos de superação do país ao colonialismo e à guerra civil, através da unidade e, o *Futuro*, por seu turno, é usado no fim dos discursos, imprimindo a ideia de perpetuação da ligação do Presidente com o seu povo.

Pensa-se que ao empregar o complemento circunstancial de lugar (ex. Aqui em Mandimba; Aqui no Búzi;), assinala um suposto propósito de firmar maior proximidade e de pertença, ou seja, independentemente do espaço que o Presidente visita, todos pertencem ao território da

⁷⁴ Em Moçambique é usual que, antes de um grande evento onde estejam líderes tradicionais, se proceda a um ritual de evocação aos espíritos. Designado, *Ku Phalha* (oferta e bênção), esta cerimónia é dirigida pelo líder tradicional da localidade e é realizada mediante a observância de um conjunto de exigências impostas pela tradição de cada comunidade, como, por exemplo, vinho branco ou tinto, duas galinhas (cafreaís de preferência), um pequeno frasco de rapé e um valor monetário. Em princípio, este ritual só pode decorrer no período matinal, antes das 10 horas, e exige-se a presença de um médico tradicional reconhecido.

República de Moçambique «uno, indivisível e inalienável, abrangendo toda a superfície terrestre, a zona marítima e o espaço aéreo delimitado pelas fronteiras nacionais⁷⁵».

O recurso assinalável do Pretérito Imperfeito do Indicativo (ex. Eu queria, Eu tinha dito) configura a ideia de continuidade, de acções ocorridas num momento anterior ao actual, mas que não completamente terminadas, como é o caso da luta dos moçambicanos contra a pobreza e, simultaneamente, a consolidação da unidade nacional.

{...} O colonialismo que **estava em Moçambique** por quinhentos anos, em 12 anos - porque **os moçambicanos estavam unidos** - saiu (...) Ficamos independentes por causa da **unidade que é a grande força** (...) E é também por **causa da unidade que estava aqui** (...) a guerra acabou. Porque **unidos nós somos fortes**. Unidos não há inimigo que aguente connosco. (Comício: 2)

Acreditando-se que, bem usado, o vocabulário reforça o entendimento e a memorização de determinadas palavras e expressões, o estudo anotou a preocupação do Presidente em repetir, para além dos pronomes acima referenciados, sobretudo, as seguintes palavras: unidade, diferenças, pobreza, colonialismo, guerra civil, distrito, Conselho Consultivo, 7 Milhões, Jovem, Emprego e Comida

Efectivamente, nestas palavras pode-se resumir a mensagem central do Presidente da República, ou seja:

1. A **unidade** dos moçambicanos é enriquecida pelas **diferenças** étnicas que, conjugadas, foram determinantes para vencer o **colonialismo e a guerra civil**, assim como será no **combate contra a pobreza**.
2. Neste novo desafio da unidade nacional, o governo elegeu o **Distrito** como pólo de desenvolvimento, tendo aprovado um instrumento de incentivo à produção local denominado **7 Milhões** que, sob a gestão do **Conselho Consultivo**, visava apoiar a população, sobretudo, **jovem** para promover mais **emprego e comida**.

O estudo observou também que o Presidente recorre às formulações negativas para exprimir reprovação de atitudes passadas durante o colonialismo:

{...} Os moçambicanos, no tempo colonial, **não** podiam beneficiar das mangas produzidas aqui em Moçambique; **Não** podiam beneficiar do peixe que é traduzido no nosso mar; **Não** podiam beneficiar dos minérios que estão debaixo desta terra. Quem decidia eram estrangeiros. Nós moçambicanos **não** podíamos ter o poder de decidir. (Comício: 4)

{...} Assim foi no caso de Moçambique no passado. Tivemos muitas lutas mas **não** conseguíamos vencer o inimigo. E **não** vencíamos o inimigo porque não compreendíamos bem e nem explorávamos bem as nossas vantagens. (Comício: 6)

⁷⁵ Número 1, artigo 6º do Capítulo I da Constituição da República (2014: p. 9).

Usa também as formulações negativas para fazer um apelo à postura de responsabilização dos moçambicanos na gestão do fundo proveniente da iniciativa dos 7 milhões, bem como no incentivo ao trabalho dos jovens:

{...} A riqueza sozinha **não** vale nada. **Não** é riqueza. Temos que trabalhar para todos nós sairmos da pobreza. (Comício: 1)

{...} O dinheiro **não** é dado. O dinheiro **não** se dá. Pode dar comida. Dinheiro **não** se dá. Tem que pagar. (Comício: 2)

{...} **Não** basta ter recursos. **Não** basta ter bomba de água. É preciso pegar na bomba de água e irrigar e depois plantar árvores ou plantar cereais para resolver os nossos problemas. (Comício: 5)

Nisto, pode-se aferir que o apelo do Presidente Guebuza para a postura da referida responsabilização, no âmbito dos 7 milhões, justifica-se pelo facto de se ter registado, durante aquela campanha das PAI, um fraco reembolso dos beneficiários da iniciativa. Como se aludiu na parte da abordagem teórica, o Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), popularmente conhecido por “7 Milhões”, é um fundo do governo que visa estimular a produção e participação da comunidade no desenvolvimento local através do financiamento a projectos individuais ou colectivos para gerar comida, emprego e renda. A ideia central era que os 7 Milhões se autofinanciassem localmente, ou seja, que após a primeira dotação a cada distrito, os montantes emprestados fossem devolvidos para conceder também a outros indivíduos e assim sucessivamente. Todavia, após as primeiras experiências no ano de 2006, verificou-se que a maioria dos beneficiários não respeitava o pagamento das dívidas, pondo em causa a intenção de expansão da iniciativa a outros cidadãos.

Só para citar exemplos, um relatório apresentado pelo governo provincial de Sofala ao Chefe do Estado, durante a presidência aberta, em 2010, indica que de um total de 273.1 milhões de meticais disponibilizados à província no primeiro mandato, de 2007 a 2009, só foram desembolsados nove milhões de meticais⁷⁶.

Do mesmo modo, embora este cenário seja generalizado, as províncias que apresentaram índices de reembolsos abaixo da média nacional, no mesmo período, destacam-se também

⁷⁶ Consultado a 3 de Novembro de 2015 [url] <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/8272-sofala-so-recebeu-3-de-reembolsos-de-2007-a-2009.html>

Nampula com 3.74 por cento, o que corresponde a 22 066.54, dos 589 232.97 disponibilizados; e Inhambane com 3.88 por cento, ou seja, 13547,87 dos 349211,47 meticais investidos⁷⁷.

Terá sido por essa razão que esta temática é mais aprofundada nos comícios 3, 5 e 6, precisamente nos distritos das províncias referenciadas neste exemplo.

6.4.2.2. Tema

Foram agrupados 04 (quatro) temas principais, nomeadamente: (1) Unidade Nacional (2) Combate à pobreza (3) Distrito (4) Necessidades Locais. O exercício de comparação dos discursos revelou que todos têm a mesma temática, inclusivamente a sequência da apresentação. A excepção verifica-se, contudo, no comício do distrito de Changara, na Província de Tete onde, de início, é explorado o tema sobre as eleições provinciais. Tal opção pode dever-se ao facto de nessa altura na actualidade mediática nacional estivesse em discussão o quadro jurídico sobre as primeiras eleições das Assembleias Provinciais.⁷⁸

Coincidência ou não, analisando esta convocação para a participação nas eleições (o comício acontece a 18 de Abril em 2007), dados do pleito eleitoral de 28 de Outubro de 2009, quer presidenciais e legislativas, quer das Assembleias provinciais, revelam que na Província de Tete a afluência às urnas esteve acima dos 95 por cento, enquanto outros distritos apresentavam uma média de 30 a 40%. Ademais, em muitas mesas de voto os resultados apurados indicavam 100% destes votos atribuídos à FRELIMO (MOE-EU, 2009: p. 34).

Outro aspecto pertinente e salutar no estudo sobre os temas, tem a ver com a variabilidade dos assuntos sobre as necessidades Locais em cada distrito. Pode-se até fundamentar que é nesta secção textual que é explorada a componente mais importante das PAI, pois são afloradas questões do interesse directo das populações, reflectindo o estágio da dinâmica socioeconómica de cada local. Na maior parte dos distritos, também rurais, são aludidos assuntos sobre a saúde, educação e a gestão dos 7 milhões, enquanto o discurso proferido na cidade de Maputo, epicentro governamental, as discussões são em torno de aspectos mais “sofisticados” como por exemplo: farmácias, seguros, transportes de semicolectivos, etc.

{...} **Aqui** foi falado sobre a construção em curso da linha de transporte de energia (...) A necessidade de termos represas para a irrigação da água. A necessidade de termos charruas para comprar. A necessidade de ter fábrica para conservar a carne. A necessidade de ter fábrica para aproveitar peles. A

⁷⁷ Consultado a 3 de Novembro de 2015 [url] http://se7emilhoes.blogspot.pt/2010_07_01_archive.html

⁷⁸ Consagradas pela Constituição de 2004, Assembleias Provinciais são órgãos de soberania em Moçambique. As primeiras eleições para estas assembleias foram realizadas em 28 de Outubro de 2009, na mesma data é que Armando Guebuza foi reeleito. Existem dez (11) assembleias provinciais no País, uma por província e mais uma na cidade de Maputo, responsáveis pela fiscalização, controle e monitorização do programa do governo provincial. As assembleias têm um mandato de cinco anos e são eleitas por sufrágio universal dos eleitores da respectiva Província e os seus membros eleitos pelo método proporcional com base em círculos eleitorais distritais.

necessidade também de fazer o aproveitamento de leite... Nós registamos, mas vamos trabalhar juntos. (Comício: 2)

{...} **Aqui** falou-se também muito do problema do hospital e o problema da maternidade (...) Falaram da necessidade de um médico e de um juiz. E também lamentaram o facto de a antena da TVM nem sempre funcionar. (Comício: 4)

{...} **Aqui** falou-se do apoio a pequenos empresários e associações (...) **Aqui** falou-se de uma carpintaria que está silenciosa (...) Falou-se repetidamente sobre o ensino superior (...) **Aqui** falou-se ainda da necessidade de tractores. Falou-se ainda da necessidade de energia, particularmente na zona da Nova Sofala. E de médicos. E também de melhor organização na disponibilização de sementes. Falou-se ainda da estrada Tica-Buzi que tem muita poeira e deve ser asfaltada. Falou-se ainda de Sida, que há muita gente que morre. (Comício: 5)

Esta especificação dos locais e das necessidades é muito importante já que o Presidente aviva as emoções das populações, aproximando as partes e elevando o sentido de pertença nacional, ou seja, de que os problemas são da nação e apenas circunscritos às localidades.

6.4.2.3. Contexto histórico

A ideia de Fairclough (2001) sobre a intertextualidade ganha terreno na interpretação de dados desta secção. Para o autor, a inclusão da história num texto, contribui para que ocorram processos de mudança mais amplos, antecipando e moldando até textos subsequentes.

Por conseguinte, o preceito da unidade é evocado recorrendo a histórias de superação e da valorização dos heróis nacionais, com destaque para Eduardo Mondlane⁷⁹. Trata-se, pois, de uma estratégia de reforço da ligação entre o presente e o passado dos moçambicanos, com a intenção clara de tornar os êxitos do combate ao colonialismo e também ao regionalismo (guerra civil), como fontes de inspiração para o desafio de luta contra a pobreza. Nestes termos, a história é usada como um instrumento de conscientização dos homens para uma melhor actuação, onde, no caso em concreto, a única opção é a unidade.

Com efeito, Armando Guebuza enfatiza no seu discurso de luta contra o regionalismo e/ou de qualquer outra forma de distinção étnica ou territorial. Usa exemplos com antónimos da palavra unidade (frequentemente a palavra diferença) justamente para mostrar a importância da consolidação do sentido de pertença de todos os moçambicanos, um legado muito enfatizado por Mondlane:

⁷⁹ Eduardo Chivambo Mondlane (1920 – 1969) foi um dos fundadores e primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). É considerado o arquitecto da unidade nacional de Moçambique.

{...} Eduardo disse que a **unidade valoriza as diferenças. As diferenças não são nada de mal.** Enriquecem-nos quando usamos essas diferenças para alcançar o mesmo objectivo. (Comício: 3)

{...} as nossas **diferentes línguas, as nossas diferentes tradições, nas nossas diferentes maneiras de cantar, dançar (...)** Eduardo Mondlane disse que isso não era problema. Pelo contrário, isso **enriquece o nosso património (...)** se os moçambicanos querem a mesma coisa, sendo diferentes, juntarem as suas diferenças e unirem-se, não haverá inimigos que os vençam. (Comício: 4)

{...} Mondlane disse: **“as diferenças entre nós quando usadas para o mesmo objectivo, são uma fonte de força.** Tornamo-nos invencíveis. Tornamo-nos imbatíveis. Por isso, vamos nos juntar todos para podermos fazer aquilo que queremos”. (Comício: 6)

Esta opção de unir as diferenças acaba por se configurar como um ritual que os moçambicanos devem seguir porque, primeiro, é uma experiência que já deu resultados e, segundo, porque não há outra alternativa.

6.4.2.4. Relacionamento com o auditório

O auditório constitui o elemento mais importante das PAI, pois toda a estratégia de comunicação é montada para surtir efeitos nele. Apesar de se lhe reconhecerem as especificidades étnicas e culturais, no seu discurso Guebuza trata todos da mesma forma: o **“maravilhoso povo moçambicano”**. O Presidente se esforçou em convencer que apesar das diferenças, o seu governo representava os interesses de todos.

Aliás, é neste ponto de análise que as PAI incorporam a dimensão simétrica das relações públicas gruniguiana (Grunig & Hunt, 1984), porque abre-se espaço de interacção directa e nos dois sentidos entre o governo e a população. O Presidente explora todas as formas de diálogo presencial, sem intermediários, com perguntas retóricas, escolha de vocabulário que subentende presença ou proximidade (ex. ouvir, partilhar, aprender), com as interjeições de estímulo, de auto-estima e de agradecimento (Moçambique hoje⁸⁰! Povo de Moçambique do Rovuma ao Maputo hoje!).

{...} Vamos ter mais conselho. **Vamos beneficiar de mais conhecimento.** (Comício: 1)

⁸⁰ Lê-se “Viva”, na língua portuguesa.

{...} Queremos sair daqui diferentes, **enriquecidos pelos conhecimentos que vão nos transmitir**. Quando estamos numa reunião como esta, é um **momento de aprendizagem**. (Comício: 4)

{...} Vou pedir oito cidadãos... para poderem **ajudar-nos com ideias...** para nós ouvirmos mais e podermos aprender mais. (Comício: 5)

Adicionalmente, a preocupação de garantir o registo das preocupações populares promove o sentido de confiança e continuidade. Trata-se de uma estratégia de garantir que a comunicação iniciada nas PAI pretende-se duradoira e com resultados. Senão veja-se:

{...} **Nós anotamos**. Queríamos dizer que é exactamente por isso que a nossa agenda é contra a pobreza. O fundamental é que nós estamos juntos na luta contra a pobreza e vamos continuar a trabalhar juntos. **A nossa missão é ir reduzindo a pobreza e só podemos alcançar isso se estivermos a trabalhar convosco e se também confiarem e trabalharem**. (Comício: 1)

{...} Alguns pontos que foram apresentados aqui precisam de aprofundamento (...) Por isso os **meus conselheiros estavam a trabalhar com as pessoas que apresentaram as questões** e isso vai permitir que possamos saber depois o que é que podemos fazer. Mas uma coisa é certa: eles terão que receber resposta. (Comício: 4)

{...} A situação de Búzi, a companhia de Búzi, **os meus conselheiros estão a falar com os cidadãos** que falaram para compreender melhor e para ver o que é que nós podemos fazer. Mas como eu disse, nós registamos tudo o que foi dito. (Comício: 5)

Os períodos de pausa e silêncio são também explorados pelo Presidente. Esses intervalos são aqui percebidos como elementos que ajudam a estruturar o discurso, principalmente no que se refere à mudança dos temas. O orador costuma fazer essas mudanças por meio de modalidades interrogativas e/ou perguntas retóricas, com bom humor à mistura. São exemplos disso:

{...} Devíamos ter deixado o colono, porque o colono tinha boas escolas: as nossas crianças todas estudavam nas escolas. Havia muitos hospitais: os nossos doentes todos estavam no hospital. Não é verdade? (Comício: 1)

{...} Aqui onde estamos somos diferentes: Aqui há homens. Aqui há mulheres. São iguais?
Aqui há crianças. Aqui há adultos. São iguais?
Aqui há claros. Aqui há escuros. São iguais?
Aqui há magrinhos. Aqui há um bocadinho... (risos) são iguais? (Comício: 3)

{...} Estão a compreender bem?
Moçambique hoje!
Moçambique hoje! (Comício: 4)

Julga-se que, com este procedimento, o Presidente procura estimular a reflexão do indivíduo sobre os elementos que expõe.

Outro aspecto salutar na interacção popular tem a ver com o facto de o Presidente se fazer acompanhar por uma comitiva governamental, incluindo convidados (embaixadores e parceiros de cooperação), o que induz a ideia de aproximação efectiva entre a classe política e os cidadãos. Ou seja, os governantes deixam o conforto das cidades e vão compartilhar, no terreno, as vivências das populações, uma acção muitas vezes percebida como de respeito e consideração pelos mais humildes.

O intento de maior aproximação do Governo ao Povo é também demonstrado através da atenção que o orador presta às causas sociais. O Chefe do Estado dispensa as ofertas que lhe são endereçadas para projectos sociais dos próprios distritos (ex. instituições que cuidam de crianças órfãs, doentes de HIV-SIDA, lares das escolas públicas). Este fenómeno é percebido como um acto de bondade e sensibilidade do actor político, geralmente associado a condutas egocêntricas.

6.4.2.5. Identidade nacional

Armando Guebuza imprime no seu discurso uma abordagem que aflora o sentimento de pertença colectiva com recurso ao pronome pessoal “Nós”, realçando aspectos peculiares sobre a identidade nacional, nomeadamente: o território, memória, língua, hábitos, símbolos, (Smith: 2004; Gillis 1994; Candau:1998).

O uso da língua oficial portuguesa, herdada do colonialismo, impôs alguma dinâmica à organização das PAI que devia garantir tradução em simultâneo, em línguas locais, intercalando ao discurso presidencial. Conquanto, são várias as ocasiões em que o Presidente usa expressões de línguas nacionais, com destaque para o discurso proferido na cidade de Maputo, em que toda a parte de saudação e apresentação é feita na língua local (XiRonga), uma das línguas maternas do Presidente.

A legitimação do poder local, com a descentralização do poder central e institucionalização dos Conselhos Consultivos Locais (CCL) pelas PAI é também vista como um aspecto de reforço da identidade nacional. Pensa-se que as CCL são as instituições, ao nível mais elementar da administração estatal, que garantem a salvaguarda de elementos da identidade nacional acima referenciados.

{...} Conselho consultivo são pessoas consideradas importantes pela população que se reúne com o administrador e outros membros do governo e discutem os assuntos do distrito e então procuram ajudar a ver como resolver os problemas que nós temos (Comício: 2)

{...} É preciso que o Conselho Consultivo esteja constantemente ligado com as populações. (Comício: 5)

{...} O Conselho Consultivo Distrital tem pessoas que vêm de todo o lado do distrito: vêm dos postos administrativos; vêm das localidades, vêm das povoações... por isso eles se reúnem, eles apresentam os problemas dos locais de onde eles vêm. E eles juntos então decidem quais são as prioridades; quais são os primeiros problemas a resolver. (Comício: 6)

A referência ao folclore local, nomeadamente, as danças (ex. Makwai, Mapiko, Mandoa, Wunanga), cânticos, instrumentos musicais locais (ex. chiquissi) é também sinónimo de elevação da identidade nacional de Moçambique. Supõe-se que estas formas de manifestação da cultura nacional aparecem no texto do Presidente para, precisamente, mais uma vez, aprofundar os laços das referências próprias e exclusivas dos moçambicanos.

6.5. Apresentação dos resultados da análise

Depois de identificar as peculiaridades do *corpus* da investigação com base numa abordagem qualitativa e respondendo às três perguntas de investigação assume-se que:

1. O objectivo principal das presidências abertas de Armando Guebuza residiu, de facto, no esforço de reaproximação dos cidadãos à participação no cenário político, principalmente nas zonas rurais.

Depois de em 2004 se ter registado uma abstenção de cerca de 63%, em 2009 mais moçambicanos foram às urnas, tendo-se reduzido o nível de abstenção para 56%⁸¹. A tendência positiva dos votos foi para a FRELIMO e o seu Presidente Armando Guebuza, eleito por de 63,74 em 2004 e no segundo mandato, em 2009, a vitória foi alcançada com 75% por cento dos votos válidos. Constatou-se também que em 2009 a FRELIMO e o seu candidato foram massivamente votados nas zonas rurais, incluindo regiões tidas tradicionalmente como da oposição. O Distrito do Búzi, um dos locais de amostra deste estudo, é exemplo disso (Pereira e Nhanale, 2014: p. 7).

Por outro lado, tal como se sustentou na parte teórica deste trabalho, em Moçambique, o Chefe de Estado e do Governo é o mais importante elemento da comunicação

⁸¹ De acordo com os dados do STAE, a abstenção foi de 12% em 1994, 30% em 1999, 63% em 2004 e 56% em 2009.

governamental e, como tal, a criação do pseudo-evento, que foram as Presidências Abertas e Inclusivas, serviu para, de acordo com os preceitos de notoriedade, intensidade e repetição do evento, marcar a memória do eleitor, aproximando-o à causa política.

A análise feita a toda a envolvência das PAI, em que primeiro há uma preparação antecipada do evento de cerca de um ano, seguida da deslocação do Presidente aos distritos (passando esses locais a ser “temporariamente” a Ponta Vermelha) e depois a divulgação massiva das principais mensagens do acontecimento pelos meios de comunicação social, permitiu constatar que a questão da participação política dos cidadãos, outrora muito centralizada nas zonas urbanas, foi alargada às zonas rurais - o Moçambique profundo. Este debate público permitiu o estabelecimento de condições de comunicação com uma maior inclusão dos cidadãos no esclarecimento recíproco dos principais assuntos da sociedade. Ou seja, o Governo adoptou um canal de interconexão com a sociedade civil, no qual os actos de fala (nos comícios) permitiram a discussão de argumentos presentes no diálogo, encorajando os indivíduos a imprimir no agendamento político, questões particulares a cada comunidade visitada e, por outro lado, possibilitando ao governo firmar a sua mensagem de unidade nacional a partir da base comunitária da nação moçambicana.

Nesta perspectiva e no âmbito do paradigma grunigiano (Gunig & Hunt, 1984), seleccionado para enquadramento teórico deste estudo, aventa-se, portanto, que este diálogo é essencialmente simétrico bidireccional pois, primeiro, é fundado na pesquisa dos públicos com vista a planificar a acção - na fase de preparação das PAI - bem como na avaliação dos resultados do processo (*feedback*) - na fase de seguimento das PAI. Segundo, porque tal como já se sustentou, a comunicação governamental no âmbito das presidências abertas conduziu a um intercâmbio de informação e, inclusivamente, abriu espaço para que, em alguns casos, o agendamento dos temas discutidos tivesse origem nos públicos (alistados na fase de preparação), embora a enfâse fosse para o tema central do Governo: a unidade nacional e a luta contra a pobreza.

Um aspecto de realce em todo este processo comunicativo tem a ver com os sinais de continuidade deixados por Guebuza em cada distrito. Normalmente, depois da interacção com o público, o Presidente assegura continuidade de seguimento das acções através dos seus “conselheiros”, facto que projecta o seu discurso para níveis de confiança popular, na medida em que fica firmado o compromisso de que o Presidente está atento e próximo a cada comunidade.

Numa outra abordagem, o sucesso da implementação desta estratégia de comunicação, fundada sobretudo na linguagem, deve-se igualmente à aliança feita com os meios de comunicação social. Apercebendo-se da força dos media para a legitimação das suas acções junto da opinião pública, a máquina política de Armando Guebuza fez-se

acompanhar por uma equipa de jornalistas para a divulgação do evento. O trabalho da adida de imprensa da Presidência da República foi fundamental neste sentido.

Apesar dos aspectos positivos até aqui referenciados, urge fazer referência à crítica de encenação política que é aliada às PAI. Recorde-se que Leininger et al (2012: p 224) sublinha que, por exemplo, “a oportunidade de apresentar preocupações durante o comício muitas vezes não é igualmente acessível a todos os cidadãos. Existe uma tendência para seleccionar previamente os intervenientes”. Outra crítica, que foi explorada pelos media moçambicanos, é relativa a verba alocada a esta acção presidencial, tida como despesista.

2. Confirma-se que os discursos serviram, efectivamente, de ferramenta de consolidação da unidade nacional.

Em 40 anos de existência como Estado, o preceito de unidade nacional dos moçambicanos conheceu 3 importantes momentos. No início, quando os moçambicanos puseram de lado as diferenças raciais, tribais e étnicas para juntos combateram o colonialismo. Na segunda conjuntura, em que as diferenças eram entre os próprios moçambicanos, a unidade nacional foi posta à prova por uma guerra civil de 16 anos que culminou com a instauração do regime democrático, em 1990. Mais recentemente, a terceira fase, já no contexto democrático e ainda com o assombramento das divisões étnicas, mais uma vez os moçambicanos encontram nas Presidências Abertas de Armando Guebuza um apelo à unidade, agora configurado no combate às assimetrias socioeconómicas, particularmente acentuadas nas zonas rurais.

A mensagem de combate contra a pobreza, a partir do distrito, a qual também foi associada à implementação da iniciativa do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL), vulgus “7 milhões”, destinada ao financiamento de projectos locais, surtiu resultados positivos. Apesar de algumas vicissitudes, nomeadamente de queixas sobre alegada falta de clareza sobre os critérios de atribuição, utilização e desembolso daquele valor, e a par de algumas reformas estruturantes no âmbito da macroeconomia e da governação, dados recentes sobre o progresso do Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARPA) do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional indicam que Moçambique subiu o *Ranking do Doing Business* para a posição 139^a, ainda menos desejável que a pretendida 113^a (FMI, 2014: p. 20). Os níveis de pobreza têm igualmente reduzido, ainda que de forma modesta. Ou seja, de índices de mais de 70% de pobreza no país em 2004, actualmente a média nacional da população moçambicana pobre é de 54.70% (PNUD, 2014: p. 186).

O estilo de governação inclusivo e participativo adoptado por Armando Guebuza facultou a capacidade e oportunidade dos distritos de imprimirem novas dinâmicas na produção,

investimento e comercialização, bem como na estruturação do sistema financeiro local (7 Milhões) e sua posterior integração com o sistema financeiro nacional.

Ora, a ideia de se iniciar o projecto de consolidação nacional a partir do distrito pode ser interpretada como nuclear e estratégica, uma vez que nessas zonas vive a maior parte dos moçambicanos. O sentido de pertença nacional e patriotismo de “todos os moçambicanos, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Indico”, muito explorado pelo Presidente, ganhou expressividade com a adopção de formas de fortalecimento da presença do Estado em todas as extensões na nação moçambicana. Nas províncias e distritos foram erguidas infra-estruturas para o funcionamento das Secretarias Provinciais e Distritais, Direcções Provinciais, Palácios de Justiça, residências oficiais dos Administradores e de outros dirigentes, tal como testemunhou o jornalista Emílio Manhique:

“Como é que a população iria respeitar um homem que está no poder, mas sem condições e a viver e trabalhar em condições precárias, quando tem ao seu lado uma ONG com electricidade e em melhores condições? O Presidente mandou construir e dar dignidade às instalações e instituições do Estado, incluindo as habitações dos administradores” (Manhique, Entrevista: 10/09/2015).

Actualmente, a maior parte dos distritos do país estão ligados à rede nacional de energia eléctrica e os sistemas de educação e sanitária expandiram-se rapidamente, com destaque para o ensino superior e técnico profissional que passaram a ser uma realidade nos distritos.

Com estas ferramentas de governação, o Chefe do Estado moçambicano elevou a auto-estima e o orgulho dos moçambicanos, com demonstrações (edificação de infra-estruturas) de que o direito à qualidade de vida não era exclusivo aos cidadãos urbanos e, desse modo, estimulou o sentido de propriedade singular e ao mesmo tempo colectiva, conferindo apropriação dos cidadãos ao projecto de consolidação da unidade nacional. Nestes termos, o conceito de consolidação da unidade dos moçambicanos é percebido aqui no propósito, apresentado pelo Presidente, de inclusão de todos os moçambicanos no processo de desenvolvimento, onde a elevação do sentido de pertença à nação está intrinsecamente associada à possibilidade de “igualdade” de acesso à riqueza do país. Não é por acaso que os discursos de Armando Guebuza estão recheados de expressões (ex. estamos todos no mesmo barco; unidade nacional é fonte de força; unidos somos imbatíveis; estamos a caminhar juntos) recriando, pelo seu poder metafórico de persuasão, enquadramentos cognitivos facilmente percebidos pela sua audiência mas, acima de tudo, motivadores e com forte apelo de inclusão.

Num outro ângulo de análise, constatou-se que, no tecido textual, o apelo de adesão à causa da unidade nacional feita pelo Presidente Guebuza é também explorado “o não dito”, ou seja, os silêncios, normalmente subentendidos pelas reticências e palmas dos

auditórios. A este respeito importa salientar o pressuposto de Perelman (1970) segundo o qual “as crenças mais sólidas são aquelas que não apenas são admitidas sem prova, mas que, frequentemente nem sequer são explicitadas” (Serra, 2015: p. 161). Ou seja, a linguagem discursiva de Guebuza, incluindo a enunciação persuasiva, é também constituída pelo seu próprio inconsciente, não necessariamente enunciável, mas com forte impacto no seu povo. Esta estratégia retórica incita a reflexão individual de cada participante nos comícios, com fortes indícios de que o auditório siga a linha de pensamento do enunciador. É exemplo dessa tática linguística, a frase: “Naquele tempo!” - O Presidente não termina o enunciado, mas leva o seu auditório a reflectir sobre factos históricos com mote comparativo dos vários estágios de desenvolvimento da unidade nacional, com o intuito de demonstrar que a situação tem estado a melhorar.

Contudo, este esforço de consolidação da Unidade Nacional, que conheceu momentos de apogeu e de forte adesão durante quase 10 anos de governação, voltou a ser minado com o ressurgimento de um clima de críspação e constantes ameaças de retorno à guerra civil entre as forças da RENAMO e o Governo da FRELIMO, sentida no fim do mandato de Armando Guebuza, entre 2013 e 2014, quando se registaram ataques militares aos quartéis de ambas as forças militares e postos policiais nas zonas centro e norte de Moçambique.

3. O mosaico plurilinguístico dos moçambicanos reforçou o uso da língua portuguesa, herdada do colonialismo português e usada como a principal nas comunicações oficiais do Presidente, configurando-se como um vínculo agregador de unidade nacional.

Os países com diversidade étnica e cultural, como Moçambique, aliás um cenário que é comum aos países africanos, são plurilinguísticos e, como tal, o desafio reside basicamente em encontrar uma língua comum como vínculo integrador de participação democrática dos cidadãos.

Em Moçambique, a língua oficial portuguesa convive com outras mais de 40 línguas nacionais, sendo que a maior parte da população usa-a como segunda língua. Os moçambicanos são em geral bilingues, na medida em que se estima que cada moçambicano utiliza, no mínimo, uma língua local entre as diversas existentes. Esta multiplicidade de línguas moçambicanas é reflexo da pluralidade étnica do seu povo. Cada língua nacional está associada a um grupo étnico ao qual o indivíduo pertence, ou então à zona de onde os progenitores são originários.

Sabe-se, entretanto, que a adopção oficial da língua portuguesa pela Constituição de 1990 é “justificada como única garantia de manutenção da nação moçambicana e

demonstra claramente uma motivação política: não privilegiar nenhum grupo étnico, que sabiamente evitou uma guerra civil entre tribos e, com isso, impediu que o país se fragmentasse e permitiu, ainda, que se mantivesse a nação-estado”, para além de que com a mesma pretendia-se a afirmação de Moçambique perante a comunidade internacional. (Santana, 2011: s/p).

Desse modo, o contexto democrático do país, firmado por uma Constituição que estabelece um Estado de Direito, fundado, entre outros, na edificação de uma sociedade de justiça social, criação do bem-estar material, espiritual, de qualidade de vida, em que todos os indivíduos são iguais perante a lei⁸² e partindo do princípio que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas acima de tudo um repositório de cultura e de história que é central para o cidadão e identidade de cada comunidade, julga-se imperioso que o sistema político assegure a remoção de barreiras institucionais para uma efectiva participação política dos indivíduos.

Terá sido nesse intuito que nos comícios das PAI, o Presidente Guebuza se fizesse acompanhar por cidadãos locais que traduziam, em simultâneo, o seu discurso para as diferentes línguas nacionais. Uma postura que evidencia, de certo modo, a preocupação de envolvimento de maior número de cidadãos no processo de formação da opinião pública e, no limite, com alguma influência na tomada de decisão governamental sobre a vida das comunidades. Até porque, conforme aludiu-se na parte teórica da presente tese, as comunidades discutem melhor os assuntos políticos em línguas próprias.

Por outras palavras, os indivíduos serão capazes de aumentar as dimensões democráticas se a discussão política se concretizar no seu próprio idioma. Entretanto, o que importa reter no âmbito deste estudo é que o Presidente Armando Guebuza, salvo em algumas excepções, sempre discursou em língua portuguesa, a língua oficial da República de Moçambique. Percebe-se que, longe de menosprezar a plurilinguismo, o Presidente, como instituição de poder e de soberania, pretendia ser, ele próprio, o agregador, acima das diferenças étnico-linguísticas e com forte simbolismo de unidade nacional. Aliás, na própria abreviatura das Presidências Abertas e Inclusivas (PAI) está implícita a ideia de alguém que orienta e protege. O “PAI” de família é aquele que, em princípio, educa, ouve, ajuda e repreende, com alguma dose de compreensão e autoridade. No fundo foi isso que as Presidências Abertas e Inclusivas (PAI) procuraram fazer, como por exemplo: encorajar e consciencializar o povo que é preciso lutar contra a pobreza; ouvir das populações qual era a melhor maneira de o fazer em cada comunidade; repreender os casos de incumprimento no uso dos 7 milhões, etc.

⁸² Constituição da República (2014: p. 10).

Voltando à discussão sobre a estratégia de comunicação governamental de uso da língua portuguesa, convém fazer menção ao enquadramento de Habermas (1998: p. 306), segundo o qual, quando os indivíduos formam uma comunidade democrática, o que os mantém juntos não é qualquer tipo de identidade cultural distinta, mas o vínculo linguístico que une cada comunidade de comunicação. Desse modo, ainda segundo o mesmo autor, os limites do Estado democrático são demarcados onde a comunicação realmente ocorre porque, defende Habermas, não existe democracia sem comunicação numa esfera pública.

Enfim, a análise dos dados induz à percepção de que o Presidente Armando Guebuza reconhece a importância da diversidade linguística na promoção do debate e massificação da participação do povo nos processos políticos, tendo por isso incorporado a tradução simultânea dos seus discursos para as línguas nacionais, caso contrário não seria percebido e dificilmente a sua estratégia de comunicação de combate contra a pobreza e consolidação da unidade nacional ganharia adeptos. Em paralelo, o Chefe do Estado moçambicano manteve o uso da língua portuguesa como língua oficial das presidências abertas, estabelecendo-a como um laço fomentador da identidade nacional e evitando que qualquer etnia ou cultura se sentisse marginalizada. Sempre que optou por falar em línguas nacionais, em breves trechos, foi, acredita-se, com propósitos de demonstração de proximidade com a população.

Neste sentido, importa ainda lembrar que apesar de postular a existência da esfera pública unitária, Habermas (1996: p. 28) reconhece a possibilidade de se encontrar um suporte para diferentes esferas que possam existir numa comunidade, desde que estejam ligadas, de alguma forma, com a esfera global. No caso concreto, a língua é vista como o principal conector das esferas, ainda que sejam reconhecidos outros elementos de suporte dessa ligação, como por exemplo o território. De qualquer modo, entende-se que a opção pelo uso de uma língua comum reforça a criação de laços de pertença nos indivíduos e, por via disso, a melhoria da relação entre a classe política e os cidadãos. Os níveis de proximidade e compreensão mútua são também fortalecidos quando os ruídos de linguagem são minimizados.

Capítulo VII. Conclusão

7.1. Considerações finais

A crescente e quase imperativa necessidade de, nas sociedades modernas, os governos privilegiarem a comunicação nas suas políticas, deu lugar a um processo de institucionalização de mecanismos de gestão dos fluxos das notícias, cujo objectivo é, sim, comunicar com os cidadãos sobre assuntos de interesse público, mas também legitimar as decisões governamentais, havendo igualmente a clara intenção de dominar a agenda pública.

Sabe-se, hoje, que os cidadãos são muito mais exigentes e atentos, por isso é fundamental que a estratégia de comunicação governamental aprimore acções que impliquem a criação de um espaço de conversação comum, onde se promova uma comunicação “nos dois sentidos”, através de um canal comunicativo interactivo, com um forte estímulo à participação e debate em torno dos assuntos da actualidade.

Nos sistemas democráticos, os governos têm de se comunicar com os seus cidadãos. Ainda que as recentes inovações da internet e das redes sociais possam permitir a interacção instantânea entre os actores políticos e os cidadãos, há, efectivamente, poucas oportunidades para abordar as pessoas directamente, de modo que a aposta na mediatização dos assuntos políticos é um factor central e poderoso na comunicação pública.

Pois então, percorrido o caminho teórico e empírico centrado na adopção, pelo governo de Moçambique, entre os anos 2005-2014, da iniciativa das Presidências Abertas e Inclusivas (PAI), do estadista Armando Guebuza, como ferramenta na consolidação da unidade e reforço da identidade dos moçambicanos, dois aspectos preponderantes na construção da nação moçambicana, é chegado o momento de apresentar as principais reflexões desse percurso, que permitiu entender como a comunicação, e mais especificamente as relações públicas, é valorizada enquanto factor estratégico de diálogo e aproximação entre as elites políticas e os moçambicanos.

Tal como se referiu no preâmbulo da tese, o estudo circunscreveu-se sobre o contexto da comunicação política de Moçambique, sob o ponto de vista do Emissor (políticos) e não do Receptor (media), de modo que se explorasse com mais minúcia a estratégia de comunicação do governo e deixando para o futuro uma possível e interessante análise do impacto das PAI na imprensa. Aliás, tanto num, como noutro caso, podem configurar-se como uma importante contribuição científica para o acervo nacional que é muito deficitário de publicações.

Ao longo dos capítulos desta investigação foi-se partindo da reflexão teórica mais abrangente, para uma mais contextualizada à realidade moçambicana, filtrando os aspectos relevantes na relação entre os media e os políticos e na formulação de estratégias de comunicação

governamental por parte dos políticos, como forma de ganharem protagonismo na esfera pública. Impõe-se, agora, a compilação e sintetização das principais tendências desta tese de doutoramento, revisitando o que foi anteriormente inferido. Assim sendo:

1. As Presidências Abertas e Inclusivas (PAI) configuram-se como um pseudo-evento relevante da comunicação política nacional, tendo garantido cobertura mediática e visibilidade desta acção governativa e, sobretudo, do Presidente Armando Emílio Guebuza.

Com efeito, as PAI enquadram-se no modelo de gestão de informação centrado nos media (Pfetsch, 1998), na medida em que, aliadas ao facto de se ter privilegiado a cobertura mediática em todos os eventos das PAI, as mensagens desta iniciativa obedeciam a uma estratégia de mobilização pública, induzindo a efectivação de uma relação de confiança com o governo. Embora não se tenha aludido nesta investigação qualquer referência a estudos sobre a recepção mediática das PAI na imprensa nacional, uma observação esporádica de algumas edições diárias dos Jornais “Notícias” e “O País” permitiu constatar que a adopção do modelo centrado nos media garantiu que o governo, através das presidências abertas e inclusivas, determinasse os conteúdos publicados nos meios de comunicação nacionais, ditando os principais temas de discussão na esfera pública (teoria da agenda-setting).

2. As deslocações do Presidente Armando Guebuza às zonas rurais e as suas abordagens discursivas serviram de mecanismo de consolidação da unidade e identidade nacional, na medida em que foram transmitidas mensagens e atitudes que enfatizaram o sentimento de pertença colectiva (memória) dos moçambicanos. Um dado confirmado claramente pela análise do objecto de estudo - os discursos do Presidente Guebuza.

A possibilidade de interacção directa com o Presidente aproximou os cidadãos aos actores políticos. Os programas das PAI privilegiam os comícios, um espaço em que o Presidente interagiu directamente com o seu povo, permitindo também o acesso da população aos integrantes da comitiva, nomeadamente membros do governo.

Com recurso ao discurso persuasivo, enquanto elemento central do comício e instrumento político dialógico, apostou numa linguagem governamental predominantemente promocional. Ou seja, ainda que as PAI cumprissem o seu papel de aproximação e de diálogo, serviram para promover as acções governativas, como é o caso da iniciativa dos 7 Milhões. Os discursos do Presidente serviram também para estabelecer meios de comunicação mais próximos e efectivos junto do cidadão,

através da descentralização e reforço da Administração local do Estado (Conselhos Consultivos). Esta tática firmou a confiança política, principalmente com o cidadão rural que, antes desprovido dos mais elementares serviços sociais, passou a ter próximo de si o Estado, com garantias de assistência permanente do poder executivo nos distritos e localidades.

3. A estratégia de comunicação governamental das PAI centrou-se na extrema personalização da figura do Presidente Armando Emílio Guebuza.

Tal como sugere a fundamentação sobre a retórica das relações públicas (Heath, 1992), a estratégia das PAI concentrou-se sobretudo no *ethos* do orador Armando Guebuza. Nesse sentido, e partindo do princípio que um orador carismático tem maior possibilidade e capacidade de envolver o auditório para que se gere o fortalecimento dos laços de união e integração de todos, o Presidente Guebuza marcou a sua governação com um estilo comunicativo próprio, de muita proximidade com as pessoas.

Desde sempre reconhecido pelo perfil carismático, Armando Guebuza pautou o seu discurso persuasivo por um forte apelo à emoção do seu povo (*pathos*). A possibilidade de, durante os comícios das presidências abertas, as pessoas interagirem directamente com o Presidente, sem intermediários e, associado a isso, o facto de os casos apresentados terem seguimento a nível da governação local, sob verificação também da equipa de assessores do Presidente da República, contribuíram para elevar a confiança popular, relativamente às políticas governamentais e, principalmente à figura do Presidente Guebuza.

Estas três tendências vêm, no fundo, confirmar as hipóteses levantadas no estudo empírico desta investigação, ou seja: (i) o objectivo principal das presidências abertas de Armando Guebuza residiu, de facto, no esforço de reaproximação dos cidadãos à participação no cenário político, principalmente nas zonas rurais; (ii) os discursos serviram, efectivamente, de ferramenta de consolidação da unidade nacional; e (iii) o mosaico plurilinguístico dos moçambicanos reforçou o uso da língua portuguesa, herdada do colonialismo português e usada como a principal nas comunicações oficiais do Presidente, configurando-se como um vínculo agregador de unidade nacional.

Da leitura e interpretação dos seis discursos proferidos pelo Presidente Guebuza, com base na metodologia da análise crítica do discurso (Fairclough, 1995), foi possível aferir que, com uma argumentação baseada no estado emocional do auditório (todos unidos vencemos, somos todos iguais, estamos no mesmo barco, etc), Guebuza, procurou sempre reforçar a união dos

moçambicanos para enfrentar os desafios de unidade nacional e o combate contra a pobreza que, segundo os ditames da PAI, deviam ser galvanizados a partir das zonas rurais, especificamente nos distritos, tidos como pólos de desenvolvimento e onde vive a maior e mais pobre parte da população.

A presença do Presidente da República nos lugares mais recônditos do país (passando esses locais a ser “temporariamente” a Ponta Vermelha), abriu espaço para maior aproximação da elite política aos cidadãos. Nesse aspecto, enquanto ferramenta de relações públicas orientadas por um modelo simétrico e de diálogo, as PAI desempenharam um papel importante no processo de construção da nação moçambicana, pois que aumentou a participação e incentivo à cooperação entre o governo e o povo (Taylor, 2000).

A predominância do pronome pessoal “Nós” em todos os seus pronunciamentos públicos, prenuncia a intenção do Presidente de incluir o povo moçambicano no projecto de construção da nação moçambicana, implicando a responsabilidade de todos. Entende-se que desta forma o Presidente, embora salvaguardasse a autonomia do seu governo na definição de políticas, pretendia criar um clima de envolvimento dos cidadãos e, simultaneamente, legitimar as acções governativas. São exemplos disso o projecto do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL), vulgos “7 milhões” e o fortalecimento dos Conselhos Consultivos Distritais.

Tendo em atenção a heterogeneidade dos auditórios das regiões norte, centro e sul de Moçambique, cultura e etnicamente diferentes, a mensagem presidencial recorreu a histórias de superação e de valorização dos heróis nacionais, reforçando a ligação entre o presente e o passado dos moçambicanos, com a clara intenção de tornar os êxitos do combate ao colonialismo e também ao regionalismo (guerra civil), como fontes de inspiração para os desafios actuais do país, mais precisamente de luta contra a pobreza e unidade nacional. A este respeito, o Presidente Guebuza deixou vincada a ideia de que a única receita válida para Moçambique, assim como acontece em todos os países africanos, é de união na diversidade:

“A unidade nacional, vista como unidade de diferentes, diferentes na língua, diferentes na religião, diferentes nos costumes... constitui a base da nossa força, da nossa energia. Visto desse ângulo, não há ninguém que tem motivo para estar fora. Pelo contrário, nós queremos que todos estejam dentro, resultante desse intercâmbio de diferentes”.
(Guebuza, Entrevista: 29/01/2016)

Um outro aspecto de realce adoptado pela estratégia das PAI, justamente para minimizar as diferenças étnicas e culturais e daí reforçar os elementos de unidade nacional, foi o uso da língua portuguesa, a língua oficial de Moçambique. O mosaico plurilinguístico dos moçambicanos determinou que se optasse pela tradução, em simultâneo, do discurso do Presidente para as diferentes línguas nacionais, uma postura que evidencia, de certo modo, a preocupação de envolvimento de maior número de cidadãos. Ainda assim, acredita-se que o uso da língua portuguesa, reforçou a criação de laços de pertença nacional nos cidadãos,

evitando-se que o Presidente privilegiasse um dos grupos étnicos, o que poderia ter consequências na fragmentação do projecto de unidade nacional. Ou seja, nenhum grupo étnico é superior ao outro, são apenas diferentes e a língua portuguesa aparece como o elo de ligação entre os diferentes.

Em suma, o Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza, conseguiu aplicar com sucesso a abordagem estratégica de relações públicas, moldando os discursos políticos para persuadir o moçambicano a aceitar e praticar o sentido de pertença nacional.

De facto, em muitas nações, as relações públicas desempenharam um papel importante no processo de construção da nação (Taylor & Botan, 1997; Taylor & Kent, 1996; Taylor, 2000; Chaka, 2014). Nesta investigação, seguiu-se esta linha de pensamento, ao defender que as PAI, enquanto estratégia de relações públicas governamentais, e os discursos do Presidente Guebuza em particular, contribuíram para a construção da nação moçambicana através dos preceitos de consolidação da unidade e reforço da identidade nacional dos moçambicanos.

Nestes termos, considera-se que as PAI comprovam a possibilidade de aplicação da teoria simétrica das relações públicas em sistemas de democracias recentes, no sentido de que aquela estratégia de comunicação fomentou o interesse dos moçambicanos pelos assuntos políticos, embora prevaleçam desafios que garantam uma deliberação pública mais ampla e inclusiva.

Nos últimos tempos, é latente no país um clima de crispação político-militar envolvendo forças do Governo da FRELIMO e da RENAMO, facto que mancha os progressos registados depois do Acordo Geral de Paz, com forte impacto no crescimento económico de Moçambique e, conseqüentemente, na melhoria de vida dos moçambicanos.

Com efeito, a consolidação da Unidade Nacional dependerá de um maior envolvimento da sociedade no seu todo na arena política, onde os argumentos possam ser ponderados e daí retirados os melhores argumentos que orientem as decisões governamentais. Como não podia deixar de ser, a comunicação desempenhará um papel fulcral para o sucesso deste processo.

Porque esta tese não pretende ser, de forma alguma, um produto acabado do que é a comunicação política de Moçambique, termina-se com o sentimento de, desta forma, ter contribuído para motivar o interesse sobre matérias de comunicação e relações públicas em Moçambique e, quiçá em países africanos, nas próximas investigações.

VIII. Referências bibliográficas

África 21 Digital (2012). *Conselho Superior de Comunicação Social de Moçambique reconhece constrangimentos ao exercício do jornalismo*. Consultado na internet a 6 de Janeiro de 2013 [url] <http://www.africa21digital.com/conhecimento/ver/20027904-conselho-superior-de-comunicacao-social-de-mocambique-reconhececonstrangimentos-ao-exercicio-do-jornalismo>

AfriMAP (2009). *Moçambique democracia e participação política*. Londres e África do Sul. Open Society Institute Network.

AfriMAP (2014). *Moçambique democracia e participação política*. Londres e África do Sul. Open Society Institute Network.

Ames, J. (2006). *Religião e política no pensamento de Maquiavel*. In: Revista kriterion, Belo Horizonte, nº 113, (pp. 51-72). Consultado na internet a 26 de Outubro de 2015 [url] <http://www.scielo.br/pdf/kr/v47n113/31141.pdf>

Archibugi, D. (2005). *The language of democracy: vernacular or esperanto? A comparison between the multiculturalist and cosmopolitan perspectives*. In Political Studies, vol. 53 (pp. 537-555).

Arendt, H. (2001). *A condição humana* Lisboa. Relógio d'Água.

Aristóteles (2005). *A retórica*. Tradução e notas de Júnior, M., Alberto, P. e Pena, A. Lisboa. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Awepa (2005). *Boletim sobre o processo político em Moçambique*. Número 32. Amsterdão e Maputo. AWEPA, Parlamentares Europeus para a África.

Azevedo-Harman, E. (2012). *O perfil do parlamento e do deputado moçambicano: De inimigos a adversários políticos?* Maputo. Texto Editores.

Bakhtin, M. (1997). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8ª ed. São Paulo. Hucitec.

Barthes, R. & Marty, E. (1987). *Oral /escrita*. In Enciclopédia Einaudi. Vol. II. (pp. 32-57). Lisboa. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Barthes, R. (1989). *O grau zero da escrita*. Lisboa. Edições 70.

Blumenthal, S. (1980). *The permanent campaign*. New York. Simon & Schuster.

Blumler, J. (1990). *Elections, the media and the modern publicity process*. In M.Ferguson (Ed.). *Public Communication - The new imperatives* (pp. 101-113). London and New York. SAGE Publications.

Boorstin, D. (1961). *The image: A guide to pseudo-events in América*. New York. Atheneum.

- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa. Difel.
- Brito, L. 2008. *Uma nota sobre o voto, abstenção e fraude em Moçambique*. Coleção Discussion Paper nº 04. Maputo. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Bruner, M.L. (2002). *Strategies of Remembrance: The Rhetorical Dimensions of National Identity Construction*. University of South Carolina Press.
- Burr, V. (1995). *An introduction to social constructionism*. London. Routledge.
- Butler, D. & Kavanagh, D. (1993). *The british general elections of 1992*. London. MacMillan.
- Caetano, J. & Rasquilha, L. (2007). *Gestão e planeamento de comunicação*. Lisboa. Quimera.
- Camilo, E. (org) (2003). *Informação e comunicação: Internet e comunicação promocional* (pp. 1-62). Vol. II. Covilhã. Universidade da Beira Interior.
- Candau, J. (1998). *Mémoire et Identité*. Paris. Presses Universitaires de France.
- Canel M. & Sanders K. (2013). *Introduction: mapping the field of government communication*. Government Communication: Cases and Challenges. Consultado na internet a 2 de Abril de 2016 [url] <https://www.ucm.es/data/cont/media/www/pag-37870/Introduction.%20Mapping%20the%20field%20of%20government%20communication.pdf>
- Canel M. & Sanders K. (2010). *Para estudiar la comunicación de los gobiernos: Un análisis del estado de la cuestión*. In Comunicación y sociedad. Vol. XXIII • Núm. 1 (pp. 7-48)
- Canetti, E. (1995). *Massa e Poder*. São Paulo. Companhia das Letras.
- Caregnato, R. & Mutti, R. (2006). *Pesquisa qualitativa: Análise de discurso versus análise de conteúdo*. In Texto Contexto (pp. 679-684). Florianópolis. Consultado na internet a 2 de Abril de 2016 [url] <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>
- Catenaccio, P. (2008). *Press release as a hybrid genre: Addressing the informative/promotional conundrum* 18 (pp. 9-31). Pragmatics.
- Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique - CEDIMO. (2013). *A Nossa Missão: A paz como motor do nosso desenvolvimento*. Vol. VIII. Maputo. Académica.
- Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique - CEDIMO. (2013). *A Nossa Missão: presidência aberta e inclusiva: Diversificando os canais de interação com os nossos compatriotas*. Vol. VIII. Maputo. Académica.
- Chaffee, S. & Metzger, M. (2001). *The end of mass communication?* Mass Communication & Society, 4(4), pp. 365-379. Consultado na internet a 26 de Outubro de 2015 [url]

<http://courses.washington.edu/com201/COM%20201%20readings/Chaffee%20and%20Metzger-The%20end%20of%20mass%20communication.pdf>

Chaka, M. (2014). *Review public relations (PR) in nation-building: An exploration of the South African presidential discourse*. In *Public Relations Review* 40 (pp. 351-362). Elsevier.

Cheney, G. (1992). *The corporate person (re)presents itself*. In E. L. Toth & R. L. Heath (eds.), *Rhetorical and critical approaches to public relations* (pp. 165-183). Hillsdale. New Jersey. Lawrence Erlbaum Associates.

Cheng, L., et al (2009). *Aversión vs. Aceptación, dos caras de la misma moneda: un estudio empírico de encuadres noticiosos sobre inmigración en la prensa regional de Castilla y León*. In *Zer*, Vol. 14 , Nº 26 (pp. 35-57).

Chichava, S. & Pohlmann J. (2010). *Uma breve análise da Imprensa Moçambicana*. In *Desafios para Moçambique 2010*. (pp. 127-138). Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Consultado na internet a 2 de Maio de 2016 [url] http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_5.ImpMoc.pdf

Chichava, S. (2009). *“Por que Moçambique é pobre?”*. *Uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Consultado na internet a 2 de Maio de 2016 [url] http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/GrupoIV/Discurso_Politico_CHICHAVA.pdf

Coelho, C. (2004). *Experiência do controle social do poder político ao nível da imprensa*. In Konrad-Adenauer-Stiftung (KAS), *controle social do poder político em Moçambique divisão de poderes*. Consultado na internet a 2 de Outubro de 2015 [url] http://www.kas.de/wf/doc/kas_5489-544-5-30.pdf

Coelho, Z. (2005). *Nota de abertura*. In *Revista Comunicação e Sociedade*, vol. 8. (pp. 7-11). Universidade do Minho. Campo das Letras.

Coimbra, A. (1999). *Linguagem Metafórica*. Tese (Doutorado em Letras/Linguística). Curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística. Aveiro. Universidade de Aveiro.

Comissão Nacional de Eleições (CNE). Consultado na internet a 2 de Agosto de 2015 [url] <http://www.stae.org.mz/>

Conselho Constitucional (CC), (2014). *A validação e proclamação dos resultados das eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais de 15 de Outubro de 2014*. Acórdão n.º 21/CC/2014 de 29 de Dezembro. Consultado na internet a 2 de Outubro de 2015 [url] http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_5.ImpMoc.pdf

Constituição da República de Moçambique - CRM. (1990). República de Moçambique. Amesterdão. AWEPA.

- Constituição da República de Moçambique - CRM. (2004). República de Moçambique. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.
- Correia, J., Ferreira, G. & Espírito Santo (orgs) (2010). *Conceitos de comunicação política*. Covilhã. Livros LabCom.
- Costa, C. (s/d). *Influência da comunicação municipal na imprensa regional*. In Revista Comunicação e Sociedade 8 (pp. 73-82). Porto. Tipografia do Carvalhido.
- Coutinho, C. & Chaves, J. (2002). *O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal*. Universidade do Minho. Consultado na internet a 6 de Janeiro de 2013 [url] <https://repositorium.sdum.uminho.pt/retrieve/940/ClaraCoutinho.pdf>
- Davis, A. (2003). *Public Relations and News Sources*. In Cottle, S. (Ed.). *News, Public Relations and Power* (pp. 27-42). London. SAGE Publications.
- Daymon, C. & Holloway, I. (2011). *Qualitative research methods in public relations and marketing communications*. Second edition. USA and Canada. Routledge.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.2. Ed. 34. Rio de Janeiro.
- Deschepper, J. (1992). *Saber comunicar com os jornalistas*. Tradução e adaptação de Estrela Serrano. Mem Martins. Cetop.
- Diploma nº 2/2005 de 29 de Agosto, *Estatuto Orgânico do Gabinete de Informação (GABINFO)*.
- Dornelles, S. (2002). *O Espaço das relações públicas no cenário da comunicação política*. Consultado a 16 de Outubro de 2015 [url] <http://portal.eusoufamecos.net/o-espaco-das-relacoes-publicas-no-cenario-da-comunicacao-politica/>
- Duarte, J. (2004). *Release: História, técnica, usos e abusos*. In Duarte, J. (Ed.). *Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia* (pp. 286-305). S. Paulo. Atlas.
- Deutsch, K. W. (1966a). *The nerves of government: Models of political communication and control*. New York. The Free Press.
- Deutsch, K. W. (1966b). *Nation-building*. New York. Atherton Press.
- Duverger, M. (1970). *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.
- Earl, S. & Waddington, S. (2012). *Brand anarchy: managing corporate reputation*. A&C Black.
- Ericson, R., Baranek, P., & Chan, J. (1989). *Negotiating control: a study of news sources*. Toronto. University of Toronto Press.

Espírito Santo, P. & Figueiras, R. (2010). *Comunicação eleitoral*. In Correia, J., Ferreira, G. e Espírito Santo, P. (orgs.). *Conceitos de comunicação política* (pp. 77-89). Covilhã. Livros LabCom.

Estratégia de comunicação e marketing do Governo, 2015 - 2019 (ECMG). Maputo. Gabinfo.

Ewen, Stuart. (1996). *PR! A social history of spin*. New York. Basic Books.

Fairclough, I. & Fairclough, N. (2012). *Political discourse analysis: A method for advanced student*. London & New York. Routledge.

Fairclough, N. (2010). *Critical discourse analysis: The critical study of Language*. 2nd ed. New York. Longman.

Fairclough, N. (2003). *El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales*. In: Wodak, R. & Meyer, M. (eds.). *Métodos de análisis crítico del discurso* (pp. 179-203). Barcelona. Gedisa.

Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília. Universidade de Brasília.

Fairclough, N. (2000). *New Labour, new language?* London & New York. Routledge.

Fairclough, N. (1995). *Critical discourse analysis -The Critical Study of Language*. Essex. Longman.

Fawkes, J. (2006). 'Public relations, propaganda and the psychology of persuasion' *Exploring Public Relations* (pp. 266-287). London. Prentice Hall - Financial Times.

Fernando F. (2002). *Identidade étnica e práticas políticas entre os vandaus de Moçambique*. Cadernos de Estudos Africanos. Consultado a 6 de Setembro de 2015 [url] [http://portal.eusoufamecos.net/o-espaco-das-relacoes-publicas-no-cenario-da-comunicacao-politica/ file:///C:/Users/user/Downloads/cea-1085-3-identidade-etnica-e-praticas-politicas-entre-os-vandau-de-mocambique%20\(1\).pdf](http://portal.eusoufamecos.net/o-espaco-das-relacoes-publicas-no-cenario-da-comunicacao-politica/file:///C:/Users/user/Downloads/cea-1085-3-identidade-etnica-e-praticas-politicas-entre-os-vandau-de-mocambique%20(1).pdf)

Ferreira, D. (2011). *Discursos epidícticos em relações públicas: uma análise com base na nova retórica*. Dissertação de mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas. Lisboa. Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Comunicação Social.

Figueira, R. (2006). *Lobbying e marketing político*. In *Revista comunicação & cultura* nr. 2 (pp. 9-14). Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Ciências Humanas. Lisboa. Quimera.

Firmino, G. (2008). *Processo de transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique*. Maputo. Promédia. Consultado a 22 de Novembro de 2015 [url] http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=83&Itemid=69.

Fundo Monetário Internacional - FMI (2014). *Relatório do progresso plano de acção para redução da pobreza*. n.º 14/147. Consultado a 12 de Outubro de 2015 [url] <https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2014/cr14147p.pdf>

Frelimo (1976). *Documentos da 8ª Sessão do Comité Central*. Maputo. Departamento de Informação e Propaganda.

Frelimo (1977). *O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular*. Maputo. Departamento do Trabalho Ideológico.

Gabinete de Estudos da Presidência da República - GEPR. (2009). *Armando Guebuza em Presidência Aberta*. Maputo. Presidência da República.

Gillis, J. (1994). *Memory and Identity: the history of a relationship*. Commemorations: the Politics of National Identity. New Jersey. Princeton University Press.

Giordani, R. (s/d). *As Relações de poder exercidas através do discurso*. Consultado a 16 de Janeiro de 2016 [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/giordani-rosselane-as-relacoes-de-poder-exercidas-atraves-do-discurso.pdf>

Gomes, W. (2008). *Esfera pública política e comunicação em mudança estrutural da esfera pública*. In Gomes, W. & Maia, R. (org.). *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas* (pp. 29-162). São Paulo. Paulus.

Gonçalves, G. & Serra P. (2015). *Online relationship management and digital participation in the political sphere: a communicative myth?* University of Beira Interior. LabCom. Consultado a 30 de Agosto de 2016 [url] https://www.researchgate.net/publication/278585816_Online_relationship_management_and_digital_participation_in_the_political_sphere_a_communicative_myth

Gonçalves, G. (2015). *Teorias de relações públicas - da visão sistémica à visão radical*. in Spínola, S., et al (coord.). *Relações públicas e comunicação organizacional: desafios da globalização*. Lisboa. Escolar Editora

Gonçalves, G. (2014). *Relações públicas políticas: raízes, desafios e aplicações*. In. *Revista Comunicação e Sociedade*, vol. 26. pp. (90 - 98). Braga. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) - Universidade do Minho.

Gonçalves, G. (2013). *Ética das relações públicas*. Coimbra. MinervaCoimbra.

Gonçalves, G. (2010). *Introdução à teoria das relações públicas*. Porto. Porto Editora.

Gonçalves, G. (2010). *Relações públicas e comunicação - A tensão entre os interesses privado e público*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação. Covilhã. Universidade da Beira Interior.

Gouveia, C. (s/d). *A Linguística Crítica*. Consultado a 15 de Outubro de 2015 [url] <https://www.passeidireto.com/arquivo/5018253/analise-critica-do-discurso-enquadramento-historico-carlos-a-m-gouveia-1>

Governo de Moçambique (GdM). *Pobreza e bem-estar em moçambique: terceira avaliação nacional*. Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas Consultado a 3 de Julho de 2015 [url] <file:///C:/Users/user/Downloads/TERCEIRA%20AVALIA%C3%87AO%20NACIONAL%20DA%20POBR EZA1.pdf>

Grunig, J. & Hunt, T. (2003). *Derección de relaciones públicas*. Barcelona. Gestión 2000.

Grunig, J. & Grunig, L. (1992). *Models of Public relations and communication*. In J. E. Grunig (Ed.), *Excellence in public relations and communication management* (pp. 285-326). Hillsdale, NJ. Lawrence Erlbaum Associates.

Grunig, J. & Grunig, L. (1984). *Managing public relations*. New York. Holt. Rinehart e Winston.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo- sentidos e formas de uso*. Cascais. Principia.

Gurevitch, M. & Blumler, J. (1990-1998). *Political Communication Systems and Democratic Values*. In Graber, D. (org) *Media Power in Politics*. University of Illinois at Chicago. CQ Press.

Gutmann, A. & Thompson, D. (2004). *Why deliberative democracy?* Princeton. University Press.

Habermas, J. (1998). *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Translated by William Rehg. Cambridge. MIT Press.

Habermas, J. (1996). *Three normative models of democracy*. In Benhabib, S. (ed). *Democracy and Difference: Contesting the boundaries of the political* (pp. 21-30). Princeton. Princeton University Press.

Habermas, J. (1994). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. São Paulo. Tempo Brasileiro.

Hamelink, C. (2007). *The professionalisation of political communication: democracy at stake?* In Negrine, R. et al (org.). *The professionalisation of political communication* (179-187). Bristol. UK. Intellect.

Heath, R. (1992). *The wrangle in the marketplace: A rhetorical perspective of public relations*. In Toth, E. & Heath (eds), *Rhetorical and critical approaches to public relations* (pp. 17-36). Hillsdale. New Jersey. Lawrence Erlbaum Associates.

Horsley, J., Liu, B. & Levenshush, A. (2010). *Comparisons of U.S. government communication practices: Expanding them government communication decision wheel*. *Communication theory*, 20(3). (pp. 269-295). Consultado a 13 de Julho de 2015 [url] https://www.researchgate.net/publication/230235270_Comparisons_of_US_Government_Communication_Practices_Expanding_the_Government_Communication_Decision_Wheel

Howlett, M. (2009). *Government communication as a policy tool: a framework for analysis*. *Canadian Science Review*, 3 (2). (pp. 23-37).

Ihlen, O. & Verhoeven, P. (2009). *Conclusions on the domain, contexto, concepts, issues and empirical avenues of public relations*. In Ihler, O. et al (Eds). *Public relations and social theory: key figure and concepts* (pp. 323-340). New York. Routledge.

Jenkins, R. (1994). *Rethinking ethnicity: Identity, categorization and Power*. *Ethnic and Racial Studies*.

Jorge N. (2014). *O Comício Enquanto Evento: Relações públicas na política*. Tese para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação. Lisboa. Escola Superior de Comunicação Social - Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL)

Jornal Savana. [url] <http://www.savana.co.mz>

Jornal Domingo. Sociedade do Notícias. [url] <http://www.jornalnoticias.co.mz>

Júnior, M. (2005). Introdução. In Aristóteles (2005). *A retórica*. Tradução e notas de Júnior, M., Alberto, P. e Pena, A. Lisboa. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Katz, E. (1987). *Communications research since Lazarsfeld*. Consultado a 6 de Abril de 2016 [url] <https://pdfs.semanticscholar.org/4f7e/021637b3f6a238ef8d516b4aa5ff9b13f7d9.pdf>

Ki-Zerbo, J. (2007). *História da África negra II*. Lisboa. Publicações Europa-América.

Kunsch, M. (2003). *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo. Summus.

Lampreia, J. & Caetano, J. (2009). *Marketing e comunicação política*. Lisboa. Sílabo.

Lampreia, J. (1999). *Assessoria de imprensa nas relações públicas*. Mem Martins. Europa-América.

Lang, K. & Lang, G. (1966). *The mass media and voting*. In B. Berelson & M. Janowitz (Eds.), *Reader in public opinion and communication* (2nd ed., pp.455-472). New York. The Free Press.

- Ledingham, J. (2011). *Political public relations and relationship management*. In J. Strömbäck & S. Kiousis (Eds), *Political public relations. Principles and applications* (pp. 235-53). New York. Routledge.
- Lee, I. (1925). *Publicity: Some of the things it is and is not*. New York. Industries publishing company.
- Lei n.º 34/2014, de 31 de Dezembro. *Lei do exercício do direito à informação*. Boletim da República: I Série –Número 105. Maputo. Imprensa Nacional.
- Leininger, J., Heyl, C., Maihack, H. e Reichenbach, B. (2012). *Instituições informais e descentralização em Moçambique - A presidência aberta e inclusiva*. In: Weimer, B. (ed.), *Moçambique: descentralizar o centralismo* (pp. 216-237). Maputo. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- L'Etang, J. (1996). *Public relation and rhetoric*. In L'Etang, J.& Pieczka (Eds), *Critical perspectives in public relations* (pp. 106-123). Londres. International Thomson Business Press.
- L'Etang, J. (1997). *Public relation and the rhetorical dilemma: Legitimate "perspectives", persuasion or pandering?* *Australian Journal of Communication*, 24 (2). (pp. 33-53).
- Lima, F. (1996). *A imprensa e a democratização*. In Ribeiro, F. e Sopa, A (coord.), *140 anos de imprensa em Moçambique* (pp. 191-198). Maputo. Associação Moçambicana da Língua Portuguesa.
- Lima, G. (2002). *Muito além do releasmania*. In: Barros, C. (org). *Comunicação na pólis - ensaios sobre mídia e política*. Rio de Janeiro. Editora Vozes.
- Liu, B., & Horsley, J. (2007). *The government communication decision wheel: Toward a public relations model for the public sector*. *Journal of public relations research*, 19(4), 3. (pp.377-393).
- Liu, B.; Horsley, J. & Levenshus, A. (2010). *Government and Corporate Communication Practices: Do the Differences Matter?* *Journal of Applied Communication Research*, 38(2). (pp. 189-213).
- Lloyd, H. & Lloyd, P. (1995). *Relações Públicas: As técnicas de comunicação no desenvolvimento da empresa*. Lisboa. Presença.
- Lobo, M. e Neto, O. (Eds.). (2009). *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- Lombart, M. (1995). *Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación en el discurso sobre la maternidade*. *Revista de psicologia Social Aplicada*, 5, (1/2). (pp. 165-184).

- Macuane, J. (2009). *O semipresidencialismo (?) em Moçambique (1986 a 2008)*. In Lobo, M. e Neto, O. (Eds.). (2009). *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- Macuane, J. (2000). *Instituições e democratização no contexto africano: multipartidarismo e organização legislativa em Moçambique (1994-1996)*. Tese de Doutoramento. Brasil. IUPERJ.
- Magaia, M. (2013). *Assessoria de Imprensa: ferramentas (essenciais para as Cerimónias Oficiais)*. Maputo. Minerva Press
- Magaia, A. (1994). *Informação em Moçambique: A Força da palavra*. Maputo. Publicações Tarimba.
- Makay, J. (1995). *Public speaking - theory into practice*. 2ª Edição. Florida. Harcourt Brace College Publishers.
- Mário, T. (2008). *Direito à informação e jornalismo em Moçambique*. Estudos e Comunicações. Maputo. Ndjira.
- Mário, T. (2012). *Guia de reforma das políticas e legislação da Comunicação Social em Moçambique*. Friedrich Ebert Stiftung.
- Martinelli, D. (2011). *Political public relations: Remembering its roots and classics*. In Strömbäck, J. & Kiousis, S. (org.). (2011). *Political public relations. Principles and Applications*. Nova Iorque. Taylor & Francis.
- Martins, S. (s/d). *Análise de discurso*. Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena. Juruena
- Matusse, R. (2009). *Presidência aberta e inclusiva. A voz que dá voz aos sem voz*. Maputo. Sociedade de Notícias.
- Mauad, S. (s/d). *Os Segredos de um bom assessor de imprensa*. Consultado na internet a 23 de Novembro de 2015 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-muad-os-segredos.pdf>
- Mazula, B. (Coord). (2006). *Voto e urna de costas voltadas: abstenção eleitoral 2004*. Maputo. Livraria Universitária.
- Mazula, B. (2002). *Moçambique, dez anos de paz*. Maputo. Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento (CEDE).
- McCombs, M. & Shaw, D. (1972). *The agenda- setting function of mass media*. Vol. 36. Public Opinion Quarterly.
- McNair, B. (2004). *PR must die: spin, anti-spin and political public relations in the UK. 1997-2004*. Journalism Studies. 5(3). (pp. 325-338).

- McNair, B. (2003). *An introduction to political communication*. London. Routledge.
- Meneses, M. (2009). *Poderes, direitos e cidadania: O retorno das autoridades tradicionais em Moçambique*. In Revista Crítica de Ciências Sociais, 87, (pp. 9-42). Consultado a 10 de Novembro de 2014 [url] <file:///C:/Users/user/Downloads/rccs-1428-87-poderes-direitos-e-cidadania-o-retorno-das-autoridades-tradicionais-em-mocambique1.pdf>
- Menezes, L. (2013). *Ensino bilingue em Moçambique*. Tese de Doutoramento. UFBA. Consultado a 15 de Novembro de 2015 [url] <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9288/4/Leonarda%20Jacinto%20Jos%C3%A9%20Mara%20Menezes%20-%20texto.pdf>
- Mesquita. M. (1995). *Comunicação e Política*. Lisboa. Edições Cosmo.
- Michie, D. (1998). *The invisible persuaders: How Britain's spin doctors manipulate the media*. London. Bantam Press.
- Mildões, M (s.d). *Comunicação política: que futuro?* In Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC). Consultado a 10 de Novembro de 2012 [url] <http://bocc.ubi.pt/pag/midoes-miguel-comunicacao-politica-que-futuro.pdf>
- Melo, J. (2003). *História do pensamento comunicacional*. São Paulo. Paulus.
- Moloney, K. (2000). *Rethinking public relations: The spin and the substance*. Londres. Routledge
- Molotch, H. & Lester. M (1974). *As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos*. In Traquina, N. (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa. Veja.
- Moreira, E & Pons, M. (org) (2008). *Perspectivas em relações públicas*. Santa Cruz do Sul. EDUNISC.
- Muiuane, A. (2009). *Datas e Documentos da História da FRELIMO*. 3. Edição revista, melhorada e ampliada. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Namburete, E. (2003). *A comunicação social em Moçambique: da independência à liberdade*. In Anuário Internacional da Comunicação Lusófona 2003 (pp.25-38). Lusocom.
- Negrine R., Mancini, P., Holtz-Bacha, C. e Papathanassopoulos S. (2007). *The professionalisation of political communication*. Changing Media - Changing Europe Series. Volume 3. Bristol UK/Chicago USA. Intellect.
- Ngoenha, S. (1998). *Identidade moçambicana: Já e ainda não*. In Carlos Serra (org), *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização* (pp. 17-34). Maputo. Livraria Universitária UEM.

Nogueira, C. (2001). *A análise do discurso*. Em L. Almeida e E. Fernandes (ed.), Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação. Braga. CEEP.

Norris, P. & Mattes, R. (2003). *Does ethnicity determine support for the governing party?* Afrobarometer Papers Nº 26

Novunga, A. (2013). *Política de eleições em Moçambique: As experiências de Angoche e Nicoadala*. In Desafios para Moçambique 2013. Maputo. IESE.

Nuvunga, A. (2007). *Experiências com partidos políticos em novas democracias - O 'deixa andar' no quadro institucional em Moçambique*. Hofmeister, W. (ed). Partidos políticos: quatro continentes. Rio de Janeiro. Cadernos Adenauer.

O'Connor, J. (1997). *High- impact public speaking for business and the Professions*. Illinois. NTC Publishing Group.

Ornstein, N, & Mann, T. (2000). *The permanent campaign and its Future*. New York. The Brookings Institute and American Enterprise Institute.

Pandy, M. (2012). *Pluralism In everything but communication? The place Of linguistic diversity within deliberative democracy*. Paper presented at the Annual Meeting of the Canadian Political Science Association Edmonton. Consultado na internet a 28 de Novembro de 2015 [url] <https://www.cpsa-acsp.ca/papers-2012/Pandy.pdf>

Paredes, M. (2014). *A construção da identidade nacional moçambicana no pós independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa*. In Anos 90, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 131-161. Consultado na internet a 28 de Novembro de 2015 [url] <file:///C:/Users/user/Downloads/46176-213887-1-PB.pdf>

Parker, I. (1992). *Discourse dynamics: Critical analysis for social and individual psychology*. London. Routledge.

Parekh, B. (1995). *The Concept of National Identity*. New community, 21(2). (pp. 255-268).

Perelman, C. (1993). *O império Retórico*. Porto, Edições ASA.

Perelman, C. & Olbrechtstyecca, L. (2006). *Tratado de Argumentação*. Lisboa. Instituto Piaget.

Pfetsch, B. (1999). *Government news management - Strategic communication in comparative perspective*. Berlim. Consultado na internet a 28 de Agosto de 2015 [url] http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/12504/ssoar-1999-pfetsch-government_news_management_-_strategic.pdf?sequence=1

Pereira J. & Nhanale E. (2014). *As eleições gerais de 2014 em Moçambique: análise de questões fundamentais*. AfriMAP. Maputo.

Pinto, C. (2009). *Elementos para uma análise de discurso político*. Consultado na internet a 28 de Janeiro de 2015 [url] <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/821/605>.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Relatório do desenvolvimento humano de 2011 - Sustentabilidade e equidade: Um futuro melhor para todos*. Consultado na internet a 4 de Janeiro de 2013 [url] http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Contents.pdf

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Relatório do desenvolvimento humano 2014 - Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência*. Consultado na internet a 4 de Outubro de 2013 [url] http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa. Gradiva.

Rádio Moçambique (2012). *Moçambique: aumento do abstencionismo revela indignação popular - especialistas*. Consultado na internet a 3 de Janeiro de 2013 [url] http://www.rm.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=2184:moçambique-aumento-do-abstencionismoq-revela-indignacao-popularq-especialistas&catid=71:recomendado&Itemid=199

Rei, J. (2002). *A comunicação estratégica*. Porto. Edições estratégicas.

Rego, F. (1985). *Marketing político e governamental: Um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação*. São Paulo. Summus.

Ribeiro, A. (2004). *O Discurso e o poder: A contribuição barthesiana para os estudos de linguagem*. Consultado na internet a 15 de Novembro de 2015 [url] [Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. file:///C:/Users/user/Downloads/1059-2067-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/1059-2067-1-PB%20(2).pdf)

Ribeiro, F. (2013). *O spin doctoring em Portugal: Estudo sobre as fontes profissionais de informação que operam na Assembleia da República*. Tese de Doutoramento em Ciência da Comunicação Especialidade de Estudos de Jornalismo. Braga. Universidade do Minho -Instituto de Ciências Sociais.

Ribeiro, F. & Sopa A. (1996). *140 anos de imprensa em Moçambique*. Maputo. Associação Moçambicana de Língua Portuguesa.

Ricouer, P. (2005). *A metáfora viva*. São Paulo. Loyola.

Ries, A. & Ries, L. (2003). *A queda da publicidade e a ascensão das relações públicas*. Lisboa. Notícias.

- Rodrigues, D. (2001). *Estratégias da Comunicação*. Lisboa. Presença.
- Rossetto, G. & Silva, A. (2012). *Agenda-setting e framing: detalhes de uma mesma teoria?* In Intexto (pp. 98-114). Porto Alegre. UFRGS.
- Rusbridger, A. (2001). 'Politicians, the Press and Political Language'. In The Hetherington Memorial Lecture 2001. London.
- Sanders K. & Canel, M. (2013). *Government communication, cases and challenges*. New York & London. Bloomsbury Academic.
- Sanders K., Canel, M. & Holtz-Bacha, C. (2011). *Communicating Governments: A three-country comparison of How governments communicate with Citizens*. In The international journal of press/politics. Sage.
- Sanders K. & Canel, M. (2010). Para estudiar la comunicación de los gobiernos. Un análisis del estado de la cuestión. *Comunicación y Sociedad* (pp. 7-48). Vol. XXIII • Núm. 1.. Consultado na internet a 08 de Novembro de 2015 [url] file:///C:/Users/user/Downloads/20100602121408%20(2).pdf
- Santana, B. (2011). *Diversidade, unidade e identidade: A língua portuguesa em Moçambique*. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade Federal da Baía. Consultado na internet a 15 de Novembro de 2015 [url] [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308365564_ARQUIVO_diversidadeunidadeidentidade_lp_mocambique%7Bbeatrizpsantana}\[2\].pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308365564_ARQUIVO_diversidadeunidadeidentidade_lp_mocambique%7Bbeatrizpsantana}[2].pdf)
- Santos, B. (2012). *O Estado social, estado providência e de bem-estar*. In *Jornal Diário de Notícias (dn)*. Consultado na internet a 5 de Janeiro de 2013 [url] http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=2968300&seccao=Convidados
- Sell, C. (2013). A liderança carismática: sobre o carácter político do populismo. Consultado na internet a 30 de Agosto de 2013 [url] <http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/2103/1833>
- Serra, P. (Org) (2015). *A retórica e política*. Covilhã. Universidade da Beira Interior. Livros LabCom.
- Serrano, E. (2006). *Jornalismo político em Portugal*. Lisboa. Edições Colibri.
- Serrano, E. (2002). *As presidências abertas de Mário Soares*. Coimbra. Minerva.
- Serrano, E. (1999). *Jornalismo e elites do poder*. Lisboa. In Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC). Consultado a 7 de Janeiro de 2013 [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.html>

Seymour-Ure, C. (1968). *The press politics & the public: An essay on the role of the national press in the british political system*. Methuen & Co.

Sigal, L. (1973). *Reporters and officials: the organization and politics of newsmaking*. Lexington. D. C. Heath.

Silva, F. (2014). *Líderes políticos e comportamento eleitoral: rumo a uma personalização da política?* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Consultado a 31 de Agosto de 2016 [url] http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_211_f02.pdf

Sitoe, R. (2014). *Presidência aberta e inclusiva: Uma pedagogia de governação democrática*. In Matota, A., Zonjo, J., Padeiro, S. (orgs). *Presidência aberta e inclusiva - Uma pedagogia de governação democrática em Moçambique 2005-2014* (pp.120-153). Maputo. Gabinete de Estudos da Presidência da República.

Sitz, L. (2008). *Beyond semiotics and hermeneutics: Discourse analysis as a way to interpret consumers - discourses and experiences* (pp. 91-177). Qualitative Market Research.

Smith, A. (2004). *The antiquity of nations*. Cambridge. Polity.

Sobral, J. (2006). *Memória e identidade nacional: considerações de carácter geral e o caso português*. Comunicação apresentada ao Colóquio “Nação e Estado: entre o local e o global”. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa.

Sousa, A. (2002). *A Persuasão*. 2ª Edição. Universidade da Beira Interior. Covilhã. Estudos em Comunicação.

Stauber, J. & Rampton, S. (2004). *Toxic sludge is Good For you*. Londres. Robinson.

Strömbäck, J. (2007). *Political marketing and professionalized campaigning*. *Journal of political marketing*. 6:2, pp. 49-67. Consultado a 01 de Abril de 2016 [url] http://dx.doi.org/10.1300/J199v06n02_04

Strömbäck J. & Kioussis S. (2011). *Political public relations: Principles and applications*. New York. Routledge.

Taylor, M., & Kent, M. (2006). *Public relations theory and practice in nation building*. In C. Botan & V. Hazleton (Eds.), *Public relations theory II* (pp. 341-359). Mahwah, NJ. Lawrence Erlbaum.

Taylor, M. (2000). *Toward a public relations approach to nation-building* (pp. 179-210). *Journal of public relations*, 12(2).

Taylor, M. & Botan, C. H. (1997). *Public relations campaigns for national development in the Pacific Rim: The case of public education in Malasya* (pp. 115-130). *Australian journal of communication*, 24.

- Televisão de Moçambique. [url] <http://www.tvm.co.mz/>
- Thompson, J. (1995). *A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis. Vozes.
- Torquato, G. (2002). *Tratado de comunicação organizacional e política*. São Paulo. Pioneira.
- Torquato, G. (1985). *Marketing político e governamental: Um roteiro para campanhas políticas e estratégicas de comunicação*. São Paulo. Summus.
- Toth, E. (2010). *Reflections on the field*. In Heath, R. (Ed). Handbook of public relations (pp. 711-722). Thousand Oaks. CA. Sage.
- Traquina, N. (2004). *A tribo jornalística*. Lisboa. Notícias.
- Traquina, N. (2000). *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra. Minerva.
- Traquina, N. (org) (1993). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa. Veja.
- União Europeia Missão de Observação Eleitoral da União Europeia - MOE-EU (2009). *Relatório final das eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais de 28 de Outubro*. Moçambique. Maputo.
- União Europeia Missão de Observação Eleitoral da União Europeia - MOE-EU (2014). *Relatório Final das Eleições Presidenciais, Legislativas e das Assembleias Provinciais de 15 de Outubro, Moçambique*. Maputo.
- Van Leuven, J. & Pratt, C. (1996). *Public relations' role: Realities in Asia and in Africa south of the Sahara*. In Culbertson, H. & Chen, N. (Eds.), International public relations: A comparative analysis (pp. 93-106). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Van Dijk, T. (2001). *Critical discourse analysis*. In Schiffrin, D., Tonnen, D. e Hamilton, H. (Eds) Handbook of discourse analysis (pp. 352 - 371). Oxford. Blackwell.
- Van Dijk, T. (1997). *Semântica do discurso*. In Pedro, E. (org). Análise crítica do discurso: Uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa. Caminho
- Waterhouse, R. & Lauriciano, G. (s/d). *Contexto político e institucional da protecção social em Moçambique*. Consultado a 20 de Outubro de 2015 [url] http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/protecao/IESE_ProteccaoSocial_1.ContPol.pdf
- Weber, M (2007). *Três tipos de poder legítimo*. Lisboa. Tribuna da História.
- Willig, C. (2008). *Discourse analysis*. In Smith, J. (ed.) Qualitative psychology. A practical guide to research methods (pp.85 -160). London. Sage

Wolf, M. (2002). *Teorias da Comunicação*. 7ª Edição. Lisboa. Presença.

Wolton, D. (1995). *As contradições do espaço público mediatizado*. In Revista de comunicações e linguagens nr. 20-21. Lisboa.

Wood, L. & Kroeger, R. (2000). *Doing discourse analysis: Methods for studying action in talk and text*. London. Sage Publications.

Xifra, J. (2010). *Linkages between public relations models and communication managers: Roles in Spanish political parties (pp. 167-185)*. In *Journal of political marketing*. Barcelona.

Xifra, J. (2008). *Modelos de las relaciones públicas políticas: Análisis de la situación en Cataluña*. Revista Latina de comunicación social nr. 63. España. Laboratorio de tecnologías de la información y Nuevos análisis de comunicación social.

Xifra, J. (2005). *Planificación estratégica de las relaciones públicas*. Barcelona. Paidós.

XIX. Apêndice

Entrevistas

Entrevista 1

Jorge Rebelo, Ex- Ministro da Informação de Moçambique (1975 - 1980)

Nasceu em 6 de Julho de 1936, na cidade então chamada Lourenço Marques, onde completou o ensino primário e secundário. Completou a Licenciatura em Direito em Portugal, em 1960.

Recrutado para o exército português em 1961, foi mobilizado para servir na Guiné na guerra colonial. Desertou do exército português e entrou para a clandestinidade, tendo atravessado as fronteiras de Portugal e de Espanha para se refugiar em França, onde teve contacto com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Na FRELIMO iniciou a sua actividade no Departamento de Informação e Propaganda como produtor do programa radiofónico “A Voz da Frelimo” que emitia a partir de Dar-es-Salam. Foi, simultaneamente, responsável pelas publicações da FRELIMO como os Comunicados de Guerra, panfletos, a “Voz da Revolução” em português e “Mozambique Revolution” publicado em inglês. Em 1964 foi nomeado Chefe do Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO e, posteriormente, eleito membro do Bureau Político e Secretário para o Trabalho Ideológico da Frelimo (em 1977) até 1991.

No primeiro Governo de Moçambique independente, em 1975, foi nomeado Ministro da Informação, cargo que exerceu até 1980.

Em 2005 é publicado um livro com os seus poemas com o título “Mensagens”.

Entrevista realizada a 2 de Junho de 2015

Stélia Neta (SN): Em que contexto foi criado o Ministério da Informação? O que se pretendia, efectivamente, com aquele órgão?

Jorge Rebelo (JR): O propósito naquela altura era, de facto, controlar a informação... e aí é preciso compreender o contexto em que se vivia naquele momento. O colonialismo tinha sido derrotado, mas havia muitas forças dentro do País que não se identificavam com a causa da independência e que procuravam sabotá-la por todos os meios. Uma das áreas onde isso se verificava, com bastante força, era precisamente na área da comunicação. Havia jornalistas que contestavam ou, pelo menos, queriam contestar a ideia da independência. Portanto, os que assumiram o poder naquela altura eram todos ex-guerrilheiros. O guerrilheiro é por natureza desconfiado e via, em toda a parte, o inimigo, incluindo na área da informação. Então, o que podíamos e devíamos fazer era controlá-la porque estávamos conscientes de que através da informação era possível que esses, que considerávamos inimigos, criassem agitação a ponto de tornar o País ingovernável. A informação tem essa força, estávamos conscientes disso. Por outro lado, não conhecíamos os jornalistas naquela altura. Depois da luta de

libertação estava tudo espalhado e não sabíamos “quem era quem”, mesmo entre os jornalistas. Então, em princípio, o jornalista, a não ser que já tivesse dado provas, era um indivíduo de que desconfiávamos. Nesse contexto criou-se o Ministério da Informação para impedir que a informação tivesse esse efeito negativo, de destruir a revolução, agitando a população para frustrar os objectivos da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

A informação que era produzida e divulgada pelos jornalistas nos jornais e na rádio era completamente controlada, simultaneamente, pelo Partido (FRELIMO) - Departamento de Trabalho Ideológico - e pelo Ministério da Informação. Toda a informação que era publicada era censurada e, muitas vezes, passagens inteiras de artigos eram cortadas, não se autorizava a sua publicação. O objectivo era esse, se notássemos que havia uma segunda intenção, com um potencial de efeito negativo, proibíamos. Claro que, também cheguei a pensar que o que estávamos a fazer era o que a PIDE fazia durante no colonialismo. Mas por outro lado, Samora dizia que “tem de se saber defender a revolução”. Por isso seguíamos essa orientação e não deixávamos publicar fosse o que fosse, que pusesse em causa os propósitos da nossa revolução.

SN: Ou seja, nessa altura, já se tinha a noção da força da comunicação?

JR: Claro. A certa altura, quando eu estava inseguro sobre o efeito e papel da informação, ainda no tempo da luta armada, Samora dizia que a informação é extremamente importante. Ou seja, uma notícia moralizadora, colocada no lugar certo e no momento certo, tem muito mais efeito do que mil balas ou mil bombas. Ele estava muito consciente da importância da informação. Por isso, na estrutura da Frelimo, logo que foi criada, foi estabelecido um Secretariado da Informação e o objectivo era divulgar aquilo que a Frelimo fazia. Doutra maneira passariam despercebidas as atrocidades que os portugueses cometiam. E isso teve consequências. Ao proibir a crítica, nós abrimos campo para os abusos, mesmo da nossa parte, que não podiam ser divulgados. Portanto, impedimos a denúncia dos abusos que estavam a acontecer entre nós. Casos de corrupção que gradualmente foram surgindo e crescendo e que não eram conhecidos porque a imprensa não podia divulgar. Isso teve consequências bastante negativas. Mesmo hoje vemos que o instrumento principal para moralizar a sociedade é precisamente a informação. Se não fosse a informação a maior parte dos casos de fraude, casos de corrupção que vemos diariamente nos jornais seriam desconhecidos e não seriam tomadas medidas sobre elas.

SN: Nessa altura o Presidente Samora Machel saiu para uma grande viagem de norte ao sul com a Tocha da Unidade, que ficou conhecida como a “Viagem Triunfal do Rovuma ao Maputo”. Essa actividade estava incorporada na estratégia de comunicação da FRELIMO?

JR: Teve esse efeito, na medida em que divulgámos essa viagem de Samora Machel e estávamos a cumprir o nosso programa de dar a conhecer a figura do Presidente. Ele explicava, nos comícios que realizava, como é que nasceu a Frelimo e quais eram os seus propósitos, dentre os quais, o principal era a Unidade Nacional.

SN: E qual era o papel do Ministério da Informação? Ou seja, como é que a imprensa reagiu a esta actividade sendo que a informação era censurada e, à partida, os jornalistas não estavam livres de reportar a acção segundo as suas convicções?

JR: Bem, havia dois tipos de jornalistas, como acontece actualmente. Por um lado, aqueles que se acomodavam e, ou por convicção de que a FRELIMO era uma coisa boa ou por oportunismo, achavam que não era boa opção desafiar o poder. Havia também aqueles que se rebelavam completamente ao regime. Ora, naquela altura entendia-se que toda a informação era do Estado. Tudo o que era publicado deveria ser autorizado pelo governo.

SN: Então, em termos de assessoria de imprensa, qual era o papel do Ministério de Informação? Quem preparava, por exemplo os discursos do Presidente Samora?

JR: Nós não fazíamos isso. O nosso mandato era apenas de divulgar tudo o que o Presidente dizia ou fazia. Samora Machel tinha discursos muito longos, de três... cinco horas... No dia seguinte o Jornal Notícias tinha a obrigação de publicar na íntegra as cinco horas. O jornal, com muitas páginas, era praticamente o discurso do Presidente. Estávamos convictos de que essa era a maneira certa de transmitir a mensagem do Presidente para o povo assumir, mas o efeito real foi contrário, ninguém lia. Era uma informação cinzenta que se limitava a reproduzir discursos, sem fazer uma apreciação dos mesmos e sem analisar os fenómenos da sociedade. Não havia, enfim, espaço para a criatividade. Ora, os discursos eram preparados por uma equipa confiada do Presidente, embora eu estivesse muitas vezes envolvido.

SN: E então como eram definidos os temas do discurso do Presidente? Como é que o Presidente Samora apreendia ou, pelo menos, tinha a noção das preocupações do povo, do que as pessoas queriam ouvir nas suas mensagens?

JR: O Ministério da Informação não tinha influência nenhuma na estratégia de comunicação. Samora tinha os seus canais de comunicação que lhe transmitiam o sentimento popular e era com base nisso que ele definia o conteúdo do seu discurso. Havia o discurso escrito, que aparecia nos jornais, e o discurso pronunciado nos comícios. Apesar de ele ter os discursos escritos preparados antecipadamente, ele quase sempre abandonava os papéis. Samora Machel tinha uma impressionante capacidade de comunicar com as pessoas que não

arredavam o pé até em comícios de muitas horas, embora se tenha registado, na fase final, alguma apatia popular aos discursos de Samora.

SN: Que temas o Presidente Samora Machel abordava?

JR: Samora falava de assuntos correntes da altura, procurando explicar o que acontecia, por exemplo, relativamente à falta de pão... à falta de quase tudo. Ele dizia, “... nós estamos a sofrer uma agressão por parte da África do Sul, da Rodésia, de potências imperialistas que impedem o desenvolvimento do nosso País”. Samora escolhia os temas e discursava!

SN: Mas como foi essa convivência, entre o Ministério da Informação e os jornalistas? Não tardou muito para que os jornalistas conseguissem trazer a Lei de Imprensa, que deu mais autonomia de escrita. Terá sido por isso, com a aprovação da Lei de Imprensa, que o Ministério da Informação foi extinto para passar a ser um Gabinete de Informação de Moçambique (GABINFO)?

JR: Gradualmente o controlo do Ministério da Informação foi perdendo forças. No quadro da adopção do multipartidarismo no País foi inevitável o relaxamento desse controlo sobre a informação. Eu defendia que o controlo da informação era importante para manter a revolução, evitando que o poder fosse abalado. Mas, por outro lado, esse controlo justificava-se num contexto em que os que estavam no poder estivessem comprometidos com o bem-estar da população. Do meu ponto de vista, a crítica não era necessária porque considerava que os dirigentes eram sérios, que não faziam nada mais senão trabalhar para o povo e garantir que o País fosse bem governado. Porém, com o aumento exponencial da corrupção que se verificava nos finais da década de oitenta e não havendo mecanismos de controlo desse fenómeno, passei a defender que uma informação livre e aberta poderia ser um instrumento de denúncia desses casos e isso só seria possível num contexto de multipartidarismo. Até então só existia a FRELIMO que se autocontrolava, não era insuficiente porque havia casos de corrupção extremos. Era, portanto, importante que surgissem outras forças políticas.

Sobre o GABINFO, não tenho nada a dizer porque não conheço e não sei o que faz. Esse sector foi criado muito depois de eu ter saído do Governo.

SN: E o que tem a dizer sobre as Presidências Abertas de Armando Guebuza? Esta prática já tinha sido, aliás, usada pelo Presidente Samora Machel.

JR: Na minha percepção, a Presidência Aberta é uma manobra... Para já não gosto dessa coisa “Presidência Aberta” porque por, contraposição, “Presidência Fechada” o que seria? Seja como for, durante o tempo em que estive ligado activamente à FRELIMO falava com militantes, com pessoas das províncias, pessoas que participavam nessas Presidências Abertas e senti que não havia uma comunicação real com a população. Ele [Armando Guebuza] ia lá só para projectar a sua imagem e a prova é que as pessoas que iam lá falar, iam instruídas sobre o que dizer e eram escolhidos os que o poder considerava que não iriam embaraçar o Presidente. Por outro lado, era um programa indesejável aos governadores e administradores porque os três meses que precediam as Presidências Abertas, todo o trabalho se concentrava na preparação dessa visita. Ora, na medida em que as pessoas não são livres de dizerem o que pensam nesses comícios, perde todo o significado. Além dos gastos. Quando se alugam 6 helicópteros na África do Sul para levar o Presidente e o grupo que o acompanha e toda a aquela logística... Esse aparato tornou as presidências abertas contraproducentes... O Presidente não comunicava. Ia com o discurso preparado. Devia ouvir o que as pessoas sentem e pensam mas, como disse, aquelas pessoas que iam lá falar já estavam instruídas para dizer o que deviam dizer.

Entrevista 2

Marlene Magaia, Adida de Imprensa do Antigo Presidente da República, Armando Guebuza (2005 - 2015)

Com uma longa experiência como profissional de comunicação social (começou a carreira nos anos 1980), primeiro como locutora, repórter e editora na Rádio Moçambique, Marlene Magaia foi, durante os dois mandatos de Guebuza, a adida de imprensa do Presidente da República, Armando Emílio Guebuza.

Teve passagens pela televisão, como apresentadora de programas na Rádio e Televisão Klint (RTK) e também na Televisão de Moçambique (TVM), com destaque, nesta última, para os trabalhos como editora e apresentadora dos programas: “Magazine da Mulher”, “Estúdio Aberto” e “Quinta à Noite”.

Em 2014 lançou a obra intitulada “Assessoria de Imprensa: ferramentas (essenciais) para as cerimónias oficiais”.

Entrevista realizada a 10 de Setembro de 2015

Stélia Neta (SN): Como era feito o contacto com a imprensa no processo da Presidência Aberta e Inclusiva do Presidente Armando Guebuza (PAI)?

Marlene Magaia (MM): O contacto com a imprensa era por via do que já havíamos padronizado no Gabinete de Imprensa que era o *Mail-List*, mas a indicação dos jornalistas era feita pelos próprios órgãos de comunicação. Portanto, nós não indicávamos jornalistas, indicávamos entidades. Se, por exemplo, houvesse algum evento com o Presidente, nós fazíamos o contacto com as redacções, que por sua vez, indicavam os jornalistas, mediante a temática envolvente de determinada acção presidencial. Podia ser no âmbito cultural, económico, ambiente, etc. Já a indicação da Televisão, que não fosse Pública, era feita com base na rotatividade, por forma a garantir a participação e abrangência das estações televisivas neste processo.

A importância deste tipo de cobertura era, sobretudo, de os jornalistas terem a oportunidade de estarem próximo de um Presidente, de um cidadão, de um político, de um dirigente sobre quem eles escrevem, mas que, no caso em concreto, estiveram próximos. Portanto, é preciso estar perto de alguém e ter a oportunidade de fazer duas ou três perguntas para conhecer melhor a pessoa. Muitas vezes o jornalista é sujeito a escrever sobre, por exemplo, Obama ou Cavaco Silva, sem nunca os ter visto. Portanto, as PAI serviram também para aproximar o jornalista ao Chefe de Estado.

SN: E como era feita essa rotatividade de cobertura jornalística?

MM: Primeiro, era feita com base na territorialidade, ou seja, qual é a cobertura nacional que este jornal, rádio ou televisão tem. Dois, periodicidade, se é diário ou semanário, e dentro da periodicidade tínhamos em atenção o dia da publicação dos jornais porque se, por exemplo, tivéssemos uma actividade na segunda-feira não iríamos convidar o Jornal Domingo que sai aos domingos. Nesses casos, preferíamos os órgãos de comunicação que tivessem publicação em dias próximos ao nosso acontecimento.

SN: E como era feita a organização, em termos de logística?

MM: A logística era feita de acordo com as condições do País. A PAI era feita em todo o país e os jornalistas viajavam de carro. O ideal era ter sempre o jornalista colado ao Chefe de Estado. Inicialmente, nós fazíamos isso, mas depois a logística do Presidente não comportava espaço para os jornalistas devido aos custos. No entanto, havia uma logística que era feita via terrestre.

SN: Qual era o evento mais importante do Gabinete de Imprensa no decurso da PAI?

MM: Para mim, era o comício. Era no comício que eu descarregava toda a minha energia como adida de imprensa. Porquê? Para falar, o Presidente tinha que ter boas condições de comunicação e para a voz chegar mais longe tinha que ter boa amplificação sonora e, para que a voz fosse ainda mais longe, tinha que ter os jornalistas a tempo no local do comício. Ou seja, eu tinha que criar condições para que, quando o Presidente chegasse ao comício, encontrasse os jornalistas lá. Imagine se o Presidente tivesse um programa com dois eventos no mesmo dia, um de manhã e outro à tarde, eu tinha que ter capacidade logística de garantir as condições de transmissão do comício e de divulgação por onde o Presidente passasse.

Quando as PAI iniciaram não havia redes sociais, não existia a força das tecnologias... Nós tivemos que nos habilitar à nova fase. Até ao final do mandato, nos fazíamos as PAI em “*real time*” via internet e redes sociais.

Ora, a sala de imprensa era adaptada às condições do terreno. Se fosse necessário o Presidente da República dar uma Conferência de Imprensa debaixo de uma árvore, era nesse lugar que acontecia... Se fosse debaixo de nada, era debaixo de nada... A minha preocupação era ver o cenário positivo, a cadeira do Presidente e o nível dos microfones correctos para favorecer a boa captação de som e para que a voz do Presidente saísse limpa.

SN: Havia um cenário modelo para as PAI?

MM: Tentamos fazer isso, mas por causa das distâncias, infelizmente não conseguimos manter um modelo cenográfico. O país é acidentado. Eu podia prever que os jornalistas chegassem a um certo destino em cinco horas e eles chegavam em dezassete horas. Eu previa distâncias de nove horas, de um ponto para o outro, entretanto anoitecia e tinha que mandar os carros parar. Eu tinha que assegurar a vida dos jornalistas primeiro e depois é que era a notícia. A nossa logística era adaptada às situações.

SN: Quantos elementos compunham o Gabinete de Imprensa nas PAI?

MM: Portando, a minha logística era composta por dois técnicos de som, com duas ilhas sonoras para fazerem o desdobramento. O som tinha que ter amplificação sonora bastante para ajudar as condições técnicas da província. Nós não íamos montar o nosso esforço por cima da província. Era o contrário, para que a província crescesse connosco e, conseguimos isso! Eu tinha um grupo de pré-avanço que visitava as províncias e deixava os termos de referência para, por exemplo, a montagem do pódio... Na montagem da tribuna há aspectos muito importantes a ter em conta para a boa comunicação. A posição do sol é fundamental. Quantas vezes tive tribunas montadas, forradas com as cores da bandeira, em que punham

paliçadas e o fundo vermelho atrás... Tinha dois inconvenientes: o primeiro é que o Presidente falava num cenário em que à primeira vista parecia que estava a falar num cenário do partido, porque a cor da FRELIMO é vermelha. Então, nós pretendíamos que não se notasse que não era a cor do partido, mas a cor da bandeira nacional. O segundo inconveniente é que o vermelho não é boa cor para a imagem. Na definição da imagem de televisão tem que se escolher os cenários correctos... o fundo tem de ser correcto para a incidência e temperatura da luz serem favoráveis. Nós tínhamos que ter estes cuidados. O número de microfones para fazer um bom espectáculo. Porquê? Para mim o comício, como tal, é uma das cerimónias, um dos eventos que há no Estado moçambicano e que não consta da lista das cerimónias oficiais e devia lá estar porque tem pompa e circunstância. O comício é um cerimonial.

SN: Mas estávamos a falar dos elementos que compunham a sua equipa...

MM: Bem, a província já tinha a sua base e eu levava um técnico para cada ponto. O meu técnico de som, que era a pessoa que tomava conta da logística, tinha um assistente e depois tinha, no meu Gabinete, um oficial. Então, eu, mais os outros três elementos. Atenção, nós éramos apenas um reforço à província. O trabalho era da província e nós íamos dar qualidade presidencial ao evento e deixamos esse *standard* lá.

SN: E quem organizava os discursos?

MM: Essa parte não era connosco. Era organizado por outro grupo em coordenação com o Ministério da Administração Estatal e as províncias. Porém, importa sublinhar que o Presidente interagira por tópicos e não por discursos corridos.

SN: Como estava estruturado o Organigrama do Gabinete de Imprensa na Presidência?

MM: O Gabinete de Imprensa tinha 3 áreas:

- Área de comunicação de imprensa (3 funcionários): preparava os eventos do Presidente. Faziam os avanços dos eventos do Presidente para dar padrão aos eventos.

- Área de vídeo - (3 funcionários): um editor e dois operadores de câmara;

- Área de fotografia: Trabalhávamos com o fotógrafo da Agência de Informação de Moçambique (AIM) e do Centro de Formação Fotográfica.

Tínhamos poucas pessoas e, às vezes, buscávamos sinergias exteriores de confiança. Felizmente, nunca tive fuga de informação.

Entrevista 3

Emílio Manhique⁸³, Jornalista da Rádio Moçambique

Emílio Manhique ingressou para os quadros da Rádio Moçambique na década de 1980 tendo, singrado na carreira de editor sénior da emissora nacional, tendo-se destacado, entre outras missões jornalísticas, na cobertura em directo de Roma - Itália, da cerimónia de assinatura do Acordo Geral de Paz para Moçambique. Teve também passagens pela Televisão de Moçambique (TVM), com apresentação dos programas “No Singular”, voltado para entrevistas a grandes personalidades, e o “Estamos Juntos”, que debatia diversos assuntos da actualidade política.

À data da sua morte, com 57 anos, Emílio Manhique era editor do “Jornal da Manhã”, um programa matinal de informação radiofónica com grande nível de audiência a nível nacional.

Entrevista realizada a 10 de Setembro de 2015

Stélia Neta (SN): Como descreve a Presidência Aberta e Inclusiva (PAI) do Presidente Armando Guebuza?

Emílio Manhique (EM): A leitura que faço das PAI se resume nisto: costuma-se dizer que “em vez de falar com os anjos, fala com Deus”, então as populações preferem falar com o Presidente, sem intermediários e dizer ao Presidente aquilo que lhes vai na alma, as suas preocupações, as suas dificuldades... Enfim, então, qual é o formato das Presidências Abertas? O Presidente chega, o Governador apresenta o Chefe do Estado às populações e depois pede-se que as populações apresentem os seus problemas,... problemas de âmbito local, problemas de âmbito nacional. Normalmente são escolhidas 10 pessoas, às quais o Presidente escuta, sobre vários temas, e depois procura responder. Em princípio as Presidências não têm uma agenda pré-definida. As pessoas dizem o que sentem e o Presidente escuta e responde. Às questões mais simples, ele procura dar a resposta logo ali e às questões mais complexas ele manda os seus colaboradores tomarem notas para depois estudarem o assunto e procurarem tomar as decisões em conformidade com aquilo que as pessoas expunham.

SN: E qual eram os temas recorrentes?

EM: O lema do Presidente foi sempre a Unidade Nacional e Combate à Pobreza. Acho que o Presidente Guebuza tem horror imenso à pobreza e ele predispôs-se a combater a pobreza. Nesse sentido, a sua primeira estratégia foi o famoso 7 Milhões para dinamizar a vida

⁸³ Esta entrevista é publicada a título póstumo. Emílio Manhique faleceu no dia 4 de Outubro de 2005. Até à sua morte, Emílio Manhique era Editor do Programa “Jornal da Manhã” da Rádio Moçambique.

económica e social, criando novas oportunidades de negócio para as pessoas. É verdade que o princípio era que as pessoas devolvessem o dinheiro para mais tarde se poder ajudar outros concidadãos, mas nem sempre as pessoas foram honestas e não devolveram o dinheiro que lhes tinha sido emprestado. Mas, de certa forma, pode-se notar que os 7 milhões fizeram diferença na vida das pessoas, criaram-se oportunidades de negócios nas aldeias, uns foram buscar dinheiro para melhorar as suas machambas, etc. E isso teve reflexo no segundo mandato, em que o Presidente Guebuza chegou a atingir mais de 70 por cento dos votos.

Ora, o Presidente Guebuza preferiu não ser um Presidente de Gabinete. Saiu da Ponta Vermelha e procurou tomar conhecimento da realidade, vendo com os seus próprios olhos, do que conhecer Moçambique através dos relatórios dos seus subordinados. Então, uma coisa é conhecer Moçambique através dos relatórios e outra é conhecer Moçambique no terreno, viver com as populações no dia-a-dia. Ele fazia questão de passar a noite com as populações nos distritos.

SN: HÁ quem diga que as PAI foram marca do Presidente Guebuza...

EM: Sim, em termos de comunicação, em termos de sensibilidade para com os problemas das populações, as PAI foram do melhor que Guebuza fez e procurou aperfeiçoar.

SN: Porquê?

EM: Ora, no princípio, Guebuza tinha problemas de comunicação. Ele era muito formal, mas depois, nós jornalistas criticamos aquela postura e ele mudou. Ele libertou-se... deixou o discurso, falava de improviso ao sabor das coisas que iam acontecendo no terreno. Ficava mais atento aos pormenores e com grande sentido de humor e isso aproximou-o ainda mais da população. As pessoas sentiam-se confiantes e próximas do Presidente. Há muitos exemplos que podem ilustrar isso, como o episódio da visita a Magude (Província de Maputo), onde os populares queixaram-se da criminalidade com o “apadrinhamento” da Polícia. Logo a seguir àquela Presidência Aberta todos os polícias foram transferidos... Imagine, se o Presidente não fosse lá, como havia de saber desses casos? Ficar-se-ia pelos relatórios. Ou seja, muitas vezes a acção governativa é feita da soma de pormenores. Pequenas coisas fazem a diferença... e essa foi a marca do Presidente Guebuza.

SN: O Sr. Emílio Manhique acompanhou o Presidente Guebuza em algumas PAI. Qual era o denominador comum desta actividade, tendo em conta as diferentes realidades de Moçambique?

EM: A paz. A questão da paz foi transversal em todas as comunicações do Presidente nas PAI. Sem a paz não se pode fazer nada. A outra tônica era que as pessoas queriam desenvolvimento. Por exemplo, se no primeiro mandato as populações pediam escolas primárias, nas Presidências Abertas do segundo mandato já queriam escolas secundárias e depois já queriam universidades... Então, as pessoas queriam a melhoria das condições e qualidade de vida... Depois das escolas, as populações já queriam, electricidade, telefonia móvel... Enfim, a constante era esta: as populações queriam mais e melhor.

SN: E qual foi o papel da imprensa?

EM: Bem, a imprensa só tem impacto aqui na cidade. Mas imagine, num distrito, isolado, onde raramente aparece o governador e de repente aparece o Presidente. É um acto memorável... Há uns anos atrás, havia muito analfabetismo nas aldeias e as pessoas datavam os acontecimentos com base em grandes factos. Por exemplo, tal fulano nasceu no ano em que o Presidente visitou a nossa aldeia. O facto de o Presidente Guebuza visitar um distrito é um acontecimento inusitado, um marco, uma referência. À chegada do helicóptero e o aparato presidencial envolvente, os carros, a câmaras de televisão e depois o comício popular em que as pessoas têm oportunidade de falar com o Presidente, é um acto raro.

SN: Como era a relação entre a máquina governativa e os jornalistas?

EM: O Presidente Guebuza sempre respeitou a comunicação social. Lembro-me que, ao longo do seu mandato, foram inúmeros almoços que ele manteve com os jornalistas, em que se discutia abertamente sobre a governação dele. Ele ouvia os argumentos e foi com base nesses encontros que ele fez a primeira remodelação governamental, depois das greves de Setembro⁸⁴. (dias 1 e 2 de Setembro de 2010).

SN: Mas há quem diga que esta acção governativa ofuscou o trabalho da administração local.

EM: Mas o Chefe do Estado tem que fiscalizar a actividade dos seus governadores. Os governadores fazem relatórios bonitos em que está tudo bem... mas é preciso que o Chefe dos governadores vá ao terreno e observe se o que está escrito nos relatórios corresponde ou não à verdade! Existe, sim, essa crítica de que o Presidente procurou substituir os administradores e governadores porque depois de as pessoas se queixarem ao Presidente, que autoridade teria

⁸⁴ Nos dias 1 e 2 de Setembro de 2010, a capital do País, Maputo, foi epicentro de manifestações populares em contestação ao aumento das tarifas de transporte de passageiros e do preço do pão.

o administrador perante as populações? Mas, de todas as maneiras, acho que é legítimo que o Presidente vá ao terreno para ver o que está a acontecer. Se os governadores estivessem a fazer um bom trabalho não haveria nada a esconder.

SN: E qual o legado que as PAI deixaram?

EM: Bem, o Presidente Guebuza assumiu o acto de governação como um acto muito sério, mas muita gente não o compreendeu. Ele deu ouvidos às pessoas, ao seu povo. De igual modo que se diz que Samora proclamou a independência, Chissano trouxe a paz, Guebuza pode ser lembrado como o construtor. Fez obras: a ponte Armando Emílio Guebuza, o Estádio do Zimpeto, etc.. Olha, nos distritos, as Organizações Não-Governamentais (ONG) conseguiam ter melhores condições que os administradores... Como é que a população iria respeitar um homem que está no poder, mas sem condições e a viver e trabalhar em condições precárias quando tem ao seu lado uma ONG com electricidade e em melhores condições? O Presidente mandou construir e dar dignidade às instalações e instituições do Estado, incluindo as habitações dos administradores. Lembre-se que ele levava nas PAI embaixadores que normalmente ficam sediados na capital e não conheciam Moçambique. Ou seja, Guebuza procurou que as pessoas conhecessem o Moçambique real, o Moçambique profundo...

Há também quem diga que as PAI tiveram custos muito elevados... Mas os benefícios da Presidência Aberta são superiores... a unidade nacional não tem preço! A paz não tem preço! Guebuza esforçou-se em passar uma forte mensagem de auto-estima... de os moçambicanos se orgulharem de pertencerem a um espaço que se chama Moçambique. Afinal, quanto custa a unidade nacional?

Entrevista 4

Renato Matusse, Conselheiro para Assuntos Políticos do Antigo Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza

Com PhD em Sociolinguística pela Universidade de New Castle-upon-Tyne, Grã-Bertanha, Renato Matusse, nascido a 2 de Fevereiro de 1958 no Distrito de Chibuto, Província de Gaza, desenvolveu a sua carreira profissional na função pública. Deste 1977, já exerceu cargos como Director para Assuntos da SADC no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Secretário-Geral da Comissão de Coordenação dos Programas da Cultura Informação e Desporto da SADC, Director-Geral da ARPAC e Director de escolas secundárias.

Tem trabalhos publicados, entre os quais: “A história da Informática em Moçambique” (2004); “Guebuza, a Paixão pela Terra” (2004); “Presidência Aberta e Inclusiva: A Voz que dá Voz aos sem Voz” (2009).

Entrevista realizada a 27 de Janeiro de 2016

Stélia Neta (SN): Como define as Presidências Abertas e Inclusivas (PAI)?

RM: A presidência aberta foi um mecanismo que o Presidente Guebuza usou para a sua constante legitimação como Presidente da Nação, para a legitimação das decisões que tomava mas, acima de tudo, um mecanismo que ele usou para ser apropriado pelas comunidades. Quer dizer, ele ser visto como um de nós, alguém que sofre como nós, interessa-se por nós, vive os nossos problemas, etc. Vou dar um exemplo. A PAI começa com a organização da recepção em que as pessoas ficam a saber, com pelo menos duas semanas de antecedência, que o Presidente a República virá. Nesse contexto, uma das primeiras coisas que se faz é preparar as canções para o evento. São seleccionadas as pessoas que vão cantar, sendo que as letras das canções passam pela filtragem do próprio grupo que discute o enquadramento das palavras. Essa discussão, já por si, interioriza o Presidente como parte do grupo. Ou seja, o processo de apropriação começa ainda na discussão das canções, mesmo antes de chegar o Presidente. Em segundo lugar, preparam-se as pessoas das próprias comunidades que vão cozinhar para o Presidente. Eu vi senhoras muito entusiasmadas porque iam cozinhar para o Presidente. Ora, nesse processo de condimento dos alimentos, a cortar as batatas, etc, as pessoas cantam e vão reinventando as canções, adaptando os textos à ocasião durante toda noite. Depois são escolhidos os jovens que vão fazer uma série de actividades como: cordão de segurança ao Presidente, limpeza dos locais da cerimónia, das casas de hospedagem, ornamentação e montagem da coroa de flores a serem oferecidas, etc. Então, antes dele chegar já há um movimento de apropriação do Presidente que quando chega, de facto, já faz parte das comunidades.

No momento da chegada [do Presidente] assiste-se àquela festa habitual e os helicópteros acrescentam magia ao momento porque um chefe se for de burro ou de chapa será recebido na mesma, mas quando o chefe chega de helicóptero, do céu, é diferente, tem outro efeito, cria-se a magia de as pessoas confirmar: “este é o nosso chefe”.

SN: A propósito da magia, constata-se, nos discursos do Presidente Guebuza, que na parte inicial há um forte apelo à divindade e à religião. O Chefe do Estado sempre saúda a presença dos líderes religiosos e pede que estes intercedam pelos desígnios da sua mensagem. Como interpreta isso?

RM: O que o Presidente fazia é dar legitimidade àquelas pessoas que são preliminarmente seleccionadas pelas próprias comunidades para dirigir as orações. Por outro lado, o Presidente teve sempre a atenção de enaltecer a importância dos líderes religiosos nas comunidades, conferindo-os maior autoridade e prestígio. Fez o mesmo relativamente aos grupos culturais, que cantam e dançam, dando-os força e legitimidade. Tudo isto tem a ver com a forma e o trato do Presidente Guebuza, que eu acho importante, de tratar o indivíduo da sua idiossincrasia, na sua singularidade, elevando a auto-estima das pessoas: ele fala comigo, olha-me na cara, discute comigo de igual para igual.

SN: Durante os comícios, qual era o papel dos conselheiros?

RM: Este era um momento solene das PAI. As pessoas iam para falar. Lembro-me que uma vez, no Búzi, uma senhora subiu ao palco e pediu apenas para abraçar o Presidente. Era a melhor coisa do mundo que lhe poderia acontecer, estar perto de alguém que só via na televisão e de repente estava frente-a-frente com ele. Bem, as pessoas usavam aquela oportunidade para falar, no geral, não dos problemas pessoais, mas como porta-vozes da comunidade, pedindo escolas, hospitais, bancos etc. Portanto, pediam infra-estruturas públicas sob apoio e aplausos da própria população.

SN: Mas há alguma crítica sobre alegada encenação dos comícios nas PAI...

RM: Isso pode ter acontecido. Mas muitas vezes o Presidente escolhia 10 pessoas, aleatoriamente, na população. Podia acontecer que parte delas estivesse preparada, mas é impossível que fosse com todos. Depois, havia aqueles que não falavam publicamente mas eram ouvidos pelo grupo dos conselheiros e ministros que acompanhavam o Presidente. Não era possível filtrar toda aquela gente. Houve um caso, em Monapo, estávamos com o Embaixador dos Estados Unidos, que também tinha essa percepção de encenação dos comícios. Entretanto, apareceu um jovem que criticou a actuação da Polícia naquele local e estava lá o General Khalau [Comandante-Geral da Polícia] que tratou de tomar as devidas diligências. O Embaixador veio ter connosco e reconheceu que, efectivamente, não havia qualquer encenação. Podia haver um ou outro caso mas o mais importante é que as pessoas iam ali para falar com o Presidente. Já imaginou o poder que isso tem? O poder mobilizador e de inserção do Presidente, de que este homem é nosso?

SN: Mas as questões apresentadas tinham seguimento efectivo? Aliás, essa seria uma das tarefas da equipa de assessoria do Presidente ou não?

RM: Sim, tinha seguimento sim. Lembro-me de um caso, em Gaza, Phafure, na zona de fronteira com o Zimbabwe e África do Sul, que um indivíduo queixou-se de lhe terem arrancado a viatura e o Presidente mandou averiguar a situação. No ano seguinte a PAI era em Mabalane, a 300 km de Phafure, e apareceu aquele Senhor com 100 meticais para o Presidente comprar uma camisa como forma de agradecimento. Esta atitude é muito simbólica. Portanto, há muitos exemplos desse género. Neste momento, conheço jovens que estão a fazer o ensino superior, cá e no estrangeiro, na sequência do seguimento dado aos casos reportados durante as presidências abertas.

SN: Como é que o vosso grupo de trabalho organizava os temas das PAI?

RM: O primeiro aspecto é que o próprio Presidente priorizou a unidade nacional como tema central. Quando fossemos às províncias, principalmente naquelas em que ocorreu a luta de libertação nacional, nomeadamente, Tete, Niassa e Cabo Delgado, o Presidente perguntava se o combate tinha sido feito apenas por moçambicanos daquelas províncias? Evidentemente que não. Então, faria sentido agora não integrar os moçambicanos em qualquer província? Aliás na delegação que acompanhava o presidente havia moçambicanos de diferentes províncias e até eram incentivados a falar na língua local, era também uma forma de aproximação com as populações. Depois, antes de tudo, havia um grupo de recolha ou de avanço, do General Nihia, que fazia a recolha das “nervuras” políticas e socioeconómicas de cada local e a partir das quais eram formulados os tópicos para o discurso do Presidente que respondiam às questões específicas de cada local, mas também que estivessem alinhadas com questões nacionais. Contudo, a unidade nacional e a pobreza estiveram sempre no topo porque a repetição é muito importante. Olha, apesar de estarmos muito avançados, ainda hoje assistimos a casamentos inter-tribais: o homem da tribo A casa com a mulher da tribo B e, entretanto, o filho C pode casar-se com alguém de uma tribo D. Ou seja, a nossa cultura é inter-tribal mas temos que ter sempre presente a noção de que somos um único povo, o povo moçambicano. Relativamente à pobreza, importa realçar que de nos vale ter um bom carro se não temos estradas boas. Ou de que vale você estar bem na vida quando a restante família não tem as mínimas condições?

SN: A temática sobre os 7 milhões também teve protagonismo nas PAI devido à polémica que esteve sempre associada à iniciativa. Na verdade, esse fundo nunca agregou consensos. Qual o seu comentário a esse respeito?

RM: Primeiro é preciso entender que o governo central não queria descentralizar sob a alegação de não haver competência nos distritos. Por outro lado, o governo local não queria aceitar os 7 milhões, porque é mais fácil acusar o outro. Por exemplo, se determinada estrada

não for construída localmente, é sempre mais fácil acusar o governo central, acusar o outro é mais cómodo. Mas quando você passa a ser responsável é um problema.

Na verdade, o fundo era para actividades que estimulassem um desenvolvimento local, mas no início, em 2006 e 2007, os Conselhos Consultivos decidiram reabilitar as casas dos administradores porque, diziam eles, “como vamos produzir comida se a administração está a cair”. Nessa óptica, era preciso dar prestígio às instituições do Estado. Devido a essa pressão das comunidades, o governo disponibilizou, associado aos 7 milhões, o fundo para infra-estruturas locais, no valor de 2,5 milhões.

O fundo dos 7 milhões dinamizou a sociedade civil local, na medida em que os Conselhos Consultivos passaram a decidir sobre as suas prioridades. Doutro modo, também aumentou a pressão sobre o administrador e sua equipa porque todos passaram a estar vigilantes na gestão daquele fundo público. A própria comunidade passou também a ter responsabilidade na escolha dos mutuários que era feita em colectivo. Portanto, os 7 milhões impulsionaram a formação de uma consciência de cidadania muito maior do que havia antes. É também verdade que isso criou problemas para as Organizações-Não Governamentais (ONG) que perderam a liderança no processo de desenvolvimento local.

Devido aos 7 milhões nasceu um tecido empresarial mais sofisticado nas localidades com a abertura de pensões, lojas, etc. e, com efeito, mais emprego e isso elevou a auto-estima de muitos moçambicanos. Bem, o problema do reembolso do fundo é real mas a solução não é entregar o dinheiro ao banco. Deve haver maior responsabilização dos mutuários, apostando na formação de gestão dos fundos, esse é o desafio.

SN: O Presidente fez-se sempre acompanhar por jornalistas. Como avalia a repercussão das PAI na imprensa?

RM: Eu penso que na ideia do Presidente de inclusão, eram sempre escalados os jornalistas o que foi muito bom, mesmo para estes conhecerem melhor o país. Uma coisa é falar de Moçambique, a partir de Maputo, onde só se conhecem buracos nas estradas, mas há sítios onde não há estrada, onde a água é salubre, entre outros problemas. O mais importante é que os jornalistas começaram a ver a evolução do país. Fomos a Nipepe, em 2006, e dormimos na sede do partido Frelimo, onde não havia janelas e os colchões eram estendidos no chão mas quando voltamos em 2009, já havia pensão. Os próprios jornalistas testemunharam estas mudanças que ia acontecendo no país e ganharam a consciência de que Moçambique não se resumia à cidade de Maputo.

SN: Então, porque surgiu depois a contestação, na própria imprensa, às PAI do Presidente Armando Guebuza?

RM: São jornalistas aqui da cidade, que tinham outra agenda, certamente. Mas aqui perto, em Marracuene, até hoje, o Presidente Guebuza é respeitado porque ele alterou a vida das populações.

SN: E o que tem a dizer sobre o alegado despesismo associado às PAI?

RM: Ora, o despesismo é um argumento fácil de combater ou de contrapor. Primeiro, a promoção da unidade nacional é de acordo com os contextos. Na Alemanha, por exemplo, como dizia o Embaixador, o Presidente fala do seu Gabinete e todos têm televisão para acompanhar. Aqui nós não temos essas condições, há pessoas que nem sabem o que é televisão. Era, de facto, preciso fazer as PAI e não podia ser de carro, Moçambique é grande.

SN: O que lhe marcou na PAI, pela positiva e pela negativa?

RM: A parte positiva é a pontualidade, não só na hora da chegada mas o cumprimento do horário do programa traçado. O Presidente tinha sempre um relógio de parede, em todos os comícios. Depois, esta coisa de almoçar com os líderes comunitários, com o chefe da localidade, com os anónimos, como professores, alunos etc, isso marca as pessoas. O Presidente tocava as pessoas na sua personalidade. Já o aspecto negativo, é o tempo. As pessoas queriam mais tempo com o seu Presidente.

Entrevista 5

Armando Emílio Guebuza, Antigo Presidente da República de Moçambique (2005-2015)

Armando Emílio Guebuza, nasceu a 20 de Janeiro de 1943, em Murrupula, Província de Nampula. Em 1949, no ensino secundário juntou-se a outros jovens no Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), uma organização cívica fundada por Eduardo Mondlane que visava representar os poucos estudantes matriculados nas escolas secundárias da colónia ou que tinha obtido a sua formação na África do Sul.

Em Março de 1964 ingressou na FRELIMO. Foi Secretário Particular de Eduardo Mondlane e, em 1968, foi nomeado Inspector das escolas da FRELIMO e depois, em 1970, Comissário Político Nacional. No Governo de Transição (1974) Guebuza ocupou a pasta da Administração Interna e no primeiro Governo do Moçambique independente (1975) foi nomeado Ministro do Interior.

Em 1977, Armando Guebuza foi eleito membro do Comité Político Permanente da FRELIMO, actual Comissão Política. No mesmo ano foi nomeado Vice-Ministro da Defesa Nacional e, em 1978, acumula estes cargos com o de Governador da Província de Cabo Delgado.

Em 1981, foi designado Governador da Província de Sofala e, em 1983, é novamente nomeado Ministro do Interior.

Em 1984, foi nomeado Ministro na Presidência, responsável pela coordenação das áreas da Agricultura, Comércio, Indústria Ligeira e Turismo, assim como a cooperação com a China, Coreia do Norte, Paquistão e Vietname.

Em 1986, assumiu a pasta dos Transportes e Comunicações e da Presidência do Comité de Ministros dos Transportes e Comunicações da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e em 1990, foi nomeado chefe da delegação do Governo às conversações de Roma que resultaram na assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, altura em que passou a Chefe da Delegação do Governo na Comissão de Supervisão e Implementação do Acordo Geral de Paz para Moçambique.

Após as eleições gerais de 1994, Guebuza chefiou a Bancada da FRELIMO no parlamento multipartidário e, em 2002, passou a ocupar o cargo de Secretário-Geral da FRELIMO e candidato deste partido às eleições Presidenciais de 2004.

Em Fevereiro de 2005 foi empossado como terceiro Presidente da República de Moçambique para depois, em 2010, ser reconduzido para o seu segundo e último mandato.

Entrevista realizada a 29 de Janeiro de 2016

Stélia Neta (SN): Considera que os objectivos das Presidências Abertas foram alcançados?

Armando Guebuza (AG): Havia e certamente continuará a existir várias questões que sempre preocupam o país e o dirigente. Antes de entrar para a Presidência, uma das coisas que aparecia frequentemente era o discurso de denúncia do tribalismo, dando impressão de que essa era a política do governo e do Partido. Portanto, era preciso mostrar que a unidade nacional é fundamental, permanecerá fundamental, como foi sempre o nosso discurso, desde Eduardo Mondlane.

Eu acho que a unidade nacional, vista como unidade de diferentes, diferentes na língua, diferentes na religião, diferentes nos costumes... constitui a base da nossa força, da nossa energia. Visto desse ângulo, não há ninguém que tem motivo para estar fora. Pelo contrário, nós queremos que todos estejam dentro, resultante desse intercâmbio de diferentes. Quando falo de diferentes, não estou a falar de direitos, estou a falar de pessoas, cada um com a sua postura, assim, como numa casa as pessoas são diferentes, a mãe, o pai, as crianças são diferentes. Eu penso que nós estamos unidos, não tenho dúvidas disso, mas nós precisamos de consolidar e reforçar essa unidade. Mesmo nos países que se tornaram independentes muito antes de nós, a questão que se coloca em permanência é sempre a unidade nacional.

Portanto, a Presidência Aberta e Inclusiva (PAI) é um método que tinha como objectivo levar à população, onde quer que estivesse e sem ter em conta o seu estatuto social, a possibilidade de transmissão directa dos seus problemas, da sua ansiedade, da sua perspectiva ao Presidente da República, de modo que as pessoas ficassem a saber que este é o nosso Presidente, que este país é um único país e que as pessoas podem falar com o seu

Presidente. Depois do Presidente sair, vinham os governadores e faziam a mesma coisa, seguiam-se os ministros, os administradores também, etc, etc... Ou seja [a PAI] é um processo, um método que permite a aceleração da consolidação da unidade nacional e de reforço da nossa moçambicanidade, permitindo, em primeiro lugar, que os moçambicanos dissessem, por exemplo, que “não temos escola aqui, que não temos universidade ou a nossa universidade ainda não tem curso A, B ou C, ou que no nosso hospital nós ainda não temos cirurgia” e por aí adiante. Como eu me poderia sentir realizado se uns moçambicanos têm banco e outros não têm banco?

A PAI permitiu trazer tudo isso à superfície. Mais, em segundo lugar, vem o problema dos 7 milhões. Os 7 milhões para quê? Houve muita crítica no início e, precisamente por causa disso, optei por avançar com a ideia. A primeira crítica é de que as pessoas ainda não estavam preparadas, não tinham conhecimento sobre gestão. Mas antes, ainda no início, decidimos escolher 40 distritos que seriam modelo, com efeitos de repercussão para todo o país. Eu olhei para isso e vi que não ia servir para nós. Tudo tem que ser induzido porque não há nada que aparece por acaso. Vou abrir um parêntesis: por exemplo a Cidade de Maputo, as pessoas tem um rendimento razoável, está desenvolvido, tem estado a desenvolver mas naquele tempo que iniciamos a PAI eu perguntava e Catembe? Marracuene? Magoanine? etc. As pessoas saem de lá, todos os dias, e vêm para cidade e não conseguem fazer em Magoanine, em Catembe, em Marracuene o que fazem em Maputo? Portanto, as pessoas devem ser elas próprias a dinamizarem e assumirem a luta contra a pobreza. Todos ao mesmo tempo.

Portanto, nós vimos que a melhor maneira de preparar as pessoas era criar motivação, criando crises para que elas próprias procurassem resolve-las. Quando os 7 milhões chegaram nas administrações dos distritos fez com que os conselhos consultivos se preocupassem com o seu dinheiro. Surgiram interpretações, correctas e não correctas do que se esperava dos “7 milhões”. Infelizmente, a principal vítima foi sempre o administrador, que era muitas vezes apontado como culpado de usar esse dinheiro para seu proveito. Mas isso ficou resolvido quando o administrador, para se livrar de tais alegações, pegou naquele dinheiro e disse “vamos gerir todos juntos”. E os que estavam longe das sedes de Distrito também começaram a interessar-se pela gestão daquele fundo. Então, incentivou-se o envolvimento de todos na gestão daquele fundo e hoje, ou pelo menos até à altura em que saí, já não havia condenação aos administradores.

SN: Terá sido por isso que a unidade nacional e a luta contra a pobreza foram temas transversais nas presidências abertas dos dois mandatos?

AG: A unidade nacional veio para ficar. Enquanto formos uma nação assim deve ser, oxalá continuemos sempre com essa consciência. Precisamos batalhar para estarmos todos unidos e isso deve acontecer não só em Moçambique, mas em todos os países do mundo.

Relativamente à luta contra a pobreza, naturalmente enquanto não conseguirmos fazer uma distribuição de acordo com aquilo que são as necessidades da população, nós temos de lutar sempre para que a pobreza efectivamente acabe.

SN: Qual era a influência do Senhor Presidente na escolha dos temas das Presidências Abertas?

AG: Havia preparação mediante a qual ficávamos a saber que problemas existiam, especificamente, no ponto A, no ponto B ou no ponto C, a partir dos quais tínhamos elementos para ilustrar a necessidade de unidade e do combate à pobreza. Mas antes de ser Presidente eu fui Secretário-geral do partido [Frelimo] e tinha feito a volta por todos os lugares de carro, por isso já imaginava os problemas que existiam. Depois, eu tinha uma equipa excelente que preparava tudo, fazia o levantamento das preocupações junto às populações e trabalhávamos juntos. No fim de cada Presidência Aberta, nós da Presidência, fazíamos uma síntese das actividades dos três ou quatro dias [da PAI]. A síntese, de 20, 30 ou 40 páginas, era lida na presença dos dirigentes dos órgãos locais e depois dizíamos “alguma observação ou não? Porque queremos que este documento espelhe o sentimento de todos nós”. Havia poucas correcções. Na maioria das vezes eram mesmo omissões mas de erros de conteúdo, não. Os temas eram retirados deste exercício.

SN: Como é que ponderava a questão multicultural e linguística de Moçambique nos discursos?

AG: Note que, em presidência aberta, nós íamos à população e tínhamos um intérprete que, entretanto, era afastado porque diziam “ele não está a traduzir bem”, mas mantivemos sempre um intérprete, isso era fundamental. As reuniões com os órgãos nos distritos ou postos administrativos também era bilingues, portanto, os participantes falavam ou em português ou na língua local. Aconteceu, muitas vezes, dirigentes que me acompanhavam falarem nas suas próprias línguas nos locais que visitávamos. Havia professores que também preferiam falar nas línguas locais, em vez de falar em português, e então diziam “eu sou professor mas...” e começavam a falar nas suas línguas locais. As pessoas preferiam manifestar-se e articular as suas ideias na sua língua local, na sua língua tribal. Isso foi muito bom, as pessoas sentiam-se valorizadas.

SN: Preocupou-se muito com a cobertura mediática nas PAI, porquê?

AG: A Presidência Aberta era aberta mesmo... (risos) era preciso que as pessoas tivessem acesso ao que acontecia e isso estimulava. Se alguém de Niassa dissesse “Niassa está esquecida!”, como está esquecida se todos os anos nós vamos para lá, pelo menos não há intenção de isolar Niassa.

SN: Qual é o seguimento que dava às preocupações apresentadas pelas populações durante as PAI?

AG: Existia uma metodologia e até que reagíssemos automaticamente perante as situações levou bom tempo e boas discussões. Por exemplo, a preparação da síntese, para termos aquela síntese, com aquela estrutura, foi preciso muita discussão ao nível técnico da minha equipa, com a minha presença. Portanto, nós chegávamos à província e tínhamos uma reunião provincial e depois tínhamos uma outra reunião no distrito ou na aldeia. Na reunião provincial estavam presentes os membros do governo provincial, todos os administradores da Província e também, naturalmente, o Partido [FRELIMO] que garantia a execução daquilo que acontecia ou pelo menos trazia a sensibilidade da população para o Governo. Nesta reunião, o Governador apresenta o relatório da província, eu fazia um comentário qualquer e iniciava a discussão onde, primeiro, ouvíamos o parecer ou crítica dos que não eram membros do governo, seguindo-se a intervenção da equipa que me acompanhava, que fazia perguntas sobre o relatório. Depois interviam os membros do governo provincial que não fosse o Governador, este fazia o seu comentário no fim. Portanto, as diferenças que existem no governo provincial manifestavam-se ao longo deste debate. Esta era a maneira de trabalhar em qualquer parte.

SN: Durante as PAI houve críticas segundo as quais o Presidente partidarizava o Governo. Qual o comentário que faz a esse respeito?

AG: Quem faz eleger o Governo? É o partido! O partido é que aprova o manifesto que vai à discussão com a população e a partir do qual é estruturado o programa do governo. Se esse partido foi capaz de eleger-se na base de um manifesto, então esse partido está, mais do que ninguém, interessado em garantir que o seu manifesto seja cumprido.

SN: Houve também alegação segundo a qual as pessoas eram preparadas para intervir nas PAI. Como é que eram seleccionadas as pessoas que faziam as intervenções? Ou seja, como é que o Senhor Presidente controlava isso, de modo a assegurar que aquele momento não se tornasse uma “encenação” mas um verdadeiro diálogo com as pessoas?

AG: São esses os problemas que encontramos. Nós não queríamos que houvesse encenação. Então, há-de notar que houve um momento que dizia assim: “Cinco pessoas que queiram falar venham para aqui.” E na vez seguinte, quando chegássemos lá, já encontrávamos as 5 pessoas manipuladas e quando tinha essa informação, porque nós monitorávamos toda a acção, eu dizia, “desta vez serão oito pessoas” e terminamos em 10. Não quer isto dizer que aconteceu isto sempre mas estávamos perfeitamente claros da possibilidade de manipulação. Mas onde não há manipulação? Quem é que escreve nos jornais? Quem faz os grandes debates nas televisões? São pessoas escolhidas, não são outras. Mas esse não foi o elemento que impediu que as pessoas pudessem falar, não. Aliás, nos últimos dois anos, o que nós fazíamos? Dizíamos que queremos 10 pessoas e depois, no fim da reunião vinham mais 15 pessoas que falavam com grupo dos meus conselheiros e ministros que me acompanhavam. Mas só conseguimos chegar a esse método 8 anos depois.

SN: Outra questão muito levantada por críticos é que as PAI eram despesistas e que havia outras formas de dialogar com o povo, como por exemplo, através dos representantes do Presidente nas províncias e nos distritos. Mas o Senhor Presidente foi determinado e continuou com a sua convicção. O que é que lhe motivou? Em que é que acreditava?

AG: O trabalho não tem preço. Se temos dinheiro para esse trabalho, se vimos a necessidade de fazer esse trabalho, então o trabalho não tem preço. A unidade nacional não tem preço e valeu a pena. Valeu a pena!

SN: O que é que o surpreendeu mais ao longo das PAI? Pela positiva e pela negativa...

AG: De positivo foram as críticas que nos obrigavam reorganizar a nossa metodologia, permitindo que mais ideias diferentes pudessem ter o seu espaço neste nosso grande Moçambique. Assim, tivemos gente de outros partidos a falar nas PAI e ninguém reclamava. Tivemos pessoas que vinham de outros distritos que tentavam falar porque nesse ano a PAI não passava pelo seu distrito e ninguém contestava, todos aceitam o direito de cada um ter opinião fosse onde fosse. Portanto, de positivo é basicamente a dinâmica produzida pela PAI que mostrou que as pessoas sentiam-se, cada vez mais, a mesma pessoa dentro da mesma nação. Bom, a negativa, é que não consegui chegar a toda parte. É verdade que cheguei a todos os distritos, visitei quase todos os postos administrativos mas não fui a todas as aldeias.

SN: Algum momento (ou momentos) que lhe tenha marcado de forma especial?

AG: Estou em Chiúre e vou para uma aldeia que, se não estou em erro, chama-se aldeia Samora Machel, e não era posto administrativo. Chegando lá realizámos a reunião da aldeia. Durante os debates eu pergunto: “Mas será que os 7 milhões valem a pena? Vale a pena

continuarmos?”. E eles diziam que sim. No fim do encontro fomos a pé do local onde eu estava hospedado para onde ia se realizar o comício. Pelo caminho, vejo que eles conduziam-me para a baixa, onde havia uma oficina de bicicletas, onde havia lojas, barracas, onde as pessoas estavam todas ocupadas, a andarem de um lado para o outro. De repente disseram-me: “Camarada Presidente, está a ver onde estamos? Naqueles tempos, antes dos “7 Milhões”, se quiséssemos uma cerveja tínhamos que mandar uma pessoa daqui, atravessar o rio Lúrio, para Nampula onde ia comprar a cerveja. Mas hoje, se quiser uma cerveja bem gelada, encontra aqui. Realmente as pessoas, já na aldeia, tinham tudo isso: lojas e serviços.

XX. Anexos

Anexo 1 - *Corpus* da análise crítica do discurso



Armando Guebuza em Presidência Aberta

**COMÍCIO DA CATEMBE, CIDADE DE MAPUTO – 10
DE ABRIL DE 2007**

Povo Moçambicano Unido do Rovuma ao Maputo hoje!

(Hoje!)

Cidade de Maputo hoje!

(Hoje!)

Cidade de Maputo hoje!

(Hoje!)

Catembe hoje!

(Hoje!)

Catembe hoje!

(Hoje!)

Catembe hoje!

(Hoje!)

Amazitu yanga ya kusungula i yakukhensa antizu lowu va kaTembe vatiziki wone. Nikhensa hikusa kusukela lani hingathasa hisvionile lesvaku hakunene xitsungu, hambu vatrongwana, vakulu va vanhu hinkwavo vakombise kunyoxa hitinsimo ni svimbenimbeni hingasvivona. Hi xilesvo, nifanela kun'mibzela lesvaku ninyoxe ngopfu svinene. Nakhensa²⁹. (Palmas)

Xa wubidri, nitlangela svihiwa lesvi n'winganinika svone la. Asvihiwa lesvo svikombisa lirandru, alirandru ledri n'winganadru³⁰.

Kutani namunhla, mine nitavani maritunyana matrongo lawa hitakaphamelana ha wone³¹.

Kambe naningasenhlaya, kuveni nihlaya maritu lawa ningana wone, nifanela kuva nimikombisa lava vangana hine, lava niyendraka nahili xikan'we³².

Kutani nitan'mikombisa volava vanipfunaka ninganavu, lava hitirhaka xikan'we niva, niva ni marhitu wolawa hitakakombisana ha wone. Kutani loko niheta lesvo, nitan'wikombela nan'wine n'winiphamela³³.

Catembe boye!

(Hoye!)

(Seguem-se as apresentações)

Nós todos em Moçambique estamos a lutar contra a pobreza. Lutar contra a pobreza é uma das coisas que unem todos os moçambicanos desde o Rovuma até ao Maputo. No passado já tivemos também coisas que nos uniram. Por exemplo, quando havia dominação colonial todos os moçambicanos do Rovuma ao Maputo não queriam ser colonizados. Por isso todos os moçambicanos estavam prontos para lutar contra o colonialismo. E lutamos. E vencemos. Depois houve uma coisa que também que todos os moçambicanos se sentiam da mesma maneira: quando havia guerra. Do Rovuma ao Maputo ninguém queria que houvesse guerra. E é obvio: não se podia ir a escola a vontade; não se podia cultivar a vontade; não se podia viajar a vontade; não se podia rezar a vontade. Por isso mesmo todos os moçambicanos queriam que a guerra acabasse. E a guerra acabou. Agora estamos em Paz. Neste momento que nós falamos também há uma coisa – como eu disse no princípio – que nos une. Que junta todos os moçambicanos do Rovuma ao Maputo, adultos e crianças, homens e mulheres – é a pobreza!

²⁹ As minhas primeiras palavras são de agradecimento pelo serviço prestado pelos habitantes de Catembe. Agradeço porque desde que cheguei, vemos realmente que a população, mesmo crianças, adultos e idosos expressaram a sua satisfação através de cânticos e outras coisas que assistimos. Assim, devo confensar-vos que estou bastante feliz. Obrigado.

³⁰ Em segundo lugar, agradeço pelos presentes que me ofereceram aqui. Estes presentes demonstram o amor, o amor que vós tendes.

³¹ Assim, hoje terei algumas palavras para partilhar convosco.

³² Contudo, antes de dizer as palavras que tenho por partilhar, devo vos apresentar os que estão connosco, as pessoas com as quais viajo.

³³ Assim, apresentar-vos-ei os meus colaboradores que comigo estão, com quem trabalho e depois quero tecer algumas palavras, as quais iremos partilhar. Depois disso, vou vos pedir que vós também partilhem comigo.

Nós todos queremos que a pobreza se vá. Nós todos queremos acabar com a pobreza. É isso que nos une. Mas nós temos sorte, porque já conseguimos também vencer outros inimigos grandes: vencemos o colonialismo; vencemos a guerra e instalamos a paz.

Quando nós falamos do colonialismo hoje falamos de História. Dizemos naquele tempo quando havia colonialismo. Já passou. Está lá fora. Está lá atrás. Só nos lembramos quando vemos uma casa construída pelo colonialismo e então dizemos “naquele tempo”. Mas é História. Nós moçambicanos já vencemos. O mesmo com a guerra. Nós hoje dizemos naquele tempo quando havia guerra. Mas a guerra já passou. É naquele tempo. Agora estamos no tempo da Paz. Também nós vamos conseguir que um dia possamos falar da pobreza como História – uma coisa que já passou, e dizermos:

- naquele tempo quando as nossas crianças não tinham sapato;
- tempo quando não tínhamos transporte para ir para machamba;
- naquele tempo quando para irmos para Maputo tínhamos que esperar muito tempo porque não havia barcos suficientes;
- naquele tempo quando não havia energia eléctrica;
- naquele tempo quando não havia telefone;

Estaremos a falar do passado. Já terá passado, porque nesta altura a maior parte da população vai ter telefone; vai ter energia eléctrica; vai ter possibilidade de transportar-se para Maputo rapidamente; as crianças vão ter sapato; os adultos também vão ter sapato; só para dar alguns exemplos. Estaremos a falar daquele tempo!

Portanto, a nossa batalha, a nossa preocupação é acabarmos com a pobreza. E para nós acabarmos com a pobreza temos que estar todos unidos. Continuarmos unidos. Mas não basta continuarmos unidos. É preciso termos os olhos muito bem abertos para vermos as coisas que estão acontecendo. Para vermos se a pobreza está a aumentar ou está a diminuir. Se a pobreza continua como antes ou se mudou um pouco. Por isso mesmo temos que ser capazes de ver. Há pessoas que têm dificuldades de ver. Só reclamam, reclamam, reclamam: não tem isto, não tem aquilo, não tem aquilo, não tem aquilo, não tem aquilo. Até dizem naquele tempo as coisas estavam melhor. E quando falam daquele tempo, estão a falar do tempo colonial: Há trinta anos! Há trinta anos! Agora, se no tempo colonial as coisas estavam boas porque é que lutamos então? Cometemos um erro! Devíamos ter deixado o colono, porque o colono tinha boas escolas: as nossas crianças todas estudavam nas escolas; havia muitos hospitais: os nossos doentes todos estavam no hospital. Não é verdade? **(Não!)**

Havia quantas escolas? Se a escola existia porque é que ele está a traduzir, se havia escola em toda a parte...

Moçambique hoje!

(Hoje!)

Moçambique hoje!

(Hoje!)

No passado aquilo que havia não era para nós. Nós contávamos o número de moçambicanos que tinham acesso a escola. Até no hospital havia enfermaria para indígenas e enfermaria para brancos. Não é isto que nós queríamos. Nós queríamos valorizar o homem. A pessoa ser tratada de igual. Não importa se é criança, não importa

se é adulto, se é preto, se é branco, a pessoa tem que ser dado o mesmo valor. É por isso que nós combatemos. E hoje as pessoas tem o mesmo valor E quando acontece alguém não ter valor, logo procuramos corrigir. Por isso repito: a nossa batalha é contra a pobreza. E para lutarmos contra a pobreza com sucesso temos que estar unidos. Mas também devemos ser capazes de observar: ver as mudanças que acontecem. E havemos de ver que temos mais escolas. Havemos de ver que temos mais hospitais; havemos de ver que temos mais água. Mas ainda precisamos de ter mais: aquilo que nós temos lá não é aquilo que nós queremos. Aquilo que nós temos ajuda-nos um pouco, mas nós queremos ter mais. E essa vontade de querer ter mais é que vai permitir-nos acabarmos com a pobreza. Não vamos descansar enquanto não acabarmos a pobreza. Sabem meus irmãos: há pessoas que pensam que são ricas e pensam os pobres são os outros. Pensam que os outros são pobres: “eu tenho meu carro; eu tenho a minha casa; eu tenho a roupa que quero; eu tenho geleira, então eu não sou pobre!” é pobre sim senhor. É pobre sim senhor. Quando ele vai visitar os pais, os pais também tem isso? Tem todos? Quando vai visitar os irmãos, os irmãos têm essas coisas todas? É ele sozinho que tem. Riqueza sozinho não vale nada. A riqueza sozinho não vale nada. Não é riqueza. Temos que batalhar para todos nós sairmos da pobreza. Todos nós sairmos da pobreza. É isso que é combater a pobreza.

Por isso gostaríamos de repetir: nós podemos vencer a pobreza! Já vimos sinais de que podemos acabar com a pobreza, mas ainda temos um caminho muito longo a percorrer. Ainda hoje estivemos aí ver a distribuição daquelas juntas de bois. Os bois foram entregues a pessoas que não tinham bois. Agora as pessoas têm bois. Não quer dizer que acabaram a pobreza deles, mas são menos pobres que antes. A vida deles mudou. Mas é preciso pôr aqueles bois a produzir para poder resolver o problema da pobreza. E depois ajudar as outras pessoas a terem bois. É isso que vai ajudar a resolver o problema da pobreza. Ainda hoje estivemos naquelas casas que são para as crianças nossas necessitadas poderem viver e arranjamos pais para poder apoiar as crianças. Mas isto não resolve o problema das crianças, mas ajuda a resolver o problema das crianças. É melhor do que ontem. Ontem não havia essas casas. Quando chovia as crianças eram apanhadas em qualquer lugar. Por isso, a nossa preocupação é de se ver aquilo que está a acontecer e vermos que mais nós queremos que aconteça para poder resolver os nossos problemas. Este é o nosso objectivo. Nós moçambicanos, no passado vencemos grandes inimigos. Nós moçambicanos temos um inimigo hoje. O nosso inimigo é a pobreza. Nós moçambicanos havemos de vencer a pobreza. Para vencer a pobreza temos que estar muito unidos como irmãos, do Rovuma ao Maputo, do Indico ao Zumbo. Se acontece alguma coisa a um irmão todos ficam preocupados. Ficamos todos unidos. Mas não basta. Temos que observar bem aquilo que acontece para vermos que nós temos força para vencer a pobreza.

O nosso país já não é igual ao que era antes. Agora está a mudar. E amanhã tem que continuar a mudar. E este mudar significa que aquele que não tinha casa já pode ter casa. Pode não ter a casa que quer, mas já terá uma casa melhor. Aquele que não tinha bois, já tem alguns bois. E é isso que é lutar contra a pobreza. E é isso que é a mudança. Bom, essas são as minhas primeiras palavras para a população da Catembe. E queria pedir dez cidadãos para virem partilhar connosco. Para vermos como é que podemos avançar. Porque isto que eu disse são palavras, mas no meio há obstáculos. Há muitos obstáculos: pode ser crime; pode ser burocratismo; pode ser doenças; pode ser deixar andar. Há obstáculos. Qual é a luta que nós fazemos contra obstáculos? Como é que podemos fazer essa luta? Para podermos vencer temos que estar unidos! Para podermos vencer temos também de ser capazes de ver aquilo que acontece todos os dias para

compararmos se é igual ou não daquilo que aconteceu ontem e para amanhã podermos melhorar. Então eu pedia dez cidadãos para virem para aqui. Agora os dez cidadãos que vierem para aqui podem ser crianças, podem ser adultos – naturalmente homens ou mulheres – seria bom evitar repetir aquilo que os outros tiveram dito. Assim vamos ter mais conselho. Vamos beneficiar de mais conhecimento. Obrigadol (**Palmas**)

(seguem-se as intervenções)

Moçambique boye!

(Hoye!)

Hey hiswinhingui mani!

Eu quero agradecer sinceramente esta vossa contribuição. Aqui apresentaram a situação de Catembe e falaram das dificuldades que estão enfrentando:

Primeiro houve a apresentação do problema pessoal mas um problema dramático. A pessoa que tem os seus familiares adultos que partiram e que ficaram crianças e ela é responsável por isso;

Aqui apresentaram também que o Governo trabalha bem mas na Catembe há o problema da travessia: o ferryboat só atraca quando a maré está cheia; as estradas intransitáveis: por exemplo daqui para Bela-Vista, para Dragagem, Cancana, a estrada de Viana que leva lá para Ndambine...

Também falaram da questão da água. Nós naturalmente registamos tudo isso. Vai servir de base para nós avaliarmos a situação da Catembe, para depois vermos o que é que se está a fazer e o que é que se vai fazer;

Falaram da falta de transporte para a Polícia;

Falaram da situação dos trabalhadores-pescadores que não tem seguros praticamente; Falaram em repetição no asfalto necessário para a estrada;

Falaram também da necessidade de termos uma muralha aí para proteger contra a erosão marítima naquele caminho que dá para a dragagem;

Falaram da expansão da rede eléctrica a todos os bairros; e falaram também da água limpa, água potável que ainda não está a cobrir todos os bairros;

Indicaram ainda o problema dos transportadores e motoristas que não tem condições legais de funcionar; e que há pessoas que estão ilegalmente no país; e que há pessoas que não pagam impostos; e que temos que repensar o problema dos controle, de cancela, na Polícia; e também para proteger o camarão e o peixe porque a maneira como estão a pescar este recurso vai acabar;

Falaram ainda da questão do Estádio da Emodraga;

Referiram-se ao mercado que começou a construir e que não termina a construção;

E que há falta de barcos a noite; falta de transporte para o porto ou do porto a noite em particular; falta de farmácia; falta de ambulância depois das 15:30; falta de carro funerário e também falaram de bancos; falaram de sete milhões; e que a cidade ou município não tem plano urbano;

Falaram também da situação grave por causa do SIDA e também da necessidade de reforçar o pessoal da saúde; e que é preciso que as crianças tenham um lugar para se divertirem sem se misturar com os adultos. As outras coisas que disseram é uma repetição, mas mais ilustrada. Nós anotamos. Queríamos dizer que é exactamente por isso que a nossa agenda é contra a pobreza. Ainda há muita coisa que nos falta e nós temos que trabalhar para podermos ultrapassar isto. E uma parte do trabalho é aquilo que fizeram hoje: quando expõe os problemas, com a clareza que apresentaram. Isso dá-nos mais sensibilidade a nós e as autoridades da Cidade também. Por isso queria agradecer-vos por essa vossa contribuição. O fundamental é que nós estamos juntos na luta contra a pobreza e vamos continuar a trabalhar juntos. A nossa missão é ir reduzindo a pobreza. E só podemos alcançar isso se estivermos a trabalhar convosco e se também confiarem e trabalharem...

COMÍCIO DE CHICOMPHENDE, DISTRITO DE CHANGARA – 18 DE ABRIL DE 2007

Povo Moçambique unido do Rovuma ao Maputo hoje!

(Hoye!)

Povo Moçambique unido do Rovuma ao Maputo hoje!

(Hoye!)

Província de Tete hoje!

(Hoye!)

Província de Tete hoje! (Hoye!)

Changara hoje! (Hoye!)

Changara hoje! (Hoye!)

Chicomphende hoje! (Hoye!)

Chicomphende hoje! (Hoye!)

Muito bom dia! (Bom dia!)

Eu estou a ver que estamos de facto em festa. Quando eu vejo as pessoas, a população de Changara – e em particular a de Chicomphe – alegre isso mostra também que há festa. Porque festa é alegria. Não alegria de um ou de dois. Alegria de todos nós. E eu notei isto desde a nossa chegada ontem em Changara e hoje também ao chegar aqui. Vimos as danças; as mensagens das danças, e vimos que em tudo isso se valoriza o ser moçambicano. Se celebra a moçambicanidade. Se valoriza este maravilhoso povo, o maravilhoso povo moçambicano. Por isso, eu também estou satisfeito porque estamos em festa.

Quero aproveitar saudar e agradecer este entusiasmo, mas também a oração que aqui foi dirigida. Nós quando andamos temos que saber para onde vamos. E as vezes nós não vemos onde nós vamos. Mas queremos chegar lá. Mas precisamos de ser iluminados. Precisamos de ser mostrado o caminho e o caminho ficar mais claro. E a oração ajudanos exactamente a ver mais claro, porque nós sabemos que não há marcha fácil quando queremos chegar a felicidade. A marcha é difícil. As dificuldades aparecem: o cansaço, o sol, a chuva, o vento, até os animais... Mas nós temos que vencer. Temos que persistir. Temos que ter certeza que vamos chegar lá, andando, marchando. Por isso mesmo, o nosso caminho iluminado – queremos agradecer a oração que foi feita!

Também queria agradecer as ofertas... Muito obrigado! **(Palmas)**

Muito obrigado!

Eu tenho duas preocupações. A primeira preocupação é de que este ano, no próximo ano, e no outro ano, temos eleições. Quando nós temos eleições costumam aparecer dúvidas e problemas. Alguns não sabem qual é a importância de eleições. Alguns não compreendem que as eleições têm por objectivo escolher aqueles que vão fazer aquilo que a gente quer. Por isso aparecem várias pessoas. Uns dizem: **se eu ganho as eleições não vai pagar impostos! hospital vai encher aqui; escola... até universidade vai entrar aqui: quando alguém acorda de manhã quer entrar para universidade, só entra só!** Estão a prometer. Os outros prometem outras coisas. Mas nós temos sorte em Moçambique. Já nos conhecemos. Quando alguém diz uma coisa, já sabemos para onde vai. Por isso, nas eleições que nós temos é importante valorizar a nossa

todos os moçambicanos. Íamos para Maputo a lamentação era essa. Íamos para Niassa, a mesma lamentação. Íamos para Nampula, a mesma coisa. Íamos para Sofala, também. Aqui em Tete, a mesmíssima coisa. Era o problema comum e igual para todos. E todos queriam a mesma solução. Acabar com a guerra. Então, os moçambicanos trabalharam e a guerra acabou. A guerra acabou! Já estamos não sei quantos anos... quantos anos? Quinze anos! Ok, vamos fazer quinze não em Outubro. Não há guerra. Era o problema comum que todos queriam resolver. Vencemos.

Agora há um problema comum que ainda continua. Esse já vem de há muito tempo, mas não se podia enquanto no país quem mandasse fossem estrangeiros, ou enquanto no país houvesse guerra. Esse problema vem de há muito tempo. A Independência e a paz abrem oportunidade para resolvermos. É a pobreza. A pobreza. Não nos enganemos. Podemos ver alguns a andar de carro e concluirmos que aquele não é pobre. É pobre sim senhora. É pobre sim senhora. Quando ele está doente, no hospital onde ele vai tratar-se, não tem tudo aquilo que ele precisa. Quando ele quer viajar, não viaja a vontade porque as vezes não há transporte. É pobre sim senhora. A família dele, os pais dele, os irmãos dele passam fome. As vezes só ele sozinho é que tem comida boa. Só ele sozinho é que tem carro. Mas os irmãos não., Vão para casa dele pedir. É rico esse? **(Não!)**

É pobre sim senhora! Todos os moçambicanos sofrem de pobreza, mesmos aqueles que parecem que não sofrem. Então é problema comum esse. É problema comum. Queremos remover. Mas como remover a pobreza? Como remover a pobreza? Há muitas maneiras. Mas há certos aspectos que são centrais:

Primeiro, é passar para o distrito o combate contra a pobreza. Estamos no distrito. Vamos combater a pobreza. Combater a pobreza significa o quê? Ter garantia de escola. Ter garantia de hospital. Ter garantia de maternidade. Ter garantia de chapa. Ter garantia de ambulância. Poder ter telefone. Poder ter energia. Isso é que é combater a pobreza. Mas nós não temos tudo isso hoje. Nós não temos tudo isso hoje. Viver numa casa melhorada. Uma casa melhorada. Um lugar por exemplo como aqui. Uma casa de tijolo. Boa. Não uma casa pequenina assim. Quando uma pessoa entra na casa, parece estar a esconder-se, na casa dele!? **(Risos)**

Uma casa grande, com janelas grandes, com porta – não aquela porta de carregar **(Risos)** Isso é que é combater a pobreza. Isso é que é combater a pobreza. Na casa ter quarto para as crianças. Rapazes de um lado e raparigas de outro lado. Isso é que é combater a pobreza. Isso é que é combater a pobreza. É no distrito onde tem que acontecer isso. Nós não temos tudo isso. Temos algumas dessas coisas. Outras coisas não temos. E há coisas que nós temos que não chegam para todos. Eu posso ter telefone, mas aquele meu vizinho não ter telefone. Eu posso ter água, mas meu vizinho na povoação que está ao lado não ter água. É por isso mesmo, que o governo da Frelimo diz que para acabar com a pobreza vamos para o distrito. É lá onde está a maioria do nosso povo. O maravilhoso povo moçambicano também está no distrito, e vamos lutar contra a pobreza ali. Se lutarmos contra a pobreza ali, o país vai deixar de ser pobre. O país vai deixar de ser pobre!

Segunda coisa. Para podermos combater a pobreza no distrito, temos que ter instrumentos. Temos de um lado, o governo distrital, o administrador, mas nós acreditamos que além deles é preciso que o povo nos possa ajudar. É preciso que o povo nos possa ajudar para ver as questões que aparecem. É por isso que está decidido ter-se o conselho consultivo. No distrito, o conselho consultivo distrital. No posto administrativo, o conselho consultivo do posto administrativo. Na localidade, o fórum

da localidade. São aquelas pessoas respeitadas nesse nível e que a tarefa deles é quando saem da seu trabalho, da sua machamba, etc. ou da sua escola – se é professor – ver quais são as preocupações das populações.

O que é que falta ao povo que nós podemos resolver. O que é que falta ao povo? É água? O que é? Eu acho que há uma coisa quase comum. Emprego. Há muita gente que não tem emprego. Também, comida. Há muita gente que não tem comida. Por exemplo aqui onde nós estamos no sul, temos muito gado bovino, temos muito cabrito mas temos dificuldade de ter milho. Temos dificuldade de ter comida. Então, como resolver o problema? Se tem gado, porque não utilizar o gado para poder comprar comida? Porque não utilizar o leite do gado bovino para poder dar como alimento em casa? Estas são as preocupações. O conselho consultivo. Vimos o distrito. O conselho consultivo. E mais. O governo nosso tirou sete milhões. Sete milhões, para dizer que isto aqui é para apoiar o distrito. Entrega nas mãos do conselho consultivo. Qual é o trabalho destes sete milhões? Produção de comida e produção de trabalho. Arranjar trabalho. Encontrar maneiras de arranjar trabalho para os nossos jovens não terem problemas.

Essas são as formas que são encontradas para combater a pobreza. Nós temos a experiencia de um ano com os sete milhões. Cometemos alguns erros com os sete milhões. Agora temos que corrigir, já que descobrimos que há erro. E nós queremos resolver o problema de comida e queremos resolver o problema de trabalho. Podemos resolver o problema de trabalho. Basta arranjar uma pequena empresa e produzir blocos ou tijolos. Quem quiser fazer uma casa boa, vai comprar. Vende cabrito e compra alguma coisa. Vai melhorar a vida e dar trabalho. Os sete milhões podem ser utilizados para comprar equipamento e entregar a alguém que sabe trabalhar que o conselho consultivo sabe que sabe trabalhar e que vai dar emprego aos nossos jovens. Então assim, vai produzir tijolos. Aqueles sete milhões podem ser utilizados para poderem criar uma pequena empresa de construção para fazer casas. Os sete milhões criam as maquinetas necessárias, mas dão-se a pessoas que vivem aqui no distrito. Que são conhecidos no distrito. O dinheiro não é dado. O dinheiro não se dá. O dinheiro não se dá. Pode se dar comida. Dinheiro não se dá. Tem que pagar. Tem que se dar a alguém que a gente sabe que seis depois vai pagar. Para aquele dinheiro sair dali e ir ajudar outro. Aquele dinheiro sair ali e criar mais emprego. É isso que nós queremos fazer para que o distrito deixe ser pobre. É uma luta grande. Vai levar muito tempo. Vai dar muitas dores de cabeça. Também foi assim com a Luta de Libertação Nacional. Também foi assim para acabar com a guerra. Aquilo que tem muito valor não se encontra com facilidade. Então, temos que ser capazes de ir trabalhar nesta nova batalha, no distrito. Aqui no distrito, para irmos acabando com a pobreza.

Moçambique hoye!

(Hoye!)

Distrito hoye!

(Hoye!)

Distrito hoye!

(Hoye!)

Eu estive a falar até agora. Depois de vos agradecer. Depois de agradecer a oração e depois de agradecer as ofertas, falei das eleições. Que é fundamental que nós participemos nas eleições. E depois, falei-vos do distrito. O distrito é que nos vai libertar da pobreza. E o distrito são vocês. O distrito como o lugar onde concentramos a nossa

acção e o conselho consultivo como o instrumento que utilizamos que é da confiança do nosso povo. Os sete milhões como um meio para arranjar emprego para os nossos filhos que andam aí sem emprego e para produzir comida. Agora eu quero ouvir os vossos conselhos. Podem vir cinco cidadãos. Só pedia que não repetissem aquilo que o outro disse, a ver como é que podemos marchar. A pobreza está com todos nós, mesmo aqueles que pensam que não são pobres. A pobreza está com todos nós. Nós só podemos viver tranquilos quando todos nós tivermos de comer, escola, hospital...

(seguem-se as intervenções dos cidadãos)

Moçambique boye! (Hoye!)

Moçambique boye! (Hoye!)

Quero agradecer as contribuições que aqui trouxeram. Nas contribuições que apresentaram, é claro e é óbvio que a população de Changara está preocupada com o desenvolvimento. Quer acabar com a pobreza. E vimos que praticamente tudo aquilo que é dito aqui são propostas para acabar com a pobreza. Isso mostra a maturidade da população. Não está a pensar muito em termos individuais. Está a pensar também em termos de outros moçambicanos que se encontram nesta terra.

Falaram de universidades. É verdade que é preciso haver universidades. Aquilo que eu posso dizer é que no país temos caminhado muito nessa linha. Se se lembrarem, em 1975 havia apenas uma universidade. Uma universidade estatal que estava em Maputo. E nesta universidade dos cerca 2000 estudantes, apenas 40 é que eram moçambicanos. Os outros eram estrangeiros. Com a Independência, imediatamente a universidade transformou-se. E hoje nós temos na universidade, não só muitos alunos moçambicanos, mas muito também professores moçambicanos. A maior parte dos professores que ensinam na Universidade Eduardo Mondlane são moçambicanos. Mas como eu disse, logo depois da Independência criaram-se outras universidades. Criou-se uma Universidade Pedagógica e criou-se uma universidade para diplomatas. A Independência trouxe mais alunos para a universidade. Começou a haver professores moçambicanos e criou-se a universidade pedagógica e criou-se a universidade para diplomatas. Além disso, há hoje muitas universidades privadas. E hoje praticamente em todas as capitais provinciais nós temos universidades no nosso país. As províncias que faltavam ter universidades – estou a falar de universidade do Estado, ou melhor cursos – eram Gaza, Manica, Tete e mais outra que vou falar. Estas três províncias, o ano passado já começaram com o ensino técnico. Agora aqui em Tete já se pode estudar minas – curso superior. Agora há uma província que ainda não tem universidade. É a província de Maputo. Há cidade de Maputo – que tem muitas universidades – mas a província de Maputo não tem universidade. Também é preocupação para nós. Isso é para dizer que as universidades estão a chegar a todo o lado. Mas o companheiro que falou aqui tem razão. As nossas universidades não conseguem absorver todos os nossos jovens que terminam a décima segunda. Este é um problema que nós temos. Vamos continuar a trabalhar para ir resolvendo esse problema.

Depois falaram do hospital. Registamos.

Aqui foi falado da construção em curso da linha de transporte de energia. Como ainda não chegou, as pessoas só estão a ver covas e postes. Não vamos dizer que já chegou. Mas parece que está a aproximar. Mas vai chegar. Mesmo nesta aldeia vai chegar.

Aqui falaram de outras coisas que também são muito importantes. A necessidade de termos represas para a irrigação de água. A necessidade de termos charruas para

comprar. A necessidade de ter fábrica para conservar a carne. A necessidade de ter fábrica para aproveitar as peles. A necessidade também de fazer o aproveitamento de leite. Nós registamos isso, mas vamos trabalhar juntos. Porque isso são investimentos que não são do Estado. O Estado tem que convencer pessoas a virem aqui. Se a vontade vossa é essa, é essa mensagem que vai sair para fora. Que os changarenses querem pessoas para irem investirem nestas áreas. Mas em relação ao leite, o leite pode não ter que esperar pela fábrica grande. O leite pode ser feito em casa. Ser transformado em casa. Transformado em queijo e transformado em manteiga. Isto pode se fazer em casa. Agora como é que vai fazer em casa? Então devíamos estudar aqui. O conselho consultivo devia estudar aqui. Como arranjar alguém que ensina a fazer isso? As pessoas deviam fazer isso em casa. Esta ideia é muito boa: melhor aproveitamento dos nossos recursos.

Bom, eram estes pontos que eu queria notar e agradecer mais uma vez o vosso espírito e a vossa contribuição. Vê-se claramente que o objectivo de Changara é o desenvolvimento.

Nós hoje falamos das eleições. Irmos votar. Ir recensar.

Nós hoje falamos do lugar que vai combater, acabar com a pobreza. Falamos do conselho consultivo. Falamos dos sete milhões. E agora aprendemos da população de Changara que há coisas que se podem fazer para acelerar o desenvolvimento. Falaram de represas. Falaram de aproveitamento do leite. Do aproveitamento das peles e também de melhor conservação da carne.

Moçambique hoye!

(Hoye!)

Provincia de Tete hoye!

(Hoye!)

Muito obrigado!

(Palmas)

COMÍCIO DE MANDIMBA – 22 DE ABRIL DE 2007

(...) Saudar toda a população de Mandimba, em particular aos seus representantes aqui presentes. Queria saudar-vos pela alegria que nos transmitiram desde o momento em que nós aqui chegamos. Vimos essa alegria no aeroporto. Vimos essa alegria nas danças. Ouvimos a alegria nas canções. Isso tudo mostra que a população de Mandimba, tal como nós, está satisfeita. Muito obrigado Mandimba! (Palmas)

Quero também agradecer as actividades culturais que nós vimos aqui também, ao longo do caminho e aqui mesmo no nosso palco. Transmitiram esse mesmo calor. Quero em particular também agradecer a oração feita pelo padre da Igreja Católica e também pelo shehe da religião muçulmana que procuram através disso iluminar o nosso caminho. Procuram mostrar-nos o caminho verdadeiro para podermos continuar a trabalhar para este nosso maravilhoso povo. Muito obrigado! Continuem a rezar e a ajudarem-nos a ver o caminho.

Eu tenho duas mensagens. E depois de eu transmitir as minhas mensagens, eu espero também ouvir as vossas mensagens. Porque quando estamos numa reunião como esta, nós estamos num momento de convívio. Mas sobretudo num momento de aprendizagem. Aprendemos aquilo que noutras circunstâncias não poderíamos aprender. Por isso, nós estaremos atentos – depois de transmitir a nossa mensagem – a ouvir as vossas mensagens. Mas antes de transmitirmos as nossas mensagens ou de ouvir as vossas mensagens, gostaríamos de apresentar-vos os companheiros que estão comigo.

(seguem-se as apresentações)

Eu tinha dito que tinha duas mensagens. E depois de vos saudar e de agradecer pelo vosso carinho, pela vossa amizade, eu achei que era bom falar de dois assuntos. O primeiro assunto tem a ver com a questão da unidade nacional. A unidade nacional. A unidade nacional é alguma coisa que pode ser fonte de força. A unidade nacional foi ela que fez com que nós moçambicanos vencêssemos nas lutas que nós fizemos contra os nossos inimigos. Antes de termos a unidade nacional neste país nós sofríamos, sofríamos e não víamos quando é que o sofrimento havia de acabar. Nós dividíamos-nos em tribos. Dividíamos-nos em raças. Dividíamos em regiões de onde nós vínhamos e pensávamos que ser diferente era mau. Isto é se uma pessoa fala Yao e outra pessoa fala macua, ou outra pessoa fala chinyanja, ou outra pessoa fala chuabo, ou outra pessoa fala ndau, ou fala sena, que isso era mau!

Por isso, durante muito tempo nós não conseguíamos lutar contra a dominação estrangeira. Lutávamos sim, mas perdíamos sempre, porque cada um lutava do seu lado, até que nasceu a Frelimo e através do seu presidente Eduardo Chivambo Mondlane (...) Eduardo disse que a unidade valoriza as diferenças. As diferenças não são nada mal. Enriquece-nos quando usamos essas diferenças para alcançar o mesmo objectivo. E nós vemos em muitos exemplos no dia-a-dia, que as coisas diferentes juntas, quando são para realizar o mesmo objectivo avançam mais rapidamente e alcançam esse objectivo. Eu posso dar o exemplo da bola. Um grupo de 11 jogadores. Um dos jogadores é guarda-redes. Agarra a bola com as mãos. Os outros jogadores utilizam o pé esquerdo para rematar. Outros utilizam o pé direito. Uns jogam do lado esquerdo. Outros jogam do lado direito. E outros da zona central. Todos eles diferentes. O pé que utilizam pode ser diferente. Uns correm mais do que os outros. Uns utilizam a cabeça para jogar melhor. Uns saltam mais que os outros. Mas quando combinam as suas diferenças – quando combinam bem as suas diferenças – então são capazes

de ganhar e de chegar a baliza adversária. São diferentes, mas tem uma equipa. São diferentes, mas tem um objectivo. É assim no nosso país. É assim no nosso país. Nós temos pessoas que falam línguas diferentes, e utilizam essas línguas diferentes para poder ter força e para combater contra o inimigo. Temos pessoas que vêm de regiões diferentes. Que tem culturas diferentes. Uns têm mais mandioca do que milho. Uns têm mais mapira. Outros têm trigo. Outros têm batata. Outros é com peixe que vivem. Essa diferença toda faz de Moçambique um grande país. Faz de Moçambique um país capaz de vencer qualquer inimigo. Mesmo aqui onde nós estamos – aqui nesta reunião – nós somos diferentes, mas porque temos o mesmo objectivo de participar nesta reunião, estamos aqui todos unidos a procura de ouvir para sairmos daqui mais enriquecidos e realizarmos o nosso objectivo que é de acabar a pobreza. Aqui onde estamos somos diferentes:

Aqui há homens. Aqui há mulheres. São iguais? (Não!)

Aqui há crianças. Aqui há adultos. São iguais? (Não!)

Aqui há claros. Aqui há escuros. São iguais! (Não!)

Aqui há magrinhos. Aqui há um bocadinho.... (Risos) são iguais? (Não!)

Mas juntamos essas diferenças todas e estamos aqui todos preparados para ouvir, para aprender, para transmitir, para ensinar e sairmos daqui fortes, capazes de mudar para melhor a vida a nossa vida do nosso país.. É por isso, meus irmãos, que quando Mondlane descobre que a unidade se faz da diferença e diz que a diferença não é má – a diferença enriquece. É por isso mesmo que a partir daí a história do povo moçambicano virou. E a primeira coisa que foi feita foi tirar o colonialismo. O colonialismo que estava em Moçambique por quinhentos anos. Em 12 anos – porque os moçambicanos estavam unidos – saiu. Assinou acordo: diz que eu já vou para minha terra. E no ano seguinte ficamos independentes, por causa da unidade que é a grande força.

E é também por causa da unidade que a guerra que estava aqui no nosso país – para sair daqui para Ngauma – Massangulo ali – era preciso coluna. Para sair de Massangulo para Lichinga era preciso coluna. Mas quando nós moçambicanos resolvemos que aquilo que se passa neste país é nosso, de todos nós. Essa terra cobre todos moçambicanos. Quando sofre um moçambicano outro também sofre. Somos irmãos. Queremos todos viver em paz. Nós moçambicanos decidimos isso. Acabou a guerra. Acabou a guerra. Já se pode ir a pé, se quiser, até Massangulo. Já pode sair daqui a vontade para Cuamba, já não é preciso nenhuma coluna. Porque unidos nós somos fortes. Unidos não há inimigo que aguente connosco. **(Palmas)**

E a unidade mostrou: afastou o colonialismo! Afastou a guerra!

Agora, temos mais outro inimigo: todos nós moçambicanos desde o Rovuma até ao Maputo; desde o Zumbo até ao Índico, temos todos um inimigo: pobreza! Pobreza! **(Palmas)**

Nós moçambicanos somos pobres. Temos muita coisa boa, a começar pelo povo. Nós temos um maravilhoso povo. Um grande povo. Um povo raro. Um povo que é capaz de afastar o colonialismo é raro esse. O povo que é capaz de parar com a guerra é raro esse. Somos um grande povo. Mas somos pobres. Nós temos boa terra, mas somos pobres. Nós temos água nos rios, mas somos pobre! Nós temos água nos lagos – Lago Amaramba, Lago Niassa – mas somos pobres. Nós temos muita coisa escondida lá debaixo da terra, mas somos pobres! Então, o problema pobreza não está em procura qualquer coisa fora de nós. É utilizar a nossa unidade para poder transformar esta

riqueza em riqueza dos moçambicanos. E nós moçambicanos somos capazes de fazer isso. Eu tenho certeza que somos capazes! Eu repito: nós moçambicanos aqui, batemos o colonialismo! Nós moçambicanos aqui, acabamos com a guerra! Agora, é nossa missão acabar com a pobreza!

É por isso – minha segunda mensagem – é por isso que o governo da Frelimo decidiu que para acabar com a pobreza em Moçambique é preciso trabalhar no distrito. O distrito é o nosso centro. Para todos nós. Estão a ver, todo isso está distrito! No distrito é onde está a solução do problema da pobreza. A maior parte do nosso povo vive no distrito. Grande parte da nossa riqueza está no distrito. Mas o distrito ainda é pobre. Então, nós temos que ir para o distrito. Ou melhor, temos que estar no distrito. Melhor ainda, temos que transformar o distrito para que o distrito deixe de ser pobre.

E o que é o distrito deixar de ser pobre?

É o distrito ter escolas. Vocês falam de escolas aqui. Querem mais. É boa coisa essa. É o distrito ter escolas melhores ainda. É o distrito ter telefone. É o distrito ter energia. É o distrito ter hospital. É o distrito ter boa estrada. É as pessoas que trabalham no distrito melhorar a sua casa. É as pessoas que estão no distrito terem a loja onde comprar as coisas que querem. É as pessoas que vão ao distrito, poderem chegar lá e encontrarem um hotel onde viver. Isso é que é combater a pobreza. A pobreza não acaba num dia. Assim como a escola não acaba num dia: estudamos primeira classe, depois segunda classe, terceira... até, até... são muitos anos! A pobreza também não acaba num dia, mas cada dia deve ser diferente do dia seguinte. Cada ano deve ser diferente. Dois mil e seis foi um ano bom, mas dois mil e sete tem que ser melhor ainda. Dois mil e oito tem que ser um ano melhor ainda. Por isso, o distrito tem que ser a nossa base. Como estão a ver, nós aqui em Mandimba, temos algumas dessas coisas, mas não temos outras coisas. Temos algumas coisas, mas não temos todas as coisas. Temos hospital, mas ainda queremos um hospital melhor, não é assim? **(Sim!)**

Ainda não temos. É sinal de que somos pobres. **(Palmas)**

Querem escola. Temos escola – vai até a décima classe, não é?. Mas querem ter mais. É sinal de que somos pobres. Então vamos todos nós trabalhar, para ir alcançando pouco a pouco aquilo que nós queremos. Então, o governo da Frelimo – o vosso governo – decidiu: primeiro, o distrito é que é o centro. Em segundo lugar, que no distrito para apoiar o administrador – para apoiar os membros do distrito – é preciso haver e funcionar um conselho consultivo. Conselho consultivo são as pessoas consideradas importantes pela população que se reúnem com o administrador e outros membros do governo e discutem os assuntos do distrito e então procuram ajudar a ver como resolver os problemas que nós temos. O conselho consultivo é para poder ver onde é que está a pobreza agora? O que é podemos fazer para resolver o problema da pobreza e aconselhar o administrador? O governo ainda fez outra coisa. Arranjou sete milhões. Sete milhões de meticais. Este dinheiro quem decide a sua utilização é o conselho consultivo. O administrador apresenta ao conselho consultivo e o conselho consultivo – segundo as propostas que houver – diz este dinheiro vai ser utilizado desta ou daquela maneira. No ano passado já se mandaram sete milhões. Este ano também um pouco mais, mas vamos chamar sete milhões. Quem decide é o conselho consultivo. Mas é para fazer o quê com esse dinheiro? Duas coisas. Duas coisas: aumentar comida e criar emprego no distrito **(Palmas)**

Nós temos muitos jovens. Nós temos muitos jovens. Alguns fizeram a décima classe. Alguns fizeram a sétima classe. Mas não têm emprego. Não têm onde trabalhar.
(Palmas)

Não se pode combater a pobreza enquanto as pessoas não trabalham. As pessoas não produzem. Como somos um país pobre, não podemos arranjar emprego de uma vez para todos. Então, dá-se aqueles sete milhões para arranjar maneira de arranjar emprego para a nossa juventude. E esse emprego é arranjado aumentando a comida. Melhorando as condições de vida. Por isso, o conselho consultivo tem a responsabilidade de escolher quem é aquele a quem vai emprestar aquele dinheiro. A quem vai emprestar aquele dinheiro, para emprestar somente aquele que vai aumentar comida e ou vai aumentar emprego. Vai fazer coisas para resolver esses dois problemas. Mas também tendo certeza que aquela pessoa ou aquelas associações que são emprestadas vão pagar. Vão devolver o dinheiro. Porque quando devolvem o dinheiro, vai permitir emprestar a outro. E outro vai arranjar emprego para outro. Vai permitir emprestar ainda a outro. E outro vai aumentar a comida. E vai emprestar ainda a outro. E esse outro vai transformar a comida. Vai fazer farinha de milho. É isto que preocupa ao conselho consultivo. Os sete milhões são para serem utilizados e gastos aqui no distrito. São para aumentar a comida e aumentar emprego para nossa juventude.

Moçambique hoje!

(Hoye!)

Moçambique hoje!

(Hoye!)

Se nós estivermos unidos. Se o conselho consultivo, o governo distrital e a população estiverem unidos, a fome e a pobreza vão acabar no nosso país. E muito rapidamente. E o distrito será o lugar onde vai desaparecer a pobreza. Eu disse que tinha duas mensagens. A primeira: unidade. A segunda: luta contra a pobreza. Para unidade: valorizarmos as nossas diferenças e trabalharmos todos para o mesmo objectivo. Para acabar com a pobreza, o distrito é que é o centro do país e depois há o conselho consultivo que ajuda a ver as questões. E o conselho consultivo tem sete milhões para gastar e arranjar mais emprego e mais comida, para garantir que aqueles que são emprestados devolvam o dinheiro para aquele dinheiro criar sempre noutros cidadãos a mesma coisa. Agora queria ouvir as vossas mensagens. Queria ouvir as vossas mensagens de oito cidadãos, para aqui. Eu só peço que não repitam as mensagens. O nosso objectivo é construir e avançarmos na luta contra a pobreza. Que dificuldades temos e como remover? O que é que nós ainda não vimos que devíamos ver para permitir que efectivamente acabe a pobreza?

(seguem-se as intervenções dos cidadãos)

COMÍCIO NO LIÚPO, SEDE DO DISTRITO DE MONGICUAL – 4 DE MAIO DE 2007

(...) Queria assim saudar toda a população do distrito de Mongicual. E queria aproveitar a oportunidade para saudar também a população dos distritos vizinhos que também está aqui presente. Quero ao mesmo tempo agradecer esta recepção muito, muito calorosa. Esta recepção que tem muita cor e muita vida. Esta recepção que foi enriquecida pelas vossas belas canções, assim como pelas vossas bonitas danças, onde íamos ouvindo mensagens atrás de mensagens explicando as preocupações e as expectativas da população. E naturalmente queria agradecer aquele grupo que apresentou aqui acrobacias. É muito bom ver os jovens moçambicanos a desenvolver acrobacias. Aquilo mostra que quando a mente, quando a força de vontade é grande, a pessoa pode fazer maravilhas no seu corpo. Aliás, a província de Nampula é muito bem conhecida neste aspecto. Há alguns anos aí havia na Ilha de Moçambique, também um acrobata. E agora temos a possibilidade saber que também aqui nós temos acrobatas. Muito obrigado por isso!

Mas também queria agradecer pelas valiosíssimas ofertas que acabam de nos oferecer. Uma oferta é algo de muito importante para aquele que dá, para aquele que oferece. Muitas vezes as pessoas oferecem, dão aquilo que lhes faz falta. Mas para mostrar, para testemunhar a amizade, preferem tirar essa coisa que não tem, que lhes faz falta e oferecer a pessoa amiga. Esta questão das ofertas mostra também o profundo espírito de solidariedade para com as outras pessoas. A solidariedade que é característica do nosso maravilhoso povo moçambicano. O maravilhoso povo moçambicano do Rovuma ao Maputo tem um sentimento muito forte como irmão. Por isso, quando acontece alguma coisa com um dos irmãos, o outro irmão, lá longe ou aqui perto, reage e vem em seu socorro. Nós vamos tomar as ofertas que foram feitas aqui e uma parte, particularmente no que se refere a alimentação e vamos considerar como ofertas de solidariedade. Oferta de solidariedade para com aqueles aqui na nossa província, aqui no nosso distrito, se encontram em dificuldades:

Há jovens que vivem nos lares das escolas e que as vezes têm dificuldade de ter comida. Raramente comem carne. Aqui nós temos cabrito. Uma parte poderá ir para esses lares, para que o nosso jovem estudante se lembre sempre de que Mongicual está solidário para com ele;

Existem pessoas, crianças em particular, e que não tem pai, e que vivem apoiados, amparados por pessoas de coração muito profundo e que precisam também de ter uma boa alimentação. Uma parte também será para eles. Para estas nossas criancinhas saberem que receberam de Mongicual apoio – apoio que é dado por Mongicual – significa o apoio e o amparo da grande família de Moçambique;

Também há pessoas que têm SIDA, estão doentes, estão fragilizados – e porque agora já se consegue arranjar anti-retrovirais, medicamentos, que ajudam a resolver o problema, e apesar de sabermos que SIDA não tem cura – mas esses medicamentos para funcionarem tem que encontrar um corpo bem alimentado e o corpo quando não é bem alimentado, o medicamento em vez de ajudar a reduzir o efeito da doença, agrava. Por isso nós também vamos encaminhar uma parte da comida que nos ofereceram para esse grupo de cidadãos moçambicanos. E vão compreender que Mongicual também se junta a família moçambicana num abraço para apoiar os seus irmãos em dificuldades.

Eu tenho uma mensagem. A minha mensagem foi reforçada por aquilo que disseram aqui. Nos discursos, nas mensagens, nas canções, ouvimos constantemente dizer que o povo de Mongicual combate a pobreza. Eu vou partilhar convosco algumas das minhas ideias sobre a questão. E depois de eu partilhar convosco essas ideias, também hei-de pedir para partilhem comigo as vossas ideias. Queremos ouvir como é que pensam, e os problemas que prevalecem por causa da pobreza. Como é que pensam que podemos acabar com eles. Porque nesta caminhada, na caminhada que nos vai levar a acabar com a pobreza, estamos todos juntos, do Rovuma ao Maputo, passando por Mongicual. Todos nós metemos na estrada e estamos a caminhar. Queremos chegar ali onde a pobreza vai acabar. Por isso também queremos ouvir a vossa opinião. Mas antes ouvir de a vossa opinião, ou melhor a vossa mensagem, e antes de ouvir também a minha mensagem, eu vou apresentar-vos alguns dos dirigentes que estão comigo.

(seguem-se as apresentações)

(...) depois de apresentar a minha mensagem também vou escutar a vossa mensagem, aliás, as vossas mensagens. A minha mensagem tem a ver com o problema da pobreza. Nós em Moçambique, em 1962, tivemos a oportunidade de ver nascer um movimento que uniu todos os moçambicanos desde o Rovuma até ao Maputo. Este movimento

Hoje é melhor a situação do que era ontem. Mas nós também sabemos que ainda não chegamos lá onde queremos ir. Ainda há escolas que faltam. Estiveram a dizer que no hospital não tem pequena cirurgia. Estiveram a dizer que é necessário passar estrada de asfalto aqui, de alcatrão. Estavam a dizer que M'cel ainda não chega a todos postos administrativos. Isso mostra que ainda faltam coisas. O que nós temos ainda não chega para todos os moçambicanos. Por isso, a nossa riqueza ainda não é explorada por todos os moçambicanos. Felizmente vem muitas empresas do exterior abrirem fábricas, abrirem minas... mas mesmo assim aquilo que fica aqui em Moçambique ainda não consegue cobrir. Por isso, a nossa caminhada para acabar a pobreza está atrasada. Nós temos que avançar. Continuar a caminhada. É assim, o governo da Frelimo, o vosso governo, decidi que para resolver o problema da pobreza, devemos trabalhar a partir do distrito. Devemos estudar a maneira de resolver a pobreza no distrito. E se no distrito nós tivermos riquezas que ficam com a nossa população, então a pobreza vai acabar mais depressa. É por isso que se diz que o distrito é o centro, é o pólo de desenvolvimento.

Decidiu-se outra coisa: que além de ser a partir do distrito; que para além do governo distrital, no distrito temos que ter um conselho consultivo distrital. No distrito temos que ter conselho consultivo Distrital. No Posto administrativo, um conselho consultivo do posto administrativo. Na localidade, o fórum da localidade. Estas são pessoas que vêm da população. Podem ser líderes comunitários, podem ser professores; podem ser enfermeiros; podem ser **chehes**, podem ser pastores, podem ser padres, podem ser camponeses. O conjunto desses todos que vem da população, que têm a confiança da população e é escolhido pela população é colocado de forma que esta organização para apoiar o governo distrital em todos os escalões identificando onde é que há problemas de pobreza e propondo medidas para combater esta pobreza. Porque nós todos sabemos que não é possível acabar a pobreza num dia. Até para produzir amendoim, nós não produzimos amendoim num dia: abrimos a machamba; revolvemos; semeamos; tiramos o capim e depois é que tiramos o amendoim. Isso leva muito tempo. Até a castanha de caju, nós plantamos, passam três anos ou até quatro anos e só depois é que começamos a ter caju. Para acabarmos com a pobreza, é fundamental também envolvermos uma luta contínua em que cada dia queremos ser menos pobre. Quando aparece estrada, já somos menos pobres. Quando aparece hospital, já somos menos pobres. Quando aparece água do furo, já somos menos pobres. É esse processo da construção da riqueza para os moçambicanos. Este conselho consultivo, para ser dado força, para ajudar a resolver os problemas foi dado pelo nosso governo sete milhões de meticais. Naquele ano passado chamava-se sete biliões.

Moçambique hoye!

(Hoye!)

Moçambique hoye!

(Hoye!)

Os sete milhões que são entregues ao conselho consultivo têm duas missões: uma, aumentar a produção de comida. Aquele que tem machamba e quer aumentar a produção da machamba e não tem dinheiro, não tem recursos – mas nós sabemos que ele sabe cultivar – então pode beneficiar. Aumentar a produção da comida.

A segunda questão é para aumentar emprego. Aumentar **mutheko**. É fundamental isso, porque temos muitos jovens nossos na idade de trabalhar, mas não sabem onde vão trabalhar. Felizmente há muita iniciativa. Há uma iniciativa CASCA. CASCA.

Conhecem? Castanha de caju! Aquelas pequenas fábricas de castanha de caju. Ajudam a dar emprego. Mas esse dinheiro é para isso. É para poder ajudar a dar emprego. Este é o nosso objectivo. Por isso mesmo, o conselho consultivo distrital é que decide. Tem que vir escrito ali que na reunião do dia tal decidiram entregar ao senhor Mussa tanto dinheiro para machamba e ele senhor Mussa garantiu que vai comprar alfaias; vai comprar bois para aumentar a machamba e produzir amendoim. Ele garantiu também que vai arranjar emprego: dez empregos aos nossos jovens daqui – daqui onde nos encontramos. Ele também prometeu, que além disso, vai devolver o dinheiro. Vai devolver o dinheiro. Esse dinheiro não é dado. Este dinheiro vem dos vossos impostos. Este dinheiro é emprestado para depois devolver. E depois de devolver, o conselho consultivo há-de emprestar a outro para fazer a mesma coisa. E depois de devolver, vai emprestar a outro ainda para fazer a mesma coisa. Isso vai aumentar a comida em todo o lado. Isso vai aumentar emprego em toda a parte. Mas o conselho consultivo é que decide, compreendem? **(Sim! Palmas)**

Moçambique hoye!

(Hoye!)

E o conselho consultivo decide certo que é para resolver os problemas aqui no distrito. É para dar emprego aqui no distrito. Se vier uma pessoa, que não vive aqui, que não trabalha aqui, quer pegar no dinheiro, não larguem. Não dêem. Não façam isso. O dinheiro é para as pessoas que estão a trabalhar aqui. Não é preciso ser natural. Basta utilizar na machamba aqui. Basta empregar jovens aqui e que vai devolver aqui, porque isso é fundamental. Para desenvolver o distrito é necessário que haja muito dinheiro a circular no distrito. E se houver muito dinheiro a circular no distrito, então haverá muita gente com dinheiro a trabalhar, a comprar coisas, a vender coisas, e hão-de ver o nosso distrito a mudar. Não é isso que vai acabar a pobreza toda, mas este é o caminho para aliviar o problema da pobreza. O conselho consultivo, juntamente com o governo distrital tem que trabalhar de maneira transparente. Transparente quer dizer ver do outro lado. Transparente. Assim como me estão a ver e eu estou-vos a ver, também o trabalho do conselho consultivo com esses 7 milhões tem que ser transparente. Tem que se saber quem é que emprestou. As pessoas têm saber todas aqui. E se pegou em 100 mil e se emprestou a fulano de tal; pegou-se em 200 mil e emprestou-se a associação tal, que vai pagar no dia tal. Se não paga, vai-se ao conselho consultivo perguntar onde está o dinheiro. O conselho consultivo é obrigado a compreender o que é que se passa: ir visitar aquela pessoa, porque está a utilizar a riqueza do nosso povo. Por isso mesmo, a gestão tem que ser transparente como a água – a água limpa: a gente vê o outro; ou como o vidro – não aquele pintado, não. A gente vê do outro lado. Cada escudo, ou cada metical, a gente tem que saber para onde é que foi. Estão a compreender? **(Estamos!)**

Estão a compreender bem?

(Estamos!)

Moçambique hoye!

(Hoye!)

Moçambique hoye!

(Hoye!)

É preciso agarrar esta oportunidade. Meus irmãos, agarrar esta oportunidade para ir resolvendo os nossos problemas, para sermos cada vez menos pobres. Enquanto o

governo faz estrada, logo que arranja dinheiro traz energia, quando pode um bocadinho reabilita hospital, a preocupação vossa deve ser produzir mais comida. Produzir mais emprego. Esse emprego pode ser na produção de comida, pode ser na construção, pode ser na comercialização... O que importa é que saibamos menos jovens estão desempregados.

Moçambique hoje!
(*Hoye!*)

É esta a mensagem que eu queria trazer. A luta contra a pobreza é dura. Mas nós temos força suficiente para avançar, porque nós fomos capazes de vencer o colonialismo, que tinha todo esse país e mesmo assim foi derrubado. Nós moçambicanos, fomos capazes de acabar com a guerra e hoje vivemos todos juntos. Não foi fácil também. Hoje, todos os moçambicanos são chamados para combater a pobreza. O caminho, é o distrito. Conselho consultivo. Sete milhões. Mas sete milhões cristalinos. Transparentes. Cada metical para onde é que foi. Cada metical para onde é que foi. Aquele dinheiro não se dá. Aquele dinheiro empresta-se. E quem pede emprestado deve pagar. Se não paga, não vai ter mais ajuda. Ninguém vai confiar nele, porque todos vamos saber que aquele enganou o dinheiro do povo. Roubou o dinheiro do povo. É ladrão!

Moçambique hoje!
(*Hoye!*)

Agora quero ouvir a vossa mensagem. Eu vou pedir oito cidadãos para virem aqui apresentar a sua mensagem. E eu pedia que o discurso deles fosse directo. E se houver alguma coisa dita pelo interveniente anterior eles não repetissem. Queremos sair daqui diferentes, enriquecidos pelos conhecimentos que nos vão transmitir. Quando estamos numa reunião como esta, é um momento de aprendizagem. Chegamos sabendo algumas coisas e quando saímos sabemos mais algumas coisas.

(seguem-se as intervenções)

Muito obrigado pelas vossas contribuições. Nota-se pelas contribuições que todos querem combater contra a pobreza. Alguns pontos que foram apresentados precisam de aprofundamento. Aprofundamento do nosso lado, porque quem apresentou aprofundou, naturalmente. Por isso, os meus conselheiros estavam a trabalhar com as pessoas que apresentaram as questões e isso vai permitir que nós possamos saber depois o que é que possamos fazer. Mas uma coisa é certa: eles terão que receber resposta. Pode ser directamente daqui do distrito. Pode ser da província. Ou pode ser também das estruturas centrais. Aqui eu vou focar em alguns aspectos que foram referidos. Não vou tocar em todos. Aqui fala-se do dinheiro do financiamento. Isto é, o financiamento dos 7 milhões é emprestado a aqueles que já tem dinheiro. Nós gostaríamos de recordar quais são as condições de financiamento. O financiamento não é para distribuir dinheiro as pessoas. O financiamento é E s problemas que nós escolhemos são emprego e comida. Só pode receber esse dinheiro a organização ou a associação ou o empresário que vai dar mais emprego ou que vai aumentar a comida. E mais ainda. Tem que garantir que vai pagar, que vai devolver o dinheiro, porque alguns podem pegar no dinheiro e ao invés de ir para machamba, vão comprar bicicleta. A bicicleta é importante, mas este dinheiro não é para comprar bicicleta. Este dinheiro é para arranjar emprego para outras pessoas. Por isso, é bom estarmos claro quanto a isso. É aqui onde entra a responsabilidade do conselho consultivo. O conselho consultivo só pode aprovar quando reunido conclui que fulano de tal ou a associação tal pode fazer isso. E depois explicam. Explicam às pessoas que fulano de tal, que tem aquela fábrica

foi dado tanto dinheiro e que ele vai aumentar emprego. E que ele vai pagar e diz quando é que vai pagar. Por isso o conselho consultivo deve trabalhar muito próximo do povo. Quando reúne o conselho consultivo, é preciso que as pessoas estejam informadas que reuniram. Depois da reunião devem reunir com a população, lá na aldeia, lá onde estiverem para explicar o que é que estão a fazer.

Aqui falou-se também muito do problema do hospital e o problema da maternidade – e da falta de casas de banho. Falou-se também da questão dos professores, tanto dos instrutores de alfabetização como também a situação dos professores contratados que ainda não foram transformados em professores efectivos.

Falaram da necessidade de um médico e de um juiz. E também lamentaram do facto da antena da TVM nem sempre funcionar. Indicou-se a questão a governação aberta ao nível distrital e apelava para que o administrador também explicasse às pessoas o que se estava a passar com os sete milhões. Todo o sistema deve ser informado. Nós só saberemos se estamos a trabalhar bem se a população achar que estamos a trabalhar bem.

Foi perguntado também a quem é que se entrega o pedido de financiamento. Eu penso que isto é uma tarefa do conselho consultivo, que na sua reunião deve discutir como é que vai acontecer e depois vão explicar a população que neste momento podemos financiar; quem quiser o financiamento deve apresentar o seu pedido no lugar tal.

Falou-se ainda do problema de um empreiteiro que se diz que não paga aos seus empregados e que se pensa que o governo não faz nada e não se sabe porquê. Estas são as questões que foram registadas por nós e mais outras que não referimos. Mas na essência aquilo que nos leva a estar repousados é que também aqui não gostam de ser pobres. Portanto, a pobreza é o inimigo de todos nós e que querem acabar com a pobreza. E que estou a ver pela maneira como falam, querem acabar com a pobreza. Este é um bom espírito. Não podemos deixar a pobreza repousar!

Finalmente, este ano vamos ter eleições. Dois mil e sete. Eleições da Assembleia Provincial. Para a eleição poder ocorrer é preciso que haja votação. Para a pessoa poder votar a pessoa tem que ter cartão de eleitor. E para poder ter cartão de eleitor é preciso recensear-se. Eu queria dizer-vos que este ano haverá recenseamento eleitoral. Seria bom que todos aqueles que são adultos fossem buscar o seu cartão de eleitor. E quando chega o dia de votar – já que só é um dia – ir votar! Votar é escolher. É escolher se quer continuar pobre ou não. Isso é para si, para a família, vizinho, para a povoação, para o distrito, para todo o país. Por isso é preciso que todos nós participemos no processo de votação, e para tal participemos no recenseamento.

Moçambique hoye!

(Hoye!)

Moçambique hoye!

(Hoye!)

Província de Nampula hoye!

(Hoye!)

Mongicual hoye!

(Hoye!)

Liúpo hoye!

(Hoye!)

Muito bom dia população do distrito do Búzi! (**Bom dia!**)

Como é que estão? (**Estamos bem!**)

Assim-assim? Ou assim-assim? (**Palmas**)

Moçambique hoye!

(Hoye!)

Búzi hoye!

(Hoye!)

Eu também queria agradecer a população do Búzi. A população de Búzi recebeu-nos com muito calor. Com muito carinho e com muito amor. Nós vimos isso já no aeroporto. E nós vimos nas canções, nas danças que realmente Búzi está satisfeita. Nós também estamos satisfeitos. Mesmo aqui onde nós estamos, tivemos ocasião de ver várias danças. Naturalmente Makwai, que é dança típica moçambicana desta região e daqui é que se espalhou para o resto do país e hoje Makwai é dançada em toda a parte. Vimos Mapiko, que é uma dança originária de Cabo Delgado e que também hoje é conhecida em todo o país. Vimos também, como é que se chama aquela? (**Mandoa!**)

Mandoa! Que também é uma dança típica nossa, muito rica e muito bela. Por isso, como eu disse, eu também estou satisfeito por ver que estão satisfeitos.

Querida também agradecer as ofertas que nos foram feitas. São ofertas que mostra que trabalham e aquilo que produzem uma parte dispensaram a nós. Para nós estas ofertas mostram não só o amor, a amizade, mas também mostram a generosidade. Mostram a solidariedade. Sabem muito bem que em Moçambique ainda há muita gente que sofre. Ainda há muita gente que sofre. Apesar de sermos trabalhadores, apesar de termos uma terra muito rica, mas há gente que está a sofrer. As vezes podemos chegar num lar de estudantes e encontrar que os estudantes não têm comida suficiente. Mas para poder estudar, eles precisam de alimentar o organismo, porque é a maneira de preparar-se para no futuro poderem contribuir para a resolução dos problemas deste país. Nós, por causa disso, vamos tirar uma parte dessa ajuda, uma parte dessa oferta para apoiar os nossos filhos que estão a estudar: Uma parte do milho; uma carne aí de cabrito, para os nossos filhos poderem estudar bem. Sabemos que não vai resolver todo o problema, mas também eles já estão a aprender a fazer coisas bonitas. Eles também já estão a cultivar e isto vai fazer com que eles produzam o seu milho e também produzam os seus cabritos. Aliás, estive agora no lar, ali onde estão a construir o lar da escola secundária e fiquei maravilhado por ver que há muitas plantas, muitas plantas de fruta que me disseram que são colocadas pelos alunos. É isso mesmo que nós queremos: os nossos alunos devem aprender e amar o trabalho desde jovens. Se eles não tiverem medo de trabalhar, trabalho físico, desde criança, então quando crescerem vão ter grandes machambas. Vão arranjar emprego facilmente e isso vai permitir o nosso país crescer mais rapidamente.

Mas estava eu dizendo que uma parte daquilo que nos ofereceram, sobretudo aquela parte que tem a ver com comida, vamos dar aos lares, vamos dar aos órfãos, as crianças órfãs. Muitas vezes quando falamos de crianças órfãs, falamos somente de crianças órfãs de SIDA. Crianças que perderam os seus pais por causa da SIDA. Mas não devemos fazer isso só. Uma criança órfã é uma criança órfã: não tem pai, não tem mãe. Não importa qual a razão porque é que a criança perdeu os seus pais. Qualquer

criança moçambicana órfã merece igual atenção. Uma parte também vamos dar aos orfanatos.

Uma parte vamos dar também aos doentes de SIDA. Como sabem SIDA é uma doença que enfraquece e hoje apesar de já termos medicamentos aqui nos distritos, naquele tempo a pessoa estivesse doente tinha que ir até Beira para encontrar medicamento, mas hoje podemos medicamento aqui no distrito. Apesar de medicamento estar perto, as vezes os doentes têm dificuldades de melhorar a sua situação, porque o seu organismo está fraco e eles também não comem bem. Vamos pegar na vossa oferta, particularmente naquilo que tem a ver com comida e oferecer também para que eles possam alimentar-se e ficarem forte mais rapidamente e trabalhem, porque ter SIDA não significa não poder trabalhar.

Por isso, muito obrigado pela vossa oferta, uma parte dela vamos usar como solidariedade de Búzi para aqueles que necessitam. Hoje, quando cheguei tive a oportunidade fazer algumas visitas. A primeira visita foi no outro lado do rio, na margem direita, para a Companhia Búzi. Como sabem há muito tempo que a Companhia do Búzi não trabalha. Muita gente já perdeu emprego. Praticamente ... e agora finalmente parece que a Companhia Búzi está a voltar. E hoje fomos ver alguma coisa que está sendo pela Companhia. E já começaram a produzir álcool. Portanto, algumas pessoas já estão a trabalhar. Estão a produzir álcool. O álcool é muito necessário nos hospitais. Mas também temos que compreender ainda não se está... o Búzi não está a funcionar como nós gostaríamos. Como nós gostaríamos. Mas esperamos que um dia vai acontecer: ter campos de cana. Agora tem um campo muito pequeno. E além disso o lugar onde a cana se transforma em açúcar. Agora ainda não temos essa fábrica, mas esperamos que isso vai acontecer.

Depois vimos para cá e fomos ver aquele centro ali onde se dá apoio as pessoas portadoras de deficiências. E está a equipar-se. As pessoas podem aprender muita coisa. Nesse lugar vimos uma exposição. Esta exposição mostra que os moçambicanos podem fazer o que quiserem. A partir da papaia fizeram doce: Marmelada. Portanto, já se pode ter papaia conservada e comermos papaia com pão ou então com mandioca. Mandioca cozida naturalmente. São moçambicanos que estão a fazer isso. E conseguiram lugar onde colocar: embalagens. E depois vimos também um moçambicano que foi capaz de fazer moageira. Moageira! A única coisa que ele não faz é motor. Ele pega o motor e coloca na moageira e a moageira pode moer milho. Isso feito por um moçambicano! E depois vimos também no lugar a fazer beliche. Aquelas duas camas que se usa nos lares das escolas e nos quartéis também. Feito por moçambicanos, por mãos moçambicanos. E depois vimos também cadeira de roda com motor. A única coisa que não faz é motor. Até coisa para proteger do sol lá em cima. Tudo isso feito por moçambicanos. E depois vimos também uma espécie de bicicleta ambulância, que tem uma coisa lá atrás. Quer dizer que uma senhora quando quer ter criança, para levar para o hospital, pode sentar-se aí confortavelmente. Feito por moçambicanos.

Moçambique hoye!

(Hoye!)

Moçambicanos hoye!

(Hoye!)

Ainda falta fazer mais coisas. Ainda falta melhorar essas coisas que foram feitas. Mas é importante quando moçambicanos tomam iniciativas para resolver problemas concretos para resolver que enfrentam no dia-a-dia. E depois fomos ver a construção do lar da escola secundária. Aí onde existem muitas plantas pequeninas ainda. Foram plantadas pelas crianças nossas. E depois fomos ver a água. Água. Aqui no Búzi, na vila do Búzi, sempre lamentamos água. Agora já há lugar que produz água aí. Furaram um poço, conseguem chupar a água e agora vamos ter água. Isso é muito bom. Mas estas são as formas de combater a pobreza e que é feita pelos próprios moçambicanos, porque a pobreza está connosco. Nós é que temos que sacudir para fora. Nós é que temos que afastar a pobreza. Nós Moçambicanos! E aqui no Búzi vimos vários exemplos da forma como se está a combater a pobreza!

Moçambique hoje!
(*Hoje!*)

Eu quero apresentar-vos os meus companheiros que fazem parte da comitiva.

(seguem-se as apresentações)

Como eu estava dizendo, a nossa preocupação é encontrar maneiras que possam fazer com a pobreza acabe no nosso país. E desde que chegamos aqui hoje no Búzi, encontramos já algumas coisas que são feitas por cidadãos nossos na luta contra a pobreza. Dei exemplo das plantas que estão no lar, no próximo lar de estudantes. Dei exemplo da comida que está sendo transformada bruta em marmelada. Dei exemplo do carro de rodas para apoiar aqueles irmãos nossos que são portadores de deficiência. Dei exemplo daquela ambulância que serve para transportar senhoras que vão para a maternidade. Tudo isso visto hoje. Como também vimos uma bomba de água. Uma bomba que é para tirar água do poço e sem muito esforço poder regar. O que está sendo feito sem meios. Mas agora nós temos que usar estes meios. Usar estes meios para melhorar a nossa vida. É por isso que o Governo de Moçambique considera como sua tarefa central a luta contra a pobreza. E a luta contra a pobreza tem a ver com a utilização dos recursos que nós temos. O recurso mais importante que nós temos é o homem, é a mulher: a valorização do seu conhecimento, do seu trabalho! Mas há outros recursos que também temos. Temos a terra como esta que nós pisamos aqui. E nós sabemos que facilmente produz aquilo que nós quisermos para alimentar-nos. Temos a água como temos o Rio Búzi que nós todos conhecemos, que além de dar água pode dar peixe também. E também pode nos transportar de um ponto para outro. É importante nós utilizarmos estes recursos. Não basta ter os recursos. Não basta ter a bomba de água. É preciso pegar na bomba de água e irrigar. E depois plantar árvores ou plantar cereais para resolver os nossos problemas. Isto entra dentro da estratégia do Governo de Moçambique. O governo disse, para acabarmos com a pobreza em Moçambique, nós devemos trabalhar no distrito. Devemos trabalhar no distrito, porque no distrito temos muita população nossa. 80% ou 70% da nossa população vive no distrito. Para além de ter a nossa população lá temos muitos recursos. Temos água, terra, que se encontram no distrito. Então nós temos, para acabar com a pobreza, de valorizar os recursos que nós temos no distrito. É por isso que nós estamos a viajar pelos distritos. Viajamos para os distrito para vermos e compreendermos como o nosso povo está a usar os seus recursos e ... desses recursos para produzir mais emprego e para produzir mais comida. Porque se nós temos mais comida, não temos fome. Se nós temos mais emprego, ganhamos dinheiro e podemos comprar livros para nossas crianças e podemos comprar comida para nós comermos. Viemos para o distrito

para ver isto, para aprendermos a experiencia que voces estao a razer na luta contra a pobreza. O Governo disse que o distrito é o ponto de partida. Mas não é só o distrito que é ponto de partida. É preciso que se utilize os recursos lá básicos. ... é o Conselho Consultivo. O Conselho Consultivo distrital que apoia o governo distrital. O Conselho Consultivo do Posto Administrativo que apoia o Posto Administrativo. Ou então o Fórum da Localidade que apoia a direcção da localidade. Esses cidadãos têm como tarefa trazer as preocupações das populações para os Conselhos Consultivos e depois estudarem todos juntos, como resolverem os problemas. Que problemas resolver em primeiro lugar para podermos avançar na luta contra a pobreza. Portanto, trabalhar no distrito; Conselho Consultivo Distrital a funcionar. Mas é um Conselho Consultivo distrital que deve reunir com a população. Depois de eles voltarem da reunião, quando chegam na aldeia ou numa povoação, deve reunir com as pessoas e dizer, ali na vila do Búzi nós estivemos a estudar problema tal. Pode ser problema de criminalidade. Pode ser problema de fome. Pode ser problema de escola. Pode ser problema de SIDA. Deve informar. Pessoas saberem que problemas foram tratados e que decisões foram tomadas. É preciso que o Conselho Consultivo esteja constantemente ligado com as populações. Mas o Governo fez outra coisa ainda. Colocou sete milhões nas mãos do Conselho Consultivo e disse: com este dinheiro luta contra a pobreza! E para a lutar contra a pobreza é preciso apoiar a criação de mais empregos e apoiar a criação, a produção de mais comida. Por isso estes sete milhões, no ano passado tivemos outra experiência. Não foi má. Aprendemos alguma coisa. Este ano estamos a trabalhar com base naquilo que aprendemos do passado. O Conselho Consultivo deve preocupar-se em apoiar aqueles cidadãos ou aquelas associações que querem aumentar a produção de comida. Por exemplo, podem querer ter uma junta de bois para aumentar a machamba. E aumentando a machamba, para poder cultivar melhor e sobretudo para poder sachar e para poder espantar os pássaros, porque o milho está a crescer ou o arroz está a crescer, para poder colher ele vai precisar de ter mais gente para lhe apoiar. Vai dar emprego aos nossos jovens. E nós queremos que o nosso jovem a trabalhar, aqueles que idade de trabalhar. Por isso mesmo, eles devem apoiar esses cidadãos ou estas associações que querem fazer isso.

Ou então, a cidadãos ou associações que queiram fazer blocos. Agora há blocos estabilizados. Para poder fazer precisa de ter mais algumas máquinas. E essas máquinas vão fazendo com que ele tenha que empregar mais gente. E depois também vai permitir que aqueles que querem construir casas, também possam construir. E aqueles que constroem casas vão ter que arranjar mais gente para trabalhar na construção. Aqui no Búzi nós vemos casas que estão a nascer agora. É sinal de que é possível fazermos. O Conselho Consultivo quando recebe o pedido de alguém que quer fazer estas coisas que eu disse e outras coisas que aumentem comida e aumentem emprego, devem discutir para ver se aquela organização é séria. E se verem que é seria mesmo, mas também não é uma organização que tem acesso do banco, são aqueles emergentes sem apoio do banco. E se o Conselho Consultivo sabe que são pessoas sérias, como aqueles jovens que estivemos a ver que estavam a fazer aquela máquina para tirar água, eles não tem outra base; ou aqueles que estão a fazer carrinho de roda, ou aqueles que estão a fazer jam, se eles acreditam naquelas pessoas, em reunião decidem vão emprestar tanto dinheiro a empresa tal ou a associação tal. Mas esta empresa ou associação tem que devolver. Tem que devolver. Não é dado o dinheiro. Sabem porque é que o dinheiro não é dado? Por três razões:

Primeiro, dinheiro não se dá. Se desse dinheiro nós todos teríamos muito dinheiro. Em segundo lugar, esse dinheiro vem dos nossos impostos. Os moçambicanos pagam

impostos e para pagar imposto, o dinheiro tem que ser usado numa coisa que ajuda a resolver os seus problemas. Por isso mesmo, o dinheiro tem que ser devolvido.

A terceira razão, é que o dinheiro quando é entregue a alguém, esse alguém depois de fazer aquilo que ele quer fazer e ganhar dinheiro, deve devolver. Deve devolver. E esse dinheiro devolvido há-de ser entregue a outro alguém para fazer a mesma coisa. Depois de devolver, vai ser entregue ainda a um outro alguém. Isso quer dizer, que o dinheiro que ajudou o senhor A, pode ajudar também o senhor B. Pode ajudar também o senhor C. E muitos dos nossos jovens terão emprego. Porque se ficasse somente com um, poucos teriam emprego.

Búzi hoye!

(Hoye!)

Búzi hoye!

(Hoye!)

Este é fundamental. É a maneira de aumentar riqueza. É a maneira de acabar com a pobreza. É a maneira de acabar com o desemprego: pouco a pouco, mas sempre a aumentar. Por isso mesmo, o vosso Governo decidiu: para combater a pobreza, vamos para o distrito! Vamos para o distrito! E estamos a ver aqui. Já temos água – é combate a pobreza. Nossas crianças já têm lar – é combate a pobreza. Há um lugar onde vão aprender a fazer carpintaria – é combate a pobreza. Já temos a produção de álcool – é combate a pobreza. No distrito, depois temos que ter o Conselho Consultivo. E esse conselho consultivo é que deve ver como resolver o problema de emprego e aumentar a produção de comida e como recuperar o dinheiro para entregar a outra entidade. Esta é a mensagem que eu queria vos transmitir. Eu queria, entretanto, também beneficiar das vossas ideias. O país constrói-se com ideias de todos nós. Alguns têm ideias que a gente pensa que não são boas. Mas não é verdade. As ideias sempre ajudam. Estamos no mesmo país. Estamos todos no mesmo barco, e nós todos temos que estar motivados, para fazer chegar o nosso barco a bom porto, isto é para acabar com a pobreza. Vou pedir oito cidadãos. Oito cidadãos para virem para aqui, para poderem ajudar-nos as ideias. O grande pedido somente é o seguinte: não repetir aquilo que o outro disse. Se alguém disser que nós precisamos de ter barco para Beira, para ligação da Beira, os outros já não devem falar disso. Devem falar de outra coisa para nós ouvirmos mais e podermos aprendermos mais.

Búzi hoye!

(Hoye!)

(seguem-se as intervenções dos cidadãos)

Muito obrigado pela vossa contribuição. Nós anotamos as questões que aqui foram colocadas. De um lado nós ouvimos aquilo que é o trabalho que o Governo está a fazer e que é visto como positivo. Bândua, Bândua, aqui na sede e nos outros lugares. Do outro lado ouvimos aquilo que os cidadãos acham que falta para se fazer. Aquilo que falta para se fazer mostra que aquilo que nós escolhemos como nossa tarefa principal é correcto: combater a pobreza. E aqui nós temos anotadas as questões. Algumas das questões, os meus conselheiros estão a recolher mais dados. Por exemplo, como a situação do Búzi, a Companhia Búzi, os meus conselheiros estão a falar com os cidadãos que falaram disso para compreender melhor e para ver o que é que nós podemos fazer. Mas como eu disse, nós registamos tudo aquilo que foi dito. Eu vou dar alguns

exemplos. Aqui falou-se do apoio a pequenos empresários e associações e esse apoio é positivo, mas que é preciso que haja junta de bois para a tracção animal.

Aqui falou-se de uma carpintaria que está silenciosa. A carpintaria APIS que fazia mobiliário e outras coisas incluindo caixões. E como há silêncio, aparentemente não está a produzir, o cidadão que veio trazer o problema diz que é preocupante, porque quando a Companhia Búzi deixou de trabalhar começou dessa maneira.

Aqui falou-se de férias. E falou-se repetidamente sobre o ensino superior. Eu penso que é justo que queiramos ter certeza que há universidade para os nossos filhos. Mas para os mais novos que não conhecem eu penso que devo dar uma explicação, sobretudo para os próprios estudantes do ensino secundário ou ensino médio. Há 30 e tal anos quando proclamamos a Independência, em todo Moçambique só havia uma universidade. E esta universidade estava em Lourenço Marques, que é Maputo. Com a Independência esta universidade introduziu novos cursos, ao mesmo tempo o Estado aumentou outras universidades. Criou uma universidade para a formação de professores e também colocou uma universidade para a formação de diplomatas. Mais tarde essas universidades tiveram possibilidade de se instalarem noutros pontos do país. Por exemplo a Universidade Eduardo Mondlane está aqui na Beira. E na Beira também temos a Universidade Pedagógica e que se encontram noutros pontos do país. A maior das províncias do país tem universidade pública. Mas além disso há as universidades privadas. Por exemplo aqui na Beira existe a Universidade Católica. Existe uma Universidade chamada Piaget – começou a pouco tempo também. E em outros lugares do nosso país existem várias universidades privadas. Isto é para dizer que aqueles que querem ter mais possibilidade para ir a universidade estão correctos. Mas também para dizer que foi sempre preocupação do Governo aumentar as universidades para os nossos filhos poderem estudar nelas. E continuará a ser nossa preocupação termos mais universidades, mas também ao nível secundário primeiro ciclo ou ao nível ensino secundário segundo ciclo, termos o ensino técnico-profissional.

Aqui falou-se ainda da necessidade de tractores. Falou-se ainda da necessidade de energia, particularmente na zona de Nova Sofala. E de médicos. E também de melhor organização da disponibilização de sementes. Falou-se ainda da estrada Tica-Buzi, que tem muita poeira e falou-se que deve ser asfaltada. Falou-se ainda de SIDA, que há muita gente que morre.

Falou-se da Companhia Búzi, os trabalhadores e é essa situação que os melhores estão a trabalhar com o cidadão que apresentou para apreciar. Falou-se ainda da criminalidade e da necessidade de não haver impunidade. De Bândua falaram da necessidade de projecto de rendimento para jovens e também da necessidade de aumentarem-se efectivos da policia. Falou-se ainda aqui na sede de que a Escola Secundária tem falta laboratório. É verdade que já se recebem classes mais avançadas, mas os laboratórios fazem falta.

Bom, aquilo que disseram está exactamente claro. Mostra claramente que a nossa agenda de lutar contra a pobreza é correcta. É a maneira de lutar contra a pobreza que nós temos que encontrar mais rápido. E mostrou também que é correcto começar a lutar contra a pobreza, lutar contra a pobreza a partir do distrito. E mostrou ainda que os 7 milhões devem ser utilizados para aumentar comida e para aumentar emprego. Por isso a nossa agenda de lutar contra a pobreza, é a agenda correcta!

Moçambique hoye!

(Hoye!)

População de ka-Buzi hoje!

(Hoye!)

Distrito de Búzi hoje!

(Hoye!)

Província de Sofala hoje!

(Hoye!)

Muito obrigado!

COMÍCIO DE MORRUMBENE – 30 DE MAIO DE 2007

Moçambique hoje!

(Hoye!)

Moçambique hoje!

(Hoye!)

Povo Moçambicano Unido do Rovuma ao Maputo hoje!

(Hoye!)

Povo Moçambicano Unido do Rovuma ao Maputo hoje!

(Hoye!)

Província de Inhambane hoje!

(Hoye!)

Província de Inhambane hoje!

(Hoye!)

Morrumbene hoje!

(Hoye!)

Morrumbene hoje!

(Hoye!)

Morrumbene hoje!

(Hoye!)

Morrumbene hoje!

(Hoye!)

Muito bom dia! (Bom dia! Palmas)

Logo que chegamos aqui vimos a nossa cultura viva, muito alegre, falando de nós povo moçambicano, pessoas que amam a sua pátria. Pessoas que constroem o seu país. Vimos essa cultura naqueles que vieram aqui dançar e cantar. E aquilo que de facto ensinaram foi de que Moçambique unido do Rovuma ao Maputo é grande. Que Moçambique, do Rovuma ao Maputo – Morrumbene incluído – quer acabar com a pobreza. Que Moçambique do Rovuma ao Maputo, quer a paz. Por isso, eu queria manifestar o meu apreço por esta manifestação aqui apresentada.

Quero também manifestar o meu apreço pela forma entusiástica como fomos recebidos ontem aqui em Morrumbene! **(Palmas)**

Nós víamos por todo o lado alegria. Víamos por todo o lado Unidade. E isto é o que o nosso país pretende. Estar unido, mas também sacudir para bem longe de si a pobreza. Quero agradecer as ofertas que acabaram de apresentar. São ofertas que representam um sacrifício, mas sobretudo demonstram de forma indiscutível a amizade. Quem oferece alguma coisa com amizade, oferece aquilo que ele próprio gostaria de continuar a ter, mas por esta amizade, por esta solidariedade decide entregar a outrem. É uma forma de mostrar a solidariedade. É uma forma de mostrar a generosidade do nosso povo. Aliás, vimos em circunstâncias diferentes esta população de Morrumbene, a corajosa e generosa população de Morrumbene, a tirar aquilo que tinha para oferecer aqueles que precisavam vítimas do Fávio. Compreenderam que não podiam sentir-se felizes havendo irmãos seus a sofrer aqui em Vilanculos, em Inhassoro, em Govuro, em Machanga, no Búzi e noutras partes do nosso país. E foram capazes de tirar também alguma coisa para oferecer.

Muito obrigado moçambicanos! Muito obrigado Morrumbene! **(Palmas)**

Eu tenho uma mensagem que gostaria de transmitir. Uma mensagem que para mim é muito importante. E que eu penso que depois dela, poderei também receber as vossas mensagens. E acho que as mensagens vossas também são importantes, porque um país para se construir precisa das mensagens uns dos outros. Precisamos de transmitirmo-nos as ideias uns aos outros para depois em conjunto, transformando as várias mensagens, podemos construir o nosso belo país. E neste caso concreto hoje, quando falamos de construção do país, estamos a falar de combater a pobreza. Estamos a dizer que queremos acabar com a pobreza. Mais do que isso, estamos a dizer que vamos acabar com a pobreza! Devemos ter a certeza. Se nós não termos certeza, não havemos de fazer nada. Quem planta um coqueiro, ele tem certeza que o coqueiro vai nascer. Quem planta uma árvore, tem certeza que a árvore vai crescer. É por isso que depois de plantar ou de semear, rega. E as vezes, arranja alguma coisa para proteger contra os cabritos. É porque tem certeza que vai acontecer. Nós também estamos a plantar. Estamos a plantar a ideia e a convicção de que a pobreza nesta República, a pobreza de Moçambique vai acabar. E somos nós moçambicanos que havemos de acabar com a pobreza. Não é ninguém de fora. Os de fora podem nos ajudar e felizmente tem-nos ajudado. Mas quem vai empurrar a pobreza para atirá-la para o meio do oceano, somos nós moçambicanos. Nós donos desta terra. Nós que sofremos. Nós que não queremos continuar a sofrer. Nós que queremos construir um país em que os moçambicanos não tenham fome, em que os moçambicanos não sejam pobres.

Mas antes de eu apresentar a minha mensagem, vou apresentar-vos os companheiros que estão comigo, que são dirigentes ao nível central, que se preocupam também por acabar a pobreza.

(seguem-se as apresentações)

Nós quando queremos fazer um combate para sairmos vitoriosos, temos que definir claramente como é que queremos fazer, porque se não fizermos isso não havemos de ganhar. Não havemos de vencer. Assim foi no caso de Moçambique no passado. Tivemos muitas lutas mas não conseguíamos vencer o inimigo. E não vencíamos o inimigo porque não compreendíamos bem e nem explorávamos bem as nossas vantagens. E as vezes mesmo, éramos conduzidos pelo inimigo. Eu estou a referir-me ao período da Luta Armada de Libertação Nacional, ou melhor, antes de iniciarmos a Luta Armada de Libertação Nacional. Nós moçambicanos, cada um do seu lado, lutávamos contra o colonialismo português. Mas como cada um lutava por si, não compreendíamos que os outros moçambicanos queriam a mesma coisa, não vencemos. Perdemos. Até que ficamos claros de como é que nós devemos conseguir vencer o colonialismo. Este é o mérito... é o mérito de Eduardo Chivambo Mondlane, que estudou aqui também em Cambine onde fez maravilhas. Ele foi capaz de compreender que para podermos ser bem sucedidos era preciso que todos moçambicanos, unidos, lutassem contra o colonialismo.

Naquele tempo nós pensávamos que o facto de falarmos línguas diferentes; ou de sermos de raças diferentes; ou residirmos em lugares diferentes, pensávamos que isso era problema, isso dificultava a nossa comunicação. Mas Eduardo Mondlane compreendeu e ensinou que essas línguas diferentes todas; essas regiões diferentes onde nós vivemos; esses conhecimentos diferentes que nós temos, não são alguma coisa de negativo. Pelo contrário, é alguma coisa que nos dava mais força porque colocava o moçambicano numa situação de conhecer mais línguas; numa situação de conhecer várias tradições; numa situação de conhecer várias danças. Mas mais do que isso, ter isso como seu: essas diferenças todas serem seu património! Ver uma dança de outra região e considerar que é nossa dança, porque nós somos todos moçambicanos e utilizando isso para combater o inimigo comum para alcançar um objectivo comum. Assim Mondlane disse: **“as diferenças entre nós quando usadas para o mesmo objectivo, são uma fonte de força. Tornam-nos invencíveis. Tornam-nos imbatíveis. Por isso, vamos nos juntar todos para podermos fazer aquilo que nós queremos”**. Aliás, nós vemos também na vida, na vida prática: as coisas belas são constituídas por coisas diferentes. Se nós queremos ouvir uma boa música; se nós queremos ouvir um bom coro, havemos de ver muitas diferenças e quando se juntam sai bonito: havemos de ver homens, havemos de ver mulheres no mesmo grupo. Uns a cantar de uma certa maneira e outros a cantar de outra maneira, e quando se juntam as diferenças para alcançar o seu objectivo, que é agradar o ouvido, então de facto o ouvido fica agradado. Podemos ver também nas orquestras: uns a tocar guitarra, outros a tocar tambor e outros a tocar... como é que se chama aquilo? **(Risos, Palmas)**

Como é que se chama? **(É Chiquissi!)** Chiquissi? **(Sim! Palmas)**

Por isso essa diferença junta é que permite que o **wunanga** saia bem! **(Palmas)**

Moçambique hoye!

(Hoye!)

Esta descoberta foi feita por Mondlane. E ele trabalhou para mostrar que era verdade. E esta descoberta é que fez com que nós, em treze anos pudéssemos derrubar o colonialismo. Porque compreendemos onde é que estava a nossa força e usamos com vantagem essas diferenças para alcançar o nosso objectivo comum que era a Independência de Moçambique. Eu podia dar outro exemplo, mas não vou dar todos exemplos. Eu vou somente dizer mais uma coisa sobre isso. Agora também estamos perante um inimigo comum, perigoso, que andou a comer-nos desde os nossos avós:

a maltratar-nos; a não permitir que a nossa dignidade fosse respeitada. É o inimigo comum. Nós todos queremos vencer este inimigo para podermos ser feitos; para podermos afirmarmo-nos; para poder andar com a cabeça erguida onde quer que seja, com orgulho de nós mesmos. É a pobreza.

Os nossos avós nasceram e morreram pobres. Os nossos pais nasceram e morreram pobres. Nós nascemos e somos pobres. Mas Moçambique, com terra tão boa; Moçambique, com tantas árvores, tantos coqueiros, o mar, o rio;

Moçambique, sobretudo com gente tão trabalhadora; com gente que sabe fazer coisas: vão para África do Sul: quem é que entra debaixo da terra e tira ouro, não são moçambicanos?

Vão para Zimbabwe: quem trabalha naquelas machambas? Não são moçambicanos? Gente que sabe trabalhar!

Quem levanta prémios? Não são moçambicanos? Mesmo assim somos pobres. Mesmo assim somos pobres. Nós temos que mudar a situação. Nós estamos a mudar a situação. Mas temos que continuar a mudar a situação, para que a pobreza passe para a História. A pobreza passe para a História. Irmãos, eu estou a insistir nesse ponto porque não é possível acabar com a pobreza se nós não estivermos convencidos. A pobreza deve passar para a História, assim como aqui nesta República o colonialismo passou para a História.

Quando nós nos sentamos e conversamos sobretudo com os mais novos, nós dizemos: **“sabe, naquele tempo nesta terra quem mandava eram estrangeiros”**. Naquele tempo! Naquele tempo! Já passou! Já passou! (Palmas)

Passou para a História!

Também dizemos, quando falamos com os mais novos: **“naquele tempo aqui não se podia andar: mesmo na escola; mesmo no hospital; para sair de um ponto para outro; para ir para Maxixe aqui, ou então para ir a Vilanculos era preciso coluna; não podia andar de qualquer”**, mas já passou! Passou para a História! Agora podemos ir sem ter que andar de coluna. Os moçambicanos é que empurraram. Nós que estamos aqui é que empurramos. Usamos a nossa força para empurrar o colonialismo até entrar lá nas profundezas dos oceanos. Empurramos a violência, a guerra para ir para lá nas profundezas dos oceanos.

Agora também vamos trabalhar para que possamos dizer **“naqueles tempos quando nós éramos pobres! Naqueles tempos quando nós éramos pobres!”**. E diremos nesta altura **“a pobreza acabou!”**.

Há pessoas que ainda têm dificuldades de aceitarem isso. E porque é que têm dificuldades? É que não observam com atenção aquilo que se passa. Vêm tudo parado. Não vêm as diferenças. Aqueles de nós, que somos um pouco mais velho, quando olhamos para o país vemos coisas hoje que nós não víamos no passado. Não podíamos pensar em ver no passado. Por exemplo, escola: chegar a um distrito encontrar escola secundária! Os mais velhos: havia isso? Havia isso? (Não!)

Hoje estive num lugar aí em Massaringue. Passamos por um lugar. Escola! As crianças agora andam na 5ª classe. Naquele tempo não era possível isso. As escolas que existiam eram escolas missionárias que iam até terceira classe rudimentar. Terceira classe rudimentar sabem o que é? (Não!)

Primeira parte. Primeira classe. Segunda parte. A gente passa. E depois de primeira parte Se passa de primeira parte passa segunda parte.... E depois disso vai-se a terceira classe rudimentar. Só depois disso, se tem sorte é que pode ir estudar na terceira classe elementar. E depois disso a quarta classe. Era assim que se fazia. Eu passei por isso: Primeira parte. Primeira classe. Segunda classe. Terceira rudimentar. Terceira elementar. E diziam que fazia-se isso, o colonialismo, porque nós os pretos não tínhamos inteligência. Então, tinham que nos preparar para fazer em seis anos aquilo que os outros faziam em quatro anos. Mas nós trouxemos a dignidade. Não discriminamos as pessoas atrasadas. Nós valorizamos o trabalho das pessoas. E hoje nós encontramos num distrito... qual é a classe que está mais? Sétima classe? Em Morrumbene? **(Décima classe!)**

Décima classe! Décima segunda! Em Cambine? **(Aqui também, a noite!)**

Aqui também? **(Sim!)**

E agora querem abrir outra de décima segunda!? Eu conheço colegas que tiveram que sair de Nampula quando acabaram a décima classe, para ir para Maputo para poder estudar na décima primeira. Não havia. Não havia, só estudava-se até décima classe na maior parte das capitais. Décima primeira classe era Maputo – Lourenço Marques – e Beira, e mais tarde Nampula. Eu estou a dizer isso para dizer que temos que ver que há diferenças, que há coisas que há hoje, que são melhores, que não havia no passado. Há coisas que há hoje que não havia no passado. Eu posso dar outro exemplo, telefone celular. Hoje existe em grande parte do nosso país. Naquele tempo nem se podia pensar. Até telefone fixo não havia em todo o lado. Quando nós queríamos falar de Morrumbene para Maputo, era preciso preparar bem a voz, até o vizinho sabia o que é que se estava a dizer: **“aqui em casa a criança é que está doente...”** para a voz chegar até lá. **(Palmas)**

Agora, hoje a pessoa fala assim muito baixinho. Fala com Maputo; fala com Beira; fala com Nampula; fala com Pretória; fala com América; fala com Portugal; fala com Ásia... normalmente. Esses são instrumentos de combate contra a pobreza e foram criados por nós. Por nós moçambicanos. Naturalmente vamos dizer assim: ainda não acabou a pobreza! Ainda há lugares onde não há energia eléctrica. Ainda há pessoas que não têm telefone. Ainda há pessoas que não têm casas como deve ser. Ainda há pessoas que não têm escola. Há pessoas que ainda não têm universidade. É verdade. É por isso mesmo, que o nosso objectivo é combater a pobreza. A pobreza vai permitir – uma vez fora – que nós tenhamos acesso a essas coisas todas. É por isso mesmo que como uma das nossas estratégias decidimos que devemos considerar o distrito como ponto de partida. Como ponto de planificação para poder vencer a pobreza. Não é na cidade. É no distrito. Esta é a estratégia do Governo. É a estratégia da Frelimo. Para combatermos a pobreza é preciso partirmos do distrito, isto é, irmos resolvendo os problemas do distrito na área da escola; na área do hospital; na área do telefone; na área de energia; na área da estrada, etc. etc. ou da água. Isto é que vai resolver o problema da pobreza no país. O distrito como ponto central.

A segunda coisa é preciso que no distrito funcione bem o Conselho Consultivo. O Conselho Consultivo Distrital. Porque o Conselho Consultivo Distrital tem pessoas que vem de todo o lado do distrito: vem dos postos administrativos; vem das localidades; vem das povoações... Por isso, eles quando se reúnem, eles apresentam os problemas dos locais de onde eles vêm. E eles juntos então decidem quais são as prioridades; quais são os primeiros problemas a resolver. Porque quando nós temos coragem de dizer neste momento o nosso problema.... temos muito problemas, mas para poder resolver

o nosso problema vamos lá começar por um problema e depois de resolver esse problema vamos resolver outro problema. Quando nós conseguirmos fazer isto, então vamos avançar mais rapidamente nesta luta contra a pobreza. O Conselho Consultivo pode fazer isso. O Conselho Consultivo sabe qual é a dificuldade que nós temos na agricultura: onde é preciso enxada; onde é preciso tractor; onde é preciso junta para utilizar com charrua. O Conselho Consultivo sabe onde é que estão os produtos que ninguém vai comprar: seja milho, seja coco, seja fruta – como nos disseram aqui querem fábrica para transformar a fruta. O Conselho Consultivo sabe isso. Portanto, o ponto de partida é no distrito. O instrumento é o Conselho Consultivo.

E para o Conselho Consultivo poder acelerar o processo o Governo dá sete milhões. Sete milhões. Sete milhões é muito dinheiro para uma pessoa, ou para duas pessoas, ou para dez pessoas. Mas sete milhões é muito pouco dinheiro para o distrito. Mas é dinheiro suficiente para dar o salto que nós queremos para poder permitir resolver os nossos problemas. Por isso, os sete milhões têm duas tarefas. Duas tarefas: Uma, aumentar a produção da comida. Aumentar a produção da comida. A outra, criar emprego. Nós temos os nossos jovens que estão em idade de trabalhar e muitos deles não têm lugar para trabalhar. Os sete milhões são também para aumentar o emprego. Mas como eu disse, os sete milhões é muito mas não é tanto assim. Por isso, não podem resolver todos os problemas para a produção de mais comida e geração de emprego de uma só vez. Não pode fazer isso. É por isso mesmo é que está definido como é que as pessoas podem ter acesso aos sete milhões. Como é que as pessoas devem ter acesso aos sete milhões. Sete milhões não é só porque sabe produzir vamos dar a ele. Não é isso. Os sete milhões são para aquelas pessoas que dizem eu sou capaz de fazer alguma coisa. Ou associações que dizem **“eu sou capaz de fazer alguma coisa”**. Por exemplo, uma associação vê que tem um terreno mas não consegue cultivar, porque os sócios são poucos e com enxada não cultiva grande parte daquele terreno. Então vai pedir, vai requerer ao Conselho Consultivo para poder ter dinheiro para comprar gado para poder ter dinheiro para poder ter charrua; para poder ter dinheiro para comprar mais semente; para poder ter dinheiro para comprar adubo, se for necessário. Então faz o pedido. É uma associação, é um indivíduo que quer fazer isso. E quando faz o pedido, deve dizer claramente que quer aqueles recursos para produzir comida. E deve dizer o mínimo que ele vai produzir a mais. E deve dizer que para produzir essa comida, eu vou precisar de ter mais gente a trabalhar comigo. Vou empregar dez jovens ou cinco jovens para trabalhar comigo. E depois mais: **“eu vou devolver esse dinheiro. Eu vou devolver esse dinheiro”**. **Vou pagar dentro de seis meses. Ou vou pagar dentro de doze meses.** Ele é que tem que pedir, ele não pode receber, oferecido. Ele é que tem que pedir que ele quer fazer esse trabalho. E então o Conselho Consultivo reúne-se. Reúne-se e vê os nomes das pessoas e das organizações que querem trabalhar. Alguém dentre eles vai conhecer essa pessoa, porque eles vem de todo o lado. E depois, vão ver se são pessoas sérias ou não. Se não são pessoas que vão pegar no dinheiro e vai para as barracas. Ou então, vai pegar no dinheiro e começa a viajar. Ou vai pegar no dinheiro e compra carro... Tem que ser gente que vai fazer aquilo que diz que vai fazer. E o Conselho Consultivo pode até controlar para ver se estão a fazer aquilo que disseram que vão fazer. E se o Conselho Consultivo concordar, então faz-se uma resolução em que diz que fulano de tal pediu tanto dinheiro para aumentar a produção de arroz onde vai empregar mais pessoas, pelo menos tantos jovens e ele devolver o dinheiro daqui a seis meses. E então o dinheiro é entregue a pessoa. Não se entrega todo o dinheiro. É preciso entregar por formas que o Conselho Consultivo vai encontrar, para ter a certeza que aquele dinheiro é usado para aquele propósito. E o dinheiro é devolvido mais tarde. E quando é devolvido, o mesmo dinheiro é entregue a outra associação ou

a outra pessoa que está a produzir que também devolve. E quando devolve é entregue a outra pessoa. Assim, temos aquele dinheiro num lugar a empregar mais cinco jovens; daqui a um ano a empregar mais dez jovens, e depois a empregar mais dez jovens e assim vamos resolvendo o nosso problema de emprego.

Eu falei de uma área, mas podia falar da pesca. Podia falar da construção. Podia falar de outras coisas: de reparação, para poder fazer pintura de edifícios. O importante é que aquela pessoa ou aquela associação que quer fazer este programa tem que produzir mais emprego e tem que produzir mais comida.

Moçambique hoje!

(Hoje!)

Moçambique hoje!

(Hoje!)

Esta é maneira que nós vemos que pode ajudar a contribuir na luta contra a pobreza. Mas como vêem isso só pode ser bem conseguido se o Conselho Consultivo assumir a sua responsabilidade. Os membros do Conselho Consultivo quando saem de uma reunião têm que voltar para casa lá e fazer reunião com a população da sua zona e explicar: “no Conselho Consultivo tratamos deste assunto: decidimos dar 100 mil contos a Associação das Bananeiras e eles vão pagar daqui a tanto tempo. Vão empregar tantas pessoas”. Em todo o distrito, todas as pessoas devem ter o relatório do trabalho do Conselho Consultivo. Isso quer dizer que tem que ser transparente o seu trabalho, como o vidro. A gente vê do outro lado. O vidro não pintado, naturalmente, para a gente ser capaz de ver do outro lado. O nosso maravilhoso povo aqui no distrito deve poder acompanhar como estão sendo utilizados os sete milhões. E a maneira de poder acompanhar é através do membro do Conselho Consultivo que informa as populações lá onde elas vivem.

Moçambique hoje!

(Hoje!)

Morrumbene hoje!

(Hoje!)

Vamos combater a pobreza! Vamos continuar a combater a pobreza! Nós vamos acabar com a pobreza. A pobreza vai passar para a História. Mas para passar para a História, nós todos temos que trabalhar. Temos que acreditar de que podemos vencer. Tal como acreditamos e vencemos o colonialismo. Tal como acreditamos e acabou a guerra e temos a paz. Também devemos acreditar que a pobreza vai passar para a História, mas com o nosso trabalho. Com o nosso trabalho. É claro que esse trabalho não é simples. Há obstáculos que dificultam. Nós temos que sentarmos e estudarmos como remover esses obstáculos e continuarmos a avançar.

Posto isto, eu queria dar a palavra a oito cidadãos para nos ajudar a ver como é que podemos chegar lá: que obstáculos nós temos? Como vencermos os nossos obstáculos? Mas tudo só pode acontecer com sucesso se nós todos estivermos unidos. Todos moçambicanos, do Rovuma ao Maputo, marcharmos todos até chegarmos um dia em que empurrarmos a pobreza. E a pobreza desaparece! E nós então passarmos a dizer: “naqueles tempos quando éramos pobres!”.

Muito obrigado! (Palmas)

(seguem-se as intervenções dos cidadãos)

Moçambique hoye!

(Hoye!)

Morrumbene hoye!

(Hoye!)

Muito obrigado pelas vossas contribuições. De facto, aquilo que aqui disseram reflecte são grandes contribuições para a nossa luta comum:

Aqui falou-se da necessidade de escola secundária. Nós aqui já temos duas escolas secundárias;

Aqui falou-se da rede eléctrica que limita, que atrasa a construção da universidade – o ensino superior em Cambine;

Aqui pedem a fábrica de processamento da fruta; e ouvimos também apoio à governação;

Aqui também agradece-se por aquilo que foi construído, que é apoio a governação: água, estrada, etc. a construção de postos médicos, de saúde, no interior;

Aqui também colocaram-se alguns problemas: por enquanto para acelerar-se a colocação de electricidade de Cahora Bassa assim como de um banco para poder recolher-se as poupanças;

E aqui também se falou da situação do tribunal das mulheres – que não compreendi muito bem. Mas vou compreender, não há problemas, porque os meus conselheiros estiveram a recolher mais dados das pessoas que aqui falaram e que quando houver alguma coisa que não esteja claro. Eu penso que todas as questões que puseram aqui são questões para o desenvolvimento. Algumas não podem ser satisfeitas hoje. Algumas talvez possam ser satisfeitas, como a energia que está a vir, e que vai permitir que realmente em Cambine nós possamos ter ensino superior, e não só, mas também vai permitir que as fábricas possam operar.

Isso tudo entra dentro do nosso objectivo. Mostra que afinal de contas há muitos que activamente estão a combater a pobreza. E nós vimos hoje que para combatermos a pobreza temos que ir buscar a nossa unidade. E temos que acreditar. Temos que acreditar que a pobreza vai acabar. Que a pobreza, tal como o colonialismo já no passado e a guerra, há-de passar também para a História. E quem vai empurrar para a História somos nós que estamos aqui. E nós que estamos entre o Rovuma e o Maputo. E que também para o combate com sucesso contra a pobreza, nós devemos partir do distrito. E no distrito utilizarmos como chave o Conselho Consultivo Distrital. Conselho Distrital, Conselho Consultivo que tem sete milhões. Sete milhões que devem ser utilizados para aumentar a produção de alimentação e também para arranjar emprego e que devem ser entregues como crédito a aqueles indivíduos ou associações que vão fazer esse trabalho e que merecem a confiança do Conselho Consultivo. E que depois vão devolver o dinheiro; e que os membros do Conselho Consultivo devem informar sempre as decisões do Conselho Consultivo as zonas de onde eles vêm.

Moçambique hoye!

(Hoye!)

Morrumbene boye!

(Hoye!)

Povo Moçambicano Unido do Rovuma ao Maputo boye!

(Hoye!)

Cultura moçambicana boye!

(Hoye!)

Muito obrigado! (Palmas)

Anexo 2 - Mapa geográfico de Moçambique

Figura 1 - Mapa de Moçambique



Legenda: Número 1: região norte; 2- região centro e 3- região sul.

Anexo 3 - Mapa geográfico dos distritos por província

3.1. Região Norte

Figura 2: Província de Niassa



Figura 3: Província de Cabo Delgado



Figura 4: Província da Zambézia



Figura 5: Província de Nampula



3.2. Região Centro

Figura 6: Província de Tete



Figura 7: Província de Manica



Figura 8: Província de Sofala



3.3. Região sul

Figura 9: Província de Inhambane



Figura 10: Província de Gaza

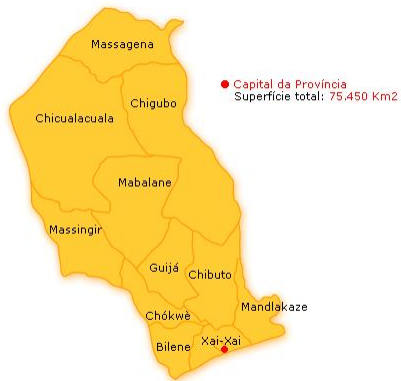


Figura 11: Província de Maputo



Anexo 4 - Imagens das Presidências Abertas e Inclusivas de Armando Guebuza

Figura 12: Presidente Guebuza numa cerimónia de *Ku Phalha*⁸⁵ (oferta e bênção).



Figura 13: Presidente Guebuza saúda população.



⁸⁵ Ritual de evocação aos espíritos. Em princípio, este ritual só pode decorrer no período matinal, antes das 10 horas, e exige-se a presença de um médico tradicional reconhecido.

Figura 14: Presidente Guebuza saúda dançarino.



Figura 15: Presidente Guebuza em comício.



Figura 16: Presidente Guebuza conversa com agricultor.



Figura 17: Presidente Guebuza com líderes comunitários.



Figura 18: Presidente Guebuza com crianças.



Figura 19: Presidente Guebuza regista questões apresentadas por um líder comunitário num comício.



Figura 20: Presidente Guebuza abraça aluno em visita a uma escola.

